JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 4
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Regiao do Vale do Arinos 5
Prefeitura Municipal de Acorizal 6
Prefeitura Municipal de Alto Garças 6
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 7
Prefeitura Municipal de Araguaiana 7
Prefeitura Municipal de Araputanga 7
Prefeitura Municipal de Arenápolis 8
Prefeitura Municipal de Aripuanã 8
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 8
Prefeitura Municipal de Cáceres 10
Prefeitura Municipal de Campinápolis 12
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 12
Prefeitura Municipal de Campo Verde 13
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 16
Prefeitura Municipal de Canarana 16
Prefeitura Municipal de Carlinda 17
Prefeitura Municipal de Castanheira 33
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 33
Prefeitura Municipal de Cláudia 34
Prefeitura Municipal de Cocalinho 35
Prefeitura Municipal de Colíder 35
Prefeitura Municipal de Colniza 35
Prefeitura Municipal de Confresa 36
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 36
Prefeitura Municipal de Cuiabá 36
Prefeitura Municipal de Diamantino 36
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 37
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 38
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 38
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 39
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 39
Prefeitura Municipal de Itiquira 39
Prefeitura Municipal de Jauru 52
Prefeitura Municipal de Juara 53
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 54
Prefeitura Municipal de Matupá 54
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 61
Prefeitura Municipal de Nortelândia 153
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 182
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 184
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 185
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 185
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 186
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 187
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 202
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 202
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 206
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 206

Prefeitura Municipal de Novo Mundo 207
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 207
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 213
Prefeitura Municipal de Paranatinga 214
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 220
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 220
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 221
Prefeitura Municipal de Poconé 222
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 222
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 223
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 223
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 224
Prefeitura Municipal de Querência 224
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 225
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 227
Prefeitura Municipal de Rondolândia 231
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 242
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 326
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 328
Prefeitura Municipal de São José do Povo 333
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 333
Prefeitura Municipal de Sinop 336
Prefeitura Municipal de Tabaporã 337
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 337
Prefeitura Municipal de Tesouro 340
Prefeitura Municipal de União do Sul 340
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 341
Prefeitura Municipal de Vila Rica 345

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016 - CARONA 05

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016 - CARONA 05

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016, VINCULADA AO PREGÃO Nº 040/2016 DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT.

OBJETO: **"Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em planejamento, desenvolvimento e implantação do site com banco de dados e manutenção mensal com garantia de segurança do banco de dados"**

DETENTOR DA ATA: Município de PARANAÍTA-MT

CONTRATANTE: Associação Mato-Grossense dos Municípios

CONTRATADA: M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME

VIGÊNCIA: 24/11/2017

Publique-se.

Cuiabá, 24 de Novembro de 2016.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

LICITAÇÃO
TERMO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37-2016 PREGÃO PRESENCIAL 40-2016 DE PARANAÍTA-MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 Município de Paranaíta/MT

VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016

OBJETO: **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em planejamento, desenvolvimento e implantação do site com banco de dados e manutenção mensal com garantia de segurança do banco de dados.**

Com base nas informações constantes do Processo em referência, através do Pregão Presencial nº. 040/2016, realizado pelo **MUNICÍPIO DE Paranaíta-Mt**, e com base no Parecer emitido pela Assessoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, HOMOLOGO e ADJUDICO a adesão a Ata de Registro de Preços nº. 037/2016 do Município de Paranaíta/MT, vinculada ao Pregão Presencial nº. 040/2016, para a Adesão ao Registro de Preços para **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em planejamento, desenvolvimento e implantação do site com banco de dados e manutenção mensal com garantia de segurança do banco de dados**, em favor da empresa **M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME,** inscrita no CNPJ sob o nº. **14.728.004/0001-03**, no valor global de R$ **25.049,52 (Vinte e cinco mil, quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos),** com fulcro no art. 8º do Decreto Federal nº. 7.892/2013 e na Lei 8.666/93. Em consequência, fica convocado, o proponente, para a assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 64, caput, do citado Diploma Legal, sob as penalidades da lei.

Publique-se.

Cuiabá, 24 de Novembro de 2016.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

EDITAL CONVOCAÇAO DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

OConsórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul / MT, conforme Capítulo I Art. XIV, parágrafo III do Estatuto Social desta entidade, através de presente Edital convoca todos os consorciados em pleno gozo de seus direitos de sócios, para se fazerem presente em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde, situada a Praça dos Três Poderes nº 03, Bairro Campo Real II, em Campo Verde /MT, no dia 16 de Dezembro de 2016, em primeira convocação as 13:30 horas com quórum de cinquenta por cento mais um dos consorciados presentes ou em segunda e última convocação as 14:00 horas, com a maioria simples dos consorciados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I - Prestação de contas parcial do ano de 2016;

II – Apresentação do plano de trabalho para o exercício 2017;

III – Eleição da nova Diretoria Executiva e Conselhos;

IV – Outros assuntos pertinentes a categoria.

Campo Verde MT 21 de Novembro de 2016

_____

VALDECIR LUIZ COLLE

RESOLUÇÃO 03/2016 17/11/2016

Resolução nº 3/2016 de 17/11/2016

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da

Outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Economico Social e Ambiental da Região Sul, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3/2016 de 17/11/2016.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral deste consórcio, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil Reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
01.000.00.000. 0000.0.000.		CIDESASUL-CONS.INTERM.DESENV.ECON. SOC.AMB.REG.SUL MT
01.001.00.000. 0000.0.000.		CIDESASUL - CONS.INTERM.DESNV.ECON. SOC.AMB.REG. SUL MT
01.001.04.000. 0000.0.000.		Administração
01.001.04.122. 0000.0.000.		Administração Geral
01.001.04.122. 0001.0.000.		DESENVOLVIMENTO DE ACOES ATRAVES DO CONSORCIO
01.001.04.122. 0001.2.001.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
24 - 3.1.90.13.00. 00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00
01.000.00.000. 0000.0.000.		CIDESASUL-CONS.INTERM.DESENV.ECON. SOC.AMB.REG.SUL MT
01.001.00.000. 0000.0.000.		CIDESASUL - CONS.INTERM.DESNV.ECON. SOC.AMB.REG. SUL MT
01.001.04.000. 0000.0.000.		Administração
01.001.04.122. 0000.0.000.		Administração Geral
01.001.04.122. 0001.0.000.		DESENVOLVIMENTO DE ACOES ATRAVES DO CONSORCIO

01.001.04.122.0001.2.001.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
27 - 3.3.90.30.00.00	1	MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00	
		Total Suplementação: 10.000,00	

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Resolução, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

01.000.00.000.0000.0.000. CIDESASUL-CONS.INTERM.DESENV. ECON.SOC.AMB.REG.SUL MT

01.001.00.000.0000.0.000. CIDESASUL - CONS.INTERM.DESNV.ECON. SOC.AMB.REG. SUL MT

01.001.04.000.0000.0.000. Administração

01.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

01.001.04.122.0001.0.000. DESENVOLVIMENTO DE ACOES ATRAVES DO CONSORCIO

01.001.04.122.0001.2.001.		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
33 - 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
		Total Redução:	**10.000,00**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Cidesasul de CAMPO VERDE,

Estado do Mato Grosso, em 17/11/2016.

VALDECIR LUIZ COLLE PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 004/2016

CONTRATANTE: Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia

CONTRATADO: Sthefany Ayres Parreira – ME

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviçostécnicos especializados em contabilidade, Suporte no envio de Informes e arquivos de remessa por meios eletrônicos (DCTF, GFIP, RAIS, CAGED, DIRF, APLIC, Geração de Relatórios para SICONFI, Cadastramento em Convênios no SIGCON e SICONV).**

VALOR: R$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)

DATA: 15/09/2016

VIGÊNCIA: 31/12/2016

Alickson Belo Gama

Presidente da CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIAO DO VALE DO ARINOS

LICITAÇÃOP
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 036-B/2016

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 036-B/2016, FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ARTHUR NELSO MOMBACH - EPP.

1. Visto. 2. Observou-se a necessidade apresentada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS – CISVA, para Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, oriunda do Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 056/2016/SRP/Prefeitura Municipal de Juara/MT, **Objeto**: ***"REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA em Atendimento as Diversas Secretarias Municipais"***, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.. 3. Verificou-se ainda, que o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos pleiteia que sejam aderidos a diversos itens. 4. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador da Ata autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência. 5. A Assessoria Jurídica do CISVA emitiu parecer favorável à Adesão. 6. Desse modo AUTORIZO a ADESÃO, da Ata de Registro de Preços n. 036-B/2016/Prefeitura Municipal de Juara/MT, totalizando o valor de R$ 4.470,00 (quatro mim quatrocentos e setenta reais). 7. Publica-se e cumpra-se. 8. Empenhem-se os recursos necessários.

Juara/MT, em 25 de novembro de 2016.

LICITAÇÃOP
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 030/2016/CISVA TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 030/2016/CISVA

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Valor por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA RADIO, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA, conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no Termo de Referência Anexo I do Edital.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 26/11/2016, na Sede da Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA, localizada à Rua Venezuela, 75-N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-4029 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, ou seja, até as **08h00 horas local, do dia 09 de Dezembro de 2016**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA, ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do e-mail: licitacaojuara.pregao@hotmail.com e/ou e preferencialmente pelo Site: www. portaldecompraspublicas.combr que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 09/12/2016 até às 08h00 local, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos – CISVA, no endereço indicado acima.

SESSÃO DE LANCES: Dia 09 de Dezembro de 2016 a partir das 08h00 local.

Juara-MT, 25 de novembro de 2016.

LICITAÇÃOP
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 036/2016, FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2016

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 036/2016, FORMALIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ALEXANDRE VENSO BONFIM - ME.

1. Visto. 2. Observou-se a necessidade apresentada pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ARINOS – CISVA, para Adesão à Ata de Registro de Preços supracitada, oriunda do Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 056/2016/SRP/Prefeitura Municipal de Juara/MT, **Objeto**: ***"REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA em Atendimento as Diversas Secretarias Municipais"***, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.. 3. Verificou-se ainda, que o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos pleiteia que sejam aderidos a diversos itens. 4. Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a ARP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador da Ata autorizou a Adesão e o fornecedor também concordou com a pretendida Adesão, através de Termo de Anuência. 5. A Assessoria Jurídica do CISVA emitiu parecer favorável à Adesão. 6. Desse modo AUTORIZO a ADESÃO, da Ata de Registro de Preços n. 036/2016/Prefeitura Municipal de Juara/MT, totalizando o valor de R$ 1.090,00 (mil e noventa reais). 7. Publica-se e cumpra-se. 8. Empenhem-se os recursos necessários.

Juara/MT, em 25 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016

REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL – MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES(Projetor Multimídia – Datashow, Cadeira, Computador Portátil – Notebook, Ar Condicionado, Mesa de Escritório, Arquivo, Cadeira, Impressora Laser, no Break).

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 15/2016 com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu às 22/11/2016 às 08 hs e 30 min. na sede da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, sagrou-se vencedora a empresa:

1) **GOMES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME** no valor total de R$ 12.920,00 (doze mil e novecentos e vinte reais);

2) **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO** no valor total de R$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais).

Sendo que a Empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos no Instrumento convocatório.

Shelma Taques da Silva

Pregoeira Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2016

REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL – MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (APARELHO DE RAIO X- ODONTOLÓGICO, CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA, AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA, MOCHO, ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, CARRO DE CURATIVOS, CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA, GELADEIRA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, SUPORTE DE SORO, MESA DE EXAMES, CADEIRAS DE RODAS ADULTO, SELADORA, ELETROCARDIÓGRAFO, DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO-DEA, BIOMBO, CARRO MACA SIMPLES, OTOSCÓPIO, CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO E NEBULIZADOR PORTÁTIL).

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 15/2016 com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu às 22/11/2016 às 11:00 horas. na sede da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, sagraram-se vencedoras as empresas:

1) **CIRURGICA GONÇALVES LTDA LTDA-ME** no valor total de R$ 15.896,00;

2) **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI - ME**no valor total de R$ 2.055,00.

3) **HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP** no valor total de R$ 23.614,00.

4) **LP COM. REP. ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA** no valor total de R$ 2.820,00.

Sendo que a Empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI - ME** apresentou a Certidão da Procuradoria Geral do Estado vencida, e como é Micro-Empresa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo para a regularização, e o restantes das empresas vencedoras apresentaram todos os documentos exigidos no Instrumento convocatório.

Shelma Taques da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 031/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 152/2016, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa de Licitação N° 031/2016, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE TERRESTRE COM FORNECIMENTO DE UM ÔNIBUS COM 50 LUGARES PARA LEVAR 50 (CINQUENTA) IDOSOS COM DESTINO A CALDAS NOVAS-GO**",conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e Anexos. Sagra – se vencedora a empresa PEDRO DIOGO DE FARIA NETO EIRELI ME, sob CNPJ n. 36.804.300/0001-70, com o valor de R$: 8.000,00 (oito mil reais). Alto Garças – MT, de agosto de 2016. Leilane Gonçalves da Silva - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SMPLAG/RH
PORTARIA 400/2016

PORTARIA 400/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Retornar** de **Licença Para Tratamento de Saúde,** a Servidora **ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS,** portadora do **RG N° 961.849 SSP/MT** e do **CPF N° 632.426.051-87 Titular do Cargo Efetivo 198– SERVIÇO DE APOIO I 40 HORA SEMANAIS,** conforme o vencimento do afastamento pelo **Instituto Nacional de Seguridade Social** – **INSS**.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 22 de Novembro de 2016.

Rublica

SMPLAG/RH
PORTARIA 401/2016

PORTARIA 401/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder 60 (sessenta) dias** de **Licença Para Tratamento de Saúde,** a Servidora **ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS,** portadora do **RG N° 961.849 SSP/MT** e do **CPF N° 632.426.051-87 Titular do Cargo Efetivo 198– SERVIÇO DE APOIO I 40 HORA SEMANAIS, conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, e conforme o atestado médico e no aguardo do deferimento do pedido por pericia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Documentos anexos a esta portaria.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 23 de Novembro de 2016.

Rublica

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 063/2016 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de caminhões e máquinas pesadas, para atender a secretaria de viação e obras do município de Alto Taquari - MT. Abertura às 09h00 (horário de mato grosso) dia 13/12/2016. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min, junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 25 de novembro de 2016 – Fernanda Mara de Freitas - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N º 106/2016, ARAGUAIANA – MT, 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA N º 106/2016 Araguaiana – MT, 24 de novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, Sr. ***José Marra Nery****, no uso das atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 01/2014 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,*

Considerando a realização do Concurso Público nº 1/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº 21/2014;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto nº 59/2014 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 06/2016 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º *Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato abaixo relacionado para exercer o respectivo cargo:*

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A)	Inscrição
CINTIA RODRIGUES MENEZES	0150

Parágrafo único. O candidato nomeado pela ordem de classificação e que atenderam os requisitos do Edital de Concurso Público, são os constantes do artigo 1º desta portaria.

Art. 2º *A validade das nomeações desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, III da Constituição Federal de 1988, ou seja, dois anos, prorrogável uma vez por igual período.*

Art. 3º *Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 30(trinta) dias a contar da publicação ou afixação da presente Portaria, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município.*

Art. 4º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito, em 24 de novembro de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 239/2016, ELEVAÇÃO DE GRAUS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Sidney Pires Salomé, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 971/2011, datada de 09 (nove) de fevereiro de 2011, Art. 17.

Considerando o Anexo da Lei Municipal nº 971/2011, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Graus, da servidora pública municipal, relacionada no quadro em anexo, conforme o anexo V, da Lei Municipal nº 971/2011, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga- MT, aos vinte e dois (22) dias do mês de Novembro (11) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

ANEXO I

ELEVACAO DE GRAU DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CONFORME Art. 17 DA LEI Nº 971/2011.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRAU/ NIVEL	SALARIO
KELA SABRINA CORREA ZAGO	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA	02/12/2013	B-01	R$ 1. 975,21

Sidney Pires Salomé

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIA Nº 132.2016

PORTARIA MUNICIPAL Nº 132/2016

EMENTA: NOMEIA O LEILOEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE LEILÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS***,

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E A LEI Nº 8.666/1993, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeado o Leiloeiro para a realização da licitação, na modalidade Leilão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Arenápolis-MT, no decorrer deste exercício de 2016, conforme abaixo identificado pelo seguinte servidor:

- LEILOEIRO: REGINA LUCIA DE SOUZA – CPF: 774.877.531-15

Parágrafo único - Caberá a Comissão de Licitação o apoio necessário a subsidiar o Leiloeiro na prática dos atos e procedimentos realizados pela municipalidade.

Art. 2º - Caberá ao Leiloeiro à responsabilidade pela abertura, elaboração, instrução, supervisão e julgamento dos procedimentos referentes a leilão de bens públicos, em atendimento a que dispõe a Lei de Licitações (8.666/1993).

Art. 3º - As atribuições da função são previstas em lei e restritas a ela, e, o Leiloeiro e a respectiva Equipe de Apoio, por seus membros, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG –10.643.694- SSP/SP – CPF/MF 786.970.268-49

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93. **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atender ao Hospital Municipal Santo Antônio e ao Posto de Saúde da Família do Centro, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã.**Início da Sessão: **Dia 08/12/2016, às 08h30min (Oito Horas e Trinta Minutos),** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de Novembro de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, ESPORTE E LAZER DE ARIPUANÃ-SEMATIC

em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, torna públicas as seguintes licenças emitidas pela Coordenadoria de Meio Ambiente.

PROTOCOLO	Nº DA LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA
001/2016	Licença Prévia nº 001/2016 Licença de Instalação nº 001/2016	Prefeitura Municipal de Aripuanã	Pavimentação Asfáltica - perímetro urbano
002/2016	Licença Prévia nº 002/2016 Licença de instalação nº002/2016	Prefeitura Municipal de Aripuanã	Adequação de Estradas vicinais – construção de obra de arte corrente/bueiro celular de concreto
003/2016	Licença Prévia nº 003/2016 Licença de instalação nº003/2016	Prefeitura Municipal de Aripuanã	Terminal Rodoviário de Aripuanã
004/2016	Licença Prévia nº 003/2016 Licença de instalação nº003/2016	Prefeitura Municipal de Aripuanã	Implantação de pavimentação asfáltica – rotatória vila operaria

Aripuanã/MT, 25 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Identificação

Contrato Nº:	**795/2016**	**TP: 021/2016 – Lote 02**
Objeto:	**Revitalização do campo de futebol do Bairro Zeca Ribeiro**	
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT**	
Contratada:	**A. F. dos Santos Construtora CNPJ: 11.060.248/0001-64**	

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 73 da Lei 8.666 de 21 de junho 1993, que os serviços, relacionados no

contrato acima identificado, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pela Contratante.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços no que tange os elementos visíveis, ocorrerá em até 90 dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

De Acordo

Barra do Garças/MT, 21 de Setembro de 2016

ENGENHEIRO FISCAL
HARLEY PEREIRA B. JUNIOR **Engenheiro civil** **CREA MT034445**

AVISO DE RETIFICAÇÃO TP 028_2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a REFITICAÇÃO DE DATA da Tomada de Preços **nº 028/2016**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: CONSTRUÇÃO DE ESCADA DE ACESSO ÀS CASAS NA SERRA – BAIRRO UNIÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ANTONIO MARCUCCI – BAIRRO SANTO ANTONIO, REFORMA DO REFEITÓRIO NO DMER – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS – BAIRRO VILA MARIA LÚCIA E SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA NA ESCOLA MUNICIPAL HELENA ESTEVES.**Tipo Menor Preço Por Lote. ONDE SE LÊ Data da Sessão Pública: **05 de dezembro de 2016 as 14:00 horas, (Horário Local)**. LEIA-SE Data da Sessão Pública: **06 de dezembro de 2016 às 14:00 horas (Horário Local)**. Informações e Edital das 13:00 às 17:00 horas, Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças – MT, 25/11/2016. Antônio da Silva Neto, Presidente da CPL.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a publicação da retificação de data do Edital da Tomada de Preços nº 028/2016: Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: CONSTRUÇÃO DE ESCADA DE ACESSO ÀS CASAS NA SERRA – BAIRRO UNIÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ANTONIO MARCUCCI – BAIRRO SANTO ANTONIO, REFORMA DO REFEITÓRIO NO DMER – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS – BAIRRO VILA MARIA LÚCIA E SUBSTITUIÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA NA ESCOLA MUNICIPAL HELENA ESTEVES.**ONDE SE LÊ Data da Sessão Pública: **05 de dezembro de 2016 as 14:00 horas, (Horário Local)**. LEIA-SE Data da Sessão Pública: **06 de dezembro de 2016 às 14:00 horas (Horário Local)**nas dependências da Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT.

Barra do Garças, 25 de novembro de 2016

_____

Antônio da Silva Neto

Presidente da CPL.

LEI Nº 3.769 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI Nº 3.769 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Projeto de Lei nº 053/2016, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade do serviço público, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, e em regime de urgência, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, inclusive para preenchimento de função específica na Secretaria Municipal de Saúde para atuar na Unidade CER - Centro Especializado em Reabilitação:

- 01 (um) Terapeuta Ocupacional;

- 01 (um) Fonoaudiólogo.

Art. 2º - O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31/12/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.04.10.302 – 2066.3190.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – 223.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças, 24 de novembro de 2016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE 039/2016

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 039/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 039/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR ATENDER UBS's DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930883000/1150-05.** Data da sessão pública: **13/12/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 25/11/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PE 040/2016

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 040/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 040/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E ELETRO-ELETRÔNICOS PARA ATENDER UBS'S DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930.8830001/1140-10.** Data da sessão pública: **13/12/2016** às **14h30min** (horário de Brasília), pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 25/11/2016.

LEI Nº 3.770 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI Nº 3.770 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Projeto de Lei nº 055/2016, de autoria do Poder Executivo Municipal.

"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender a necessidade do serviço, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, até o quantitativo indicado nos incisos I a IV desta Lei, e em regime de urgência, o seguinte pessoal, que fica, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, em substituição temporária, inclusive para preenchimento de função específica na educação indígena, visando compor o quadro da Secretaria Municipal de Educação:

– 130 (cento e trinta) Professores (Indígena, do Campo e em substituição temporária);

– 125 (cento e vinte e cinco) AAE (Apoio Administrativo Educacional, Nutrição Escolar, Manutenção da Infraestrutura, Nutrição Escolar (Indígena), Manutenção da Infraestrutura (Indígena);

– 07 (sete) TAE (Técnico Administrativo Educacional, TAE (Indígena e do Campo);

– 03 (três) Engenheiro Civil – Para dar total assistência técnica às obras em andamento com verbas do Governo Federal, sendo este profissional uma exigência do FNDE.

Art. 2º - O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31.12.2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do ano de 2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças, 24 de novembro de 2016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.768 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

LEI Nº 3.768 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Projeto de Lei nº 052/2016, de autoria do Poder Executivo Municipal.

“Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade do serviço público, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, e em regime de urgência, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, inclusive para preenchimento de função específica na Secretaria Municipal de Saúde para atuar na Unidade PSF Rural e PSF do Piracema:

- 02 (dois) Odontólogos;

-01 (um) Auxiliar da Saúde Bucal.

Art. 2º - O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31/12/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária própria do ano de 2016.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças, 24 de novembro de 2016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.107 DE 05 DE OUTUBRO DE 2.016.

PORTARIA Nº 12.107 DE 05 DE OUTUBRO DE 2.016.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear, a partir de 05 de outubro de 2016, para exercer em comissão, o cargo de Diretor de Divisão de Controle e Fiscalização (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Sr. ANTONIO ALAIR TORRES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 05 de outubro de 2.016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Identificação

Contrato Nº:	**795/2016**	**TP: 021/2016 – Lote 02**
Objeto:	**Revitalização do campo de futebol do Bairro Zeca Ribeiro**	
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT**	
Contratada:	**A. F. dos Santos Construtora CNPJ: 11.060.248/0001-64**	

Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, no que concerne aos elementos visíveis, e achando-se concluída, expediu-se o presente **Termo de Recebimento Definitivo**, cessando nesta data, a responsabilidade direta da firma sobre a obra, exceto quanto ao disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro, conforme Processo e contrato acima citado.

De Acordo

Barra do Garças, 24 de Outubro de 2016

CONTRATANTE	**CONTRATADA**
Prefeitura Municipal de Barra do Garças	Empresa
FISCAL DA OBRA	**SECRETARIA DE OBRA**
Engenheiro	Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2014-PGM

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

Extrato do 9º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 171/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: V L MORETTO & CIA LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 171/2014 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **V L MORETTO & CIA LTDA** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 25 de novembro de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2014-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 9º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 170/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: V L MORETTO & CIA LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 170/2014 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **V L MORETTO & CIA LTDA** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 25 de novembro de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2016-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2016-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: PROTEGE SISTEMA DE PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA LTDA

Objeto: ADITAR O PRAZO DA VIGÊNCIA do Contrato Administrativo n° 126/2016-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da **Secretaria Municipal de Administração** e a empresa **PROTEGE SISTEMA DE PROTEÇÃO ATMOSFÉRICA LTDA,** para mais 60 (sessenta) dias**.**

Cáceres – MT, 25 de novembro de 2016.

Marli Fatima Ferreira de Lima

Secretaria Mun. De Administração

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO REVOGAÇÃO - PROC. LICITATÓRIO Nº 12/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 06/2016

AVISO DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 06/2016

A Comissão Permanente de Licitação, da Câmara Municipal de Cáceres - MT, torna pública a decisão do Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, *com fundamento no art. 49 da Lei n. 8.666/1993, que* ***revogou*** *o Processo Licitatório n. 12/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016*.

Cáceres – MT, 24 de Novembro de 2016.

Jônisson da Silva Sousa

Presidente da Comissão de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 09/2016

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público o resultado de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO para contratação de empresa especializada em construções, visando a construção de Quadras Escolares cobertas nas Escolas Municipais de Cáceres, a saber:

Valor estimado: LOTE 01 – E.M. Paulo Freire - Assentamento Nova Conquista, Cáceres-MT, no valor de R$ 489.315,59 (quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos); Termo de Compromisso PAC2 09718/2014, com **VIGÊNCIA** até 24/02/2017.

Valor estimado: LOTE 02 – E.M. Prof. Eduardo Benevides Lindote - Rua 34, bairro Jardim Imperial, Cáceres-MT, no valor total de R$ 629. 143,99 (seiscentos e vinte e nove mil, cento e quarenta e três reais e noventa e nove centavos); Termo de Compromisso PAC2 09718/2014, com **VIGÊNCIA** até 24/02/2017.

Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa **EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA, CNPJ: 10.461.691/0001-84, VENCEDORA DO LOTE 01**, com o valor de R$ 475. 642,77 (quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos)**;** e a empresa **GECON-GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 11.482.408/0001-63**, **VENCEDORA NO LOTE 02**, com o valor de R$ 562.529,71 (quinhentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos). Abre-se, então, prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos.

.

Prefeitura de Cáceres, 25 de novembro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N°93/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Objeto**:** Registros de Preço para aquisição de Equipamentos do Centro de Eventos, equipamento e material permanente atendendo demanda da Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo para uso no Centro de Eventos Maria Sophia Leite e Casa do Artesão, conforme Contrato de Transferência Extrato(s) de Contrato(s) de Repasse celebrado(s) entre a União Federal, por meio do(s) Gestor(es) abaixo identificado(s), representado(a) pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e o(s) seguinte(s) contratado(s): MTUR/Município de Cáceres-MT; CNPJ 03.214.145/0001-83; CTR 832265/2016/MTUR/CAIXA; Programa Turismo, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

Realização: 12 de dezembro 2016 às 09:30 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 25 de novembro 2016.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 5868/2016.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 03/2016.

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em produção e promoção de eventos para realização de show com a dupla nacional "CONRADO & ALEKSANDRO" no dia 31 de dezembro em Campinápolis e com a dupla regional "NEY & CRISTIANO E BANDA" no dia 31 de dezembro de 2016, no Distrito de São José do Couto, nas comemorações do Réveillon 2016/2017 em praça pública, do Município de Campinápolis – MT.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR o processo de Inexigibilidade n.º 03/2016 de 25 de março de 2016, realizada para contratação da empresa ELCIO MENDES DA SILVA – ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71 especializada em produção e promoção de eventos, para realização de show com a dupla nacional "CONRADO & ALEKSANDRO" no dia 31 de dezembro em Campinápolis e com a dupla regional "NEY & CRISTIANO E BANDA" no dia 31 de dezembro de 2016, no Distrito de São José do Couto, nas comemorações do Réveillon 2016/2017 em praça pública, do Município de Campinápolis – MT; e **HOMOLOGAR** a proposta da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
ELCIO MENDES DA SILVA - ME	08.618.802/0001-71	R$ 142.140,00

Devendoser pago mediante fatura em documento válido, após o atesto da execução do serviço, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias do mês de novembro de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 213/2016/FUNSEM

PORTARIA Nº 213/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS**, efetiva no Cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 28/10/2016 e término em 25/12/2016, conforme processo administrativo **nº** 2016.05.02385R1 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **28 de outubro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de Novembro de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 214/2016/FUNSEM

PORTARIA Nº 214/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. LUIZA PARISI FERREIRA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. LUIZA PARISI FERREIRA**, efetiva no Cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 16/11/2016 e término em 17/12/2016, conforme processo administrativo **nº** 2016.05.02349R1 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **16 de novembro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de Novembro de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 215/2016/FUNSEM

PORTARIA Nº 215/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. SERENITA DE CASTRO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. SERENITA DE CASTRO**, efetiva no Cargo de PROFESSOR, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com vencimentos integrais, a parti de 16/11/2016 e término em 13/02/2017, conforme processo administrativo **nº** 2016.05.00135R4 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **16 de novembro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de Novembro de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 216/2016/FUNSEM

PORTARIA Nº 216/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. MAURO LUIZ ODY".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. MAURO LUIZ ODY**, efetivo no Cargo de AGENTE DE FISCALIZACAO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, com vencimentos integrais, a parti de 26/11/2016 e término em 23/02/2017, conforme processo administrativo **nº** 2016.05.02322R2 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **26 de novembro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de Novembro de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 217/2016/FUNSEM

PORTARIA Nº 217/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE em favor da Sra. DENICLEI LOPES BARRETO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 23, da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE** em favor da servidora **DENICLEI LOPES BARRETO**, efetiva no Cargo AGENTE EDUCACIONAL, lotada SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, com vencimentos integrais, a partir de 05/11/2016 e término em 04/03/2016, conforme processo administrativo **nº** 2016.08.09380P **- FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **05 de novembro de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de Novembro de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ELIETE DO CARMO FERNANDES , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 13 da QUADRA 09, LOCALIZADO NA AVENIDA CURITIBA, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARIA HELENA CIMADON , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 02, LOCALIZADO NA AVENIDA MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

VALMIR DOS SANTOS ALMEIDA e esposa, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 16 da QUADRA 12, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

NILVA FERREIRA DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 02 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AVENIDA CURITIBA, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ULYSSES PEREIRA BORGES NETO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 18 DA QUADRA 03, LOCALIZADOS NA RUA BELO HORIZONTE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARLON ALBINO PITON , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 06 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/N LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARLI SANTINA CAMPANHOLI GARAVASO , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 10, LOCALIZADO NA AV SAO PAULO, S/N LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

CLEIDE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 02 da QUADRA 11, LOCALIZADO NA AV GOIAS, Nº1218 LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ENEMIAS JOSE DA SILVA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 10, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARCIO MARTINS , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 02, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 024/2016 DE 04 DE NOVEMBRO 2016

RESOLUÇÃO Nº 024/2016 DE 04 DE NOVEMBRO 2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião Ordinária do dia 04 de Novembro de 2016;

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

- Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre o FMDCA, e outros;

- Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010;

- Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 04 de Novembro 2016 na Ata nº 061/2016.

RESOLVE:

Art. 1° – Aprovar a Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no disposto pelas Leis Federais 8069/90 e 9532/97, e da outras providências.

Art. 2º - Fica a Associação Espírita Lar Maria de Lourdes autorizada a realizar campanha para captação de recursos para o projeto de "Ampliação do Educandário e Manutenção do Lar Maria de Lourdes com o Objetivo de Aquisição de Materiais de Construção, Prestação de Serviços, Aquisição de Livros Didáticos, Equipamentos e Manutenção" no valor de R$ 4.188. 099,47 (Quatro Milhões Cento e Oitenta Oito Mil e Noventa e Nove Reais e Quarenta Sete Centavos), que será realizada pela própria instituição através de Campanha para doações com deduções no IR de pessoas física e jurídicas (captação chancelada e/ou casada), ficando a respectiva instituição autorizada a captar os recursos necessários para execução do projeto junto a pessoas físicas e jurídicas conforme permite a lei.

Art. 3º - O Conselho emitirá e fornecerá os documentos necessários para que a instituição possa levar a efeito a captação dos recursos.

Art. 4° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 04 de Novembro 2016.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adole

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

JUCINEIDE ABADIA FERNANDES SOUSA, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 12 DA QUADRA 09, LOCALIZADO NA AV CURITIBA, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ANA NEIDE FERNANDES GRANJEIRO, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 DA QUADRA 09, LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

LEANDRO SCHMITZ, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 DA QUADRA 07, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

CLÁUDIA MARIA COELLI DE ANDRADE E LAÉRCIO DE ANDRADE JUNIOR, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 03 DA QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

CLÁUDIA MARIA COELLI DE ANDRADE E LAÉRCIO DE ANDRADE JUNIOR, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 DA QUADRA 05, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

NELSON GONÇALVES , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 08 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AV

MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARLI SATINA CAMPANHOLI GARAVASO e esposo , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AV MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 86/2016

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 86/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de registrar preços para aquisições parceladas de tecidos e aviamentos, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **09/12/2016**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 25 de novembro de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 10/2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 269, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONCEDE A CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM) e;

CONSIDERANDO *a observância aos requisitos estabelecidos no parágrafo primeiro do artigo 150 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *a previsão legal para conversão da licença prêmio em pecúnia contida na Lei Complementar Municipal n° 007, de 13 de abril de 2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 044, de 10 de maio de 2016,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a conversão de licença prêmio em pecúnia, relativo ao mês de novembro de 2016, aos servidores abaixo nominados, referente aos períodos aquisitivos que menciona:

PROTOCOLO	NOME/ÓRGÃO DE LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO
4640	FRANCISMERE RODRIGUES DEPIERI GRANDIS	19/7/2010 a 18/7/2015
3782	LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	02/5/2007 a 01/5/2007
4754	CRISTIAN EDUARDO BONAPAZ	01/02/2007 a 31/01/2012
4753	EDIMAR OLIVEIRA DOS ANJOS	02/8/2010 a 01/8/2016
4838	CLEONICE DE ARMADA FRANÇA	23/6/2008 a 22/6/2013
4733	ADEVALDO ALVES VIANA	02/02/2009 a 01/02/2014
4737	ROSILENE OLIVEIRA ROCHA TALINO	01/9/2011 a 30/8/2016
4777	JAQUELINE DELLATORRE	11/10/2011 a 8/02/2016
4835	LARISSA BERNARDO FEITOSA	01/11/2011 a 31/10/2016
4739	DANIELA SAMIRA GUIMARÃES	9/9/2011 a 8/9/2016
4720	LUIZ CARLOS RODRIGUES DE MELLO	02/3/2009 a 01/3/2014
4962	MAGDA DE MATOS GOES DE OLIVEIRA	02/01/2006 a 01/01/2011
4757	ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	19/7/2010 a 18/7/2015

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 25 de novembro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 128/2016

Data: 23/11/2016

Contratado: NUTRICENTER DISTRIBUIDORADE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME.

Objeto: *fornecimento*de suprimentos e formulas lácteas especializadas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município.

Valor: R$ 44.215,20 (quarenta e quatro mil, duzentos e quinze reais e vinte centavos).

Vigência: 23/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 127/2016

Data: 04/11/2016

Contratado: MEI-VALSON SOUZA E SILVA

Objeto: prestação de serviços como Instrutor de dança no **CRAS** aulas dirigidas as crianças do Programa de Serviços Convivência e Fortalecimento de Vinculo.

Valor: R$ 5.000,00 cinco mil reais) | Vigência: 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - 5º BIMESTRE 2016 - ANEXO 8

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	600.100,00	600.100,00	869.067,57	144,82%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	153.800,00	153.800,00	195.139,20	126,88%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	85.600,00	85.600,00	178.226,37	208,21%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	577,34	48,11%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	47.000,00	47.000,00	44.687,57	95,08%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	15.363,03	51,21%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(10.000,00)	(10.000,00)	(43.715,11)	(437,15)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	193.800,00	193.800,00	193.152,69	99,67%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	192.800,00	192.800,00	192.969,28	100,09%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	64,05	12,81%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	100,00	10,00%
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	500,00	500,00	19,36	3,87%
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	(1.000,00)	(1.000,00)	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	252.500,00	252.500,00	480.775,68	190,41%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	247.000,00	247.000,00	330.054,87	133,63%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	3.248,70	649,74%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00	132.450,22	2.207,50%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	15.222,61	1.522,26%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	(200,72)	(10,04)%
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.392.400,00	13.392.400,00	10.625.218,30	79,34%
2.1- Cota-Parte FPM	8.800.000,00	8.800.000,00	6.163.302,24	70,04%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.800.000,00	8.800.000,00	6.163.302,24	70,04%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.818.476,33	95,46%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	17.461,20	79,37%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	42.800,00	42.800,00	23.845,80	55,71%
2.5- Cota-Parte ITR	192.600,00	192.600,00	226.241,46	117,47%
2.6- Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	350.654,86	116,88%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	35.000,00	35.000,00	25.236,41	72,10%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.992.500,00	13.992.500,00	11.494.285,87	82,15%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	814.000,00	814.000,00	484.239,58	59,49%
5.1- Transferências do Salário-Educação	270.000,00	270.000,00	238.702,71	88,41%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				

Emissão: 25/11/2016 11:41:25 Page 1 de 5
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72)				R$1,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	214.000,00	214.000,00	114.709,61	53,60%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	140.000,00	140.000,00	113.034,73	80,74%
5.5- Outras Transferências do FNDE	190.000,00	190.000,00	17.792,53	9,36%
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	310.000,00	310.000,00	329.259,88	106,21%
6.1- Transferência de Convênios	310.000,00	310.000,00	329.259,88	106,21%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	515.000,00	515.000,00	236.243,09	45,87%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.639.000,00	1.639.000,00	1.049.742,55	64,05%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.662.920,00	2.662.920,00	2.115.226,25	79,43%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.760.000,00	1.760.000,00	1.288.211,53	73,19%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	708.143,70	88,52%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	3.492,20	79,37%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	38.520,00	38.520,00	45.248,19	117,47%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	70.130,63	116,88%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.470.000,00	4.470.000,00	3.678.407,63	82,29%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.470.000,00	4.470.000,00	3.678.407,63	82,29%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.807.080,00	1.807.080,00	1.563.181,38	86,50%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1- Com Educação Infantil							
13.2- Com Ensino Fundamental							
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NAO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2016[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	3.498.125,00	3.498.125,00	2.873.571,47	82,15%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	74.000,00	93.723,58	66.116,45	70,54%	66.116,44	70,54%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	74.000,00	93.723,58	66.116,45	70,54%	66.116,44	70,54%	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.104.100,00	852.096,89	861.769,32	101,14%	830.087,94	97,42%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.104.100,00	852.096,89	861.769,32	101,14%	830.087,94	97,42%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR	25.000,00	4.200,00	4.200,00	100,00%	4.200,00	100,00%	

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	151.000,00	100.000,00	100.000,00	100,00%	80.000,00	80,00%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.354.100,00	1.050.020,47	1.032.085,77	98,29%	980.404,38	93,37%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.563.181,38
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	692.776,59
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [6]	2.255.957,97
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	-1.328.072,20
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	-11,55

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.429.000,00	6.093.464,42	5.358.296,59	87,94%	5.155.525,70	84,61%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	5.429.000,00	6.093.464,42	5.358.296,59	87,94%	5.155.525,70	84,61%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.783.100,00	7.143.484,89	6.390.382,36	89,46%	6.135.930,08	85,90%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.678.407,63
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
49.1- Orçamento do Exercício	0,00
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.678.407,63

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

Emissão: 25/11/2016 11:41:25

Page 5 de 5
Homologado

RREO-RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA REFERENTE AO 5º BIMESTRE 2016 - ANEXO 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.995.000,00	27.639.707,88	2.995.709,00	21.226.383,45	94,81	6.413.324,43	3.785.083,50	19.849.244,66	94,51	7.790.463,22	
LEGISLATIVA											
ACAO LEGISLATIVA	932.000,00	927.000,00	163.980,83	756.047,83	3,37	170.952,17	148.812,23	740.497,13	3,52	186.502,87	
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.204.800,00	2.093.918,70	224.893,82	1.962.045,85	8,76	131.872,85	300.096,75	1.768.102,75	8,41	325.815,95	
ADMINISTRACAO GERAL	1.574.750,00	1.609.343,31	73.008,14	1.214.934,93	5,42	394.408,38	205.944,61	1.166.079,45	5,55	443.263,86	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	124.800,00	134.241,90	20.281,42	116.976,72	0,52	17.265,18	19.104,54	103.155,39	0,49	31.086,51	
ASSISTENCIA AO IDOSO	3.000,00	29.916,05		29.916,05	0,13			29.814,14	0,14	101,91	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	906.500,00	911.951,28	136.925,47	784.653,28	3,50	127.298,00	133.349,54	728.493,63	3,46	183.457,65	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.835.000,00	2.050.000,00	367.988,86	1.456.572,68	6,50	593.427,32	316.237,10	1.393.468,78	6,63	656.531,22	
SAÚDE											
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.679.100,00	581.125,29	75.783,27	526.290,76	2,35	54.834,53	120.362,68	413.003,48	1,96	168.121,81	
ATENCAO BASICA	3.970.700,00	4.787.566,71	582.067,50	4.379.510,22	19,56	408.056,49	778.381,84	4.125.056,41	19,64	662.510,30	
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	100.300,00	161.371,00	6.523,52	140.186,37	0,62	21.184,63	23.583,69	60.018,96	0,28	101.352,04	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	79.000,00	54.616,60	-2.328,00	44.193,02	0,19	10.423,58	5.997,48	43.190,50	0,20	11.426,10	
VIGILANCIA SANITARIA	186.500,00	313.399,72	43.744,31	301.057,96	1,34	12.341,76	40.394,79	286.246,44	1,36	27.153,28	
TRABALHO											
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	210.450,00	210.450,00		210.450,00	0,94		32.029,08	162.241,78	0,77	48.208,22	
EDUCAÇÃO											
EDUCACAO ESPECIAL	151.000,00	100.000,00		100.000,00	0,44		20.000,00	80.000,00	0,38	20.000,00	
EDUCACAO INFANTIL	1.156.500,00	1.302.605,84	176.725,51	1.104.374,83	4,93	198.231,01	191.995,69	1.026.878,42	4,88	275.727,42	
ENSINO FUNDAMENTAL	4.905.100,00	5.151.931,46	853.984,50	4.622.146,15	20,64	529.785,31	958.609,07	4.474.670,51	21,30	677.260,95	
ENSINO SUPERIOR	25.000,00	4.200,00		4.200,00	0,01			4.200,00	0,02		
CULTURA											
DIFUSAO CULTURAL	24.000,00	2.034,00		1.320,00		714,00		1.320,00		714,00	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
INFRA-ESTRUTURA URBANA	270.000,00	519.519,18	-39.376,50	518.789,68	2,31	729,50	10.623,50	518.789,68	2,47	729,50	
SERVICOS URBANOS	362.000,00	267.026,56	31.538,00	253.063,74	1,13	13.962,82	39.077,40	241.721,34	1,15	25.305,22	
HABITAÇÃO											
HABITACAO URBANA	5.000,00										
SANEAMENTO											
SANEAMENTO BASICO URBANO	30.000,00	264.305,00		95.626,63	0,42	168.678,37		95.626,63	0,45	168.678,37	
GESTÃO AMBIENTAL											

Emissão: 25/11/2016 11:38:47 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	50.000,00	33.829,00	4.424,00	20.436,53	0,09	13.392,47	4.424,00	20.306,53	0,09	13.522,47	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ABASTECIMENTO	5.000,00										
ADMINISTRACAO GERAL	497.500,00	490.275,19	34.660,08	470.154,50	2,10	20.120,69	53.649,73	338.818,47	1,61	151.456,72	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
TURISMO	166.000,00	164.115,40	31.605,81	135.393,00	0,60	28.722,40	29.248,23	132.927,46	0,63	31.187,94	
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
TRANSPORTE RODOVIARIO	2.228.500,00	3.407.242,16	200.369,25	1.830.109,68	8,17	1.577.132,48	330.213,88	1.752.182,17	8,34	1.655.059,99	
DESPORTO E LAZER											
DESPORTO COMUNITARIO	162.500,00	132.206,00	8.391,68	107.495,21	0,48	24.710,79	15.087,23	104.886,32	0,49	27.319,68	
ENCARGOS ESPECIAIS											
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	50.000,00	50.517,53	517,53	40.437,83	0,18	10.079,70	7.860,44	37.548,29	0,17	12.969,24	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
RESERVA DO R.P.P.S.	2.090.000,00	1.875.000,00				1.875.000,00				1.875.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.005.000,00	1.234.868,13	242.943,32	1.161.241,69	5,18	73.626,44	233.463,09	1.151.761,46	5,48	83.106,67	
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 27.000.000,00	R$ 28.874.576,01	R$ 3.238.652,32	R$ 22.387.625,14	R$ 100,00	R$ 6.486.950,87	R$ 4.018.546,59	R$ 21.001.006,12	100,00	7.873.569,89	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.005.000,00	1.234.868,13	242.943,32	1.161.241,69	5,18	73.626,44	233.463,09	1.151.761,46	5,48	83.106,67	
ACAO LEGISLATIVA	13.000,00	18.000,00	3.373,25	13.179,65	0,05	4.820,35	3.373,25	13.179,65	0,06	4.820,35	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	65.000,00	103.285,00	21.660,44	103.236,38	0,46	48,62	21.660,44	103.236,38	0,49	48,62	
ADMINISTRACAO GERAL	65.000,00	65.000,00	9.940,50	56.923,86	0,25	8.076,14	9.940,50	56.923,86	0,27	8.076,14	
ASSISTENCIA COMUNITARIA	37.000,00	52.158,00	12.807,37	51.242,99	0,22	915,01	12.807,37	51.242,99	0,24	915,01	
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	10.000,00	10.000,00	1.493,69	6.363,31	0,02	3.636,69	1.493,69	6.363,31	0,03	3.636,69	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.000,00	12.468,03	2.968,06	12.401,71	0,05	66,32	2.968,06	12.401,71	0,05	66,32	
ATENCAO BASICA	135.000,00	267.630,00	51.590,42	243.729,05	1,08	23.900,95	51.590,42	243.729,05	1,16	23.900,95	
VIGILANCIA SANITARIA	25.000,00	27.992,51	5.935,12	26.789,58	0,11	1.202,93	5.935,12	26.789,58	0,12	1.202,93	
EDUCACAO INFANTIL	146.000,00	145.000,00	26.500,35	129.728,78	0,57	15.271,22	26.500,35	129.728,78	0,61	15.271,22	
ENSINO FUNDAMENTAL	410.000,00	451.474,59	88.533,01	436.908,64	1,95	14.565,95	79.052,78	427.428,41	2,03	24.046,18	
DIFUSAO CULTURAL	1.000,00										
SERVICOS URBANOS	5.000,00	9.100,00		9.012,49	0,04	87,51		9.012,49	0,04	87,51	
ADMINISTRACAO GERAL	14.500,00	15.500,00	4.045,26	15.346,65	0,06	153,35	4.045,26	15.346,65	0,07	153,35	
TURISMO	9.500,00	11.900,00	2.463,02	11.125,17	0,04	774,83	2.463,02	11.125,17	0,05	774,83	
TRANSPORTE RODOVIARIO	33.000,00	37.600,00	9.904,59	37.501,54	0,16	98,46	9.904,59	37.501,54	0,17	98,46	
DESPORTO COMUNITARIO	6.000,00	7.760,00	1.728,24	7.751,89	0,03	8,11	1.728,24	7.751,89	0,03	8,11	

Emissão: 25/11/2016 11:38:47 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Emissão: 25/11/2016 11:38:47 Page 3 de 3

Homologado

RREO-RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA REFERENTE AO 5º BIMESTRE 2016 - ANEXO 1 RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	25.962.000,00	25.962.000,00	3.944.022,08	15,19	21.839.359,82	84,12	4.122.640,18
RECEITAS CORRENTES	25.287.000,00	25.287.000,00	3.944.022,08	15,59	21.614.359,82	85,47	3.672.640,18
RECEITA TRIBUTARIA	1.034.600,00	1.034.600,00	307.226,01	29,69	1.051.521,96	101,63	-16.921,96
Impostos	890.400,00	890.400,00	288.651,86	32,41	937.493,61	105,28	-47.093,61
Taxas	134.200,00	134.200,00	18.574,15	13,84	114.028,35	84,96	20.171,65
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	805.000,00	805.000,00	140.109,37	17,40	608.498,39	75,58	196.501,61
Contribuições Sociais	685.000,00	685.000,00	135.583,92	19,79	587.676,34	85,79	97.323,66
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	120.000,00	120.000,00	4.525,45	3,77	20.822,05	17,35	99.177,95
RECEITA PATRIMONIAL	2.406.600,00	2.406.600,00	375.239,04	15,59	2.748.522,83	114,20	-341.922,83
Receitas Imobiliárias	5.500,00	5.500,00					5.500,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.400.000,00	2.400.000,00	375.099,04	15,62	2.747.892,83	114,49	-347.892,83
Receitas de Concessões e Permissões	1.100,00	1.100,00	140,00	12,72	630,00	57,27	470,00
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	9.600,00	9.600,00	1.310,00	13,64	62.682,00	652,93	-53.082,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.886.620,00	20.886.620,00	3.099.700,17	14,84	16.870.374,18	80,77	4.016.245,82
Transferências Intergovernamentais	20.526.620,00	20.526.620,00	3.017.322,77	14,69	16.541.114,30	80,58	3.985.505,70
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	360.000,00	360.000,00	82.377,40	22,88	329.259,88	91,46	30.740,12
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.580,00	144.580,00	20.437,49	14,13	272.760,46	188,65	-128.180,46
Multa de Juros de Mora	47.080,00	47.080,00	3.483,14	7,39	37.441,74	79,52	9.638,26
Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00	6.176,45	61,76	47.744,49	477,44	-37.744,49
Receita da Dívida Ativa	77.500,00	77.500,00	10.777,90	13,90	187.574,23	242,03	-110.074,23
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	675.000,00	675.000,00			225.000,00	33,33	450.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	665.000,00	665.000,00			225.000,00	33,83	440.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	665.000,00	665.000,00			225.000,00	33,83	440.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.038.000,00	1.038.000,00	255.112,82	24,57	1.092.633,23	105,26	-54.633,23
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.199.134,90	15,55	22.931.993,05	84,93	4.068.006,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.199.134,90	15,55	22.931.993,05	84,93	4.068.006,95
DÉFICIT (VI)					1.930.986,93		
TOTAL(VII) = (V + VI)	27.000.000,00	27.000.000,00	4.199.134,90	15,55	24.862.979,98	92,08	2.137.020,02

Emissão: 25/11/2016 11:28:54

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para		1.422.378,04					
Superávit Financeiro		1.422.378,04					
Reabertura de Créditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.038.000,00	1.038.000,00	255.112,82	24,57	1.092.633,23	105,26	-54.633,23
RECEITAS CORRENTES	1.038.000,00	1.038.000,00	255.112,82	24,57	1.092.633,23	105,26	-54.633,23
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.038.000,00	1.038.000,00	255.112,82	24,57	1.092.633,23	105,26	-54.633,23
Contribuições Sociais	1.038.000,00	1.038.000,00	255.112,82	24,57	1.092.633,23	105,26	-54.633,23
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito(a)

Secretario(a)

VIVIANE CRISTINA RICHARTZ OLIVEIRA
Contador(a)

Emissão: 25/11/2016 11:28:54

Page 2 de 2
Homologado

RREO-RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA REFERENTE AO 5º BIMESTRE 2016 - ANEXO 1 DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	25.995.000,00	27.639.707,88	2.995.709,00	21.226.383,45	6.413.324,43	3.785.083,50	19.849.244,66	7.790.463,22	18.537.496,05	
DESPESAS CORRENTES	22.496.000,00	22.409.036,00	3.068.836,74	19.695.450,25	2.713.585,75	3.663.693,57	18.575.473,95	3.833.562,05	17.292.231,24	
Pessoal e Encargos Sociais	12.295.300,00	12.261.010,86	2.110.515,23	10.438.864,74	1.822.146,12	2.110.486,07	10.438.835,58	1.822.175,28	9.706.802,67	
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	10.517,53	517,53	10.437,83	79,70	1.853,66	8.302,25	2.215,28	8.302,25	
Outras Despesas Correntes	10.190.700,00	10.137.507,61	957.803,98	9.246.147,68	891.359,93	1.551.353,84	8.128.336,12	2.009.171,49	7.577.126,32	
DESPESAS DE CAPITAL	1.399.000,00	3.345.671,88	-73.127,74	1.530.933,20	1.814.738,68	121.389,93	1.273.770,71	2.071.901,17	1.245.264,81	
Investimentos	1.359.000,00	3.305.671,88	-73.127,74	1.500.933,20	1.804.738,68	115.383,15	1.244.524,67	2.061.147,21	1.216.018,77	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	40.000,00	40.000,00		30.000,00	10.000,00	6.006,78	29.246,04	10.753,96	29.246,04	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00			10.000,00			10.000,00		
RESERVA DO RPPS	2.090.000,00	1.875.000,00			1.875.000,00			1.875.000,00		
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	1.005.000,00	1.234.868,13	242.943,32	1.161.241,69	73.626,44	233.463,09	1.151.761,46	83.106,67	1.040.249,41	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	27.000.000,00	28.874.576,01	3.238.652,32	22.387.625,14	6.486.950,87	4.018.546,59	21.001.006,12	7.873.569,89	19.577.745,46	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.000.000,00	28.874.576,01	3.238.652,32	22.387.625,14	6.486.950,87	4.018.546,59	21.001.006,12	7.873.569,89	19.577.745,46	
SUPERÁVIT (XIII)				544.367,91			1.930.986,93		3.354.247,59	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.000.000,00	28.874.576,01	3.238.652,32	22.931.993,05	5.942.582,96	4.018.546,59	22.931.993,05	5.942.582,96	22.931.993,05	

Emissão: 25/11/2016 11:28:55

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.005.000,00								1.040.249,41	
DESPESAS CORRENTES	1.005.000,00								1.040.249,41	
Pessoal e Encargos Sociais	1.005.000,00								1.040.249,41	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito(a)

Secretario(a)

VIVIANE CRISTINA RICHARTZ OLIVEIRA
Contador(a)

Emissão: 25/11/2016 11:28:55 Page 2 de 2
Homologado

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº - 002/2016

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 002/2016

SÚMULA: "Modifica o artigo nº 94 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carlinda-MT".

Art. 1° O art. 94 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94 - Serão considerados como recesso legislativo os períodos de 23 de Dezembro à 01 de Fevereiro e de 18 a 31 de Julho de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Carlinda/MT, 25 de Novembro de 2016.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Vereadora Presidente

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS INCRIÇÕES A DIRETOR EXECUTIVO DO PREVCAR

O Prefeito Municipal de Carlinda, amparado pelo regulamento n.º 001/2016 da escolha do novo dirigente do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda, e no uso de suas atribuições legais, declara que estarão abertas as inscrições para os interessados em concorrer ao cargo de Diretor Executivo do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda

As inscrições estarão abertas na sede do Centro de Eventos, no recinto da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Avenida Antônio Castilho, n.º 169, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016 das 08:00 as 16:00 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT.

Em, 25 de novembro de 2.016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA - PORTARIA Nº - 029/2016

PORTARIA Nº 029/2016

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação de Desempenho Individual de servidores, cuja finalidade é o enquadramento de Classe e Nível, conforme determina a Lei Municipal nº 811/2014 e dá outras providências".

A Senhora **Eliane Aparecida da Silva Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei, e

Considerando, a necessidade de atender a legislação da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, no tocante a progressão funcional de servidores, em conformidade com a Lei Municipal nº 811/2014;

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear Comissão de Avaliação, visando a caracterização da estabilidade funcional dos servidores.

Parágrafo Único. Os membros componentes da Comissão são os seguintes:

Presidente: Ilson José Vieira **– Matrícula nº. 51 – CPF 017.349.651-26;**

Secretário: Sandra dos Santos **– Matrícula nº. 52 – CPF 010.048.171-00;**

Membro:José Claudio S. Franco **– Matrícula nº. 30 – CPF 568.634. 701-87;**

Art. 2º. A Comissão de Avaliação de Desempenho promoverá o enquadramento dos servidores em conformidade com a Lei Municipal nº 811/2014, visando adequar a promoção e a progressão de Classe e Nível.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, e revoga as disposições contrárias.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Carlinda/ MT, em 04/11/ 2016.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Presidente da Câmara Municipal de Carlinda – MT.

GABINETE DO PREFEITO
REGULAMENTO N.º 001/2016

REGULAMENTA A ESCOLHA DO DIRETOR EXECUTIVO DO PREVCAR – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A eleição para o cargo de Diretor Executivo do PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda será realizado nos termos da Lei 238/2003, de 02 de Setembro de 2.003.(*reeditada pelas leis municipais nº 309/2005, 512/2009, 782/2013, 817/2014 e 915/2015*) e reger-se-á pelas normas contidas no presente regulamento.

A eleição será realizada através de voto direto e secreto.

A posse do eleito será no dia 02 de Janeiro do ano de 2.017.

Será eleito o candidato com maior número de votos.

A posse será feita pelo Prefeito Municipal, na Sede do Prevcar.

CAPÍTULO II

DO EDITAL

A abertura para inscrição dos candidatos será, através de edital afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda.

O Edital conterá:

I. cargo a ser disputado;

II. prazo máximo para o registro da candidatura;

III. data e hora da realização da eleição;

IV. local onde será realizada a eleição.

V. Documentos exigidos para a inscrição dos candidatos

O prazo fixado pelo edital poderá ser prorrogado a juízo da comissão eleitoral, através de publicação e divulgação na forma usual.

CAPÍTULO III

DOS CANDIDATOS

Para participar do processo de eleição que trata o Art. 70, da Lei Municipal 238/2003, (*reeditada pelas leis municipais nº 309/2005, 512/2009, 782/ 2013, 817/2014 e 915/2015*) o candidato inscrito deve:

I. ter formação mínima em nível superior

II. fazer parte do quadro efetivo definitivo em qualquer função descrita no inciso anterior e com qualquer vinculo de emprego com os Poderes Executivo ou Legislativo do Município de Carlinda;

III. ter dedicação exclusiva ao cargo

É vedado a participação do candidato que:

I. tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II. esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III. esteja sob processo de sindicância;

IV. esteja sob licença com ou sem vencimentos.

V. Esteja em estagio probatório

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições dos candidatos serão efetuadas pelo órgão competente, de acordo com as normas fixadas no edital da eleição.

O pedido de inscrição deverá ser preenchido, sem emendas ou rasuras, pelo próprio candidato, através de requerimento dirigido a Comissão Eleitoral.

No ato da inscrição, o candidato receberá um documento de identificação, com o número de inscrição.

Não será permitida, sob qualquer pretexto, inscrições que não se enquadre no Art. 9º e 10º, deste Regulamento.

No ato da inscrição o candidato deverá preencher ficha de não acumulo de cargo.

Declaração do RH comprovando que é efetivo estatutário e data de admissão.

A efetivação da inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e dos respectivos editais.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO ELEITORAL

Através de portaria, o Prefeito designará para a realização da eleição da escolha do dirigente do PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do de Carlinda uma comissão composta de 03 (três) membros.

I. dentre os 03 (três) membros, o Prefeito escolherá o presidente da comissão.

II. A escolha dos membros da comissão poderá recair em servidores de cargos de confiança ou estatutário do quadro do município.

Designada a comissão eleitoral terá, dentre outras, as atribuições de:

I. planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato;

II. divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de seleção;

III. analisar juntamente com o assessor jurídico, as inscrições dos candidatos deferindo-as ou não;

IV. providenciar material de votação, lista de votantes por órgãos e urnas;

V. credenciar até 02 (dois) fiscais indicados pelos candidatos identificando-os através de crachás;

VI. lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VII. designar, credenciar, instituir, com a devida antecedência, os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

VIII. acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes em envelopes lacrados e rubricados por todos os seus membros no PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda;

IX. divulgar o processo final de seleção e enviar a documentação ao PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, no prazo máximo de 24 horas.

CAPÍTULO VI

DA VOTAÇÃO

O voto será direto e secreto depositado em urnas.

O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador do PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, devidamente assinado pelo Presidente da comissão e um mesário.

Podem votar:

I. Todos os segurados efetivos, estáveis ou em estágio probatório e inativos nos termos do artigo 70 da lei municipal nº 238/2003 de 02 de setembro de 2003.

No ato da votação deverá constar o nome do votante na lista de votação.

Não é permitido voto por procuração.

O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela comissão de eleição.

Poderão permanecer no recinto destinado à Mesa receptora apenas os seus membros e fiscais.

Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da comissão eleitoral, quando solicitado.

CAPÍTULO VII

DA CONTAGEM DOS VOTOS

Cada Mesa será composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes escolhidos pela comissão eleitoral entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo único – Não podem integrar a Mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Expirando o prazo para o voto, as urnas serão recolhidas, sendo entregues ao presidente da comissão eleitoral que fará a contagem dos votos.

A divulgação dos resultados será feita imediatamente através de edital.

Em caso de empate a preferência será dada para o candidato que tiver mais tempo de serviço, no quadro do município.

Serão nulos os votos:

I. registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II. que indiquem mais de um candidato;

III. que contenham expressões ou qualquer outra manifestação alem daquela que exprime o voto.

CAPÍTULO VIII

DA CLASSIFICACÃO

Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior numero de votos.

Parágrafo Único – Em caso de candidato único será necessário a aprovação de 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da Mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da comissão eleitoral e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único – O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de argüir sobre a nulidade do processo.

Verificada a legalidade do processo, o Prefeito Municipal nomeará o Diretor Executivo, atendendo o encaminhamento da comissão eleitoral, nos termos do artigo 70 da lei municipal nº 238/2003 de 02 de setembro de 2003(*reeditada pelas leis municipais nº 309/2005, 512/2009, 782/2013, 817/2014 e 915/2015*).

O secretário de Mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

As Mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam juntamente com a comissão eleitoral transformada em mesas escrutinadoras, para procederem à contagem dos votos, na sede do PREVCAR.

Os caso omissos deste regulamento serão resolvidos pela comissão da eleição, junto ao órgão competente.

Antes da abertura da urna, a Mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, anulando-os se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

Este regulamento entra em vigor na data da assinatura e da publicação do decreto.

Carlinda – MT, 25 de Novembro de 2.016.

Elisandro da Silva Cleverson Coelho

Presidente Membro

SOLANGE PEREIRA DA SILVA

Membro

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Carlinda, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os servidores municipais para escolha do novo Diretor Executivo do PREVCAR – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda, que será escolhido por voto direto e secreto, no recinto do Centro de Eventos sede da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Avenida Antônio Castilho, n.º 169, no dia 12 de Dezembro de 2016, a votação ocorrerá a partir das 8:00 horas, e com o término às 16:00 horas, com qualquer número de votantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT.

Em, 25 de Novembro de 2.016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

RREO-RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA REFERENTE AO 5º BIMESTRE 2016 - ANEXO 12

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.011.300,00	1.011.300,00	1.157.648,03	114,47%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	85.600,00	85.600,00	178.226,37	208,21%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	192.800,00	192.800,00	192.969,28	100,09%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	247.000,00	247.000,00	330.054,87	133,63%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	365.000,00	365.000,00	236.243,09	64,72%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.400,00	4.400,00	4.415,80	100,36%
Dívida Ativa dos Impostos	77.000,00	77.000,00	183.645,50	238,50%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	39.500,00	39.500,00	32.093,12	81,25%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.292.600,00	13.292.600,00	10.558.674,89	79,43%
Cota-Parte FPM	8.800.000,00	8.800.000,00	6.163.302,24	70,04%
Cota-Parte ITR	192.600,00	192.600,00	226.241,46	117,47%
Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	350.654,86	116,88%
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.818.476,33	95,46%
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**14.303.900,00**	**14.303.900,00**	**11.716.322,92**	**81,91%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.198.500,00	2.198.500,00	1.549.587,72	70,48%
Provenientes da União	2.061.500,00	2.061.500,00	1.493.945,40	72,47%
Provenientes dos Estados	137.000,00	137.000,00	55.642,32	40,61%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.198.500,00**	**2.198.500,00**	**1.549.587,72**	**70,48%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	5.860.362,50	10.206.835,43	5.407.490,76	52,98%	4.946.782,22	48,47%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.651.562,50	4.229.324,30	2.229.603,15	52,72%	2.229.603,15	52,72%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	3.208.800,00	5.977.511,13	3.177.887,61	53,16%	2.717.179,07	45,46%	
DESPESAS DE CAPITAL	346.000,00	1.180.501,50	266.667,91	22,59%	263.653,91	22,33%	
Investimentos	346.000,00	1.180.501,50	266.667,91	22,59%	263.653,91	22,33%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**6.206.362,50**	**11.387.336,93**	**5.674.158,67**	**49,83%**	**5.210.436,13**	**45,76%**	

Emissão: 25/11/2016 11:47:15

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS							
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS							
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)							
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**6.206.362,50**	**11.387.336,93**	**5.674.158,67**		**5.210.436,13**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 18,00%[4 e 5]	**44,47%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100][6]	**3.101.498,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	229.387,49		143.926,47	85.461,02	
Total	**229.387,49**		**143.926,47**	**85.461,02**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	13,50		13,50
Total(VIII)	**13,50**		**13,50**

Emissão: 25/11/2016 11:47:15

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE CARLINDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	4.103.700,00	7.173.496,92	4.623.239,27	81,48%	4.368.785,46	83,85%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.709.100,00	3.350.828,16	538.692,47	9,49%	425.405,19	8,16%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	214.262,50	556.689,05	327.847,54	5,78%	313.036,02	6,01%	
Vigilância Epidemiológica	79.000,00	132.351,80	44.193,02	0,78%	43.190,50	0,83%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	100.300,00	173.971,00	140.186,37	2,47%	60.018,96	1,15%	
TOTAL	**6.206.362,50**	**11.387.336,93**	**5.674.158,67**	**100,00%**	**5.210.436,13**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 25/11/2016 11:47:15 Page 3 de 3
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 044/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 44/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICO** para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 08/12/2016 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **28** de **novembro** de **2016**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO 024/2014

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do documento de Identidade n.º 017219 SSP/MT portador do CPF n.º 173.391.621-00, residente e domiciliado na Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães /MT, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que realizou correções no contrato de nº 024/2014 realizado com a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA FERNANDES, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Piauí, Quadra 69, casa 16, Jardim Paula II, Município de Várzea Grande-MT, inscrita no CNPJ sob n º 13.014.781/0001-15 .

Onde se lê:

CLAUSULA TERCEIRA-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Administração Municipal aplica as sanções administrativas cabíveis, estabelecidas na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 024/2014 e no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente, pena de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, e penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos.

Leia-se:

CLAUSULA TERCEIRA-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Administração Municipal deixa de aplicar as sanções administrativas cabíveis, estabelecidas na Cláusula Vigésima Primeira do contrato de Prestação de Serviços nº 024/2014 e no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Chapada dos Guimarães, (MT), 25 de Novembro de 2016.

LISU KOBERSTAIN

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO 017/2014

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do documento de Identidade n.º 017219 SSP/MT portador

do CPF n.º 173.391.621-00, residente e domiciliado na Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães /MT, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar que realizou correções no contrato de nº 017/2014 realizado com a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA FERNANDES, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Piauí, Quadra 69, casa 16, Jardim Paula II, Município de Várzea Grande-MT, inscrita no CNPJ sob n º 13.014.781/0001-15 .

Onde se lê:

CLAUSULA TERCEIRA-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Administração Municipal aplica as sanções administrativas cabíveis, estabelecidas na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 017/2014 e no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente, pena de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, e penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos.

Leia-se:

CLAUSULA TERCEIRA-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Administração Municipal deixa de aplicar as sanções administrativas cabíveis, estabelecidas na Cláusula Vigésima Primeira do contrato de Prestação de Serviços nº 017/2014 e no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Chapada dos Guimarães, (MT), 25 de Novembro de 2016.

LISU KOBERSTAIN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI N°642/2016

LEI N.º 642/2016.

DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, NO VALOR DE ATE R$ 170. 000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVA E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir credito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2016, no valor de até R$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, destinado a atender à seguinte dotação orçamentária:

05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO		
05.001.12.122.0018.1020.3.3.5.0.43.00.00.00- 93	Subvenções Sociais	25.000,00
05.001.12.361.0017.1028.3.3.9.0.30.00.00.00-117	Material de Consumo	20.000,00
05.001.12.361.0018.2033.3.3.9.0.39.00.00.00-122	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00
05.001.12.363.0018.1014.3.3.7.0.41.00.00.00-126	Contribuições	70.000,00
05.001.12.365.0017.1025.3.3.9.0.30.00.00.00-131	Material de Consumo	15.000,00
SUB TOTAL	**170.000,00**	
05.001-GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO		
05.001.12.365.0018.2034.3.3.9.0.39.00.00.00-138	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
05.001.12.361.0008.2044.4.4.9.0.51.00.00.00-427	Obras e Instalações	12.000,00
SUB TOTAL	**17.000,00**	
06.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
06.001.10.301.0015.1074.4.4.9.0.51.00.00.00- 212	Obras e Instalações	12.500,00
06.001.10.301.0003.1048.3.3.7.0.41.00.00.00- 428	Contribuições	31.500,00
SUB TOTAL	**44.000,00**	
06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
06.002.10.301.0032.2001.4.4.9.0.52.00.00.00- 243	Equipamento e Material Permanente	14.000,00
SUB TOTAL	**14.000,00**	
08.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
08.001.15.451.0015.1158.4.4.9.0.51.00.00.00- 426	Obras e Instalações	95.000,00
SUB TOTAL	**95.000,00**	
TOTAL GERAL	**170.000,00**	

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a reduzir do orçamento vigente, com base na Lei 4.320/64, art. 43º, parágrafo 1º, inciso III, o valor de R$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Novembro de 2016.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°095/2016

DECRETO N.º 095/2016.

DATA: 21 DE NOVEMBRO DE 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, NO VALOR DE ATE R$ 60. 000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João Batista Moraes de Oliveira, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. *1º* - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir credito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2016, no valor de até R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, destinado a atender à seguinte dotação orçamentária:

01.001-CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0001.2031.3.3.9.0.14.00.00.00 - 08	Diárias -Civil	20.000,00
01.001.01.031.0001.1029.4.4.9.0.52.00.00.00 - 01	Equipamento e Mat. Permanente	40.000,00
TOTAL GERAL	**60.000,00**	

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a reduzir do orçamento vigente, com base na Lei 4.320/64, art. 43º, parágrafo 1º, inciso III, o valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), das seguintes dotações orçamentárias:

01.001-CAMARA MUNICIPAL		
01.001.01.031.0001.2031.3.1.9.0.11.00.00.00 - 03	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00

01.001.01.031.0001.2031.3.1.9.0.13.00.00.00 - 04	Obrigações Patronais	15.000,00
01.001.01.031.0001.2031.3.1.9.1.13.00.00.00 - 06	Obrigações Patronais	2.000,00
01.001.01.031.0001.2031.3.3.9.0.41.00.00.00 – 13	Contribuições	3.000,00
TOTAL GERAL	**60.000,00**	

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO SR. PREFEITO, MUNICÍPIO DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2016

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

A prefeitura municipal de Cocalinho, através do seu pregoeiro torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 010/2016, **PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE (ESCOLA CULINÁRIA).** Com abertura no dia 07 de Dezembro de 2016 as 09:00 horas (horário de Cuiabá) . Maiores informações e o Edital completo poderá ser adquirido de segunda a sexta-feira das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 (horário de Cuiabá) ou pelo fone: (66) 3586-1595.

Cocalinho, 25 de Novembro de 2016.

Rogério Moreira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o que dispõe a Lei n.º 9696 de 01 de setembro de 1998, Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, retifica o Item 2 do Edital 002/2016, acrescentando a letra “h”, que trata da documentação para a contratação.

2. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os classificados serão convocados, com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas para participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho, referente ao ano letivo de 2017.

2.2 - Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terá validade a partir de 01 de fevereiro de 2017 a 21 de dezembro de 2017.

2.3 – Os candidatos aprovados e classificados na forma estabelecida neste edital e suas retificações serão convocados para admissão atendendo as necessidades da administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação final e a disponibilidade de vaga para o cargo.

2.4 – Os candidatos Aprovados serão convocados por edital publicado na imprensa oficial no **site www.colider.mt.gov.br** e no mural da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para no prazo de 08 (oito) dias, a contar da publicação na Imprensa Oficial, apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos necessários para o exercício da função, para contratação e para receberem a designação do respectivo local de trabalho.

2.5 – Para efetivação da Contratação/Convocação, **o candidato deverá apresentar original e três fotocópias legíveis dos seguintes documentos:**

2.5.1 - Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

2.5.2 - Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

2.5.3 - Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

2.5.4 - Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

2.5.7 - Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

2.5.8 - Carteira de Trabalho;

2.5.9 - Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

2.5.10 - CNIS (retirado no INSS);

2.5.11 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.12 - Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

2.5.13 - Conta corrente (Banco Bradesco);

2.5.14 - Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

2.5.15 - Originais:

a) - 02 fotos 3x4 atual e colorida;

b) - Carteira de Trabalho;

c) - Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

d) - Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

e) - Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

f) - Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

g) - Declaração de Bens;

h) – Para os professores de Educação Física: apresentar Registro do Conselho de Classe.

2.5.19 – Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação/nomeação;

Colider/MT, 25 de Novembro de 2016.

José Moreira

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DESISTENCIA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS 048/2016

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por meio da Equipe de Apoio nomeada pela portaria nº 007/GP/2016 de 13/04/2016, faz saber aos interessados que esta cancelando o item da empresa **Maria Cristina Mattei - EPP, CNPJ nº 03.727.710/0001-06** que trata da Contratação de Empresa para prestação de serviços de horas técnicas para conserto de impressoras. Motivo: Desistência do item por meio da Empresa, que alega não ser viável para a mesma financeiramente, **conforme solicitado através de Termo de Desistência anexo ao processo em questão datado de 23/11/2016.**

Colniza- MT, 25 de novembro de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES Nº. 001/2016

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES Nº 001/2016

Vimos através do presente por meio deste, delegar os poderes da conta corrente 25.653-6 da agência 3989-6 do Banco do Brasil de Confresa – MT a serem cadastrados para a devida movimentação financeira perante o **CNPJ nº. 37.465.358/0001-08** pessoa jurídica da **CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT**. A conta cadastrada sob o CNPJ acima, será movimentada mediante as assinaturas dos gestores: Presidente Sr. CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, inscrito no CPF-892.824.421-87 e portador da Cédula de Identidade RG-1.403.887-0-SSP/MT e pelo Tesoureiro Sr. CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES, inscrito no CPF-468.546.651-91 e portador da Cédula de Identidade RG-0.694.827-8-SEJUSP/MT. Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto pelos 02 (dois) gestores, com exceção da consulta de saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual.

OS PODERES A SEREM DELEGADOS E CADASTRADOS SERÃO OS SEGUINTES:

- Emitir cheques
- Abrir contas de depósito
- Autorizar cobrança
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições
- Receber, passar recibo e dar quitação
- Solicitar saldos e extratos
- Requisitar talonários de cheques
- Autorizar débito em conta relativo a operações
- Retirar cheques devolvidos
- Endossar cheque
- Requisitar cartão eletrônico
- Sustar/contra-ordenar cheques
- Cancelar cheques
- Baixar cheques
- Efetuar resgates/aplicações financeiras
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- Efetuar saques - conta corrente
- Efetuar saques - poupança
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico
- Efetuar transferências por meio eletrônico
- Consultar contas/aplicação de programas repasse recursos
- Liberar arquivos de pagamentos no AASP
- Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos
- Solicitar saldos/extratos de investimentos
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito
- Emitir comprovantes
- Efetuar transferência p/ mesma titularidade por meio eletrônico
- Encerrar contas de deposito
- Consultar obrigações do débito direto autorizado

Confresa – Mato Grosso, 25 de Novembro de 2.016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 023/2016

Data: 25/11/2016 – EMPRESA: **J.C AUTO MOTORS LTDA**; OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO, DATA DE FABRICAÇÃO/MODELO 2016/2016 OU 2016/2017, TRAÇÃO NAS QUATRO RODAS COM ACIONAMENTO MANUAL, MOTORIZAÇÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 160 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1.000 KG, CÂMBIO MANUAL COM (05) CINCO VELOCIDADES PARA FRENTE E (01) UMA PARA TRÁS, COMBUSTÍVEL "ÓLEO DIESEL", DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS QUATRO PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS QUATRO PORTAS, PROTETOR DE CAÇAMBA, ESTRIBOS LATERAIS, LONA MARÍTIMA, FREIOS ABS, RÁDIO AM/FM, CD, DVD, MP3 PLAYER, CONEXÃO BLUETOOTH E ENTRADA PARA USB, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU– MT**; VALOR: **120.000,00**; PRAZO: 31/12/2016; PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICONº. 055/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045.245/2016)

O Município de Cuiabá, através do Secretário Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que **ANULA**, a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2016**,** cujo objeto é Contratação de pessoa jurídica para futura e eventual realização de levantamento aerofotogramétrico de potenciais focos e criadouros de larvas/mosquistos Aedes Aegypti e Desenvolvimento de tecnologia móvel destinada à "Solução de Gestão dos Agentes da Rede de Saúde", considerando o ofício nº 646/GAB/SMS/2016, solicitando a anulação/cancelamento do processo, em atendimento a NOTA TÉCNICA de nº 2844/2016/NAE/MTR/REGIONAL/MT, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União Controladoria Regional da União no Estado de Mato Grosso, em amparo no artigo 49 da Lei 8.666/93, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.

Ary Soares de Souza Júnior

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 25 de novembro de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 177/2016

"Institui a Nova Numeração Predial Urbana do Município de Diamantino e, dá outras providências"

JUVIANO LINCOLN, Prefeito do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a competência do Município para promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, nos termos do art. 30 da Constituição Federal e,

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica instituída a Nova Numeração Predial Urbana no município de Diamantino, de acordo com o projeto anexo que faz parte integrante do presente decreto.

Parágrafo Único. Para realização do projeto citado no caput, utilizou-se do critério usual, quando se determina o Ponto Zero, no início do logradouro, metragem desse ponto até o final da testada de cada lote, resultando na Numeração Predial de cada imóvel, obedecendo o padrão de números pares à direita e números ímpares à esquerda.

Art. 2º. Toda edificação deverá possuir um número de identificação instituído pela Prefeitura Municipal, nos termos deste Decreto.

Art. 3º.O número antigo cancelado deverá ser conservado por, no mínimo, 1 (um) ano contados da publicação do presente Decreto.

Art. 4º.A nova numeração deverá ser afixada, sempre que possível, logo acima da numeração antiga, ambas em local visível.

Art. 5º. Os lotes não-edificados poderão receber numeração, desde que solicitada pelo interessado ou a critério da Administração.

Art. 6º.O Setor Imobiliário ficará responsável por acompanhar, fiscalizar e estabelecer os critérios complementares para a execução de todo o processo de renumeração dos imóveis, bem como, solucionar os casos não previstos neste Decreto.

Art.7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 18 de novembro de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO - DIAMANTINO/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Juviano Lincoln, CPF 304.779.991-15, no uso de suas atribuições legais, torna público o procedimento licitatório para "Implantação de Sistema de Registros de Preços para Contratação dos Serviços de Natureza Médica Ambulatorial Hospitalar e Apoio Diagnóstico" nos seguintes termos:

PREGÃO PRESENCIAL 002/2016. OBJETO: Implantação de Sistema de Registros de Preços para AQUISIÇÃO de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares. **VALORES ESTIMADOS**: Lote 01: **DATA**: 16 de dezembro de 2016. **HORÁRIO**: 08:00 horas. **LOCAL:** Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, – Centro – Diamantino-MT, CEP 78.400-000. **INFORMAÇÕES:** Sede do CISCN ou pelo fone: (65)3336-2664 E-mail: ciscn@hotmail.com **AVISO:** Cópia do edital completo poderá ser adquirida na Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, Centro, Diamantino-MT, CEP 78.400-000 ou pelo site www.ciscn.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO DO CONTRATO DE RATEIO 001/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

RESCISÃO DO CONTRATO DE RATEIO 001/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL TURÍSTICO E CULTURAL ALTO TELES PIRES – MT

DATA: 10 DE OUTUBRO DE 2016

OBJETO: A PRESENTE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO É UMA INICIATIVA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, TENDO EM VISTA AS CONSTANTES QUEDAS DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2016

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 22 de novembro de 2016, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 035/2016, tendo como objeto ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA TODAS AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.** Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10. 520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa **VALDIR JOSE HOLSCHUCH 32879610125**, sagrou-se vencedora dos itens 0003, 0029, 0049, 0054, 0088 e 0091; Com valor total de R$ 120.737,03 (cento e vinte mil e setecentos e trinta e sete reais e três centavos), cujos valores finais são os descritos no ultimo lance de cada produto. A Empresa **BELAFORTE COMERCIAL LTDA** sagrou-se vencedora dos itens 0002, 0005, 0008, 0010, 0011, 0016, 0031, 0044, 0045, 0046, 0047, 0050, 0063, 0067, 0069, 0079, 0085, 0094, e 0099. Com valor total de R$ 59.238,18 (cinquenta e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), cujos valores finais são os descritos no ultimo lance de cada produto. A Empresa **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA - ME** sagrou-se vencedora dos itens 0001, 0007, 0009, 0017, 0019, 0036, 0037, 0042, 0057, 0061, 0068, 0071, 0072, 0073, 0074, 0075, 0076, 0077, 0089, 0092, 0096, e 0098. Com valor total de R$ 65.324,37 (sessenta e cinco mil e trezentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos), cujos valores finais são os descritos no ultimo lance de cada produto; A Empresa **DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI - EPP** sagrou-se vencedora dos itens 0013, 0021, 0022, 0023, 0024, 0026, 0030, 0043, 0053, 0058, 0059, 0066, 0082 e 0095. Com valor total de R$ 74.267,30 (setenta e quatro mil e duzentos e sessenta e sete reais e trinta centavos), cujos valores finais são os descritos no ultimo lance de cada produto; A Empresa **SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP,** sagrou-se vencedora dos itens 0004, 0006, 0014, 0015, 0020, 0025, 0027, 0028, 0033, 0034, 0038, 0039, 0040, 0041, 0048, 0051, 0052, 0055, 0056, 0060, 0062, 0064, 0065, 0070, 0078, 0080, 0081, 0083, 0084, 0086, 0087, 0090, 0093, 0097, 0100 e 0101. Com valor total de R$ 128.130,58 (cento e vinte e oito mil e cento e trinta reais e cinquenta e oito centavos), cujos valores finais são os descritos no ultimo lance de cada produto.

Feliz Natal – MT, 24 de novembro de 2016.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA N° 330/2016

PORTARIA N° 330/2016

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - Constituir uma Comissão de avaliação de bens inservíveis, composta pelos Senhores **LAIDENS LOPES MATIAS**, brasileiro, mecânico de motores, inscrito no CPF nº 846.100.701-97 e RG nº 1414899-1 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Campos Novos, nº 300, Centro, em Feliz Natal – MT, **VANDERLEI MULLER**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº. 020.063.389-94 e RG nº. 65977923 SSP/PR, residente e domiciliado na MT 225, KM 80, em Feliz Natal - MT E **ANGELO MARCIO ALVES RA-**

MIRES, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 007.811.711-99 e RG nº 0.179.003-7, residente e domiciliado na Rua Uruguai s/n, Centro, Feliz Natal - MT, sob a presidência do primeiro, para avaliar os bens abaixo relacionados, que serão objetos do Leilão nº 001/2016.

ITENS	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS
01	VEÍCULO CAMINHONETE/ABERTA, MODELO TOYOTA BANDEIRANTES, NA COR BRANCA, QUATRO PORTAS, ANO/MODELO 1995, COR BRANCA, MOVIDO A DIESEL, PLACA JYJ 4140, COM DEFEITO NO MOTOR, E COM DEFEITO NA SUSPENSÃO, DEMAIS ITENS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. E O ESTADO QUE SE ENCONTRA.
02	MOTO NIVELADORA 140 B, COR AMARELA, PNEUS SEMI NOVOS, MOTOR SEMI NOVO, COM DEFEITO NO CAMBIO, DEMAIS ITEM EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
03	MOTOR CATERPILAR, 6 CILINDROS EM LINHA, PROVENIENTE DE UMA MOTONIVELADORA, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
04	APARELHO DE RAIO X, MARCA VMI, MODELO 20/40, COM DATA DE FABRICAÇÃO 24/08/2005, Nº. DE SÉRIE 0014001926, COM MESA ESTÁTICA, COM TRANSFORMADOR GERADOR DE CANTO, COM BOOK MURAL DE MARCA RAYTEC. ACOMPANHA UM MAQUINA REVELADORA, MARCA MACROTEC, PROCESSADORA AUTOMATICA, MODELO MX2, Nº. DE SÉRIE 02085818, COM DATA DE FABRICAÇÃO 08/02/2008, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
05	ÔNIBUS MERCEDES BENZ, 1315, MOTOR 366, MOVIDO A DIESEL, ANO/MODELO 1989/1989, COR BRANCO, PLACA IHH 1508, COM DEFEITOS NA LATARIA E SUSPENSÃO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
06	VEÍCULO MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENS, MPOLO SENIOR, MOVIDO A DIESEL, ANO/MODELO 2003/2003, COR BRANCA, PLACA LOQ 3360, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA: DEFEITOS NA SUSPENSÃO. DEMAIS ITENS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO
07	VEÍCULO MODELO KOMBI VOLKSWAGEN, MOVIDO A GASOLINA/ALCOOL, ANO/MODELO 2012/2013, COR BRANCA, PLACA OBA 1823, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA: DEFEITO NO MOTOR, NA SUSPENSÃO E NA LATARIA. DEMAIS ITENS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO
08	VEÍCULO FIAT/PALIO FIRE, 4 PORTAS, FLEX, ANO/MODELO 2014/2014, COR BRANCA, PLACA OBN 2043, CAPOTADO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
09	VEÍCULO CHEVROLET/TRAIL BLAZER LTZ AD4, MOVIDO A DIESEL, ANO/MODELO 2013/2013, EM FERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO, NO ESTADO QUE SE ENCONTRA.
10	SUCATA DE UM VEICULO IVECO/FIAT DAYLI3510 C.C., COR BRANCA, PESO APROXIMADO 1800 KG.
11	SUCATA DE ÔNIBUS MERCEDES BENZ 1620, PESO APROXIMADO 8.500 KG.
12	SUCATA DE CARTEIRAS E CADEIRAS ESCOLARES, PESO APROXIMADO 2.000 KG

Art. 2° - Fica determinado o prazo de até 05 (cinco) dias para a Comissão apresentar o Laudo de Avaliação dos bens, junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 24 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº039/2016

Extrato de Contrato nº039/2016

Contratante: Município de Figueirópolis D'Oeste - MT

Contratado: TECNESANI CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA-ME

Valor Total: R$70.628,34 (setenta mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos)

Vigência: 16/11/2016 a 16/02/2017

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL DE ADEQUAÇÃO DE CASA DE QUIMICA PARA A COMPLEMENTAÇÃO SO SISTEMA DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 16 de novembro de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 187/2016

PORTARIA 187/2016 DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

SÚMULA: "EXONERAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM CARGOS EFETIVOS".

O Excelentíssimo Senhor, **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, Prefeito Municipal De Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente; Resolve

Art. 1° - EXONERAR a pedido o Sr. **WELLINGTON BARBOSA GENTIL,** do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de saúde da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT, partir de 15 de Setembro de 2016.

Art. 2° - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 15 de Setembro 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 231/2016

PORTARIA 231/2016 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

O Sr. LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando a solicitação do servidor e atendendo as legalidades do artigo 163, § 3º inciso II da Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre direito á licença prêmio aos servidores públicos municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor **FERNANDO SOARES TOMAZ,** referente ao período aquisitivo de 02/02/2008 a 01/02/2013, devendo a requerente usufruir do saldo remanescente da licença após transcorrer o período previsto no § 1º do Artigo 126 da Lei Complementar 009/2006.

Art. 2º - Determina ainda que seja dada publicidade a esta portaria, na imprensa oficial do município de Figueirópolis D´Oeste-MT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 22 de Novembro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EXTRATO DO TERMO DE RECISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contratante/Distratante: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

Contratado/Distratada: A empresa WP CONSTRUTORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.648.863/0001-59, com endereço profissional situado na rua Carlos Laet, s/n, cen-

tro, município de Salto do Céu, estado de Mato Grosso, neste ato representada por WENDEL ALVES PRATA, brasileiro, inscrito no RG 10556605 SJ/MT, inscrito n CPF/MF sob n.º 813.593.901-97.

OBJETO: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou na contratação da empresa WP CONSTRUTORA LTDA ME, para a prestação de SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE-MT, rescindi-lo amigavelmente a partir da data de assinatura do presente Termo – 11/11/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, torna publico que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016, cujo objeto é *AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, conforme convênio 700647/2011, para compor a Banda de Fanfarra, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I)*.A abertura do certame está prevista para *14/12/2016 às 07h30min* (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto esclarecimentos(dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135.Guarantã Do Norte/MT.

Guarantã do Norte/MT, 25 de novembro de 2016.

MIRIAN S. MELLO

Pregoeira

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2016

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº 009/2016, obteve o seguinte resultado: A empresa **DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI** sagrou-se vencedora do certame, com o valor global de R$ 172.818,92 (cento e setenta e dois mil oitocentos e dezoito reais e noventa e dois centavos). O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 25 de novembro de 2016. – Luís Gustavo Zandarim Soares – Presidente da CPL.

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES NOVEMBRO 2016 – TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
LETICIA BARBOSA DA CONCEIÇÃO	APOIO EDUCACIONAL DO CAMPO	03/11/2016	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, torna publico que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2016, cujo objeto é *AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, conforme convênio 700647/2011, para compor a Banda de Fanfarra, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I)*.A abertura do certame está prevista para *14/12/2016 às 07h30min* (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital, encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto esclarecimentos(dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135.Guarantã Do Norte/MT.

Guarantã do Norte/MT, 25 de novembro de 2016.

MIRIAN S. MELLO

Pregoeira

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016

O município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 010/2016, cujo o objeto é a Contratação de Empresa Habilitada em Prestação de Serviços de Obra de Engenharia para **Construção de Banheiros Adaptados da APAE** em Guarantã do Norte/MT, com abertura prevista para o dia 16/12/2016 às 08h00min. Os interessados poderão retirar o Edital juntamente com os projetos, gratuitamente no site municipal www.guarantadonorte.mt.gov.br. Guarantã do Norte/MT. 25 de novembro de 2016. **Luís Gustavo Zandarim Soares –** Comissão Permanente de Licitação **- Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

SAAE
EXTRATO DE CONTRATOS NOVEMBRO/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IPIRANGA DO NORTE/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua das Rosas, S/Nº, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ/MF Nº 07.221.747/0001-19, representada neste ato por seu Diretor MIGUEL VALDEMAR RAMOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, TORNA PÚBLICO, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8. 666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Novembro de 2016:

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 002/2013. CONTRATADO:ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**. OBJETO**: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar a partir de 25 de Novembro de 2016 até a data de 25 de Junho de 2017, o prazo mencionado no item 4.2 da Cláusula Quarta, do Contrato n. ° 002/2013. **VIGÊNCIA:** 25/11/2016 a 25/06/2017. **VALOR TOTAL:** R$ 16.413,18 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Treze Reais, e Dezoito Centavos).

Ipiranga do Norte – MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL VALDEMAR RAMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 187, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.

"Institui a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, in-

ciso IX da Constituição Federal, nas condições e prazos previstos nesta Lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 888 de 08 de abril de 2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal para proceder à contratação de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade da instituição da *Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado*, objetivando o preenchimento das vagas que se encontram abertas conforme a lei supracitada, e em cumprimento à legislação;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica instituída a *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado*, composta pelos seguintes membros:

ANA MARIA MORAES E SOUZA Matrícula : 425 Coordenadora de Administração CPF/MF: 107.734.361-20 Presidente **ROSANGELA CARVALHO FREDERICO** Matrícula: 584 Professora CPF/MF: 823.026.931-91 Membro **GILMAR GARCIA GALERIANI** Matrícula: 970 Motorista CPF-MF: 018.614.741-48 Membro

ELIANE NEUBERT

Auxiliar Administrativo CPF-MF: 029.728.061-90 Membro **MONICA ELIZA GOBBI** Matrícula: 695 Agente Administrativo CPF/MF: 019.401.911-06 Membro

Art. 2º. Caberá a *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* todos os atos para o normal processamento até o resultado classificatório final do Processo Seletivo para contratação dos aprovados constante no Edital especifico a ser publicado.

Parágrafo único: Os membros da *Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2016, para Contratação de Pessoal por Tempo Determinado* de que trata o *caput* deste artigo responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 10 de novembro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016

A Prefeitura Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2016, instituída através da Portaria nº 187/2016, visando atender necessidade temporária de interesse público, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei Municipal de nº 888 de 08 de abril de 2015, regidos pelas normas constantes neste Edital:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização deste processo seletivo simplificado ficará sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT**.** obedecendo às normas deste edital.

1.2. A Supervisão, Fiscalização e Acompanhamento ficará sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, instituída pela Portaria nº 187/2016.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições podem ser feitas pessoalmente, em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições presenciais	**Início: 05/12/2016 no horário 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.** **Término: 16/12/2016 , às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS: LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** Prefeitura Municipal,Avenida Lucio Mendonça Primo, n.º 621, Bairro – Arco Iris II, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3491 - 1065
Inscrições presenciais	**Início: 05/12/2016 no horário 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.** **Término: 16/12/2016, às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** SUB Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul,Avenida Zenaide Avena de Oliveira, Bairro – Ouro Branco do Sul, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3492 – 1312
Os horários previstos neste edital seguem o horário local de ITIQUIRA – MT.	

2.2. Do procedimento específico para a inscrição presencial

2.2.1. Os candidatos deverão fazer inscrição presencial com auxílio de um servidor autorizado, na Prefeitura Municipal,Avenida Lucio Mendonça Primo, n.º 621, Bairro – Arco Iris II, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3491 – 1061 e na **SUB PREFEITURA MUNICIPAL EM OURO BRANCO DO SUL**, Avenida Zenaide Avena de Oliveira**, em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT**.

2.2.2. No ato da inscrição presencial o candidato deverá:

a) Apresentar cópia e respectivo documento original de identidade que comprove a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) Apresentar cópia e respectivo documento original contendo os dados necessários para o preenchimento do Requerimento de Inscrição;

c) Informar, obrigatoriamente, o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF; caso não o possua, deverá solicitar aos órgãos competentes, de forma a obtê-lo antes do término do período de inscrição;

d) Prestar as informações para a inscrição, com clareza, diretamente ao servidor autorizado responsável.

2.2.3. Não recairá sobre o servidor autorizado a auxiliar o candidato em sua inscrição presencial qualquer responsabilidade quanto à escolha de cargos; portanto, o candidato deverá, antes, certificar-se do cargo para o qual estará se inscrevendo.

2.2.4. A inscrição presencial deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente constituído, por meio de instrumento público ou particular de procuração, contendo poderes expressos para este fim.

2.2.5. Não serão permitidas duas inscrições para o mesmo candidato; caso ocorra, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente.

2.3. Disposições gerais sobre as inscrições:

2.3.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.3.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.3.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.3.4. Na hipótese de um mesmo candidato inscrever-se em dois ou mais cargos, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente.

2.4. Do Cartão de Identificação

2.4.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

c) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.4.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.4.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.4.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico: **www.itiquira.mt.gov.br**

2.5. Das isenções da taxa de inscrição

Todos os candidatos serão isentos de taxa de inscrição.

2.6. Vagas reservadas para Portadores de Necessidades Especiais

2.6.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais estão reservadas 05% (cinco por cento) das vagas dos cargos previstos neste edital, de acordo com a Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 e decisão do STF (RMS 25.666).

2.6.2. Para os efeitos do item 2.10.1, consideram-se pessoas portadoras de necessidades especiais às elencadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.

2.6.3. Qualquer pessoa portadora de necessidade especial poderá inscrever-se no processo seletivo para ingresso nos cargos da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, conforme a previsão das vagas estabelecidas neste edital.

2.6.4. O candidato, no ato da inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador e deverá apresentar o laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, nos termos do inciso IV do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, na sede da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, para a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, via protocolo **no ato da inscrição**.

2.6.5. O candidato portador de necessidade especial deverá corresponder ao perfil traçado para o preenchimento do cargo.

2.6.6. No ato da inscrição o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

2.6.7. O candidato que se encontrar nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que a instituição selecionadora dispuser na oportunidade.

2.6.8. Para que sejam considerados aprovados, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão obter, durante todo o processo seletivo, a pontuação mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

2.6.9. Na realização das provas, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência física somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência conforme determina o art. 40 do Decreto Federal nº. 3.298/99.

2.6.10. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA** não se responsabilizará pela elaboração de prova específica para os portadores de necessidade especial que não comunicarem a deficiência no ato da inscrição.

2.6.11. Por ocasião da contratação dos candidatos classificados a Prefeitura Municipal procederá à análise da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido, de acordo com as normas do Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.

3. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I deste edital.

3.2. Os candidatos obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao cargo escolhido, conforme tabela dos cargos e suas localidades constantes no Anexo I deste edital.

4. DAS PROVAS

4.1. Data e local das provas objetivas, práticas e de aptidão física

4.1.1. As provas objetivas para todos os cargos serão realizadas no **dia 15 de janeiro de 2017,** no período matutino, das 08h às 11h, nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br**.**

4.1.2. As provas práticas para os cargos previstos neste edital serão realizadas no mesmo dia da prova objetiva no período vespertino a partir das 13h00min., nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br

4.1.3. A pontuação máxima da prova prática é **10** pontos.

4.1.3.1. Os critérios da prova prática serão estabelecidos no anexo II deste edital.

4.2. Das características das provas objetivas

4.2.1. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.2.2. A constituição das provas objetivas é a seguinte:

NÍVEL SUPERIOR

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Fonoaudiólogo Fisioterapeuta Médico Professor Nível II – área de Ciências Humanas Professor Nível II – área de Linguagem Professor Nível II – área de Matemática Professor Nível II – Pedagogia Educação Infantil Professor Nível II – Pedagogia I ao V ano Professor Nível II – Áreas Ciências Naturais	*Língua Portuguesa com interpretação de texto*	*10*	30	1,00	30,00
Conhecimentos Gerais	*10*				
Conhecimentos Específicos	*10*				

NÍVEL MÉDIO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Auxiliar de Educação Especial Técnico em Enfermagem Técnico em Raio X Auxiliar de Laboratório	Língua Portuguesa	10	30	1,00	30,00
Conhecimentos Gerais	10				
Conhecimentos Específicos	10				

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Motorista	Língua Portuguesa e Matemática	10	20	1,00	20,00
Conhecimentos Gerais	05				
Conhecimentos Específicos	05				

4.2.3. Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo II deste edital.

4.3. Da realização das provas

4.3.1. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

4.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

4.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do processo seletivo não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros objetos que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato, sendo expressamente proibida a identificação de candidatos com documentos em fotocópia ou equivalentes.

4.3.3.2. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3.

4.3.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas de candidatos que comparecerem sem documentos citados no item 4.3.3, mesmo que tenham solicitado a alguém que traga a documentação até o local de prova. Vencido o horário permitido, o candidato deverá retirar-se do espaço físico da local de aplicação de prova (escolas ou entidades estabelecidas).

4.3.5. Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou auto-

ridades; afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações, ou, após as provas, a utilização de processos ilícitos para a realização das mesmas, constatado por meio de perícia.

4.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

4.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

4.3.8. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul, não porosa.

4.3.9. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

4.3.10. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

4.3.11. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

4.3.12. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova para aquele cargo.

4.3.13. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

4.3.14. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de **02 (duas) horas** poderá levar consigo o caderno de provas.

4.3.16. O candidato que sair antes do horário acima mencionado terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 004 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova na sede da prefeitura no horário de expediente; após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

4.3.17. O candidato deverá permanecer no mínimo por **uma hora** em sala após o início das provas, sob pena de eliminação, podendo sair apenas para ir ao banheiro, tomar água ou outros casos, devidamente acompanhado do fiscal.

4.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

4.3.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.20. Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.4. Do conteúdo programático das provas objetivas

4.4.1. Os programas das provas objetivas, nos quais constam as matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo II deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Dos critérios de classificação

5.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela média aritmética das notas obtidas, divulgando-se o resultado final em ordem decrescente.

5.1.2. O candidato classificado será mantido em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação/nomeação através de jornal oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br*.,* ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

5.2. Da Prova de Títulos

5.2.1. Os cargos para os quais se admitirá prova de títulos são os de Nível Superior. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	0,25
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	0,50
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	0,75

5.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, se for apresentado mais de um título em nível igual ou diferente, será computado apenas o título de maior pontuação.

5.2.3. Somente será considerado o título obtido na área correspondente ao cargo pretendido, desde que o mesmo esteja relacionado à Administração Pública.

5.2.4. A Titulação Acadêmica será feita mediante apresentação do respectivo comprovante em fotocópia legível e autenticada em cartório.

5.2.5. O ponto obtido na prova de títulos será somado à média aritmética das provas objetivas para efeito de classificação final.

5.2.6. Será aceito diploma, certificado de especialização, mestrado ou doutorado devidamente registrado, nos termos da legislação vigente.

5.2.7. Somente será computado o ponto da prova de títulos para os candidatos classificados.

5.2.8. Para a entrega dos diplomas/certificados previsto no item 5.2.6 deverá ser utilizado, para tanto, o Formulário para Apresentação de Títulos, o qual deverá ser solicitado ao servidor autorizado a fazer as inscrições no local indicado no sub item 2.2.1.

5.2.8.1. Os títulos deverão ser entregues em formulário próprio no endereço sub item 2.2.1 no período de **05/12/2017 a 16/12/2017**, devidamente **autenticado em cartório.** Não será aceito prova e título via fax, correio eletrônico ou fora do prazo pré-estabelecido.

5.3. Da desclassificação

5.3.1. Será considerado desclassificado do processo seletivo simplificado o candidato que:

a) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** em cada uma das provas objetivas não específicas;

b) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** na prova prática;

d) Ausentar-se de quaisquer das provas;

e) Descumprir as normas constantes deste edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo seletivo simplificado nº 002/2016;

f) Utilizar meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou, ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato;

g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

h) Não entregar a documentação exigida no ato da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;

i) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

j) Aprovado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.4. Dos critérios de desempate na classificação

5.4.1. Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada.

b) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver);

c) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

d) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

e) candidato que obtiver maior nota na prova prática;

f) candidato que obtiver maior pontuação de títulos (se houver);

g) candidato que tiver mais idade.

6. DO RESULTADO FINAL

6.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2016 será homologado por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado no site www.itiquira.mt.gov.br e na Imprensa Oficial do Município através de jornal Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública; e ainda, no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA.

7. DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, até o limite de vagas estabelecidas, criadas por lei durante a validade do processo seletivo.

7.2. Os candidatos classificados para cadastro de reserva serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

7.3. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para a contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

7.4. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e cópia, a ser autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

7.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação, ou Certidão de quitação eleitoral;

7.4.9. Título de Eleitor;

7.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

7.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho, indicado pela Prefeitura Municipal;

7.4.13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.4.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.4.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.4.17. Declaração contendo endereço residencial;

7.4.18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.4.19. Declaração de Bens;

7.4.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.5. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por uma Junta Médica do Município.

7.5.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.5.2. A inspeção médica terá carater eliminatório.

7.5.3. O exame médico admissional correrá às expensas do candidato.

7.5.4. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.5.5. CPF do Pai e da Mãe;

7.5.6. Conta Corrente no Banco do Brasil S/A

7.5.7. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

8. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 803/2013 de 26 de novembro de 2013, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente processo seletivo simplificado terá prazo de validade de um ano, contados a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, ressalvada, quanto à vigência, a contratação para função docente, que fica limitada ao ano letivo fixado no calendário escolar.

9.2. A inscrição neste processo seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

9.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do processo seletivo, dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venham a ser criadas por lei complementar específica.

9.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Administração para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

9.5. O candidato que, à época da contratação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

9.6. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

9.7. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

9.9. Todas as publicações pertinentes a este processo seletivo, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, bem como no Jornal Oficial do Município, sendo este o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

9.10.1. As publicações relativas à homologação do processo seletivo e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

9.10.2. Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br).

9.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, em conjunto com a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo seletivo simplificado nº 002/2016.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Do Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
28/11/2016	Publicação do edital de abertura
29/11 e 30/11/2016	Prazo de impugnação do edital de abertura
05/12 a 16/12/2016	Período de inscrições e protocolização da prova de títulos
20/12/2016	divulgação da listagem com confirmação de inscrição
21/12 e 22/12/2016	Prazo de recurso de indeferimento de inscrição
23/12/2016	Homologação das inscrições (listagem com confirmação de inscrição)
09/01/2017	Divulgação dos locais de prova
15/01/2017	Realização da prova objetiva e da prova prática
16/01/2017	Divulgação do Gabarito Preliminar após as 18 horas
17/01 e 18/01/2017	Prazo de recursos contra o gabarito preliminar
19/01/2017	Divulgação do julgamento dos recursos contra a prova objetiva Divulgação do gabarito oficial
24/01/2017	Divulgação da classificação geral das provas objetivas e da prova prática
25/01 e 26/01/2017	Prazo de recursos contra a classificação geral
27/01/2017	Julgamento dos recursos contra a classificação geral
30/01/2017	Divulgação do resultado geral para homologação do executivo

10.2. Dos Recursos

10.2.1. Admitir-se-à um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões.

10.2.2.1. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, não sendo aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível ou que não possuam de modo claro o requerimento do candidato.

10.2.3. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso.

10.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

10.2.5. O recurso deverá ser apresentado em formulário específico disponibilizado no Anexo III deste edital, datilografado ou digitado, assinado pelo candidato, e protocolizado no endereço contido no sub item 2.2.1.

10.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal e dado conhecimento no site supracitado, na forma de retificação do gabarito ou do resultado, conforme o caso.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIV0 002/2016, juntamente com a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA/MT.

ITIQUIRA – MT, aos 25 de novembro de 2016. ‘

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2016

ANEXO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS.

NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
						VAGAS		
	Fisioterapeuta	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 3.391,16	40h	01	-	01
	Fonoaudiólogo	Ensino Superior Completo na Área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.296,08	40h	01	-	01
	Médico PSF/Hospital	Ensino Superior Completo na Área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 9.184,35	40h	02	01	03
07	Professor Nível II – Área de Ciências Humanas	Ensino Superior Completo em História ou Geografia.	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	01	02	03
12	Professor Nível II – Área de Linguagem	Ensino Superior Completo em Letras, Artes, Inglês ou Educação Física	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	04	01	05
13	Professor Nível II – Área de Matemática	Ensino Superior Completo na Área de Matemática	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	01	01	02
15	Professor Nível II – Pedagogia Educação Infantil	Ensino Superior Completo na Área de Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	06	03	09
17	Professor Nível II – Pedagogia I ao V ano	Ensino Superior Completo na Área de Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	08	03	11
18	Professor Nível II – Área Ciências Naturais	Ensino Superior Completo na Área Ciências Naturais	Objetiva + Prova de Títulos	R$ 2.527,64	30h	04	01	05

.016,20ia de Educaç NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
						VAGAS		
	Auxiliar de Educação Especial	Ensino Médio Completo	Objetiva	R$ 1.244,10	40h	01	-	01
	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo+ Curso Técnico em Enfermagem	Objetiva	R$1.344,20	*40h	10	04	14
	Auxiliar de Laboratório	Ensino Médio Completo+ Curso Técnico em Laboratório	Objetiva	R$1.344,20	*40h	01	-	01
	Técnico em Raio X	Ensino Médio Completo Curso Técnico em Raio X	Objetiva	R$ 1.575,06	*20h	01	01	02

.016,20ia de Educaç NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO E COMPETO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
						VAGAS		
	Motorista	Ensino Fundamental Incompleto+ CNH D ou Superior	Objetiva + Prova Pratica	R$ 1.103,30	40h	08	02	10

*** 40h semanais ou sob regime de plantões conforme interesse de administração.**

NOTA: OBS-Ouro Branco do Sul

PNE-Portadores de Necessidades Especiais

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo nº 002/2016 da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO FUNDAMENTAL

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

1. Língua Portuguesa;

2. Matemática;

3. Conhecimentos Gerais;

4. Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA - Para todos os cargos deste grupo

1. Interpretação de texto; 2. Sinônimo e antônimo; 3. Ortografia; 4. Divisão silábica; 5. Acentuação gráfica; 6. Pontuação; 7. Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral e verbo.

Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

1. Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; 2. Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; 3. Frações; 4. Números decimais.

CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos deste grupo

1. História do Estado de Mato Grosso: Geografia do Estado de Mato Grosso: os municípios de mato grosso; localização geográfica; os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; 2. Município de Itiquira: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; Poderes Legislativo e Executivo; 6. Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, do Estado de Mato Grosso e do Município de Itiquira adquiridos através dos meios de comunicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Motorista - CNH Categoria D ou Superior: 1. Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; 2.classificação das vias; deveres e proibições; 3. Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; 4. Principais crimes e contravenções de trânsito; 5. Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; 6. Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; 7. Conhecimento de defeitos simples do motor; 8. Procedimentos corretos para economizar combustível; 9. Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; 10. Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; 11. Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; 12. Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 13. Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

Prova Prática - Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **ESTE CARGO TEM COMO PRÉ-REQUISITO O PORTE DE CNH COM CATEGORIA "D", DEVENDO O CANDIDATO APRESENTAR A RESPECTIVA HABILITAÇÃO QUANDO DA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA, SOB PENA DE NÃO PODER REALIZAR A PROVA PRÁTICA.**

ENSINO MÉDIO COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível médio serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa;Conhecimentos Gerais;Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos

História Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1. Fundação de Cuiabá, 1.2. Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3. Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4. Os Lemes; 1.5. Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7. Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9. Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10. A Rusga; 1.11. Os Alencastro. 1.12. Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13. Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3. Ocupação do território; 1.4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6. Dinâmica da população em Mato Grosso; 1.7. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8. A economia do Estado no contexto nacional; 1.9. A urbanização do Estado; 1. 10. Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1. Aspectos históricos e geográficos; 1.2. Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4. Atualidades gerais: político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS;

Auxiliar em Educação Especial: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90; Noções Básicas sobre Relações Humanas; Importância das relações humanas e da comunicação: seus conceitos, elementos, formas e barreiras. Princípio de qualidade no atendimento. Desinfecção, Esterilização, Assepsia e Anti-sepsia das mãos, materiais e instalações. Noções de medicamentos. O cuidado humano. Doenças mais comuns na infância; Considerações sobre a alimentação das crianças; Adaptações ambientais; Higiene, vestuário e cuidados com a pele; Transtornos do sono: insônia e sonolência excessiva; Alterações do comportamento: irritação, agitação e agressividade; Instabilidade e quedas;

Auxiliar em Laboratório: Controle de microorganismos: esterilização e desinfecção; Principais métodos físicos e químicos. Preparo de soluções. Montagem de bancadas e preparo de área de trabalho. Fundamentos básicos da microscopia ótica e sua aplicação, balança analítica; centrífuga, banho Maria, estufas. Técnicas de coleta; Anticoagulantes; Punção venosa e arterial. Soro e plasma; Valores normais dos principais exames laboratoriais. Hematologia: esfregaço, coloração, contagem de leucócitos e hemácias, hematócrito e hemoglobina; Coagulograma, VHS, coombs direto e indireto, pesquisa de hematozoários. Bioquímica: glicose, hemoglobina glicosilada, uréia, creatinina, ácido úrico, colesterol total e frações, triglicerídios, proteínas totais e frações, bilirrubinas e enzimas. ConhecimentoS básicos de espectrofotometria. Urinálise: Principais analitos bioquímicos na urina. Função renal: clearences. Metodologias de análise. Sorologia: noções básicas de antígeno/anticorpo; diagnósticos laboratoriais mais comuns (PCR, tipagem sanguínea, fator Rh, VDRL, teste de gravidez, etc.); separação de soro e plasma. Microbiologia: Coleta e transporte de material em bacteriologia; Preparação de meios de cultura. Culturas: urina, fezes, sangue, secreção e líquidos biológicos; Isolamento e preparo para identificação de microorganismos; Morfologia e métodos de coloração. Parasitologia: Coleta de material: conservação, transporte e coloração. Principais métodos utilizados para helmintos e protozoários de importância médica. Noções preliminares de Higiene e Boas Práticas no Laboratório; Equipamentos de Proteção Individual e de Proteção Coletiva: Tipos principais e utilização adequada. Descarte de materiais biológicos. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS.

Técnico em Enfermagem: 1. Ética Profissional; 2. Conceito de saúde e doença; 3. Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; 4. Equipe de Enfermagem; 5. Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; 6. Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; 7. Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; 8. Pesagem e mensuração; 10. Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão arterial; 11. Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; 12. Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; 13. Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; 14. Administração de medicamentos por via oral e parenteral; 15. Preparo de drogas e soluções.

Técnico em Raio X: Física da Radiação (Natureza, Produção e Propriedades dos Raios X); Constituição e Funcionamento dos Aparelhos de Raios X; Constituição dos Tubos Formadores de Raios X; Unidade de dose e dosimetria; Filmes Radiográficos e Processamento Radiográfico; Fatores que influem na formação das imagens radiográficas; Os efeitos biológicos e os riscos associados aos Raios X; Radioproteção; Técnicas Radiográficas na Rotina Médica; Anatomia Radiográfica das principais incidências médicas; Técnicas Radiográficas Odontológicas; Anatomia Radiográfica das principais incidências odontológicas; Erros nas radiografias; Garantia de qualidade. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível superior completo serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa com interpretação de texto;Conhecimentos Gerais;Conhecimentos Específicos;

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

Historia Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3 Ocupação do território; 1.4 aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5 Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6 Dinâmica da população em Mato Grosso; 1. 7 Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8 A economia do Estado no contexto nacional; 1.9 A urbanização do Estado; 1.10 Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fisioterapeuta: Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações, indicações de termoterapia; fototerapia; massoterapia; cinesioterapia; hidrocinesioterapia; eletroterapia; avaliação funcional - biomecânica. Fisioterapia aplicada em traumatologia: fraturas; luxações; entorses; distensões; lesões ligamentares; artroplastias; ligamentoplastias patológicas. Fisioterapia em Reumatologia: bursites; tenossinovites; tendinites; osteoporose; artrose; artrites em geral; febre reumática; algias vertebrais; DORTs (LER). Fisioterapia em ortopedia: luxação congênita de quadril; pé tortocongênito; deformidades da coluna vertebral; deformidades adquiridas nos pés e joelhos; doenças de Osgood-Schlater. Fisioterapia em neurologia: acidente vascular cerebral; lesões medulares; paralisia. Diretrizes do SUS e Pacto pela Vida. Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Humanização. NASF e a Política Nacional da Atenção Básica. Legislação: Leis Federais: nº 8.080/1990, nº 8.142/1990 e Decreto Lei nº 938 de 13 de outubro de 1969.

Fonoaudiólogo: *Audição: anatomofisiologia, desenvolvimento, avaliação e diagnóstico audiológico, indicação, seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual, processamento auditivo, audiologia educacional; Línguagem oral e escrita: anatomofisiologia, aquisição e desenvolvimento, avaliação, diagnóstico e tratamento dos distúrbios da aquisição e desenvolvimento e dos distúrbios neurológicos adquiridos da linguagem; Sistema miofuncional orofacial e cervical, Fala, Fluência e Voz: anatomofisiologia, desenvolvimento, avaliação, diagnóstico e tratamento de seus distúrbios; Promoção da saúde fonoaudiológica e prevenção dos distúrbios da comunicação humana; Fonoaudiologia e a Instituição Escolar. . Diretrizes do SUS e Pacto pela Vida. Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Humanização. NASF e a Política Nacional da Atenção Básica. Legislação: Leis Federais: nº 8.080/1990, nº 8.142/1990 e Lei nº 6.965 de 09 de Dezembro de 1981.*

Médico PSF/HOSPITAL: Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarréia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia; Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatoide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo. Sistema Único de Saúde (SUS): Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90; Política Nacional de Atenção Básica (Portaria 648/GM de 28/03/2006); Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (Portaria nº 399/GM, de 22/004/2006, e Portaria nº 699/GM, de 30/03/2006); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Portaria nº 154, de 24/01/2008, e suas alterações). Código de Ética Médica. Conteúdo Específico da Área de Atuação, com ênfase em condutas (diagnóstico e tratamento) das patologias mais prevalecentes.

Professor Nível II - Área de Ciências Humanas: Aspectos Físicos: Clima, Vegetação, Relevo, Hidrografia, Recursos Naturais e os Impactos Ambientais nos Ecossistemas Naturais e Agrícolas; Aspectos Geográficos: Localização e Limites da Superfície Brasileira, Área e População; Aspectos Econômicos: Comércio, Indústria, Transportes e Comunicações, Agricultura, Energia e Turismo; GEOGRAFIA GERAL: As Relações Campo Cidade; O Positivismo como Fundamento da Geografia Tradicional e a Geografia Crítica; A Crise da Geografia na Atualidade; A Produção do Espaço Capitalista Mundial; A Globalização e os Mercados Regionais; Os PCN'S e o Ensino da Geografia; GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: Aspectos Geográficos, Econômicos, Físicos e Sociais do Estado de Mato Grosso. Geografia do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT**.**

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do

conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Européia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios; História da América.

Professor Nível II – Área de Linguagem: 1. Concepção de linguagem e o ensino da língua portuguesa. Processo da leitura e a compreensão e produção de texto. 2. Metodologia do ensino da língua portuguesa. Tipologia Textual: Descrição, Narração e Dissertação. Textos e Textualidade: Coesão e Co-

erência. 3. Comunicação: Significação das palavras, denotação e conotação, **figuras de linguagem**, figuras de sintaxe, fonética e fonologia, som e fonemas. 4. Gramática: Ortografia, acentuação gráfica e crase. 5. Morfologia: Estrutura e formação das palavras. Morfosintaxe: Classe de palavras e sua correspondente função sintática. 6. Sintaxe: Frase, oração, período, termos essenciais, integrantes e acessórios da oração, vocativo, período composto por coordenação e subordinação; sintaxe de concordância; sintaxe de regência; sintaxe de colocação de pronomes; pontuação; 7. **Literatura:** Conceito, gêneros e as linguagens da literatura (poema, texto narrativo, teatro) Noções sobre o Classicismo, o Barroco, o Neoclassicismo, Romantismo, Realismo; Parnasianismo; Simbolismo; Modernismo. 8. **Nova Ortografia:** Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen. 9. Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, concepção. 10. Teorias e Tendências Pedagógicas; Sistemas de ensino - Função social da escola; Processo de Ensino/Aprendizagem: Relações entre Educação, Escola e Sociedade. Relação professor – aluno; Bases psicológicas da aprendizagem; Tecnologia educacional; Métodos. Técnicas e Meios; Gestão escolar democrática e a eficácia escolar**;** Planejamento de Ensino - Planos/Projetos (concepção, funções e tipos); Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas. 11. Pedagogia da Inclusão. Legislação – LDB; FUNDEB; Ensino Fundamental de 09(nove) anos; Estatuto da Criança e do Adolescente, 12. Estudo ***das capacidades físicas***; 13. Estudo das habilidades físicas; 14. Educação Física e estilo de vida; 15. Socorros de urgência aplicados ao ambiente escolar; 16. Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; 17. Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; 18. Noções sobre ergonomia no contexto escolar; 19. Conhecimentos sobre atividades posturais; 20. Avaliação em educação física escolar; 21. Avaliação postural; 22. Abordagens da Educação Física; 23. Ética profissional no ambiente escolar; 24. Educação Física adaptada.

Professor Nível II – Área de Matemática: Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais. Operações com números naturais. Radicais - operações e racionalização de denominadores. Regra de três, juros e percentagem. Sistema métrico decimal. Expressões Algébricas. Equações de 1º e 2º graus. Funções – produto cartesiano, relações e funções constantes, função do 1º e 2º grau. Segmentos proporcionais – razão e proporção. Geometria e Geometria banalítica. Medida de Circunferência, de volume, de capacidade, de massa, de superfície e de cumprimento. Potenciação; Trigonometria; Estatística; Metodologia do ensino da matemática.

Professor Nível II – Pedagogia Educação Infantil: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96. 2. Tendências Pedagógicas da Educação (Liberais e Progressistas). 3. Psicologia Genética (Piaget). 4. Teoria Sócio-construtivista (Vygotsky). 5. Henri Wallon – O desenvolvimento infantil. 6. A Psicogênese da Escrita. 7. O Projeto Político Pedagógico da Escola. 8- Filosofia e Educação: As concepções da educação, Os grandes pensadores em educação, Pensadores modernos e pós-modernos da educação. 9- Sociologia da comunicação: pressupostos (paradigmas sociológicos: Marx, Durkheim, Weber. 10. Parâmetros Curriculares Nacionais (séries iniciais e referencias da educação infantil). 11. Prática Educativa Interdisciplinar e Transdisciplinar. 12. A Literatura Infantil na Escola. 13. Educação e Ludicidade. 14. Educação Inclusiva (aspectos étnicos, culturais e raciais). 15. Educação Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial. 16. Avaliação Escolar sob uma perspectiva construtivista. 17. Pedagogia Libertadora (Paulo Freire). 18. Tecnologias, Informática e Educação. 19. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. 20- Escola organizada por ciclos de formação humana; Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem.

Professor Nível II – Pedagogia I ao V ano: Teorias do desenvolvimento da criança e da aprendizagem. O afetivo, o cognitivo e o socio-interacionismo no processo de aprendizagem infantil. A personalidade da criança e o processo educacional. O pensamento e a linguagem. A alfabetização, a leitura e a produção de textos. A resolução de problemas e a prática pedagógica. O processo histórico do conhecimento matemático. A importância dos brinquedos e das brincadeiras no desenvolvimento psicológico da criança. Noções básicas dos conteúdos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Estratégias de organização do espaço da sala de aula. Planejamento das aulas de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis. A disciplina e a indisciplina no contexto da sala de aula. A utilização das metodologias de acordo com as temáticas abordadas. Compreensão das teorias curriculares e a aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais. Entendimento da interdisciplinaridade e da transversalidade no planejamento pedagógico. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem da escola como meio de reflexão da prática pedagógica. Orientações gerais do Ensino Fundamental de nove anos: Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. A organização do trabalho pedagógico com ênfase na alfabetização e letramento e Educação Matemática, destacando situação-problema. Conhecimento matemático em ação e transposição didática como eixos norteadores. A implementação do currículo nos anos iniciais: didática e metodologias de alfabetização e das diversas disciplinas do currículo no Ensino Fundamental. Educação de Jovens e Adultos – 1º segmento, Educação Indígena, Cultura Afro-Brasileira para o ensino regular dos anos iniciais do ensino fundamental. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Professor Nível II – Área Ciências da Natureza: Ciências no Ensino Fundamental - caracterização da área; fases e tendências dominantes; ciências naturais, cidadania e tecnologia; aprender e ensinar ciências naturais; Ciências e métodos científicos; abordagem metodológica de conteúdo; temas e atividades; objetivos gerais, conteúdos e avaliação para o ensino fundamental; orientações didáticas. O Universo - origem. O Sistema Solar, o Sol como fonte de energia, movimentos da Terra e da Lua e suas consequências. Rochas e solos - origem e estrutura da Terra, origem, tipos, composição e modificações das rochas, exploração e conservação do solo, combustíveis fósseis. Ar atmosférico - composição, relações com os seres vivos, poluição do ar, pressão atmosférica e suas variações, ventos, noções básicas de meteorologia. Água - propriedades físicas e químicas, ciclo da água, relações com os seres vivos, poluição da água, purificação da água, tratamento de água e esgoto. Meio Ambiente e Sociedade - conceitos ecológicos, estudo das populações, interações, cadeias, teias e pirâmides ecológicas, relações entre os seres vivos, reciclagem, energias alternativas, poluição e desequilíbrio ecológico. Seres vivos - Evolução: Lamarck e Darwin, mutação e seleção natural, biodiversidade. Citologia; Biologia humana. Saúde no Ensino Fundamental - concepção, objetivos, conteúdos, avaliação, orientações didáticas. Orientação Sexual no Ensino Fundamental; Genética; Fundamentos de Química; Fundamentos de Física.

ITIQUIRA – MT, 25 de novembro de 2016.

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2016

ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS.

FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____,

(*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido (a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição no Processo Seletivo de ITIQUIRA – MT.

_____, _____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do(a) requerente

	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PREFEITURAMUNICIPALDE ITIQUIRA			
	FICHA DE INSCRIÇÃO SELE-TIVO 002/2016			
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				
DATA DE NASCIMENTO	/ /	SEXO	M ( )	F ( )
RG Nº:	ÓRGÃO			UF
CPF:	NATURALIDADE:		UF	
NOME MÃE				
NOME PAI				
ESTADO CIVIL		ESCOLARIDADE		
TELEFONE FIXO	( )		TELEFONE CELU-LAR	( )
EMAIL:				
PNE (deficiente) S ( ) N ( )				
DEFICIENCIA FÍSICA				
CID			DETALHE DA DE-FICIENCIA	
ENDEREÇO				
COMPLEMENTO				
BAIRRO		CEP		
CIDADE		UF		
				_____
Assinatura do Candidato				

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO				
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

_____, ___ de _____ de 2016.

À

Comissão do Processo Seletivo 002/2016

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo 002/2016.

( ) Inscrições.

( ) Gabarito Oficial.

( ) Resultado Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

( ) Resultado Prova Prática.

( ) Resultado Prova de Títulos.

( ) Resultado Geral – classificação.

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____, inscrição nº _____, do concurso público desta Prefeitura, venho através deste interpor o recurso**:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura candidato)

Formulário para Apresentação de Títulos À

Comissão do Processo Seletivo 002/2016

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos, tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Concurso Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme sub-item 5.2.1 do Edital.

01- Número de Documentos Entregues: _____

02- Nome de candidato: _____

03- N.º de Inscrição:_____

04- Cargo: _____

05- O candidato na entrega de títulos deverá efetuá-los em envelopes individuais fechados, subscritos da seguinte forma:

Referente: Documentos Títulos – Processo Seletivo 002/2016, Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

06- Os documentos enviados, **todos autenticados**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao certame seletivo.

07- Tabela a ser preenchida pelo candidato.

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	

Pontuação solicitada pelo candidato: _____

Pontuação obtida após análise (não preencher este campo):_____

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

_____ , _____de _____de 2016

_____

Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços Nº 003/2016.

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Jauru comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento de proposta apresentada à licitação, modalidade **Pregão Presencial nº 003/2016,** para **OBJETO**: Aquisição de Combustível e Óleo Lubrificante para o automóvel de placa OBA 0857 da Câmara Municipal de Jauru conforme **anexo II** do edital onde a empresa **AUTO POSTO JAURU LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.038.656/0001-45**, foi à vencedora do presente certame, perfazendo assim um total de R$ 31.670,00 (Trinta e um mil e seiscentos e setenta reais)**.**

Jauru- MT, 25 de novembro de 2016.

Aloisio Costa de Abreu

Pregoeiro

LEI Nº. 711/2016

LEI Nº. 711 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

"FIXAS OS VALORES DE DIÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

ELISEU MARCELINO DA ROCHA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº. 617 de 20 de Outubro de 2014, que passa a ser a seguinte:

ART. 1º - Os valores de diárias a serem pagas ao Prefeito (a), Vice-Prefeito, Procurador Jurídico, Secretários, Ouvidor, Controlador Geral, Secretário Adjunto, Gerente, Supervisor, Assessor, Coordenador, Assistente Social, Bioquímico/Farmacêutico, Contador, Controlador Interno, Enfer-

meiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Clinico Geral, Médico Veterinário, Nutricionista, odontólogo, psicólogo e demais servidores municipais, quando em viagem a serviço do Município, seguirá os valores da tabela abaixo:

PREFEITO:

No Estado.....R$ 500,00

Fora do Estado.....R$ 800,00

VICE-PREFEITO, PROCURADOR JURÍDICO, ASSESSOR JURÍDICO, SECRETÁRIOS, OUVIDOR, CONTROLADOR GERAL, CONTADOR, CONTROLADOR INTERNO, PRESIDENTE E MEMBROS DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO, PRESIDENTE E MEMBROS DO CONSELHO DE INVESTIMENTOS, GESTOR DO RPPS E SUPERVISORA DO PREVIJAURU:

No Estado.....R$ 300,00

Fora do Estado..... R$ 600,00

ASSESSOR DE GABINETE, ASSESSOR DE IMPRENSA, TÉCNICO I E II, SECRETÁRIO ADJUNTO, GERENTE, SUPERVISOR, COORDENADOR, ASSISTENTE SOCIAL, BIOQUIMICO/FARMACEUTICO, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO AGRONOMO, ENGENHEIRO CIVIL, FISIOTERAPEUTA, FONOAUDIOLOGO, MÉDICO CLINICO GERAL, MÉDICO VETERINÁRIO, NUTRICIONISTA, ODONTOLOGO, PSICOLOGO, PROFESSOR:

No Estado.....R$ 250,00

Fora do Estado.....R$ 500,00

DEMAIS SERVIDORES:

No Estado.....R$ 200,00

Fora do Estado.....R$ 350,00

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru-MT, 25 de Novembro de 2016.

ELISEU MARCELINO DA ROCHA

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 04 AO EDITAL DO PSS Nº 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 04 AO EDITAL DO PSS Nº 003/2016

SUSPENSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

O Prefeito do Município de Juara - MT, Sr. **Edson Miguel Piovesan**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 580/2016, torna público o edital complementar do Processo Seletivo Simplificado 003/2016.

Art. 1º - Fica suspenso a realização do Processo Seletivo Simplificado 003/2016 da Prefeitura Municipal de Juara – MT. A presente suspensão decorre de cumprimento de Liminar do Processo nº 4845-82.2016.811.0018 Código: 85346, emitido pelo MM. Fabricio Sávio Da Veiga Carlota, Juiz de Direito da Comarca de Juara.

Art. 2º - A suspensão é por tempo indeterminado, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar as futuras publicações referente ao andamento do Processo Seletivo Simplificado no site da Prefeitura Municipal de Juara - MT: **www.juara.mt.gov.br.**

Art. 3º - Os candidatos inscritos no referido seletivo terão direito ao cancelamento da inscrição e a devolução da quantia paga. Serão expedidas orientações aos candidatos sobre a devolução do valor da inscrição, as quais serão divulgadas pela Prefeitura Municipal de Juara, juntamente com a Comissão Organizadora do certame.

Art. 4º - Este Edital Complementar nº 04 do Processo Seletivo Simplificado 003/2016 entra em vigor na data de 24 de novembro de 2016.

Juara – MT, 24 de novembro de 2016

Edson Miguel Piovesan Leandro Nepomuceno

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSS nº 003/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA - MTEDITAL DE LICITAÇÃO.MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016.TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão de Licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preço n° 004/2016, cuja abertura ocorrerá as 14:00 hora local, do dia 15 de Dezembro de 2016, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro. **Objeto:** Aquisição de 01 (um) Veículo Automotivo modelo Sedan, passeio, 5 (cinco) lugares, 4 (quatro) portas, Flex, Capacidade Tanque de Combustível mínima 50 (cinquenta) litros, com Transmissão Manual, zero quilômetro, Ano/Modelo mínimo 2016/2017, conforme as especificações contidas no Termo de Referencia Anexo I, que é parte integrante do Edital e deverão ser minuciosamente observados pelas licitantes na elaboração de suas propostas**.** Os interessados poderão retirar o Edital completo digitalizado na sede da Câmara Municipal de Juara, situada na Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro na Cidade de Juara-MT, mediante apresentação de um dispositivo de armazenamento de dados (pendrive ou CD) ou no site: **www.juara.mt.leg.br.** Contatos pelo fone 66.3556.1260.

Juara-MT, 23 de Novembro de 2016.

Selma Ferreira Presidente Comissão de LicitaçãoPoder Legislativo – Juara-MT

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03 AO EDITAL DO PSP Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03 AO EDITAL DO PSP Nº 001/2016

SUSPENSÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito do Município de Juara - MT, Sr. **Edson Miguel Piovesan**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria 580/2016, torna público o edital complementar do Processo Seletivo Público 001/2016.

Art. 1º - Fica suspenso a realização do Processo Seletivo Público 001/2016 da Prefeitura Municipal de Juara – MT. A presente suspensão decorre de cumprimento de Liminar do Processo nº 4845-82.2016.811.0018 Código: 85346, emitido pelo MM. Fabricio Sávio Da Veiga Carlota, Juiz de Direito da Comarca de Juara.

Art. 2º - A suspensão é por tempo indeterminado, sendo de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar as futuras publicações referente ao andamento do Processo Seletivo Público no site da Prefeitura Municipal de Juara - MT: **www.juara.mt.gov.br.**

Art. 3º - Os candidatos inscritos no referido seletivo terão direito ao cancelamento da inscrição e a devolução da quantia paga. Serão expedidas orientações aos candidatos sobre a devolução do valor da inscrição, as quais serão divulgadas pela Prefeitura Municipal de Juara, juntamente com a Comissão Organizadora do certame.

Art. 4º - Este Edital Complementar nº 03 do Processo Seletivo Público 001/2016 entra em vigor na data de 24 de novembro de 2016.

Juara – MT, 24 de novembro de 2016

Edson Miguel Piovesan Leandro Nepomuceno

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do PSP nº 001/2016

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO Nº. 114/2016 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 114/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 504/2016, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 504/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 114/2016, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 08h00 - Local, do dia 25/11/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PATRULHA MECANIZADA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**, conforme especificações constantes em Edital e Termo de Referência**,** sagrou-se: **FRACASSADA.**

Juara-MT, 25 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2016 – COMPLEMENTAR N. 05/2016

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

Processo Seletivo Público n. 01/2016 – Complementar n. 05/2016

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2016- EDITAL COMPLEMENTAR N. 05/2016 - O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste – MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público n. 01/2016, tornam público o Edital Complementar n. 05/2016 que dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do Edital Complementar n. 04/2016, homologando inscrição de candidato apto a realizar as provas objetivas no dia 27/11/2016. O Edital Complementar n. 05/2016 encontra-se na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste– MT e no endereço eletrônico: http://www.lambaridoeste.mt.gov.br, a partir desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2319 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016, (Lei nº. 968 de 04/10/2016) e dá outras providências.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$120,00 (Cento e Vinte Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
09	09.001	08.244.0028.2.054.3.3.90.30.00.00	01290000000	120,00
		TOTAL		

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.		Valor
09	09.002	08.244.0032.2.058.3.3.90.36.00.00	0129000000	120,00
		TOTAL		

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos Quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

_____

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2317 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016, (Lei nº. 966 de 04/10/2016) e dá outras providências.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 504.000,00 (Quinhentos e Quatro Mil Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.1.90.11.00.00	01000000000	10.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.1.91.13.00.00	01000000000	3.520,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.30.00.00	01000000000	13.600,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.34.00.00	01000000000	38.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.39.00.00	01000000000	5.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.1.90.11.00.00	01000000000	6.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.3.90.30.00.00	01000000000	3.000,00

08	08.002	10.301.0018.2.034.3.1.90.11.00.00	01000000000	40.000,00
08	08.002	10.302.0018.2.034.3.1.90.13.00.00	01000000000	2.000,00
08	08.002	10.302.0018.2.034.3.1.91.13.00.00	01000000000	1.000,00
08	08.002	10.302.0019.2.035.3.1.90.11.00.00	01000000000	10.000,00
08	08.002	10.302.0019.2.035.3.1.91.13.00.00	01000000000	1.000,00
08	08.002	10.302.0019.2.035.3.3.90.30.00.00	01000000000	3.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.90.11.00.00	01000000000	205.400,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.90.13.00.00	01000000000	3.500,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.91.13.00.00	01000000000	18.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.30.00.00	01000000000	50.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.36.00.00	01000000000	980,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	01000000000	70.000,00
08	08.002	10.303.0016.1.047.4.4.90.52.00.00	01140000000	10.000,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.1.90.11.00.00	01000000000	10.000,00
		TOTAL		**504.000,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
08	08.002	10.301.0017.1.051.4.4.90.51.00.00	0100000000	30.000,00
08	08.002	10.301.0017.1.051.4.4.90.51.00.00	0123000000	120.000,00
08	08.002	10.301.0017.1.055.4.4.90.51.00.00	0123000000	120.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.1.90.11.00.00	0114000000	147.400,00
08	08.002	10.302.0019.2.035.3.3.90.30.00.00	0102000000	1.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.90.11.00.00	0114000000	71.100,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.34.00.00	0114000000	10.000,00
08	08.002	10.302.0021.2.041.3.3.90.30.00.00	0102000000	4.500,00
		TOTAL		**504.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos Quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2316 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016, (Lei nº. 968 de 04/10/2016) e dá outras providências.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 471.350,00 (Quatrocentos e Setenta e Um Mil, Trezentos e Cinquenta Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.90.11.00.00	01010000000	136.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.90.13.00.00	01010000000	15.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.91.13.00.00	01010000000	10.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.11.00.00	01010000000	105.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.13.00.00	01010000000	2.300,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.91.13.00.00	01010000000	2.400,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.90.11.00.00	01010000000	125.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.90.13.00.00	01010000000	1.500,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.91.13.00.00	01010000000	5.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.90.11.00.00	01010000000	38.400,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.91.13.00.00	01010000000	8.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.025.3.1.90.11.00.00	01010000000	9.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.025.3.1.90.13.00.00	01010000000	2.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.90.11.00.00	01010000000	10.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.90.13.00.00	01010000000	700,00
07	07.007	12.367.0013.20.26.3.1.91.13.00.00	01010000000	1.050,00
		TOTAL		**471.350,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
07	07.001	12.361.0015.2.027.3.1.90.11.00.00	0100000000	38.400,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.90.11.00.00	0118000000	136.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.90.13.00.00	0118000000	15.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.91.13.00.00	0118000000	10.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.11.00.00	0119000000	105.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.13.00.00	0119000000	2.300,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.91.13.00.00	0119000000	2.400,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.90.11.00.00	0118000000	125.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.90.13.00.00	0118000000	1.500,00
07	07.007	12.365.0013.2.023.3.1.91.13.00.00	0118000000	5.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.91.13.00.00	0119000000	8.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.025.3.1.90.11.00.00	0118000000	9.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.025.3.1.90.13.00.00	0118000000	2.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.90.11.00.00	0119000000	10.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.90.13.00.00	0119000000	700,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.91.13.00.00	0119000000	1.050,00
		TOTAL		**471.350,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos Quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2315 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016, (Lei nº. 967 de 04/10/2016) e dá outras providências.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 4.284,00 (Quatro Mil, Duzentos e Oitenta e Quatro Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
09	09.002	08.244.0024.2.085.3.3.90.30.00.00	01290000000	4.000,00
09	09.002	08.244.0021.2.085.4.4.90.52.00.00	01290000000	284,00
		TOTAL		**4.284,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.		Valor
09	09.002	08.244.0024.2.044.3.3.90.30.00.00	0129000000	4.284,00
		TOTAL		**4.284,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos Quatro dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2314 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016, (Lei nº. 950 de 20/04/2016) e dá outras providências.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito Adicional Especial, nos termos do Art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
08	08.002	10.301.0017.2.080.3.1.90.11.00.99	01020000000	2.987,79
08	08.002	10.301.0017.2.080.3.1.90.11.00.99	01140000000	33.700,00
08	08.002	10.301.0017.2.080.3.1.90.13.02.00	01020000000	912,21
08	08.002	10.305.0016.2.081.3.1.90.11.00.99	01020000000	900,00
08	08.002	10.305.0016.2.081.3.1.90.11.00.99	01140000000	19.000,00
08	08.002	10.305.0016.2.081.3.1.90.13.03.00	01140000000	500,00
		TOTAL		**58.000,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
08	**08.001**	10.122.0022.2.042.3.3.90.39.00.00	010000000	900,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.39.00.00	0114000000	7.000,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.1.90.11.00.00	0114000000	44.250,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.1.90.13.00.00	0114000000	250,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.1.91.13.00.00	0114000000	5.100,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.3.90.36.00.00	0114000000	250,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.3.90.39.00.00	0114000000	250,00
		TOTAL		**58.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao Terceiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2313 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016, (Lei nº. 934 de 09/12/2015) e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito adicional Suplementar, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 679.000,00 (Seiscentos e Setenta e Nove Mil Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
02	02.001	04.122.0003.1.004.4.4.90.52.00.00	01000000000	5.500,00
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.1.91.13.00.00	01000000000	1.000,00
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.3.90.39.00.00	01000000000	4.184,00
05	05.001	04.123.0009.2.009.3.3.90.39.00.00	01000000000	700,00
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.1.90.11.00.00	01000000000	13.900,00
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.3.90.30.00.00	01000000000	30.000,00
07	07.001	12.306.0013.2.074.3.3.90.30.00.00	01000000000	26.790,00
07	07.002	12.361.0013.2.014.3.3.90.30.00.00	01220000000	119.420,00
07	07.005	27.812.0012.2.012.3.1.90.13.00.00	01000000000	4.000,00
07	07.005	27.812.0012.2.012.3.3.90.39.00.00	01000000000	400,00
07	07.006	12.361.0013.2.017.3.3.90.30.00.00	01150000000	3.510,00
07	07.006	12.361.0013.2.017.4.4.90.52.00.00	01150000000	10.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.90.13.00.00	01190000000	4.000,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.91.13.00.00	01190000000	7.000,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.1.90.11.00.00	01000000000	4.000,00

08	08.001	10.301.0017.2.031.3.1.90.13.00.00	01140000000	4.500,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.30.00.00	01140000000	7.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.1.90.11.00.00	01140000000	24.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.1.90.12.00.00	01140000000	2.000,00
08	08.002	10.301.0021.2.040.3.3.90.30.00.00	01140000000	20.000,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.1.90.11.00.00	01140000000	27.600,00
08	08.002	10.305.0016.2.029.3.3.90.30.00.00	01140000000	15.000,00
08	08.002	10.305.0016.2.081.3.1.90.11.00.00	01140000000	2.100,00
09	09.001	08.244.0028.2.054.3.3.90.30.00.00	01000000000	30.000,00
09	09.001	08.244.0028.2.051.3.3.90.39.00.00	01000000000	30.000,00
09	09.001	08.244.0036.2.077.4.4.90.52.00.00	01210000000	2.500,00
09	09.001	08.244.0023.1.126.3.3.90.30.00.00	01290000000	10.000,00
09	09.001	08.244.0025.2.037.3.3.90.30.00.00	01290000000	12.600,00
09	09.002	08.244.0026.2.052.3.1.90.11.00.00	01000000000	32.000,00
09	09.002	08.244.0026.2.052.3.3.90.30.00.00	01290000000	7.000,00
09	09.002	08.244.0026.2.052.3.3.90.39.00.00	01000000000	500,00
09	09.002	08.244.0030.2.056.3.3.90.39.00.00	01000000000	10.000,00
09	09.002	08.244.0033.2.059.3.3.90.14.00.00	01290000000	9.000,00
09	09.002	08.244.0033.2.059.4.4.90.52.00.00	01290000000	8.000,00
09	09.003	08.243.0031.20.57.3.3.90.39.00.00	01000000000	500,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.30.00.00	01000000000	56.951,55
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.36.00.00	01000000000	7.500,00
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.51.00.00	01000000000	10.039,48
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.51.00.00	01240000000	95.562,09
10	10.002	15.452.0037.2.076.3.3.90.30.00.00	01000000000	702,88
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.1.90.11.00.00	01000000000	15.000,00
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.1.90.13.00.00	01000000000	4.000,00
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.3.90.14.00.00	01000000000	540,00
		TOTAL		**679.000,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.		Valor
02	02.001	04.122.0003.1.004.4.4.90.52.00.00	0100000000	3.237,00
02	02.001	04.122.0003.1.127.4.4.90.52.00.00	0100000000	5.000,00
02	02.001	04.122.0003.2.003.3.1.90.13.00.00	0100000000	8.500,00
02	02.001	04.122.0003.2.003.3.3.90.36.00.00	0100000000	5.000,00
02	02.001	04.122.0003.2.003.3.3.90.39.00.00	0100000000	2.990,00
02	02.001	04.122.0003.2.004.3.1.90.13.00.00	0100000000	500,00
03	03.001	04.122.0004.1.007.4.4.90.52.00.00	0100000000	340,00
04	04.001	04.122.0005.1.010.4.4.9052.00.00	0100000000	1.752,01
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.3.90.93.00.00	0100000000	4.060,71
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.1.90.11.00.00	0100000000	3.424,54
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.1.90.13.00.00	0100000000	1.000,00
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.1.91.13.00.00	0100000000	1.000,00
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.3.90.30.00.00	0100000000	500,00
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.3.90.36.00.00	0100000000	500,00
04	04.001	04.122.0006.2.008.3.3.90.39.00.00	0100000000	500,00
04	04.001	04.122.0007.1.016.3.3.90.39.00.00	0100000000	1.000,00
05	05.001	04.123.0009.2.010.3.3.70.41.00.00	0100000000	900,00
05	05.001	04.123.0009.2.010.3.3.90.30.00.00	0100000000	1.000,00
06	06.001	20.601.0010.1.013.4.4.90.52.00.00	0100000000	3.607,02
06	06.001	20.601.0010.1.013.4.4.90.52.00.00	0124000000	19.562,09
06	06.001	20.601.0010.1.023.3.3.90.30.00.00	0100000000	1.500,00
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.1.91.13.00.00	0100000000	13.900,00
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.3.90.14.00.00	0100000000	3.381,00
07	07.001	12.306.0013.2.074.3.3.90.30.00.00	0115000000	28.710,05
07	07.001	12.361.0015.2.027.3.3.90.41.00.00	0100000000	2.000,00
07	07.002	12.361.0013.1.021.4.4.90.51.00.00	0100000000	5.365,64
07	07.002	12.361.0013.1.021.4.4.90.51.00.00	0122000000	22.000,00
07	07.002	12.364.0013.1.031.4.4.90.51.00.00	0101000000	28.710,05
07	07.002	12.361.0013.1.031.4.4.90.51.00.00	0122000000	32.126,86
07	07.002	12.365.0013.1.033.4.4.90.51.00.00	0122000000	25.297,40
07	07.005	27.812.0012.1.028.4.4.90.51.00.00	0100000000	1.500,00
07	07.005	27.812.0012.2.012.3.1.91.13.00.00	0100000000	400,00
07	07.006	12.365.0013.2.082.3.3.90.30.00.00	0115000000	3.510,00
07	07.006	12.365.0013.2.082.3.3.90.36.00.00	0115000000	500,00
07	07.006	12.365.0013.2.082.4.4.90.52.00.00	0115000000	10.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.11.00.00	0119000000	2.500,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.3.90.30.00.00	0119000000	500,00
07	07.007	12.365.0013.2.025.3.3.90.36.00.00	0119000000	500,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.3.90.39.00.00	0119000000	500,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.41.00.00	0100000000	2.512,00
08	08.001	10.301.0022.2.043.3.3.90.30.00.00	0100000000	188,00
08	08.001	10.301.0022.2.043.3.3.90.39.00.00	0100000000	1.300,00
08	08.002	10.301.0017.1.070.3.3.90.39.00.00	0114000000	5.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.030.3.1.90.11.00.00	0114000000	22.100,00
08	08.002	10.301.0017.2.030.3.1.90.13.00.00	0114000000	5.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.030.3.1.91.13.00.00	0114000000	5.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.030.3.3.90.14.00.00	0114000000	1.500,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.1.90.11.00.00	0114000000	56.500,00
08	08.002	10.301.0017.2.033.3.3.90.30.00.00	0114000000	1.700,00
08	08.002	10.301.0020.2.038.3.1.90.11.00.00	0114000000	5.400,00
09	09.001	08.243.0034.2.060.3.3.90.30.00.00	0129000000	4.000,00
09	09.001	08.243.0034.2.060.3.3.90.30.00.00	0129000000	4.000,00
09	09.001	08.244.0036.2.077.3.3.90.30.00.00	0121000000	1.500,00
09	09.001	08.244.0036.2.077.3.3.90.39.00.00	0121000000	1.000,00
09	09.002	08.243.0027.1.081.4.4.90.51.00.00	0121000000	7.000,00

09	09.002	08.243.0027.2.053.3.3.90.14.00.00	0121000000	3.000,00
09	09.002	08.243.0027.2.053.3.3.90.30.00.00	0129000000	3.000,00
09	09.002	08.243.0027.2.053.3.3.90.36.00.00	0129000000	900,00
09	09.002	08.243.0027.2.053.3.3.90.39.00.00	0129000000	1.700,00
09	09.002	08.243.0027.2.053.4.4.90.52.00.00	0129000000	14.000,00
09	09.002	08.243.0030.1.143.4.4.90.51.00.00	0100000000	96.010,00
09	09.002	08.244.0024.2.044.3.3.90.36.00.00	0129000000	3.000,00
09	09.002	08.244.0025.2.037.3.3.90.36.00.00	0129000000	110,00
09	09.002	08.244.0032.2.058.3.3.90.14.00.00	0129000000	1.000,00
09	09.002	08.244.0032.2.058.3.3.90.30.00.00	0129000000	1.000,00
09	09.002	08.244.0032.2.058.3.3.90.36.00.00	0129000000	880,00
09	09.002	08.244.0033.2.059.3.3.90.36.00.00	0129000000	3.000,00
09	09.003	08.243.0031.1.083.4.4.90.52.00.00	0100000000	1.000,00
09	09.003	08.243.0031.2.057.3.3.90.36.00.00	0100000000	10.000,00
10	10.001	15.452.0036.1.088.4.4.90.51.00.00	0124000000	35.000,00
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.30.00.00	0124000000	21.000,00
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.36.00.00	0100000000	15.000,00
10	10.002	15.451.0037.1.100.4.4.90.51.00.00	0124000000	20.000,00
10	10.002	15.451.0037.1.106.4.4.90.51.00.00	0100000000	12.405,11
10	10.002	26.782.0049.1.138.4.4.90.51.00.00	0100000000	10.149,89
12	12.001	04.122.0040.1.106.4.4.90.52.00.00	0100000000	3.000,00
12	12.001	17.512.0039.2.065.3.3.90.30.00.00	0100000000	8.700,00
12	12.001	17.512.0039.2.065.3.3.90.39.00.00	0100000000	1.300,00
12	12.001	18.451.0039.1.139.3.3.90.39.00.00	0100000000	2.000,00
14	14.001	04.122.0043.1.112.4.4.90.52.00.00	0100000000	2.870,63
14	14.001	04.122.0043.2.070.3.1.90.11.00.00	0100000000	4.000,00
14	14.001	04.122.0043.2.070.3.3.90.30.00.00	0100000000	1.000,00
14	14.001	04.122.0043.2.070.3.3.90.36.00.00	0100000000	500,00
15	15.001	23.661.0045.1.121.4.4.90.52.00.00	0100000000	2.500,00
15	15.001	23.692.0045.1.125.4.4.90.51.00.00	0100000000	8.000,00
15	15.001	23.695.0045.1.119.3.3.90.39.00.00	0100000000	20.000,00
15	15.001	23.695.0045.1.122.3.3.90.30.00.00	0100000000	500,00
15	15.001	23.695.0045.1.122.3.3.90.36.00.00	0100000000	500,00
15	15.001	23.695.0045.1.122.3.3.90.39.00.00	0100000000	1.000,00
		TOTAL		

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao Terceiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

"Cria o cargo de educador físico e altera o quantitativo de vagas dos cargos de enfermeiro e farmacêutico, alterando os anexos II, III, V, VIII e IX, da Lei Complementar nº 080, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do Poder Executivo do município de Matupá - MT, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o cargo de Educador Físico e inserido no Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo III – Tabela de Vencimentos Cargo Efetivo, Anexo V – Correlação do Grupo Ocupacional com os Cargos Efetivos, Anexo VIII – Descrição das Funções dos Cargos Efetivos e Anexo IX – Quadro Geral, da Lei Complementar nº 080/2013, que passa a vigorar com a redação constante nos anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica alterado o quantitativo de vagas dos cargos de Enfermeiro e Farmacêutico 40 hs no Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e Anexo IX – Quadro Geral, da Lei Complementar nº 080/2013, que passa a vigorar com a redação constante nos anexos desta Lei Complementar.

Art. 3º Os demais itens dos anexos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2323 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016, (Lei nº. 934 de 09/12/2015) e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito adicional Suplementar, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 287.000,00 (Duzentos e Oitenta e Sete Mil Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
03	03.001	04.122.0004.2.005.3.1.90.13.00.00	01000000000	1.000,00
03	03.001	04.122.0004.2.005.3.3.90.30.00.00	01000000000	104,25
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.1.91.13.00.00	01000000000	1.000,00
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.3.90.39.00.00	01000000000	5.500,00
05	05.001	04.123.0009.2.009.3.3.90.39.00.00	01000000000	2.000,00
07	07.001	12.361.0015.2.027.3.3.90.36.00.00	01000000000	2.612,00
07	07.001	12.361.0015.2.027.3.3.90.39.00.00	01000000000	5.000,00
07	07.002	12.361.0013.2.014.3.3.90.39.00.00	01220000000	4.500,00
07	07.005	27.812.0012.2.012.3.3.90.39.00.00	01000000000	1.100,00
07	07.006	12.361.0013.2.017.3.3.90.30.00.00	01150000000	9.935,75

07	07.006	12.361.0013.2.017.3.3.90.38.00.00	01150000000	5.300,00
07	07.007	12.361.0013.2.016.3.1.90.11.00.00	01010000000	26.000,00
07	07.007	12.361.0013.2.018.3.1.90.11.00.00	01010000000	38.648,00
07	07.007	12.365.0013.2.024.3.1.90.11.00.00	01010000000	18.000,00
07	07.007	12.367.0013.2.026.3.1.90.11.00.00	01010000000	4.000,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.14.00.00	01000000000	2.600,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.30.00.00	01000000000	400,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.39.00.00	01000000000	11.500,00
08	08.001	10.301.0022.1.075.4.4.90.52.00.00	01000000000	556,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.39.00.00	01140000000	2.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.90.11.00.00	01000000000	112.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	01000000000	3.000,00
09	09.001	08.244.0028.2.054.3.1.91.13.00.00	01000000000	8.200,00
09	09.001	08.244.0036.2.077.3.3.90.30.00.00	01210000000	300,00
09	09.002	08.244.0033.2.059.3.3.90.30.00.00	01290000000	2.000,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.30.00.00	01000000000	1.144,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.39.00.00	01000000000	4.300,00
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.1.91.13.00.00	01000000000	2.000,00
13	13.001	13.122.0042.2.069.3.3.90.30.00.00	01000000000	9.200,00
13	13.001	13.392.0041.2.067.3.3.90.39.00.00	01000000000	300,00
14	14.001	04.122.0043.2.071.3.1.91.13.00.00	01000000000	1.800,00
14	14.001	04.122.0043.2.071.3.3.90.14.00.00	01000000000	1.000,00
		TOTAL		**287.000,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
02	**02.001**	04.122.0003.2.003.3.1.90.11.00.00	01000000000	10.000,00
02	**02.001**	04.122.0003.2.003.3.3.90.14.00.00	01000000000	5.000,00
03	**03.001**	04.122.0004.2.005.3.1.90.11.00.00	01000000000	7.679,00
04	04.001	04.122.0005.2.007.3.1.90.11.00.00	01000000000	3.000,00
05	05.001	04.123.0009.2.009.3.1.90.13.00.00	01000000000	2.000,00
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.3.90.39.00.00	01000000000	15.000,00
07	07.001	12.306.0013.2.074.3.3.90.30.00.00	01150000000	15.235,75
07	07.001	12.365.0013.1.042.4.4.90.52.00.00	01000000000	4.852,00
07	07.002	12.361.0013.1.021.4.4.90.51.00.00	01000000000	2.634,36
07	07.002	12.361.0013.1.035.4.4.90.52.00.00	01010000000	50,00
07	07.002	12.365.0013.1.033.4.4.90.51.00.00	01000000000	18.000,00
07	07.005	27.812.0012.1.028.4.4.90.51.00.00	01000000000	8.500,00
07	07.002	27.812.0012.1.028.4.4.90.51.00.00	01220000000	4.500,00
08	08.001	10.301.0022.2.043.3.3.90.14.00.00	01000000000	1.500,00
08	08.001	10.301.0022.2.043.3.3.90.30.00.00	01000000000	392,20
08	08.002	10.301.0017.1.052.4.4.90.52.00.00	01000000000	5.094,00
08	08.002	10.302.0020.20.38.3.1.90.11.00.00	01140000000	2.000,00
08	08.002	10.302.0021.2.041.3.3.90.30.00.00	01020000000	1.000,00
09	09.002	08.242.0029.2.055.3.3.90.30.00.00	01210000000	300,00
09	09.002	08.243.0030.1.143.4.4.90.51.00.00	01000000000	11.977,44
09	09.002	08.244.0033.2.059.3.3.90.14.00.00	01290000000	2.000,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.1.90.13.00.00	01000000000	25.964,25
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.30.00.00	01000000000	5.851,82
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.39.00.00	01000000000	11.883,82
10	10.002	25.752.0037.2.064.3.3.90.30.00.00	01000000000	25.264,36
10	10.002	25.752.0037.2.064.3.3.90.36.00.00	01000000000	1.000,00
10	10.002	25.752.0037.2.064.3.3.90.39.00.00	01000000000	20.000,00
10	10.003	26.782.0036.2.062.3.3.90.36.00.00	01000000000	3.000,00
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.3.90.36.00.00	01000000000	1.650,00
12	12.001	04.606.0040.2.066.3.3.90.39.00.00	01000000000	1.320,00
12	12.001	17.512.0039.1.133.4.4.90.51.00.00	01000000000	8.000,00
12	12.001	17.512.0039.2.065.3.3.90.39.00.00	01000000000	300,00
13	13.001	13.122.0042.2.069.3.3.90.14.00.00	01000000000	10.000,00
13	13.001	13.392.0041.1.107.3.3.70.41.00.00	01000000000	2.000,00
13	13.001	13.392.0041.2.068.3.3.70.41.00.00	01000000000	500,00
13	13.001	13.392.0041.2.068.3.3.90.30.00.00	01000000000	1.000,00
13	13.001	13.392.0041.2.068.3.3.90.36.00.00	01000000000	1.000,00
13	13.001	13.392.0041.2.068.3.3.90.39.00.00	01000000000	13.000,00
13	13.001	13.392.0042.1.111.4.4.90.52.00.00	01000000000	10.000,00
14	14.001	04.122.0043.2.071.3.3.90.39.00.00	01000000000	3.000,00
15	15.001	22.665.0044.2.072.3.1.90.11.00.00	01000000000	2.000,00
15	15.001	22.665.0044.2.072.3.1.91.13.00.00	01000000000	5.000,00
15	15.001	23.695.0045.1.119.3.3.90.39.00.00	01000000000	14.551,00
		TOTAL		**287.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezenove dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO RESOLUÇÃO E PARECER Nº.10/2016 SUMULA: APROVAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CMAS/ MATUPÁ-MT.

RESOLUÇÃO Nº.10/2016 SUMULA: Aprovação para Renovação do Certificado de Inscrição no CMAS/Matupá-MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de assistência social em âmbito Municipal e,

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que dá o caráter de política pública a assistência social;

Considerando a organização da política com a participação popular e através da elaboração de planos, programas e projetos;

Considerando a realização de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada para análise e Emissão de Certificado de Inscrição no Conselho Municipal. Resolve: Aprovar a Renovação do Certificado de Inscrição para a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua 04, nº 453, Bairro União, Matupá-MT, CNPJ: 00778242/0001-00, conforme Ata nº 09 de 24/11/16.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 24 de Novembro de 2016.

SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO - PRESIDENTE CMAS - ***Gestão: 2014 a 2016***

PARECER CMAS Nº 10/2016

O Conselho Municipal de Assistência Social, reuniu-se na data de 24/11/2016, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social às 7:30 hs, para análise do Oficio nº73/APAE/16, que solicita renovação do Certificado de Inscrição no CMAS/Matupá. Os membros do Conselho após análise aprova a Renovação do Certificado de Inscrição para a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua 04, nº 453, Bairro União, Matupá-MT, CNPJ: 00778242/0001-00, conforme Ata nº 09 de 24/11/2016.

Matupá-MT, 24 de Novembro de 2016. SANDRA DA ROCHA FIGUEIREDO - **PRESIDENTE CMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2318 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016, (Lei nº. 969 de 04/10/2016) e dá outras providências

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito adicional Suplementar, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de ***R$ 2.290.000,00 (Dois Milhões, Duzentos e Noventa Mil Reais),*** para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg.	Órg./Unid.	Funcional – Prog. Categ. Econ.	FONTE	Valor
06	06.001	20.606.0011.2.011.3.3.90.30.00.00	01000000000	35.534,43
07	07.002	12.361.0013.2.014.3.3.90.30.00.00	01220000000	40.000,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.1.90.11.00.00	01000000000	20.000,00
08	08.001	10.122.0022.2.042.3.3.90.39.00.00	01000000000	45.000,00
08	08.001	17.511.0036.1.137.4.4.90.51.00.00	01230000000	795.159,89
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.30.00.00	01420000000	17.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.031.3.3.90.39.00.00	01420000000	6.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.1.90.11.00.00	01420000000	4.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.3.90.30.00.00	01420000000	25.000,00
08	08.002	10.301.0017.2.032.3.3.90.39.00.00	01420000000	6.000,00
08	08.002	10.301.0021.2.040.3.3.90.30.00.00	01420000000	30.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.1.90.11.00.00	01000000000	20.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.14.00.00	01420000000	5.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.30.00.00	01420000000	24.000,00
08	08.002	10.302.0020.2.038.3.3.90.39.00.00	01420000000	15.000,00
08	08.002	10.302.0021.2.041.3.3.90.30.00.00	01420000000	54.000,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.30.00.00	01000000000	70.000,00
10	10.001	15.452.0035.2.061.3.3.90.39.00.00	01000000000	5.077,06
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.51.00.00	01000000000	44.922,94
10	10.002	15.451.0036.1.087.4.4.90.51.00.00	01240000000	581.949,08
10	10.002	15.451.0037.1.103.4.4.90.51.00.00	01240000000	446.356,60
		TOTAL		**2.290.000,00**

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, II da lei 4.320/64. Oriundo de excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

_____

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
ANEXOS DA LOA/2016

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 1

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 01 LEGISLATIVO
UNIDADE 01 CAMARA MUNICIPAL

Funcional Programática			Grupo de Despesa	Total
Cod	Descrição			
01	Legislativa			2.150.000,00
01 031	Ação Legislativa			2.150.000,00
01 031 0001	PROCESSO LEGISLATIVO			2.150.000,00
1004	AQUISIÇÃO DE EQU E MATERIAL PERMANENTE P/A CAMARA MUNICIPAL			104.567,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS		104.567,00	
1005	INFORMATIZAÇAO DA CAMARA MUNICIPAL			52.283,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS		52.283,00	
2001	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A CAMARA MUNICIPAL			1.993.150,00
3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.550.000,00	
3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		60.000,00	
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		383.150,00	
TOTAL				2.150.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 2

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 02 GABINETE DO PREFEITO

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
04			Administração		1.342.810,18
04	122		Administração Geral		1.342.810,18
04	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		1.342.810,18
		2002	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO		1.091.180,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	880.180,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	188.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	10.000,00	
		2003	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICIPAIS		251.630,18
			3. 1 71 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	136.630,18	
			3. 3 71 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	
			4. 4 71 INVESTIMENTOS	45.000,00	
04			Administração		320.500,00
04	122		Administração Geral		320.500,00
04	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		320.500,00
		2004	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA ASSESSORIA JURIDICA		320.500,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	272.500,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	5.000,00	
TOTAL					1.663.310,18

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 3

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 03 SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
04			Administração		2.469.500,00
04	122		Administração Geral		2.469.500,00
04	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		2.319.500,00
		1229	AQS. DE VEÍCULO PARA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO		50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
		2005	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMINISTRAÇAO		2.175.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.565.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	431.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	80.000,00	
		2006	REALIZAÇAO DE TESTE SELETIVOS E CONCURSO PUBLICO		94.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.000,00	
04	122	0012	EDIFICACOES PUBLICAS		150.000,00
		1006	AMPLIACAO E REFORMA DO PACO MUNICIPAL		150.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	150.000,00	
06			Segurança Pública		54.000,00
06	181		Policiamento		54.000,00
06	181	0037	SEGURANCA PUBLICA		54.000,00
		2007	PREVENÇAO AS DROGAS E VIOLENCIA/PROERD		22.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	2.000,00	
		2102	MANUTENÇAO DE SISTEMA VIDEO MONITORAMENTO		32.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.000,00	
04			Administração		333.260,00
04	122		Administração Geral		333.260,00
04	122	0155	GESTÃO DO RPPS		333.260,00
		2154	MANUTENÇÃO E ENCARGOS ADMINISTRATIVOS DA MIRASSOL-PREVI		333.260,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.060,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	296.100,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	8.000,00	
09			Previdência Social		673.200,00
09	272		Previdência do Regime Estatutário		673.200,00
09	272	0155	GESTÃO DO RPPS		673.200,00
		2155	MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS		673.000,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	673.000,00	
		2168	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		200,00
		3. 3 20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200,00	
99			Reserva de Contingência		2.637.640,00
99	999		Reserva de Contingência		2.637.640,00
99	999	0155	GESTÃO DO RPPS		2.637.640,00
		2156	RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS		2.637.640,00
		9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.637.640,00	
TOTAL					6.167.600,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 4

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 04 SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE

Funcional Programática							Grupo de Despesa	Total
Cod						Descrição		
04						Administração		292.800,00
04	122					Administração Geral		292.800,00
04	122	0002				ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		292.800,00
			2103			MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O GABINETE DO SECRETARIO		292.800,00
				3.	1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	214.300,00	
				3.	1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.500,00	
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	
				4.	4 90	INVESTIMENTOS	13.000,00	
20						Agricultura		805.996,00
20	601					Promoção da Produção Vegetal		114.000,00
20	601	0004				APOIO A AGROPECUARIA		114.000,00
			1011			PROMOÇAO DA PROD VEGETAL/SEMENTES E FRUTICULTURA		30.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	
			1013			PROJETO PORTEIRA A DENTRO		50.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	
			1128			APOIO A POLITICA DE INCENTIVO A PISICULTURA		34.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.000,00	
20	602					Promoção da Produção Animal		611.996,00
20	602	0004				APOIO A AGROPECUARIA		611.996,00
			1014			APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO		52.000,00
				3.	3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.000,00	
				4.	4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
			1016			IMPLANTAÇAO DE UNIDADE DE REF OU TRANS TECNOLOGICAS		23.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.000,00	
			1021			INCENTIVO A INSEMINACAO ARTIFICIAL AQUIS. DE NITROGENIO LIQU		25.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	
			1027			JOVEM PRODUTOR		25.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	
			1125			REALIZAÇAO DE EVENTOS P/EXPOSIÇAO AGROPECUARIA		24.996,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.996,00	
			1226			AQS. DE USINA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE		150.000,00
				4.	4 90	INVESTIMENTOS	150.000,00	
			1227			AQS. DE PATRULHA MECANIZADA		312.000,00
				4.	4 90	INVESTIMENTOS	312.000,00	
20	607					Irrigação		80.000,00
20	607	0004				APOIO A AGROPECUARIA		80.000,00
			1018			PERFURAÇAO DE POÇOS SEMI-ARTESIANOS TUBULARES		80.000,00
				4.	4 90	INVESTIMENTOS	80.000,00	
18						Gestão Ambiental		20.000,00
18	543					Recuperação de Áreas Degradadas		20.000,00
18	543	0032				APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		20.000,00
			1033			RECUPERAÇAO DE AREAS DEGRADADAS		20.000,00
				3.	3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
23						Comércio e Serviços		85.000,00
23	695					Turismo		85.000,00
								85.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 5

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO
UNIDADE 04 SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE

Funcional Programática			Grupo de Despesa	Total
Cod		Descrição		
23 695 0032		APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		
	1030	REFORMA E MANUTENCAO DO VIVEIRO MUNICIPAL		20.000,00
	3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
	2012	INCENTIVO TURISMO RURAL		15.000,00
	3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
	2138	INCENTIVO AO TURISMO URBANO - EVENTOS		50.000,00
	3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	
TOTAL				1.203.796,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 6

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 05 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática					Grupo de Despesa	Total
Cod				Descrição		
12				Educação		299.464,40
12	122			Administração Geral		299.464,40
12	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		297.464,40
			1116	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA SECRETARIA		50.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
			2014	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A GESTAO DA SECRETARIA		247.464,40
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	136.500,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.714,40	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	17.250,00	
12	122	0012		EDIFICACOES PUBLICAS		2.000,00
			1037	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS DA SECRETARIA		2.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	1.000,00	
12				Educação		6.801.436,55
12	306			Alimentação e Nutrição		600.000,00
12	306	0006		ALIMENTACAO E NUTRICAO		600.000,00
			2019	MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR		600.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	
12	361			Ensino Fundamental		2.974.186,55
12	361	0005		MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.973.186,55
			2015	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL		1.168.406,55
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	925.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	158.406,55	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
			2016	CAPACITAÇAO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO		5.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	
			2017	MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		1.792.780,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	682.780,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.045.000,00	
			2164	MANUTENÇÃO COM ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS		7.000,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.000,00	
12	361	0012		EDIFICACOES PUBLICAS		1.000,00
			1220	CONSTUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MAN. DE UNID. ESCOLARES		1.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	1.000,00	
12	364			Ensino Superior		205.000,00
12	364	0010		EXPANSAO E MELHORIA DA EDUCACAO SUPERIOR		205.000,00
			2132	MANUTENCAO DAS DESPESAS C/ENSINO SUPEIOR		205.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
12	365			Educação Infantil		2.882.950,00
12	365	0008		MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL		2.307.950,00
			2022	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL		2.185.450,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.185.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 7

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 05 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática					Grupo de Despesa	Total
Cod				Descrição		
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	870.450,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	15.000,00	
		2023		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL - PRE ESCOLA		122.500,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.500,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.700,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.300,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	15.000,00	
12	365	0012		EDIFICACOES PUBLICAS		575.000,00
		1040		CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DE CRECHES		575.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	575.000,00	
12	367			Educação Especial		139.300,00
12	367	0009		MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL		139.300,00
		2024		MANUTENÇAO DAS DESP. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		139.300,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.300,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.000,00	
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	5.000,00	
13				Cultura		513.000,00
13	392			Difusão Cultural		513.000,00
13	392	0007		INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS		513.000,00
		2021		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS		375.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	350.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	5.000,00	
		2086		PROJETO PROFESSOR NOTA 10		20.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
		2087		EVENTOS CULTURAIS - ENFEITES NATALINOS		30.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	
		2091		EVENTO CULTURAIS - PROJETO LIXO E CIDADANIA		8.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.000,00	
		2165		MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES CULTURAIS		60.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	
		2181		PROJETO APRENDER À APRENDER		20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	2.000,00	
27				Desporto e Lazer		350.450,00
27	812			Desporto Comunitário		350.450,00
27	812	0011		DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER		350.450,00
		2034		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O DESPORTO COMUNITARIO		329.450,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	185.550,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.100,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	126.800,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
		2095		PROJETO BOM DE BOLA BOM DE ESCOLA		16.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00	
		2160		MANUT. DESPESAS ATIV. EVENTOS ESPORTIVOS-PESSOA IDOSA		5.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 8

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 05 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	
12			Educação		6.550.000,00
12	361		Ensino Fundamental		3.893.170,00
12	361	0005	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL		3.793.170,00
		2026	MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%		3.607.220,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.267.220,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	340.000,00	
		2027	MANTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%		185.950,00
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128.450,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	57.500,00	
12	361	0012	EDIFICACOES PUBLICAS		100.000,00
		1228	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REF. E MAN. UND. ESCOLAR - FUNDEB		100.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	100.000,00	
12	365		Educação Infantil		2.531.900,00
12	365	0008	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL		2.431.900,00
		2028	MANUNTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% CRECHES		1.514.400,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.433.700,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	80.700,00	
		2029	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% PRE-ESCOLA		550.500,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	502.500,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.000,00	
		2030	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% CRECHES		262.000,00
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	232.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	30.000,00	
		2031	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% PRE-ESCOLA		105.000,00
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	30.000,00	
12	365	0012	EDIFICACOES PUBLICAS		100.000,00
		1183	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA E MAN. DE UNID. DA ED. INFANTIL		100.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	100.000,00	
12	367		Educação Especial		124.930,00
12	367	0009	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL		124.930,00
		2032	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO ESPECIAL - FUNDEB 60%		120.930,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	99.200,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.730,00	
		2033	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO - FUNDEB 40%		4.000,00
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	
TOTAL					14.514.350,95

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 9

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO
UNIDADE 06 SECRETARIA DE SAUDE

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
10			Saúde		174.900,00
10	122		Administração Geral		174.900,00
10	122	0020	GESTAO DO SUS		174.900,00
		2035	MANUTENÇAO COM AS DESPESAS COM A GESTAO		174.900,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.700,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.200,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000,00	
10			Saúde		16.523.951,43
10	301		Atenção Básica		5.377.930,00
10	301	0028	ATENCAO BASICA		5.377.930,00
		1044	REFORMA E AMPLIACAO DAS UNIDADES DOS PSFS		60.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	60.000,00	
		1225	CONST. REFORMA E AMPL. DE DOIS PSF´S, NA ZONA RURAL		120.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	120.000,00	
		1230	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE		408.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	408.000,00	
		2036	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA		2.117.880,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	837.680,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.143.000,00	
			3. 3 91 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	47.200,00	
		2037	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA PASCAR		158.800,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.800,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00	
		2038	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM PROGRAMA PACS		1.248.750,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.161.750,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00	
		2039	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE BUCAL		551.500,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	469.000,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.500,00	
		2161	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO		713.000,00
			3. 1 90 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	478.000,00	
			3. 1 91 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.000,00	
			3. 3 90 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.000,00	
			3. 3 91 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	20.000,00	
10	302		Assistência Hospitalar e Ambulatorial		10.002.421,43
10	302	0012	EDIFICACOES PUBLICAS		200.000,00
		1232	REFORMA E AMPL. DO HOSPITAL MUNICIPAL		200.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	200.000,00	
10	302	0029	ATENCAO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		9.802.421,43
		1118	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		35.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	35.000,00	
		1200	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO BANCO DE SANGUE		50.000,00
			4. 4 90 INVESTIMENTOS	50.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 10

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 06 SECRETARIA DE SAUDE

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
		1231	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO		30.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	30.000,00	
		1237	CONTRUÇÃO DE CENTRO DE ESPECIALIDADES EM ORTOPEDIA		823.071,43
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	823.071,43	
		2040	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL E HOSPITALAR		8.512.250,00
		3. 1 71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.985.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.000,00	
		3. 3 71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	341.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.852.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
		4. 4 71	INVESTIMENTOS	64.250,00	
		2041	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS		346.100,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.100,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.500,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
		2162	MANUTENCAO DA SAUDE DO IDOSO		6.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.000,00	
10	303		Suporte Profilático e Terapêutico		548.000,00
10	303	0030	ASSISTENCIA FARMACEUTICA		548.000,00
		2042	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA FARMACIA BASICA		548.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	548.000,00	
10	304		Vigilância Sanitária		219.100,00
10	304	0031	VIGILANCIA EM SAUDE		219.100,00
		2043	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANITARIA		219.100,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150.100,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
10	305		Vigilância Epidemiológica		376.500,00
10	305	0031	VIGILANCIA EM SAUDE		376.500,00
		2044	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA		376.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	284.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
TOTAL					16.698.851,43

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 11

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 07 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

Funcional Programática					Grupo de Despesa	Total
Cod				Descrição		
04				Administração		2.432.100,00
04	122			Administração Geral		2.432.100,00
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		2.392.100,00
			2045	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA		2.392.100,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.932.100,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	175.000,00	
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00	
			3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
04	122	0012		EDIFICACOES PUBLICAS		40.000,00
			1058	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA		40.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	
15				Urbanismo		2.310.000,00
15	451			Infra-Estrutura Urbana		1.810.000,00
15	451	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		170.000,00
			1235	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY NO SONHO AZUL		100.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	100.000,00	
			2131	MAN. E CONSERV. DOS SERVICOS URBANOS EM GERAL		70.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	
15	451	0013		PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE VIAS PUBLICAS		1.330.000,00
			1060	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS		780.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	780.000,00	
			1061	PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA		500.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	500.000,00	
			1233	AQS. DE ROLO CAMPACTADOR		50.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
15	451	0019		URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		310.000,00
			1155	REVITALIZACAO PARCIAL DE ESPACO PUBLICO - PRACA DA MATRIZ		50.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
			1170	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO		60.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	60.000,00	
			1207	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		30.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	30.000,00	
			1234	URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DA COHAB		150.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	150.000,00	
			1239	URBANIZAÇÃO DA PRAÇA JARDIM FAVO DE MEL		20.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
15	452			Serviços Urbanos		500.000,00
15	452	0038		COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS		500.000,00
			2137	TERCEIRIZAÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO		500.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000,00	
17				Saneamento		510.000,00
17	512			Saneamento Básico Urbano		510.000,00
17	512	0015		SANEAMENTO BASICO		510.000,00
			1081	CONSTRUÇAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS E REDES DE ESGOTO		190.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	190.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 12

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO
UNIDADE 07 SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

Funcional Programática				Grupo de Despesa	Total
Cod			Descrição		
		1166	AMPLIAÇÃO REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO		80.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	80.000,00	
		1167	AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA		100.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	100.000,00	
		1236	CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL		50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
		1238	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		90.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	90.000,00	
26			Transporte		480.000,00
26	782		Transporte Rodoviário		480.000,00
26	782	0016	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO		480.000,00
		1083	CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES		180.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	180.000,00	
		1086	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS		300.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	235.000,00	
25			Energia		1.170.000,00
25	752		Energia Elétrica		1.170.000,00
25	752	0017	ENERGIA ELETRICA		1.170.000,00
		2047	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLICA		1.170.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.170.000,00	
26			Transporte		280.000,00
26	782		Transporte Rodoviário		280.000,00
26	782	0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO		280.000,00
		1088	IMPLEMENTAÇAO DA SINALIZAÇAO NO PERIMETRO URBANO		180.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	180.000,00	
		2048	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O TRANSITO MUNICIPAL		80.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	
		2141	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM A JARI		20.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
04			Administração		529.000,00
04	122		Administração Geral		529.000,00
04	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		529.000,00
		2049	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO PATRIMONIO		529.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	529.000,00	
TOTAL					7.711.100,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 13

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 08 SECRETARIA DE FAZENDA

Funcional Programática						Grupo de Despesa	Total
Cod					Descrição		
04					Administração		1.952.500,00
04	123				Administração Financeira		1.937.500,00
04	123	0002			ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		35.000,00
			1095		PREMIACAO DO PROJETO IPTU PREMIADO		20.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
			1096		PREMIAÇAO SOBRE INCENTIVO FISCAL - "CIDA-ADAO"		15.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
04	123	0023			MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA		1.902.500,00
			1093		CURSO DE CAPACITACAO DOS SERVIDORES		16.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.000,00	
			2052		MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZENDA		1.496.500,00
				3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.011.500,00	
				3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.000,00	
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	340.000,00	
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	50.000,00	
			2053		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA		390.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	300.000,00	
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	90.000,00	
04	129				Administração de Receitas		15.000,00
04	129	0023			MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA		15.000,00
			2055		MANUTENCAO DE GEOPROCESSAMENTO		15.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
11					Trabalho		533.000,00
11	331				Proteção e Benefícios ao Trabalhador		533.000,00
11	331	0024			CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO		533.000,00
			2054		PROGRAMA DE FORMAÇAO DE PATRIMONIO DE SERVIDOR PUBLICO		533.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	533.000,00	
28					Encargos Especiais		400.000,00
28	843				Serviço da Dívida Interna		400.000,00
28	843	0024			CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO		400.000,00
			2175		RESGATE DA DIVIDA INTERNA		390.000,00
				4. 6 90	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	390.000,00	
			2176		JUROS SOBRE A DIVIDA		10.000,00
				3. 2 90	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	10.000,00	
TOTAL							2.885.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 14

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 09 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA

Funcional Programática						Grupo de Despesa	Total
Cod					Descrição		
08					Assistência Social		1.590.500,00
08	122				Administração Geral		1.336.600,00
08	122	0002			ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		80.000,00
			1240		AQS. DE VEICULO P/SEC. DE ASSIST. SOCIAL		80.000,00
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	80.000,00	
08	122	0012			EDIFICACOES PUBLICAS		20.000,00
			1241		AMPLIAÇÃO E REF. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS		20.000,00
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
08	122	0021			DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.236.600,00
			2056		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA		1.236.600,00
				3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	968.600,00	
				3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.000,00	
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	155.000,00	
				3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.000,00	
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	40.000,00	
08	243				Assistência à Criança e ao Adolescente		167.300,00
08	243	0021			DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL		167.300,00
			2057		MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DESENV. PELO CONSELHO TUTELAR		167.300,00
				3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	115.000,00	
				3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	500,00	
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.000,00	
				3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800,00	
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	15.000,00	
08	244				Assistência Comunitária		86.600,00
08	244	0007			INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS		86.600,00
			2115		MANUTENÇAO CASA DO ARTESAO		21.600,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.600,00	
			2178		MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHER RURAL		65.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	
08					Assistência Social		1.034.000,00
08	122				Administração Geral		55.000,00
08	122	0035			PROTECAO SOCIAL BASICA		55.000,00
			2105		ACOES DE GESTAO E APOIO AS POLITICAS E ASSISTENCIA SOCIAL		55.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	
				4. 4 90	INVESTIMENTOS	30.000,00	
08	242				Assistência ao Portador de Deficiência		35.000,00
08	242	0035			PROTECAO SOCIAL BASICA		3.000,00
			2108		SERV.DE ATENCAO SOCIAL A PESSOA C/DEFICIENCIA - BPC NA ESCO		3.000,00
				3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.000,00	
08	242	0036			PROTECAO SOCIAL ESPECIAL		32.000,00
			2109		SERVICO DE PROTECAO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA - APAE		32.000,00
				3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.000,00	
08	243				Assistência à Criança e ao Adolescente		190.000,00
08	243	0036			PROTECAO SOCIAL ESPECIAL		190.000,00
			2061		MANUTENÇAO DA CASA DE ACOLHIMENTO RENASCER		190.000,00
				3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	190.000,00	
08	244				Assistência Comunitária		754.000,00
08	244	0035			PROTECAO SOCIAL BASICA		519.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 15

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 09 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA

Funcional Programática				Descrição	Grupo de Despesa	Total
			2058	SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS		145.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.000,00	
			2062	SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INTEGRAL A FAMILIA		75.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.000,00	
			2063	ACOES POR EQUIPES VOLANTES		35.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00	
			2106	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL AO IDOSO - ASILAR		20.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
			2110	PROGRAMA AINDA BEM		70.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	
			2111	PROGRAMA RECUPERA-AÇAO		30.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	
			2179	COFINANCIAMENTO ESTADUAL		42.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.000,00	
			2180	PROGRAMA ADO-AÇÃO		82.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.000,00	
			2182	AQUISICAO BOLSA MATERIAL DE CONSTRUCAO		20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
08	244	0036		PROTECAO SOCIAL ESPECIAL		235.000,00
			2064	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IGDBF		105.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
			2107	SERVICO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL		130.000,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000,00	
08				Assistência Social		47.800,00
08	243			Assistência à Criança e ao Adolescente		47.800,00
08	243	0022		ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		47.800,00
			2066	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDCA		47.800,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.800,00	
08				Assistência Social		1.500,00
08	244			Assistência Comunitária		1.500,00
08	244	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		1.500,00
			2112	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FHIS		1.500,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00	
08				Assistência Social		34.437,44
08	244			Assistência Comunitária		34.437,44
08	244	0021		DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL		34.437,44
			2067	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMIS		34.437,44
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	34.437,44	
08				Assistência Social		171.800,00
08	241			Assistência ao Idoso		171.800,00
08	241	0021		DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL		171.800,00
			2068	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI		25.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 16

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 09 SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA

Funcional Programática			Grupo de Despesa	Total
Cod	Descrição			
	4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
2163		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. E APOIO A PESSOA IDOSA-CERAPI		146.800,00
	3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.000,00	
	3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.000,00	
	3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.000,00	
	3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	800,00	
	4. 4 90	INVESTIMENTOS	5.000,00	
TOTAL				2.880.037,44

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS — Página 17

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 10 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

Funcional Programática					Grupo de Despesa	Total
Cod				Descrição		
04				Administração		761.765,91
04	122			Administração Geral		761.765,91
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		761.765,91
			2069	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		611.765,91
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	320.100,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	264.665,91	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	20.000,00	
			2174	RESGATE DA DIVIDA INTERNA - SAEMI		150.000,00
			4. 6 90	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	150.000,00	
11				Trabalho		27.000,00
11	331			Proteção e Benefícios ao Trabalhador		27.000,00
11	331	0024		CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO		27.000,00
			2070	CONTRIBUIÇAO AO PASEP - SAEMI		27.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000,00	
17				Saneamento		2.089.234,09
17	512			Saneamento Básico Urbano		2.089.234,09
17	512	0015		SANEAMENTO BASICO		2.089.234,09
			1106	AMPLIAÇAO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO		1.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	1.000,00	
			1107	AMPLIAÇAO DA REDE DE AGUA		5.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	5.000,00	
			1108	HIDROMETRAÇAO		500,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00	
			1109	AQUISIÇAO DE BOMBAS, EQUIPAMENTOS E MOTORES		10.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
			1224	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADAS		10.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	10.000,00	
			2071	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS		1.937.734,09
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	765.312,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.970,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.117.452,09	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	16.000,00	
			2072	MANUTENÇAO DE VEICULO E MAQUINAS		50.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	
			2170	MANUTENÇÃO DE BOMBAS E MOTORES		20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
			2171	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA E. T. A.		30.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	15.000,00	
			2172	AQS DE TAMPAS P/ POSTO DE VISITA E CX DE INSPEÇÃO P/ ESGOSTO		5.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	
			2173	REVITALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE ELEVATÓRIA DE ESGOTO		20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	
99				Reserva de Contingência		22.000,00
99	999			Reserva de Contingência		22.000,00
99	999	0099		RESERVA DE CONTIGENCIA		22.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 18

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 10 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

Funcional Programática			Grupo de Despesa	Total
Cod	Descrição			
2069	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			22.000,00
9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		22.000,00	
TOTAL				2.900.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 02

DESPESA DO ÓRGÃO POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS Página 19

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO 02 EXECUTIVO

UNIDADE 99 Reserva de Contingência

Funcional Programática					Grupo de Despesa	Total
Cod				Descrição		
99				Reserva de Contingência		725.454,00
99	999			Reserva de Contingência		725.454,00
99	999	0099		RESERVA DE CONTIGENCIA		725.454,00
			2114	RESERVA DE CONTIGENCIA		725.454,00
			9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	725.454,00	
TOTAL						725.454,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 1

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	01	LEGISLATIVO
ORGÃO	01	CAMARA MUNICIPAL
UNIDADE	01	CAMARA MUNICIPAL

Funcional Programática				Grupo de Despesa			
Cod			Descrição	F.R.		Valor	
01			Legislativa				2.150.000,00
01	031		Ação Legislativa				2.150.000,00
01	031	0001	PROCESSO LEGISLATIVO				2.150.000,00
		1004	AQUISIÇÃO DE EQU E MATERIAL PERMANENTE P/A CAMARA MUNICIPAL				104.567,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 00	104.567,00	
		1005	INFORMATIZAÇAO DA CAMARA MUNICIPAL				52.283,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 00	52.283,00	
		2001	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A CAMARA MUNICIPAL				1.993.150,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1. 00	1.550.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1. 00	60.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	383.150,00	
TOTAL							2.150.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 2

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE	01	GABINETE DO PREFEITO

Funcional Programática								Grupo de Despesa		
Cod				Descrição				F.R.		Valor
04				Administração						1.342.810,18
04	122			Administração Geral						1.342.810,18
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO						1.342.810,18
		2002		MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO						1.091.180,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1 .	00		880.180,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1 .	00		13.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1 .	00		188.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1 .	00		10.000,00	
		2003		MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICIPAIS						251.630,18
			3. 1 71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1 .	00		136.630,18	
			3. 3 71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1 .	00		70.000,00	
			4. 4 71	INVESTIMENTOS	0	1 .	00		45.000,00	
TOTAL										1.342.810,18

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 3

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE	02	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Funcional Programática / Grupo de Despesa	Descrição	F.R.	Valor
04	Administração		320.500,00
04 122	Administração Geral		320.500,00
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		320.500,00
2004	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA ASSESSORIA JURIDICA		320.500,00
3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	272.500,00
3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	20.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	23.000,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	5.000,00
TOTAL			320.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 4

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	03	SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL
UNIDADE	01	SECRET. DE ADM. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
04			Administração			2.469.500,00
04	122		Administração Geral			2.469.500,00
04	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			2.319.500,00
		1229	AQS. DE VEÍCULO PARA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO			50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	50.000,00	
		2005	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMINISTRAÇAO			2.175.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	1.565.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	90.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	426.500,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 24	4.500,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	9.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	80.000,00	
		2006	REALIZAÇAO DE TESTE SELETIVOS E CONCURSO PUBLICO			94.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	94.000,00	
04	122	0012	EDIFICACOES PUBLICAS			150.000,00
		1006	AMPLIACAO E REFORMA DO PACO MUNICIPAL			150.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	150.000,00	
TOTAL						2.469.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 5

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	03	SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA

Funcional Programática / Cod	Descrição	Grupo de Despesa / F.R.	Valor
06	Segurança Pública		54.000,00
06 181	Policiamento		54.000,00
06 181 0037	SEGURANCA PUBLICA		54.000,00
2007	PREVENÇAO AS DROGAS E VIOLENCIA/PROERD		22.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0 1. 00	20.000,00	
4. 4 90	INVESTIMENTOS 0 1. 00	2.000,00	
2102	MANUTENÇAO DE SISTEMA VIDEO MONITORAMENTO		32.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES 0 1. 00	32.000,00	
TOTAL			54.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 6

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	03	SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL
UNIDADE	03	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MDO

Funcional Programática					Grupo de Despesa				
Cod				Descrição				F.R.	Valor
04				Administração					333.260,00
04	122			Administração Geral					333.260,00
04	122	0155		GESTÃO DO RPPS					333.260,00
		2154		MANUTENÇÃO E ENCARGOS ADMINISTRATIVOS DA MIRASSOL-PREVI					333.260,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.	50	29.060,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.	50	100,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	50	296.100,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1.	50	8.000,00	
09				Previdência Social					673.200,00
09	272			Previdência do Regime Estatutário					673.200,00
09	272	0155		GESTÃO DO RPPS					673.200,00
		2155		MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS					673.000,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.	50	673.000,00	
		2168		COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA					200,00
			3. 3 20	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	50	200,00	
99				Reserva de Contingência					2.637.640,00
99	999			Reserva de Contingência					2.637.640,00
99	999	0155		GESTÃO DO RPPS					2.637.640,00
		2156		RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS					2.637.640,00
			9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.	50	2.637.640,00	
TOTAL									3.644.100,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 7

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	04	SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE
UNIDADE	01	GABINETE DO SECRETARIO DE AGRIC.,PEC.,IND.E COM.,T

Funcional Programática / Cod	Descrição	Grupo de Despesa / F.R.	Valor
04	Administração		292.800,00
04 122	Administração Geral		292.800,00
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		292.800,00
2103	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O GABINETE DO SECRETARIO		292.800,00
3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	214.300,00
3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	15.500,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	50.000,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	13.000,00
TOTAL			292.800,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 8

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	04	SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE
UNIDADE	02	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
20			Agricultura			805.996,00
20	601		Promoção da Produção Vegetal			114.000,00
20	601	0004	APOIO A AGROPECUARIA			114.000,00
		1011	PROMOÇAO DA PROD VEGETAL/SEMENTES E FRUTICULTURA			30.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	30.000,00	
		1013	PROJETO PORTEIRA A DENTRO			50.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	50.000,00	
		1128	APOIO A POLITICA DE INCENTIVO A PISICULTURA			34.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	34.000,00	
20	602		Promoção da Produção Animal			611.996,00
20	602	0004	APOIO A AGROPECUARIA			611.996,00
		1014	APOIO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO			52.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	10.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	22.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	20.000,00	
		1016	IMPLANTAÇAO DE UNIDADE DE REF OU TRANS TECNOLOGICAS			23.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	23.000,00	
		1021	INCENTIVO A INSEMINACAO ARTIFICIAL AQUIS. DE NITROGENIO LIQU			25.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	25.000,00	
		1027	JOVEM PRODUTOR			25.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	25.000,00	
		1125	REALIZAÇAO DE EVENTOS P/EXPOSIÇAO AGROPECUARIA			24.996,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	24.996,00	
		1226	AQS. DE USINA PARA PASTEURIZAÇÃO DE LEITE			150.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 24	150.000,00	
		1227	AQS. DE PATRULHA MECANIZADA			312.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 24	312.000,00	
20	607		Irrigação			80.000,00
20	607	0004	APOIO A AGROPECUARIA			80.000,00
		1018	PERFURAÇAO DE POÇOS SEMI-ARTESIANOS TUBULARES			80.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	80.000,00	
TOTAL						805.996,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 9

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	04	SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE
UNIDADE	03	DIVISÃO DE IND. COM. TURISMO E MEIO AMBIENTE

Funcional Programática					Grupo de Despesa		
Cod				Descrição	F.R.		Valor
18				Gestão Ambiental			20.000,00
18	543			Recuperação de Áreas Degradadas			20.000,00
18	543	0032		APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			20.000,00
		1033		RECUPERAÇAO DE AREAS DEGRADADAS			20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
23				Comércio e Serviços			85.000,00
23	695			Turismo			85.000,00
23	695	0032		APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			85.000,00
		1030		REFORMA E MANUTENCAO DO VIVEIRO MUNICIPAL			20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
		2012		INCENTIVO TURISMO RURAL			15.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	15.000,00	
		2138		INCENTIVO AO TURISMO URBANO - EVENTOS			50.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	50.000,00	
TOTAL							105.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 10

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
UNIDADE	01	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática				Grupo de Despesa			
Cod			Descrição		F.R.		Valor
12			Educação				299.464,40
12	122		Administração Geral				299.464,40
12	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO				297.464,40
		1116	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA SECRETARIA				50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 01	50.000,00	
		2014	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A GESTAO DA SECRETARIA				247.464,40
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1. 01	136.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1. 01	18.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 01	75.714,40	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 01	17.250,00	
12	122	0012	EDIFICACOES PUBLICAS				2.000,00
		1037	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS DA SECRETARIA				2.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 01	1.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 01	1.000,00	
TOTAL							299.464,40

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 11

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
UNIDADE	02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática					Grupo de Despesa		
Cod				Descrição	F.R.		Valor
12				Educação			6.801.436,55
12	306			Alimentação e Nutrição			600.000,00
12	306	0006		ALIMENTACAO E NUTRICAO			600.000,00
		2019		MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR			600.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	400.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 15	200.000,00	
12	361			Ensino Fundamental			2.974.186,55
12	361	0005		MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL			2.973.186,55
		2015		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL			1.168.406,55
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	925.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	65.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	158.406,55	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	20.000,00	
		2016		CAPACITAÇAO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO			5.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	5.000,00	
		2017		MANUTENÇAO DO TRANSPORTE ESCOLAR			1.792.780,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	232.000,00	
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 15	450.780,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	65.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	260.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	670.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 15	80.500,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 93	34.500,00	
		2164		MANUTENÇÃO COM ALFABETIZAÇÃO DE IDOSOS			7.000,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	3.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	1.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	3.000,00	
12	361	0012		EDIFICACOES PUBLICAS			1.000,00
		1220		CONSTUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MAN. DE UNID. ESCOLARES			1.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	1.000,00	
12	364			Ensino Superior			205.000,00
12	364	0010		EXPANSAO E MELHORIA DA EDUCACAO SUPERIOR			205.000,00
		2132		MANUTENCAO DAS DESPESAS C/ ENSINO SUPEIOR			205.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	195.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	10.000,00	
12	365			Educação Infantil			2.882.950,00
12	365	0008		MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL			2.307.950,00
		2022		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL			2.185.450,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	1.185.000,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	115.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	812.950,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 15	57.500,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	15.000,00	
		2023		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇAO INFANTIL - PRE ESCOLA			122.500,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	49.500,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	7.700,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	50.300,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	15.000,00	
12	365	0012		EDIFICACOES PUBLICAS			575.000,00
		1040		CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DE CRECHES			575.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 15	575.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 12

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
UNIDADE	02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
12	367		Educação Especial			139.300,00
12	367	0009	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL			139.300,00
		2024	MANUTENÇAO DAS DESP. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			139.300,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	48.300,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 01	12.000,00	
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	68.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 01	6.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 01	5.000,00	
13			Cultura			513.000,00
13	392		Difusão Cultural			513.000,00
13	392	0007	INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS			513.000,00
		2021	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS			375.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	350.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	5.000,00	
		2086	PROJETO PROFESSOR NOTA 10			20.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	5.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	15.000,00	
		2087	EVENTOS CULTURAIS - ENFEITES NATALINOS			30.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	30.000,00	
		2091	EVENTO CULTURAIS - PROJETO LIXO E CIDADANIA			8.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	8.000,00	
		2165	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES CULTURAIS			60.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	56.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	4.000,00	
		2181	PROJETO APRENDER À APRENDER			20.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	18.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	2.000,00	
27			Desporto e Lazer			350.450,00
27	812		Desporto Comunitário			350.450,00
27	812	0011	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER			350.450,00
		2034	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O DESPORTO COMUNITARIO			329.450,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	185.550,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	7.100,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	126.800,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	10.000,00	
		2095	PROJETO BOM DE BOLA BOM DE ESCOLA			16.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	16.000,00	
		2160	MANUT. DESPESAS ATIV. EVENTOS ESPORTIVOS-PESSOA IDOSA			5.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	5.000,00	
TOTAL						7.664.886,55

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 13

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
UNIDADE	03	FUNDO DE MAN. E DESENV.DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
12			Educação			6.550.000,00
12	361		Ensino Fundamental			3.893.170,00
12	361	0005	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL			3.793.170,00
		2026	MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%			3.607.220,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	3.267.220,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	340.000,00	
		2027	MANTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%			185.950,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 19	128.450,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 19	57.500,00	
12	361	0012	EDIFICACOES PUBLICAS			100.000,00
		1228	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REF. E MAN. UND. ESCOLAR - FUNDEB			100.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 19	50.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 93	50.000,00	
12	365		Educação Infantil			2.531.900,00
12	365	0008	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL			2.431.900,00
		2028	MANUNTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% CRECHES			1.514.400,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	1.433.700,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	80.700,00	
		2029	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% PRE-ESCOLA			550.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	502.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	48.000,00	
		2030	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% CRECHES			262.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 19	232.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 19	30.000,00	
		2031	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% PRE-ESCOLA			105.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 19	75.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 19	30.000,00	
12	365	0012	EDIFICACOES PUBLICAS			100.000,00
		1183	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA E MAN. DE UNID. DA ED. INFANTIL			100.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 19	100.000,00	
12	367		Educação Especial			124.930,00
12	367	0009	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL			124.930,00
		2032	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO ESPECIAL - FUNDEB 60%			120.930,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	99.200,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 18	21.730,00	
		2033	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO - FUNDEB 40%			4.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 19	4.000,00	
TOTAL						6.550.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 14

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	06	SECRETARIA DE SAUDE
UNIDADE	01	GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

Funcional Programática / Grupo de Despesa	Descrição	F.R.	Valor
10	Saúde		174.900,00
10 122	Administração Geral		174.900,00
10 122 0020	GESTAO DO SUS		174.900,00
2035	MANUTENÇAO COM AS DESPESAS COM A GESTAO		174.900,00
3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	154.700,00
3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	8.200,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	12.000,00
TOTAL			174.900,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 15

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	06	SECRETARIA DE SAUDE
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
10			Saúde			16.523.951,43
10	301		Atenção Básica			5.377.930,00
10	301	0028	ATENCAO BASICA			5.377.930,00
		1044	REFORMA E AMPLIACAO DAS UNIDADES DOS PSFS			60.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	60.000,00	
		1225	CONST. REFORMA E AMPL. DE DOIS PSF´S, NA ZONA RURAL			120.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 24	60.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 24	60.000,00	
		1230	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE			408.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 14	408.000,00	
		2036	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			2.117.880,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	199.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	448.680,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	10.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 42	180.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	85.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	1.098.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	30.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	15.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	5.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	20.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 14	27.200,00	
		2037	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA PASCAR			158.800,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	120.800,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	22.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	2.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	14.000,00	
		2038	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM PROGRAMA PACS			1.248.750,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	32.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	1.129.750,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	85.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	2.000,00	
		2039	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE BUCAL			551.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	469.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	53.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	3.500,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	20.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	6.000,00	
		2161	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			713.000,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	478.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	35.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	170.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	10.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 14	20.000,00	
10	302		Assistência Hospitalar e Ambulatorial			10.002.421,43
10	302	0012	EDIFICACOES PUBLICAS			200.000,00
		1232	REFORMA E AMPL. DO HOSPITAL MUNICIPAL			200.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	200.000,00	
10	302	0029	ATENCAO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			9.802.421,43
		1118	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE			35.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	35.000,00	
		1200	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO BANCO DE SANGUE			50.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 16

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	06	SECRETARIA DE SAUDE
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	50.000,00	
	1231		AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO			30.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	30.000,00	
	1237		CONTRUÇÃO DE CENTRO DE ESPECIALIDADES EM ORTOPEDIA			823.071,43
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 23	823.071,43	
	2040		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL E HOSPITALAR			8.512.250,00
		3. 1 71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	60.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	2.985.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	195.000,00	
		3. 3 71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	194.000,00	
		3. 3 71	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	147.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	3.418.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	1.230.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	124.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	60.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 93	20.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	15.000,00	
		4. 4 71	INVESTIMENTOS	0 1. 02	64.250,00	
	2041		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS			346.100,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	1.000,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	43.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	5.100,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	286.500,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 14	10.000,00	
	2162		MANUTENCAO DA SAUDE DO IDOSO			6.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	6.000,00	
10	303		Suporte Profilático e Terapêutico			548.000,00
10	303	0030	ASSISTENCIA FARMACEUTICA			548.000,00
	2042		MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA FARMACIA BASICA			548.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	400.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	130.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	18.000,00	
10	304		Vigilância Sanitária			219.100,00
10	304	0031	VIGILANCIA EM SAUDE			219.100,00
	2043		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANITARIA			219.100,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	150.100,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	18.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	2.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 14	37.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	2.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	10.000,00	
10	305		Vigilância Epidemiológica			376.500,00
10	305	0031	VIGILANCIA EM SAUDE			376.500,00
	2044		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA			376.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	150.500,00	
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 14	134.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 02	39.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 02	38.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 42	5.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 02	10.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 17

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	06	SECRETARIA DE SAUDE
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Funcional Programática		Grupo de Despesa	
Cod	Descrição	F.R.	Valor
TOTAL			16.523.951,43

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 18

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	01	GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS E INFRA - ESTRUTUR

Funcional Programática					Grupo de Despesa		
Cod				Descrição	F.R.		Valor
04				Administração			2.432.100,00
04	122			Administração Geral			2.432.100,00
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			2.392.100,00
		2045		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA			2.392.100,00
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	1.932.100,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	175.000,00	
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	120.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	145.000,00	
			3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	10.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	10.000,00	
04	122	0012		EDIFICACOES PUBLICAS			40.000,00
		1058		AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA			40.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	40.000,00	
TOTAL							2.432.100,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 19

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
15			Urbanismo			2.310.000,00
15	451		Infra-Estrutura Urbana			1.810.000,00
15	451	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			170.000,00
		1235	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY NO SONHO AZUL			100.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	100.000,00	
		2131	MAN. E CONSERV. DOS SERVICOS URBANOS EM GERAL			70.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	70.000,00	
15	451	0013	PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE VIAS PUBLICAS			1.330.000,00
		1060	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS			780.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	470.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 30	310.000,00	
		1061	PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA			500.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	500.000,00	
		1233	AQS. DE ROLO CAMPACTADOR			50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	50.000,00	
15	451	0019	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO			310.000,00
		1155	REVITALIZACAO PARCIAL DE ESPACO PUBLICO - PRACA DA MATRIZ			50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 24	50.000,00	
		1170	CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO			60.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	60.000,00	
		1207	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL			30.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	30.000,00	
		1234	URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DA COHAB			150.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	150.000,00	
		1239	URBANIZAÇÃO DA PRAÇA JARDIM FAVO DE MEL			20.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	20.000,00	
15	452		Serviços Urbanos			500.000,00
15	452	0038	COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS			500.000,00
		2137	TERCEIRIZAÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO			500.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	500.000,00	
17			Saneamento			510.000,00
17	512		Saneamento Básico Urbano			510.000,00
17	512	0015	SANEAMENTO BASICO			510.000,00
		1081	CONSTRUÇAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS E REDES DE ESGOTO			190.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	80.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 30	110.000,00	
		1166	AMPLIAÇÃO REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO			80.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	80.000,00	
		1167	AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA			100.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	100.000,00	
		1236	CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL			50.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	50.000,00	
		1238	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			90.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	90.000,00	
26			Transporte			480.000,00
26	782		Transporte Rodoviário			480.000,00
26	782	0016	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO			480.000,00
		1083	CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES			180.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 30	180.000,00	
		1086	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS			300.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 20

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

Funcional Programática			Grupo de Despesa	
Cod	Descrição	F.R.		Valor
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 30	65.000,00	
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 30	235.000,00	
TOTAL				3.300.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 21

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	04	FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

Funcional Programática				Grupo de Despesa					
Cod				Descrição				F.R.	Valor
25				Energia					1.170.000,00
25	752			Energia Elétrica					1.170.000,00
25	752	0017		ENERGIA ELETRICA					1.170.000,00
		2047		MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLICA					1.170.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	00	70.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	17	1.100.000,00	
TOTAL									1.170.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 22

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	05	COORDENADORIA DE TRANSITO

Funcional Programática / Grupo de Despesa	Descrição	F.R.		Valor
26	Transporte			280.000,00
26 782	Transporte Rodoviário			280.000,00
26 782 0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO			280.000,00
1088	IMPLEMENTAÇAO DA SINALIZAÇAO NO PERIMETRO URBANO			180.000,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	180.000,00	
2048	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O TRANSITO MUNICIPAL			80.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	80.000,00	
2141	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM A JARI			20.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
TOTAL				280.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 23

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
UNIDADE	06	COORD. DE LOGISTICA E MANUTENCAO DE PRÓPRIOS

Funcional Programática							Grupo de Despesa		
Cod				Descrição			F.R.		Valor
04				Administração					529.000,00
04	122			Administração Geral					529.000,00
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO					529.000,00
		2049		MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO PATRIMONIO					529.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00		449.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 16		80.000,00	
TOTAL									529.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 24

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	08	SECRETARIA DE FAZENDA
UNIDADE	01	SECRETARIA DE FAZENDA

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
04			Administração			1.952.500,00
04	123		Administração Financeira			1.937.500,00
04	123	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			35.000,00
		1095	PREMIACAO DO PROJETO IPTU PREMIADO			20.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
		1096	PREMIAÇAO SOBRE INCENTIVO FISCAL - "CIDA-ADAO"			15.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	15.000,00	
04	123	0023	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA			1.902.500,00
		1093	CURSO DE CAPACITACAO DOS SERVIDORES			16.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	16.000,00	
		2052	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZENDA			1.496.500,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	1.011.500,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	95.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	340.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	50.000,00	
		2053	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA			390.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	300.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	90.000,00	
04	129		Administração de Receitas			15.000,00
04	129	0023	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA			15.000,00
		2055	MANUTENCAO DE GEOPROCESSAMENTO			15.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	15.000,00	
11			Trabalho			533.000,00
11	331		Proteção e Benefícios ao Trabalhador			533.000,00
11	331	0024	CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO			533.000,00
		2054	PROGRAMA DE FORMAÇAO DE PATRIMONIO DE SERVIDOR PUBLICO			533.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	533.000,00	
28			Encargos Especiais			400.000,00
28	843		Serviço da Dívida Interna			400.000,00
28	843	0024	CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO			400.000,00
		2175	RESGATE DA DIVIDA INTERNA			390.000,00
		4. 6 90	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	0 1. 00	390.000,00	
		2176	JUROS SOBRE A DIVIDA			10.000,00
		3. 2 90	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0 1. 00	10.000,00	
TOTAL						2.885.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 25

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	01	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRAB

Funcional Programática				Grupo de Despesa		
Cod			Descrição	F.R.		Valor
08			Assistência Social			1.590.500,00
08	122		Administração Geral			1.336.600,00
08	122	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			80.000,00
		1240	AQS. DE VEICULO P/SEC. DE ASSIST. SOCIAL			80.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	80.000,00	
08	122	0012	EDIFICACOES PUBLICAS			20.000,00
		1241	AMPLIAÇÃO E REF. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS			20.000,00
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	20.000,00	
08	122	0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL			1.236.600,00
		2056	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA			1.236.600,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	968.600,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	70.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	155.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	3.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	40.000,00	
08	243		Assistência à Criança e ao Adolescente			167.300,00
08	243	0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL			167.300,00
		2057	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DESENV. PELO CONSELHO TUTELAR			167.300,00
		3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	115.000,00	
		3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	500,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	36.000,00	
		3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	800,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	15.000,00	
08	244		Assistência Comunitária			86.600,00
08	244	0007	INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS			86.600,00
		2115	MANUTENÇAO CASA DO ARTESAO			21.600,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	21.600,00	
		2178	MAN. DAS DESPESAS COM O EVENTO ENCONTRO DA MULHER RURAL			65.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	65.000,00	
TOTAL						1.590.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 26

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional Programática				Grupo de Despesa			
Cod			Descrição		F.R.		Valor
08			Assistência Social				1.034.000,00
08	122		Administração Geral				55.000,00
08	122	0035	PROTECAO SOCIAL BASICA				55.000,00
		2105	ACOES DE GESTAO E APOIO AS POLITICAS E ASSISTENCIA SOCIAL				55.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	25.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 29	30.000,00	
08	242		Assistência ao Portador de Deficiência				35.000,00
08	242	0035	PROTECAO SOCIAL BASICA				3.000,00
		2108	SERV.DE ATENCAO SOCIAL A PESSOA C/ DEFICIENCIA - BPC NA ESCO				3.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	3.000,00	
08	242	0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL				32.000,00
		2109	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA - APAE				32.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	32.000,00	
08	243		Assistência à Criança e ao Adolescente				190.000,00
08	243	0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL				190.000,00
		2061	MANUTENÇAO DA CASA DE ACOLHIMENTO RENASCER				190.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	190.000,00	
08	244		Assistência Comunitária				754.000,00
08	244	0035	PROTECAO SOCIAL BASICA				519.000,00
		2058	SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS				145.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	140.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 93	5.000,00	
		2062	SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INTEGRAL A FAMILIA				75.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	75.000,00	
		2063	ACOES POR EQUIPES VOLANTES				35.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	35.000,00	
		2106	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL AO IDOSO - ASILAR				20.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	20.000,00	
		2110	PROGRAMA AINDA BEM				70.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	70.000,00	
		2111	PROGRAMA RECUPERA-AÇAO				30.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	30.000,00	
		2179	COFINANCIAMENTO ESTADUAL				42.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 42	10.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 42	32.000,00	
		2180	PROGRAMA ADO-AÇÃO				82.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	82.000,00	
		2182	AQUISICAO BOLSA MATERIAL DE CONSTRUCAO				20.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	20.000,00	
08	244	0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL				235.000,00
		2064	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IGDBF				105.000,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 29	80.000,00	
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 93	5.000,00	
		4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1. 29	20.000,00	
		2107	SERVICO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL				130.000,00
		3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	130.000,00	
TOTAL							1.034.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 27

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	03	FUNDO MUN.DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Funcional Programática				Grupo de Despesa				
Cod			Descrição			F.R.		Valor
08			Assistência Social					47.800,00
08	243		Assistência à Criança e ao Adolescente					47.800,00
08	243	0022	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE					47.800,00
		2066	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDCA					47.800,00
			3. 3 50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	45.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1. 00	2.800,00	
TOTAL								47.800,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 28

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	04	FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

Funcional Programática					Grupo de Despesa		
Cod			Descrição		F.R.		Valor
08			Assistência Social				1.500,00
08	244		Assistência Comunitária				1.500,00
08	244	0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO				1.500,00
		2112	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FHIS				1.500,00
		3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00		1.500,00	
TOTAL							1.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 29

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	05	FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

Funcional Programática / Grupo de Despesa	Descrição	F.R.		Valor
08	Assistência Social			34.437,44
08 244	Assistência Comunitária			34.437,44
08 244 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL			34.437,44
2067	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMIS			34.437,44
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1 . 42	34.437,44	
TOTAL				34.437,44

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 30

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA
UNIDADE	06	FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO

Funcional Programática / Grupo de Despesa	Descrição	F.R.			Valor
08	Assistência Social				171.800,00
08 241	Assistência ao Idoso				171.800,00
08 241 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL				171.800,00
2068	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI				25.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	00	5.000,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1.	00	20.000,00
2163	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. E APOIO A PESSOA IDOSA-CERAPI				146.800,00
3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.	00	97.000,00
3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.	00	5.000,00
3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	00	39.000,00
3. 3 91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.	00	800,00
4. 4 90	INVESTIMENTOS	0	1.	00	5.000,00
TOTAL					171.800,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 31

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	10	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI
UNIDADE	01	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

Funcional Programática					Grupo de Despesa		
Cod				Descrição	F.R.		Valor
04				Administração			761.765,91
04	122			Administração Geral			761.765,91
04	122	0002		ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO			761.765,91
		2069		MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			611.765,91
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	320.100,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	7.000,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	264.665,91	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	20.000,00	
		2174		RESGATE DA DIVIDA INTERNA - SAEMI			150.000,00
			4. 6 90	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	0 1. 00	150.000,00	
11				Trabalho			27.000,00
11	331			Proteção e Benefícios ao Trabalhador			27.000,00
11	331	0024		CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO			27.000,00
		2070		CONTRIBUIÇAO AO PASEP - SAEMI			27.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	27.000,00	
17				Saneamento			2.089.234,09
17	512			Saneamento Básico Urbano			2.089.234,09
17	512	0015		SANEAMENTO BASICO			2.089.234,09
		1106		AMPLIAÇAO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO			1.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	1.000,00	
		1107		AMPLIAÇAO DA REDE DE AGUA			5.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	5.000,00	
		1108		HIDROMETRAÇAO			500,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	500,00	
		1109		AQUISIÇAO DE BOMBAS, EQUIPAMENTOS E MOTORES			10.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	10.000,00	
		1224		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADAS			10.000,00
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	10.000,00	
		2071		MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS			1.937.734,09
			3. 1 90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	765.312,00	
			3. 1 91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0 1. 00	38.970,00	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	1.115.452,09	
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 93	2.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	16.000,00	
		2072		MANUTENÇAO DE VEICULO E MAQUINAS			50.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	50.000,00	
		2170		MANUTENÇÃO DE BOMBAS E MOTORES			20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
		2171		MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA E. T. A.			30.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	15.000,00	
			4. 4 90	INVESTIMENTOS	0 1. 00	15.000,00	
		2172		AQS DE TAMPAS P/POSTO DE VISITA E CX DE INSPEÇÃO P/ESGOSTO			5.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	5.000,00	
		2173		REVITALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DE ELEVATÓRIA DE ESGOTO			20.000,00
			3. 3 90	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0 1. 00	20.000,00	
99				Reserva de Contingência			22.000,00
99	999			Reserva de Contingência			22.000,00
99	999	0099		RESERVA DE CONTIGENCIA			22.000,00
		2069		MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			22.000,00
			9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0 1. 00	22.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 32

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	10	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI
UNIDADE	01	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

Funcional Programática		Grupo de Despesa	
Cod	Descrição	F.R.	Valor
TOTAL			2.900.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

DESPESA DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
POR ATIVIDADE E PROJETO SEGUNDO OS GRUPOS

Quadro 03
Página 33

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PODER	02	EXECUTIVO
ORGÃO	99	Reserva de Contingência
UNIDADE	00	Reserva de Contingência

Funcional Programática								Grupo de Despesa		
Cod				Descrição				F.R.		Valor
99				Reserva de Contingência						725.454,00
99	999			Reserva de Contingência						725.454,00
99	999	0099		RESERVA DE CONTIGENCIA						725.454,00
		2114		RESERVA DE CONTIGENCIA						725.454,00
			9. 9 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1 .	00		725.454,00	
TOTAL										725.454,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 04

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO

Página 1

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO / UNIDADE	FUNÇÕES	DESCRIÇÃO	VALOR
01		LEGISLATIVO	
01		CAMARA MUNICIPAL	
	01	Legislativa	2.150.000,00
02		EXECUTIVO	
02		GABINETE DO PREFEITO	
	04	Administração	1.663.310,18
03		SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	
	04	Administração	2.802.760,00
	06	Segurança Pública	54.000,00
	09	Previdência Social	673.200,00
	99	Reserva de Contingência	2.637.640,00
04		SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE	
	04	Administração	292.800,00
	18	Gestão Ambiental	20.000,00
	20	Agricultura	805.996,00
	23	Comércio e Serviços	85.000,00
05		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
	12	Educação	13.650.900,95
	13	Cultura	513.000,00
	27	Desporto e Lazer	350.450,00
06		SECRETARIA DE SAUDE	
	10	Saúde	16.698.851,43
07		SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	
	04	Administração	2.961.100,00
	15	Urbanismo	2.310.000,00
	17	Saneamento	510.000,00
	25	Energia	1.170.000,00
	26	Transporte	760.000,00
08		SECRETARIA DE FAZENDA	
	04	Administração	1.952.500,00
	11	Trabalho	533.000,00
	28	Encargos Especiais	400.000,00
09		SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA	
	08	Assistência Social	2.880.037,44

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 04

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO

Página 2

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO / UNIDADE	FUNÇÕES	DESCRIÇÃO	VALOR
10		SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI	
	04	Administração	761.765,91
	11	Trabalho	27.000,00
	17	Saneamento	2.089.234,09
	99	Reserva de Contingência	22.000,00
99		Reserva de Contingência	
	99	Reserva de Contingência	725.454,00
	TOTAL GERAL		59.500.000,00

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO

01	01	CAMARA MUNICIPAL	2.150.000,00
02	02	GABINETE DO PREFEITO	1.663.310,18
02	03	SEC. DE ADMIN. PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	6.167.600,00
02	04	SEC.DE AGRIC. PEC. IND. E COM. TUR. E MEIO AMBIENTE	1.203.796,00
02	05	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	14.514.350,95
02	06	SECRETARIA DE SAUDE	16.698.851,43
02	07	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	7.711.100,00
02	08	SECRETARIA DE FAZENDA	2.885.500,00
02	09	SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL. TRABALHO E CIDADANIA	2.880.037,44
02	10	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI	2.900.000,00
02	99	Reserva de Contingência	725.454,00
		TOTAL	59.500.000,00

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.150.000,00
04	Administração	10.434.236,09
06	Segurança Pública	54.000,00
08	Assistência Social	2.880.037,44
09	Previdência Social	673.200,00
10	Saúde	16.698.851,43
11	Trabalho	560.000,00
12	Educação	13.650.900,95
13	Cultura	513.000,00
15	Urbanismo	2.310.000,00
17	Saneamento	2.599.234,09
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	805.996,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 04

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO

Página 3

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

ORGÃO
UNIDADE

FUNÇÕES	DESCRIÇÃO	VALOR
23	Comércio e Serviços	85.000,00
25	Energia	1.170.000,00
26	Transporte	760.000,00
27	Desporto e Lazer	350.450,00
28	Encargos Especiais	400.000,00
99	Reserva de Contingência	3.385.094,00
	TOTAL	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 05

SUMÁRIO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA Página 1

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Despesa por Grupo	Fiscal	Seguridade Social	Empresas	Total
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3 DESPESAS CORRENTES				
3. 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.359.850,18	9.220.430,00		26.580.280,18
3. 2 JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	10.000,00			10.000,00
3. 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.104.366,95	8.879.700,00		18.984.066,95
4 DESPESAS DE CAPITAL				
4. 4 INVESTIMENTOS	5.120.600,00	2.151.958,87		7.272.558,87
4. 6 AMORTIZAçãO DA DíVIDA	390.000,00			390.000,00
9 RESERVA DE CONTINGêNCIA				
9. 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.363.094,00			3.363.094,00
SUB TOTAL	36.347.911,13	20.252.088,87		56.600.000,00
ADMINISTRAÇAO INDIRETA				
3 DESPESAS CORRENTES				
3. 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.131.382,00	1.131.382,00
3 DESPESAS CORRENTES				
3. 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.519.618,00	1.519.618,00
4 DESPESAS DE CAPITAL				
4. 4 INVESTIMENTOS			77.000,00	77.000,00
4 DESPESAS DE CAPITAL				
4. 6 AMORTIZAçãO DA DíVIDA			150.000,00	150.000,00
9 RESERVA DE CONTINGêNCIA				
9. 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		22.000,00		22.000,00
SUB TOTAL		22.000,00	2.878.000,00	2.900.000,00
TOTAL GERAL	36.347.911,13	20.274.088,87	2.878.000,00	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017
Quadro 06
Página 1
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
01	Legislativa	2.150.000,00			2.150.000,00
01 031	Ação Legislativa	2.150.000,00			2.150.000,00
01 031 0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.150.000,00			2.150.000,00
04	Administração	9.339.210,18	333.260,00	761.765,91	10.434.236,09
04 122	Administração Geral	7.386.710,18	333.260,00	761.765,91	8.481.736,09
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	7.196.710,18		761.765,91	7.958.476,09
04 122 0012	EDIFICACOES PUBLICAS	190.000,00			190.000,00
04 122 0155	GESTÃO DO RPPS		333.260,00		333.260,00
04 123	Administração Financeira	1.937.500,00			1.937.500,00
04 123 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	35.000,00			35.000,00
04 123 0023	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA	1.902.500,00			1.902.500,00
04 129	Administração de Receitas	15.000,00			15.000,00
04 129 0023	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA	15.000,00			15.000,00
06	Segurança Pública	54.000,00			54.000,00
06 181	Policiamento	54.000,00			54.000,00
06 181 0037	SEGURANCA PUBLICA	54.000,00			54.000,00
08	Assistência Social	2.308.600,00	571.437,44		2.880.037,44
08 122	Administração Geral	1.336.600,00	55.000,00		1.391.600,00
08 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	80.000,00			80.000,00
08 122 0012	EDIFICACOES PUBLICAS	20.000,00			20.000,00
08 122 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.236.600,00			1.236.600,00
08 122 0035	PROTECAO SOCIAL BASICA		55.000,00		55.000,00
08 241	Assistência ao Idoso	146.800,00	25.000,00		171.800,00
08 241 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL	146.800,00	25.000,00		171.800,00
08 242	Assistência ao Portador de Deficiência		35.000,00		35.000,00
08 242 0035	PROTECAO SOCIAL BASICA		3.000,00		3.000,00
08 242 0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL		32.000,00		32.000,00
08 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	405.100,00			405.100,00
08 243 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL	167.300,00			167.300,00
08 243 0022	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	47.800,00			47.800,00
08 243 0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	190.000,00			190.000,00
08 244	Assistência Comunitária	420.100,00	456.437,44		876.537,44
08 244 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	1.500,00			1.500,00
08 244 0007	INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS	86.600,00			86.600,00
08 244 0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL		34.437,44		34.437,44
08 244 0035	PROTECAO SOCIAL BASICA	202.000,00	317.000,00		519.000,00
08 244 0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	130.000,00	105.000,00		235.000,00
09	Previdência Social		673.200,00		673.200,00
09 272	Previdência do Regime Estatutário		673.200,00		673.200,00
09 272 0155	GESTÃO DO RPPS		673.200,00		673.200,00
10	Saúde	10.554.150,00	6.144.701,43		16.698.851,43
10 122	Administração Geral	174.900,00			174.900,00
10 122 0020	GESTAO DO SUS	174.900,00			174.900,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017
Quadro 06
Página 2
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
10 301	Atenção Básica	2.301.300,00	3.076.630,00		5.377.930,00
10 301 0028	ATENCAO BASICA	2.301.300,00	3.076.630,00		5.377.930,00
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.258.350,00	2.744.071,43		10.002.421,43
10 302 0012	EDIFICACOES PUBLICAS	200.000,00			200.000,00
10 302 0029	ATENCAO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	7.058.350,00	2.744.071,43		9.802.421,43
10 303	Suporte Profilático e Terapêutico	400.000,00	148.000,00		548.000,00
10 303 0030	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	400.000,00	148.000,00		548.000,00
10 304	Vigilância Sanitária	182.100,00	37.000,00		219.100,00
10 304 0031	VIGILANCIA EM SAUDE	182.100,00	37.000,00		219.100,00
10 305	Vigilância Epidemiológica	237.500,00	139.000,00		376.500,00
10 305 0031	VIGILANCIA EM SAUDE	237.500,00	139.000,00		376.500,00
11	Trabalho	533.000,00		27.000,00	560.000,00
11 331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	533.000,00		27.000,00	560.000,00
11 331 0024	CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO	533.000,00		27.000,00	560.000,00
12	Educação	5.032.620,95	8.618.280,00		13.650.900,95
12 122	Administração Geral	299.464,40			299.464,40
12 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	297.464,40			297.464,40
12 122 0012	EDIFICACOES PUBLICAS	2.000,00			2.000,00
12 306	Alimentação e Nutrição	400.000,00	200.000,00		600.000,00
12 306 0006	ALIMENTACAO E NUTRICAO	400.000,00	200.000,00		600.000,00
12 361	Ensino Fundamental	1.738.406,55	5.128.950,00		6.867.356,55
12 361 0005	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.737.406,55	5.028.950,00		6.766.356,55
12 361 0012	EDIFICACOES PUBLICAS	1.000,00	100.000,00		101.000,00
12 364	Ensino Superior	205.000,00			205.000,00
12 364 0010	EXPANSAO E MELHORIA DA EDUCACAO SUPERIOR	205.000,00			205.000,00
12 365	Educação Infantil	2.250.450,00	3.164.400,00		5.414.850,00
12 365 0008	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL	2.250.450,00	2.489.400,00		4.739.850,00
12 365 0012	EDIFICACOES PUBLICAS		675.000,00		675.000,00
12 367	Educação Especial	139.300,00	124.930,00		264.230,00
12 367 0009	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL	139.300,00	124.930,00		264.230,00
13	Cultura	513.000,00			513.000,00
13 392	Difusão Cultural	513.000,00			513.000,00
13 392 0007	INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS	513.000,00			513.000,00
15	Urbanismo	1.950.000,00	360.000,00		2.310.000,00
15 451	Infra-Estrutura Urbana	1.450.000,00	360.000,00		1.810.000,00
15 451 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	170.000,00			170.000,00
15 451 0013	PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE VIAS PUBLICAS	1.020.000,00	310.000,00		1.330.000,00
15 451 0019	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO	260.000,00	50.000,00		310.000,00
15 452	Serviços Urbanos	500.000,00			500.000,00
15 452 0038	COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	500.000,00			500.000,00
17	Saneamento	400.000,00	110.000,00	2.089.234,09	2.599.234,09

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017
Quadro 06
Página 3
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
17 512	Saneamento Básico Urbano	400.000,00	110.000,00	2.089.234,09	2.599.234,09
17 512 0015	SANEAMENTO BASICO	400.000,00	110.000,00	2.089.234,09	2.599.234,09
18	Gestão Ambiental	20.000,00			20.000,00
18 543	Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00			20.000,00
18 543 0032	APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	20.000,00			20.000,00
20	Agricultura	343.996,00	462.000,00		805.996,00
20 601	Promoção da Produção Vegetal	114.000,00			114.000,00
20 601 0004	APOIO A AGROPECUARIA	114.000,00			114.000,00
20 602	Promoção da Produção Animal	149.996,00	462.000,00		611.996,00
20 602 0004	APOIO A AGROPECUARIA	149.996,00	462.000,00		611.996,00
20 607	Irrigação	80.000,00			80.000,00
20 607 0004	APOIO A AGROPECUARIA	80.000,00			80.000,00
23	Comércio e Serviços	85.000,00			85.000,00
23 695	Turismo	85.000,00			85.000,00
23 695 0032	APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	85.000,00			85.000,00
25	Energia	1.170.000,00			1.170.000,00
25 752	Energia Elétrica	1.170.000,00			1.170.000,00
25 752 0017	ENERGIA ELETRICA	1.170.000,00			1.170.000,00
26	Transporte	280.000,00	480.000,00		760.000,00
26 782	Transporte Rodoviário	280.000,00	480.000,00		760.000,00
26 782 0016	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO		480.000,00		480.000,00
26 782 0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO	280.000,00			280.000,00
27	Desporto e Lazer	350.450,00			350.450,00
27 812	Desporto Comunitário	350.450,00			350.450,00
27 812 0011	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER	350.450,00			350.450,00
28	Encargos Especiais	400.000,00			400.000,00
28 843	Serviço da Dívida Interna	400.000,00			400.000,00
28 843 0024	CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO	400.000,00			400.000,00
99	Reserva de Contingência	725.454,00	2.637.640,00	22.000,00	3.385.094,00
99 999	Reserva de Contingência	725.454,00	2.637.640,00	22.000,00	3.385.094,00
99 999 0099	RESERVA DE CONTIGENCIA	725.454,00		22.000,00	747.454,00
99 999 0155	GESTÃO DO RPPS		2.637.640,00		2.637.640,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017
Quadro 06
Página 4
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Adm. Indireta	T o t a l
	TOTAL	36.209.481,13	20.390.518,87	2.900.000,00	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

TABELA EXPLICATIVA - DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Discriminação	Valor
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.150.000,00
0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	8.542.440,49
0004	APOIO A AGROPECUARIA	805.996,00
0005	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.766.356,55
0006	ALIMENTACAO E NUTRICAO	600.000,00
0007	INCENTIVO AS ATIVIDADES CULTURAIS	599.600,00
0008	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO INFANTIL	4.739.850,00
0009	MELHORIA DA PRODUTIVIDADE DA EDUCACAO ESPECIAL	264.230,00
0010	EXPANSAO E MELHORIA DA EDUCACAO SUPERIOR	205.000,00
0011	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER	350.450,00
0012	EDIFICACOES PUBLICAS	1.188.000,00
0013	PAVIMENTACAO E RESTAURACAO DE VIAS PUBLICAS	1.330.000,00
0015	SANEAMENTO BASICO	2.599.234,09
0016	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO	480.000,00
0017	ENERGIA ELETRICA	1.170.000,00
0018	GERENCIAMENTO DO TRANSITO	280.000,00
0019	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO	310.000,00
0020	GESTAO DO SUS	174.900,00
0021	DESCENTRALIZACAO DAS ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.610.137,44
0022	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	47.800,00
0023	MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO FAZENDARIA	1.917.500,00
0024	CONT.P/FORMACAO DE PAT. DE SERVIDOR PUBLICO	960.000,00
0028	ATENCAO BASICA	5.377.930,00
0029	ATENCAO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	9.802.421,43
0030	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	548.000,00
0031	VIGILANCIA EM SAUDE	595.600,00
0032	APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	105.000,00
0035	PROTECAO SOCIAL BASICA	577.000,00
0036	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	457.000,00
0037	SEGURANCA PUBLICA	54.000,00
0038	COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS	500.000,00
0099	RESERVA DE CONTIGENCIA	747.454,00
0155	GESTÃO DO RPPS	3.644.100,00
	TOTAL	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 08

DESPESA DO MUNICIPIO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO — Página 1

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Discriminação	Valor - R$	Total - R$
3.0.00	DESPESAS CORRENTES		48.225.347,13
20	TRANSFERêNCIAS à UNIãO	200,00	
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200,00	
50	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIV	706.000,00	
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	706.000,00	
71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	607.630,18	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	196.630,18	
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	411.000,00	
90	APLICAçõES DIRETAS	44.939.316,95	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.598.432,00	
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	10.000,00	
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.330.884,95	
91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS	1.972.200,00	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.916.600,00	
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.600,00	
4.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		7.889.558,87
71	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra	109.250,00	
4.4	INVESTIMENTOS	109.250,00	
90	APLICAçõES DIRETAS	7.780.308,87	
4.4	INVESTIMENTOS	7.240.308,87	
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	540.000,00	
9.0.00	RESERVA DE CONTINGêNCIA		3.385.094,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.385.094,00	
9.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.385.094,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 08

DESPESA DO MUNICIPIO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Discriminação	Valor - R$	Total - R$
	TOTAL		59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 09

EVOLUÇÃO DA RECEITA

Página 1

(Inc.III, Art.22º)

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2013	2014	2015	2016	2017
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES					
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.561.000,00	3.721.245,00	5.363.000,00	5.962.000,00	7.019.000,00
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	700.000,00	731.500,00	730.000,00	730.000,00	2.644.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	273.000,00	283.150,00	544.100,00	586.000,00	570.600,00
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.558.900,00	1.972.657,50	1.760.600,00	2.214.700,00	2.673.600,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.907.284,00	30.208.111,78	37.837.897,00	41.820.631,00	46.390.197,44
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.300,00	897.667,50	964.850,00	1.582.869,00	1.370.431,13
	Sub Total	35.796.484,00	37.814.331,78	47.200.447,00	52.896.200,00	60.667.828,57
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL					
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.450,00	520.000,00		
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.983.303,78	4.162.552,45	4.498.312,00	2.525.000,00	2.438.071,43
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
	Sub Total	3.993.303,78	4.173.002,45	5.018.312,00	2.525.000,00	2.438.071,43
7000.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA					
7200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES					2.097.100,00
7600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	60.000,00	51.500,00	55.000,00	66.000,00	90.000,00
7900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇA					200,00
	Sub Total	60.000,00	51.500,00	55.000,00	66.000,00	2.187.300,00
8000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIA					
	Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 09

EVOLUÇÃO DA RECEITA

Página 2

(Inc.III, Art.22º)

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2013	2014	2015	2016	2017
9000.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA					
9500.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	-3.726.400,00	-3.894.088,00	-4.918.000,00	-5.487.200,00	-5.793.200,00
9900.00.00	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORREN					
	Sub Total	-3.726.400,00	-3.894.088,00	-4.918.000,00	-5.487.200,00	-5.793.200,00
	TOTAL	36.123.387,78	38.144.746,23	47.355.759,00	50.000.000,00	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA — Página 1

(Inc. III, Art. 22) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	DESPESA		
		Realizada 2015	Fixada 2016	Prevista 2017
DESPESAS CORRENTES				
3 1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.339.019,00	24.740.007,02	27.711.662,18
3 2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA			10.000,00
3 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.195.626,00	16.532.985,01	20.503.684,95
	Sub Total	38.534.645,00	41.272.992,03	48.225.347,13
DESPESAS DE CAPITAL				
4 4	INVESTIMENTOS	7.682.794,00	7.795.007,97	7.349.558,87
4 6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA	453.000,00	510.000,00	540.000,00
	Sub Total	8.135.794,00	8.305.007,97	7.889.558,87
RESERVA DE CONTINGêNCIA				
9 9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.320,00	422.000,00	3.385.094,00
	Sub Total	685.320,00	422.000,00	3.385.094,00
	TOTAL	47.355.759,00	50.000.000,00	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 1

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1100.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	
1110.00.00.00.00	IMPOSTOS	
1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	
1112.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	
1112.02.01.01.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-GERAL	Código Tributário Municipal
1112.02.01.02.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - EDUCAÇÃO	
1112.02.01.03.00	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-SAUDE	
1112.04.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	
1112.04.31.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS REND. DO TRABALH	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1112.04.34.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1112.08.00.00.00	IMP. S/TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS RE	
1112.08.01.01.00	IMP.S/TRANSF. INTER VIVOS D BENS IMÓVEIS E DE DIR. RE-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1112.08.01.02.00	IMP.S/TRANSF.INTER VIVOS BENS IMÓVEIS E DE DIR. RE-EDUCACAO	
1112.08.01.03.00	IMP.S/TRANSF. INTER VIVOS D BENS IMÓVEIS E DE DIR. RE-SAUDE	
1113.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	
1113.05.00.00.00	IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	
1113.05.01.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1120.00.00.00.00	TAXAS	
1121.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER POLÍCIA	
1121.25.00.00.00	TAXA DE LIC. P/FUNC. DE ESTAB. COM. IND. E PRESTADORAS DE S	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1121.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1121.31.00.00.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1121.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1122.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
1122.28.00.00.00	TAXA DE CEMITÉRIOS	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1122.90.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	
1200.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	
1210.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	
1210.29.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNC	
1210.29.07.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL- RPPS EXECUTIVO	
1210.29.07.02.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL- RPPS LEGISLATIVO	
1210.29.07.03.00	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL para o RPPS - SAEMI	
1230.00.00.00.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	
1230.55.00.00.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1300.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	
1320.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 2

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1325.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	
1325.55.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	
1325.55.02.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VI	
1325.55.03.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VI	
1325.55.05.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VI	
1325.55.09.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VI	
1325.55.20.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA - RECURSOS V	
1325.55.99.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECU	
1325.56.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	
1325.56.99.00.00	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	
1328.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNC	
1328.10.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNC	
1328.20.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNC	
1330.00.00.00.00	RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	
1339.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	
1600.13.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
1600.13.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1600.41.01.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE AGUA - COMERCIAL	
1600.41.02.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE AGUA - DOMICILIAR	
1600.41.04.00.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE AGUA E DISTRIBUIÇÃO PUBLICA	
1600.42.01.00.00	SERVIÇO COMERCIAL	
1600.42.02.00.00	SERVIÇO DOMICILIAR	
1600.42.03.00.00	SERVIÇO INDUSTRIAL	
1600.42.04.00.00	SERVIÇO PUBLICO	
1600.45.00.00.00	SERV. DE PREP. DA TERRA EM PROPRIEDADES PARTICULARES	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1600.48.00.00.00	SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	
1600.99.01.00.00	SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA DE AGUA	
1600.99.02.00.00	SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA DE ESGOTO	
1600.99.03.00.00	OUTROS SERVIÇOS - SAEMI	
1700.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
1720.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	
1721.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
1721.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	
1721.01.02.01.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS- GERAL	
1721.01.02.02.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-EDUCAÇÃO	
1721.01.02.03.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-SAUDE	
1721.01.03.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA	
1721.01.04.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 3

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1721.01.05.01.00	COTA-PARTE IMPOSTO S/PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-GERAL	
1721.01.05.02.00	COTA-PARTE IMPOSTO S/PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-EDUCACAO	
1721.01.05.03.00	COTA-PARTE IMPOSTO S/PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-SAUDE	
1721.22.00.00.00	TRANSFERENCIA DA COMP. FINANC. PELA EXPLORAÇÃO DOS REC. NATU	
1721.22.70.00.00	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO - FEP	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1721.33.01.00.00	FNS - PAB FIXO	
1721.33.02.00.00	FNS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
1721.33.03.00.00	FNS - PACS	
1721.33.04.00.00	FNS - VISA	
1721.33.05.00.00	FNS - FARMACIA BASICA	
1721.33.06.00.00	FNS - PSF	
1721.33.07.00.00	FNS - SAUDE BUCAL	
1721.33.11.00.00	FNS - PROG. MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE PM	
1721.33.13.00.00	FNS BLMAC	
1721.33.16.00.00	FNS CAPS	
1721.34.02.00.00	FNAS - IGDBF	
1721.34.03.00.00	FNAS - PTMC	
1721.34.06.00.00	FNAS - PAIF	
1721.34.07.00.00	FNAS - IGD/SUAS	
1721.34.08.00.00	FNAS - PAIF - VOLANTE	
1721.34.09.00.00	FNAS - Progr. Atencao Social pessoa Deficiente-BPC na Escola	
1721.34.10.00.00	FNAS - PBV/SCFV	
1721.34.11.00.00	FNS - Serviço de proteção Social ao Idoso - PAC 1	
1721.35.00.00.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NAC. DO DESENV. DA EDUCAÇÃO- FN	
1721.35.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
1721.35.03.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1721.35.04.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1721.35.99.01.00	OUTRAS TRANSF DIRETAS DO FNDE - BRASIL CARINHOSO	FNDE
1721.36.01.00.00	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1721.36.02.00.00	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96-EDUCAÇÃO	
1721.36.03.00.00	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96-SAUDE	
1721.99.01.00.00	APOIO FIN. MUN. (AFM)	
1721.99.02.00.00	AUX. FIN. P/FOM. EXP. (FEX)	
1722.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	
1722.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	
1722.01.01.01.00	COTA-PARTE DO ICMS-GERAL	
1722.01.01.02.00	COTA-PARTE DO ICMS- EDUCAÇÃO	
1722.01.01.03.00	COTA-PARTE DO ICMS-SAUDE	
1722.01.02.01.00	COTA-PARTE DO IPVA-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1722.01.02.02.00	COTA-PARTE DO IPVA-EDUCAÇÃO	
1722.01.02.03.00	COTA-PARTE DO IPVA-SAUDE	
1722.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 4

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1722.01.55.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB	LEI ESTADUAL ESPECIFICA
1722.33.01.00.00	FES - PSF	
1722.33.03.00.00	FES - SAUDE BUCAL	
1722.33.05.00.00	FES - PASCAR	
1722.33.06.00.00	FES - DIABETES	
1722.33.07.00.00	FES - FARMACIA BÁSICA -ESTADO	
1722.33.08.00.00	FES - PAICI	
1722.33.09.00.00	FES - INC. MAC. - FMS	
1722.33.10.00.00	FES - INC. COMP. METAS	
1722.33.11.00.00	TRANSF. DE REC. ESTADO P/ PROG. DE SAÚDE- BANCO DE SANGUE	
1722.99.02.00.00	FEAS - FUMIS	
1722.99.03.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO - -TRANSPORTE ESOCAR	
1722.99.04.00.00	OUTRAS TRANSF.DO ESTADO - COFINANCIAMENTO	
1724.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	
1724.01.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 60%	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1724.01.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 40%	
1730.01.00.00.00	FUMAPI	
1760.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	
1762.00.00.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E SUAS E	
1762.02.03.00.00	ECT CONV. 008/2005 PA.G.C	
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
1910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	
1911.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	
1911.38.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP. TERR- GERAL	
1911.38.02.00.00	MULTAS E JUROS D MORA D IMPOSTO SOBRE A PROP. TERR.-EDUCACAO	
1911.38.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP. TERR.-SAUDE	
1911.39.01.00.00	MULTAS E JUROS D MORA D IMP. SOB. A TRANSF DE BENS IMÓ-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1911.39.02.00.00	MULTAS E JUR. D MORA IMP. SOB. A TRANSF DE BENS IMÓ-EDUCACAO	
1911.39.03.00.00	MULTAS E JUROS D MORA D IMP. SOB. A TRANSF DE BENS IMÓ-SAUDE	
1911.40.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1911.40.02.00.00	MULTAS E JUROS D MORA D IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS- ISS-EDUCAÇAO	
1911.40.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS-SAUDE	
1911.99.01.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1911.99.01.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-EDUCAÇAO	
1911.99.01.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-SAUDE	
1912.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	
1912.29.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPR	
1912.29.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIM	
1912.29.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O RE	
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 5

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1913.11.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1913.11.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-EDUCAÇAO	
1913.11.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-SAUDE	
1913.12.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1913.12.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI-EDUCAÇAO	
1913.12.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI-SAUDE	
1913.13.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1913.13.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-EDUCAÇAO	
1913.13.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-SAUDE	
1913.99.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D OUT. TRIBUTOS-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1913.99.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D OUT. TRIB.-EDUCAÇAO	
1913.99.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUT. TRIB.- SAUDE	
1919.00.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	
1919.32.00.00.00	MULTAS APLICADAS NO ÂMBITO DE PROCESSO JUDICIAL	
1919.32.20.00.00	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
1919.50.00.00.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1919.99.00.00.00	OUTRAS MULTAS	
1920.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1921.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	
1921.99.00.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	
1922.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	
1922.10.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P	
1922.10.01.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓ	
1922.99.01.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES SAEMI	
1922.99.02.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES RPPS	
1930.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	
1931.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	
1931.11.01.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1931.11.02.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-EDUCACAO	
1931.11.03.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-SAUDE	
1931.12.01.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP. S/A TRANSF.BENS IM.-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1931.12.02.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP S/A TRANSF.BENS IM.-EDUCACAO	
1931.12.03.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA D IM. S/A TRANSF.BENS IMÓVEIS-SAUDE	
1931.13.01.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS -ISS-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1931.13.02.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP. SOBRE SERVIÇOS-ISS-EDUCAÇAO	
1931.13.03.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS -ISS-SAUDE	
1931.99.00.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	
1931.99.01.01.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL-GERAL	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
1931.99.01.02.00	RECEITA D DÍVIDA ATIVA D OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPA-EDUCACAO	
1931.99.01.03.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL-SAUDE	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 6

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
1932.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	
1932.99.00.00.00	REC. DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	
1932.99.01.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS -	
1932.99.01.02.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS -P	
1940.00.00.01.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORT. EXEC.	
1940.00.00.02.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTZ.LEGIS	
1990.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	
1990.99.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
2000.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	
2400.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
2420.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	
2421.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
2421.01.04.00.00	TRANSF. REC. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS- Constr. UBS	
2421.02.01.00.00	TRANSF RECURSOS DEST. A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃ- CONSTR. CRECHE	
2470.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	
2471.00.00.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	
2471.01.03.00.00	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS -CONSTR. PSF	
2471.01.04.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS Conv. Ortopedia	
2471.99.01.00.00	OUTRAS TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO -USINA PAST. LEITE	
2471.99.02.00.00	OUTRAS TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO -AQ. PATRULHA MECANIZAD	
2472.00.00.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUA	
2472.01.01.00.00	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA ESTADO PARA O SUS -CONSTR. PSF	
2472.99.03.00.00	OUTRAS TRANSF. CONVÊNIOS DO ESTADO - Construção de Praças	
7000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	
7200.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	
7210.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	
7210.29.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNC	
7210.29.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-INTRA-ORÇ.EXEC	
7210.29.01.02.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-INTRA ORÇ.LEGI	
7210.29.01.03.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-INTRA-ORÇ.SAEM	
7210.29.13.01.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DÉFICIT ATUA.EX	
7210.29.13.02.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DÉFICIT ATUA LE	
7210.29.13.03.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DÉFICIT ATUA SA	
7210.29.15.00.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉB	
7600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	
7600.41.04.00.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE AGUA E DISTRIBUIÇÃO PUBLICA	
7600.42.00.00.00	SERV. DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE E	LEI Nº 1202, DE 26/12/2013
7900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Quadro 11

LEGISLAÇÃO DA RECEITA — Página 7

(Inc. III, § 1º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Codigo	Discriminação	Legislacao
7910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	
7912.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	
7912.29.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPR	
7912.29.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIM	
7912.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
7912.99.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL	
9000.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	
9500.00.00.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	
9510.00.00.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Anexo 02
Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	0.000.000			60.737.228,57
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0.000.000		7.029.350,00	
1110.00.00	IMPOSTOS	0.000.000		6.234.000,00	
1112.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	0.000.000	4.334.000,00		
1112.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORI	0.000.000	2.300.000,00		
1112.02.01	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	0.000.000	2.300.000,00		
1112.02.01	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-GERAL	0.1.00	762.450,00		
1112.02.01	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - EDUCAÇÃO	0.1.01	801.550,00		
1112.02.01	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-SAUDE	0.1.02	736.000,00		
1112.04.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER	0.000.000	1.130.000,00		
1112.04.31	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RE	0.1.00	980.000,00		
1112.04.34	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTR(	0.1.00	150.000,00		
1112.08.00	IMP. S/TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIR	0.000.000	904.000,00		
1112.08.01	IMP. S/TRANSF. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIR	0.000.000	904.000,00		
1112.08.01	IMP.S/TRANSF. INTER VIVOS D BENS IMÓVEIS E DE DIR.	0.1.00	299.676,00		
1112.08.01	IMP.S/TRANSF.INTER VIVOS BENS IMÓVEIS E DE DIR. RE	0.1.01	315.044,00		
1112.08.01	IMP.S/TRANSF. INTER VIVOS D BENS IMÓVEIS E DE DIR.	0.1.02	289.280,00		
1113.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	0.000.000	1.900.000,00		
1113.05.00	IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	0.000.000	1.900.000,00		
1113.05.01	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	0.1.00	1.900.000,00		
1120.00.00	TAXAS	0.000.000		795.350,00	
1121.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER POLÍCIA	0.000.000	425.000,00		
1121.25.00	TAXA DE LIC. P/FUNC. DE ESTAB. COM. IND. E PRESTADO	0.000.000	350.000,00		
1121.25.00	TAXA DE LIC. P/FUNC. DE ESTAB. COM. IND. E PRESTADO	0.1.00	350.000,00		
1121.26.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	0.000.000	20.000,00		
1121.26.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	0.1.00	20.000,00		
1121.31.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	0.000.000	5.000,00		
1121.31.00	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	0.1.00	5.000,00		
1121.32.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO CI	0.000.000	50.000,00		
1121.32.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO CI	0.1.00	50.000,00		
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0.000.000	370.350,00		
1122.28.00	TAXA DE CEMITÉRIOS	0.000.000	20.350,00		
1122.28.00	TAXA DE CEMITÉRIOS	0.1.00	20.350,00		
1122.90.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	0.000.000	350.000,00		
1122.90.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	0.1.00	350.000,00		
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0.000.000		2.644.000,00	
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0.000.000		1.544.000,00	
1210.29.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRI	0.000.000	1.544.000,00		
1210.29.07	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	0.000.000	1.544.000,00		
1210.29.07	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL- RPPS EXECU	0.1.50	1.450.000,00		
1210.29.07	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL- RPPS LEGISL	0.1.50	32.000,00		
1210.29.07	CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL para o RPPS -	0.1.50	62.000,00		
1230.00.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO D	0.000.000		1.100.000,00	
1230.55.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO D	0.000.000	1.100.000,00		
1230.55.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO D	0.1.17	1.100.000,00		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0.000.000		579.600,00	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0.000.000		554.600,00	
1325.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.000.000	553.500,00		
1325.55.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULA	0.000.000	535.500,00		
1325.55.02	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.1.93	50.000,00		
1325.55.03	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.1.93	20.000,00		
1325.55.05	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.1.93	34.500,00		
1325.55.09	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.1.93	10.000,00		
1325.55.20	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPAN	0.1.93	2.000,00		
1325.55.99	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BA	0.1.00	419.000,00		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Anexo 02
Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1325.56.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VIN(	0.000.000	18.000,00		
1325.56.99	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS	0.1.00	18.000,00		
1328.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓP	0.000.000	1.100,00		
1328.10.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓP	0.000.000	1.000,00		
1328.10.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓP	0.1.50	1.000,00		
1328.20.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓP	0.000.000	100,00		
1328.20.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓP	0.1.50	100,00		
1330.00.00	RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0.000.000		25.000,00	
1339.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0.000.000	25.000,00		
1339.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0.1.00	25.000,00		
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0.000.000		2.714.500,00	
1600.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0.000.000	250.000,00		
1600.13.99	OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0.1.00	250.000,00		
1600.41.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRAT., RESERVAÇÃ(	0.000.000	2.223.300,00		
1600.41.01	DISTRIBUIÇÃO DE AGUA - COMERCIAL	0.1.00	420.000,00		
1600.41.02	DISTRIBUIÇÃO DE AGUA - DOMICILIAR	0.1.00	1.743.300,00		
1600.41.04	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE AGUA E DISTRIBUIÇÃO PUB	0.1.00	60.000,00		
1600.42.00	SERV. DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTI	0.000.000	126.000,00		
1600.42.01	SERVIÇO COMERCIAL	0.1.00	40.000,00		
1600.42.02	SERVIÇO DOMICILIAR	0.1.00	60.000,00		
1600.42.03	SERVIÇO INDUSTRIAL	0.1.00	1.000,00		
1600.42.04	SERVIÇO PUBLICO	0.1.00	25.000,00		
1600.45.00	SERV. DE PREP. DA TERRA EM PROPRIEDADES PARTICU	0.000.000	38.700,00		
1600.45.00	SERV. DE PREP. DA TERRA EM PROPRIEDADES PARTICU	0.1.00	38.700,00		
1600.48.00	SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	0.000.000	30.000,00		
1600.48.00	SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	0.1.00	30.000,00		
1600.99.00	OUTROS SERVIÇOS	0.000.000	46.500,00		
1600.99.01	SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA DE AGUA	0.1.00	40.000,00		
1600.99.02	SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE NOVA CONTA DE ESGOTO	0.1.00	5.000,00		
1600.99.03	OUTROS SERVIÇOS - SAEMI	0.1.00	1.500,00		
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0.000.000		46.374.347,44	
1720.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0.000.000		46.344.847,44	
1721.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0.000.000	24.199.410,00		
1721.01.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	0.000.000	17.620.000,00		
1721.01.02	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.000.000	15.500.000,00		
1721.01.02	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.1.00	5.138.071,25		
1721.01.02	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.1.01	5.401.928,75		
1721.01.02	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.1.02	4.960.000,00		
1721.01.03	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.1.00	850.000,00		
1721.01.04	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍI	0.1.00	850.000,00		
1721.01.05	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL R	0.000.000	420.000,00		
1721.01.05	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL R	0.1.00	139.230,00		
1721.01.05	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL R	0.1.01	146.370,00		
1721.01.05	COTA-PARTE IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL R	0.1.02	134.400,00		
1721.22.00	TRANSFERENCIA DA COMP. FINANC. PELA EXPLORAÇÃO	0.000.000	130.000,00		
1721.22.70	COTA-PARTE FUNDO ESPECIAL DE PETRÓLEO - FEP	0.1.00	130.000,00		
1721.33.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	0.000.000	4.204.630,00		
1721.33.01	FNS - PAB FIXO	0.1.14	668.000,00		
1721.33.02	FNS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	0.1.14	134.000,00		
1721.33.03	FNS - PACS	0.1.14	1.129.750,00		
1721.33.04	FNS - VISA	0.1.14	37.000,00		
1721.33.05	FNS - FARMACIA BASICA	0.1.14	130.000,00		
1721.33.06	FNS - PSF	0.1.14	448.680,00		
1721.33.07	FNS - SAUDE BUCAL	0.1.14	20.000,00		
1721.33.11	FNS - PROG. MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE PM	0.1.14	67.200,00		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Anexo 02
Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1721.33.13	FNS BLMAC	0.1.14	1.230.000,00		
1721.33.16	FNS CAPS	0.1.14	340.000,00		
1721.34.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSIS	0.000.000	460.000,00		
1721.34.02	FNAS - IGDBF	0.1.29	100.000,00		
1721.34.03	FNAS - PTMC	0.1.29	32.000,00		
1721.34.06	FNAS - PAIF	0.1.29	75.000,00		
1721.34.07	FNAS - IGD/SUAS	0.1.29	55.000,00		
1721.34.08	FNAS - PAIF - VOLANTE	0.1.29	35.000,00		
1721.34.09	FNAS - Progr. Atencao Social pessoa Deficiente-BPC na Escol	0.1.29	3.000,00		
1721.34.10	FNAS - PBV/SCFV	0.1.29	140.000,00		
1721.34.11	FNS - Serviço de proteção Social ao Idoso - PAC 1	0.1.29	20.000,00		
1721.35.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NAC. DO DESENV. DA	0.000.000	788.780,00		
1721.35.01	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0.1.15	450.780,00		
1721.35.03	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO F	0.1.15	200.000,00		
1721.35.04	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO F	0.1.15	80.500,00		
1721.35.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACION	0.000.000	57.500,00		
1721.35.99	OUTRAS TRANSF DIRETAS DO FNDE - BRASIL CARINHOS	0.1.15	57.500,00		
1721.36.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	0.000.000	48.000,00		
1721.36.01	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96	0.1.00	15.912,00		
1721.36.02	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96	0.1.01	16.728,00		
1721.36.03	TRANS. FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO- L.C. Nº 87/96	0.1.02	15.360,00		
1721.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0.000.000	948.000,00		
1721.99.01	APOIO FIN. MUN. (AFM)	0.1.00	450.000,00		
1721.99.02	AUX. FIN. P/ FOM. EXP. (FEX)	0.1.00	498.000,00		
1722.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	0.000.000	15.645.437,44		
1722.01.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	0.000.000	14.330.000,00		
1722.01.01	COTA-PARTE DO ICMS	0.000.000	11.000.000,00		
1722.01.01	COTA-PARTE DO ICMS-GERAL	0.1.00	3.645.500,00		
1722.01.01	COTA-PARTE DO ICMS- EDUCAÇÃO	0.1.01	3.834.500,00		
1722.01.01	COTA-PARTE DO ICMS-SAUDE	0.1.02	3.520.000,00		
1722.01.02	COTA-PARTE DO IPVA	0.000.000	2.350.000,00		
1722.01.02	COTA-PARTE DO IPVA-GERAL	0.1.00	779.025,00		
1722.01.02	COTA-PARTE DO IPVA-EDUCAÇÃO	0.1.01	818.975,00		
1722.01.02	COTA-PARTE DO IPVA-SAUDE	0.1.02	752.000,00		
1722.01.13	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO D	0.1.16	80.000,00		
1722.01.55	COTA-PARTE DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	0.1.30	900.000,00		
1722.33.00	TRANSF. DE RECURSOS DO ESTADO P/ PROG. DE SAÚDE	0.000.000	569.000,00		
1722.33.01	FES - PSF	0.1.42	180.000,00		
1722.33.03	FES - SAUDE BUCAL	0.1.42	6.000,00		
1722.33.05	FES - PASCAR	0.1.42	14.000,00		
1722.33.06	FES - DIABETES	0.1.42	5.000,00		
1722.33.07	FES - FARMACIA BÁSICA -ESTADO	0.1.42	18.000,00		
1722.33.08	FES - PAICI	0.1.42	147.000,00		
1722.33.09	FES - INC. MAC. - FMS	0.1.42	124.000,00		
1722.33.10	FES - INC. COMP. METAS	0.1.42	15.000,00		
1722.33.11	TRANSF. DE REC. ESTADO P/ PROG. DE SAÚDE- BANCO D	0.1.42	60.000,00		
1722.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0.000.000	746.437,44		
1722.99.02	FEAS - FUMIS	0.1.42	34.437,44		
1722.99.03	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO - -TRANSPORTE	0.1.00	670.000,00		
1722.99.04	OUTRAS TRANSF.DO ESTADO - COFINANCIAMENTO	0.1.42	42.000,00		
1724.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0.000.000	6.500.000,00		
1724.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	0.000.000	6.500.000,00		
1724.01.01	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0.1.18	5.793.050,00		
1724.01.02	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 40%	0.1.19	706.950,00		
1730.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0.000.000		25.000,00	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Anexo 02
Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1730.01.00	FUMAPI	0.000.000	25.000,00		
1730.01.00	FUMAPI	0.1.00	25.000,00		
1760.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0.000.000		4.500,00	
1762.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	0.000.000	4.500,00		
1762.02.00	TRANSF. DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A F	0.000.000	4.500,00		
1762.02.03	ECT CONV. 008/2005 PA.G.C	0.1.24	4.500,00		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0.000.000		1.395.431,13	
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	0.000.000		169.400,00	
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	0.000.000	14.200,00		
1911.38.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP	0.000.000	5.000,00		
1911.38.01	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP	0.1.00	1.657,50		
1911.38.02	MULTAS E JUROS D MORA D IMPOSTO SOBRE A PROP. T	0.1.01	1.742,50		
1911.38.03	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROP	0.1.02	1.600,00		
1911.39.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRAN	0.000.000	200,00		
1911.39.01	MULTAS E JUROS D MORA D IMP. SOB. A TRANSF DE BEN	0.1.00	66,30		
1911.39.02	MULTAS E JUR. D MORA IMP. SOB. A TRANSF DE BENS IM	0.1.01	69,70		
1911.39.03	MULTAS E JUROS D MORA D IMP. SOB. A TRANSF DE BEN	0.1.02	64,00		
1911.40.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇ	0.000.000	7.000,00		
1911.40.01	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇ	0.1.00	2.320,50		
1911.40.02	MULTAS E JUROS D MORA D IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	0.1.01	2.439,50		
1911.40.03	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇ	0.1.02	2.240,00		
1911.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-GERA	0.1.00	663,00		
1911.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-EDUC	0.1.01	697,00		
1911.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS-SAUD	0.1.02	640,00		
1912.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	0.000.000	200,00		
1912.29.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA	0.000.000	200,00		
1912.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONA	0.1.50	100,00		
1912.29.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERV	0.1.50	100,00		
1913.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBU	0.000.000	114.000,00		
1913.11.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	0.000.000	65.000,00		
1913.11.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	0.1.00	21.547,50		
1913.11.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	0.1.01	22.652,50		
1913.11.03	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	0.1.02	20.800,00		
1913.12.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI	0.000.000	1.000,00		
1913.12.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI	0.1.00	331,50		
1913.12.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI	0.1.01	348,50		
1913.12.03	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI	0.1.02	320,00		
1913.13.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS	0.000.000	20.000,00		
1913.13.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-	0.1.00	6.630,00		
1913.13.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-	0.1.01	6.970,00		
1913.13.03	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS-	0.1.02	6.400,00		
1913.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS	0.000.000	28.000,00		
1913.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D OUT. TRIE	0.1.00	9.282,00		
1913.99.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D OUT. TRIE	0.1.01	9.758,00		
1913.99.03	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUT. TR	0.1.02	8.960,00		
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0.000.000	41.000,00		
1919.32.00	MULTAS APLICADAS NO ÂMBITO DE PROCESSO JUDICIAL	0.000.000	31.000,00		
1919.32.20	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0.1.00	31.000,00		
1919.50.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	0.000.000	5.000,00		
1919.50.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	0.1.00	5.000,00		
1919.99.00	OUTRAS MULTAS	0.000.000	5.000,00		
1919.99.00	OUTRAS MULTAS	0.1.00	5.000,00		
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0.000.000		400,00	
1921.00.00	INDENIZAÇÕES	0.000.000	100,00		
1921.99.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0.000.000	100,00		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Anexo 02
Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
1921.99.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0.1.50	100,00		
1922.00.00	RESTITUIÇÕES	0.000.000	300,00		
1922.10.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL	0.000.000	100,00		
1922.10.01	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE REGIME GERAL E	0.1.50	100,00		
1922.99.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0.000.000	200,00		
1922.99.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES SAEMI	0.1.00	100,00		
1922.99.02	OUTRAS RESTITUIÇÕES RPPS	0.1.50	100,00		
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0.000.000		993.000,00	
1931.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0.000.000	535.000,00		
1931.11.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU	0.000.000	400.000,00		
1931.11.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-GERAL	0.1.00	180.600,00		
1931.11.02	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-EDUCACAO	0.1.01	139.400,00		
1931.11.03	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU-SAUDE	0.1.02	80.000,00		
1931.12.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/A TRANSF.BEN	0.000.000	5.000,00		
1931.12.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP. S/A TRANSF.BENS IM.	0.1.00	2.507,50		
1931.12.02	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP S/A TRANSF.BENS IM.-	0.1.01	1.742,50		
1931.12.03	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA D IM. S/A TRANSF.BENS IMÓVI	0.1.02	750,00		
1931.13.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	0.000.000	60.000,00		
1931.13.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	0.1.00	24.254,00		
1931.13.02	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMP. SOBRE SERVIÇOS-ISS	0.1.01	20.910,00		
1931.13.03	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO	0.1.02	14.836,00		
1931.99.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0.000.000	70.000,00		
1931.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRIN(	0.000.000	70.000,00		
1931.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRIN(	0.1.00	35.105,00		
1931.99.01	RECEITA D DÍVIDA ATIVA D OUTROS TRIBUTOS - PRINCIP	0.1.01	24.395,00		
1931.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRIN(	0.1.02	10.500,00		
1932.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0.000.000	458.000,00		
1932.99.00	REC. DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS REC	0.000.000	458.000,00		
1932.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS	0.000.000	58.000,00		
1932.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS	0.1.00	400.000,00		
1932.99.01	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS	0.1.00	58.000,00		
1940.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PA	0.000.000		200,00	
1940.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PA	0.000.000	200,00		
1940.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PA	0.1.50	100,00		
1940.00.00	RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PA	0.1.50	100,00		
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0.000.000		232.431,13	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	0.000.000	232.431,13		
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	0.1.00	232.431,13		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0.000.000			2.438.071,43
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0.000.000		2.438.071,43	
2420.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0.000.000		983.000,00	
2421.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0.000.000	983.000,00		
2421.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	0.000.000	408.000,00		
2421.01.04	TRANSF. REC. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS- Constr. UI	0.1.14	408.000,00		
2421.02.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGI	0.000.000	575.000,00		
2421.02.01	TRANSF RECURSOS DEST. A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃ-	0.1.15	575.000,00		
2470.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0.000.000		1.455.071,43	
2471.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	0.000.000	1.345.071,43		
2471.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SU	0.000.000	883.071,43		
2471.01.03	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS -CONST	0.1.24	60.000,00		
2471.01.04	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS Conv. Ortop	0.1.23	823.071,43		
2471.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	0.000.000	462.000,00		
2471.99.01	OUTRAS TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO -USINA PAST	0.1.24	150.000,00		
2471.99.02	OUTRAS TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO -AQ. PATRUL	0.1.24	312.000,00		
2472.00.00	TRANSF. CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	0.000.000	110.000,00		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75

Anexo 02
Página 6

Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código	Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica
2472.01.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONV. DO ESTADO PARA O SUS	0.000.000	60.000,00		
2472.01.01	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA ESTADO PARA O SUS -CONS	0.1.24	60.000,00		
2472.99.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO	0.000.000	50.000,00		
2472.99.03	OUTRAS TRANSF. CONVÊNIOS DO ESTADO - Construção d	0.1.24	50.000,00		
9000.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0.000.000			-5.863.600,00
9500.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-5.863.600,00	
9510.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000	-5.863.600,00		
9510.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.000.000		-5.863.600,00	
9510.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB	0.1.01	-5.863.600,00		
	Total das Receitas (exceto Intra-Orçamentárias)				57.311.700,00

7000.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0.000.000			2.188.300,00
7200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0.000.000		2.098.100,00	
7210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0.000.000		2.098.100,00	
7210.29.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRI	0.000.000	2.098.100,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	0.000.000	1.916.500,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.000.000	1.810.530,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.1.50	1.810.530,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.000.000	60.000,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.1.50	60.000,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.000.000	45.970,00		
7210.29.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL-IN	0.1.50	45.970,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.000.000	181.500,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.000.000	171.000,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.1.50	171.000,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.000.000	3.650,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.1.50	3.650,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.000.000	6.850,00		
7210.29.13	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO D	0.1.50	6.850,00		
7210.29.15	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCEI	0.000.000	100,00		
7210.29.15	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCEI	0.1.50	100,00		
7600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0.000.000		90.000,00	
7600.41.00	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRAT., RESERVAÇÃ(	0.000.000	70.000,00		
7600.41.04	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE AGUA E DISTRIBUIÇÃO PUB	0.000.000	70.000,00		
7600.41.04	SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE AGUA E DISTRIBUIÇÃO PUB	0.1.00	70.000,00		
7600.42.00	SERV. DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTI	0.000.000	20.000,00		
7600.42.00	SERV. DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTI	0.1.00	20.000,00		
7900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0.000.000		200,00	
7910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	0.000.000		200,00	
7912.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	0.000.000	200,00		
7912.29.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA	0.000.000	100,00		
7912.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONA	0.000.000	100,00		
7912.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONA	0.1.50	100,00		
7912.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0.000.000	100,00		
7912.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0.000.000	100,00		
7912.99.01	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0.1.50	100,00		
	Total das Receitas (Intra-Orçamentárias)				2.188.300,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75
Orçamento Programa - Exercício de 2017
RECEITAS SEGUNDOS AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Anexo 02
Página 7
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

Código Especificação	F.R.	Desdobramento	SubCategoria Fonte	Categoria Econômica

Total Geral das Receitas	59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75
Orçamento Programa - Exercício de 2017

Quadro 13

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS
(Inc.II, §1º, Art.2º)

Página 1
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

RECEITA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.029.350,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.644.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	579.600,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.714.500,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.374.347,44	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.395.431,13	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.098.100,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	90.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	200,00	
DEDUÇÕES DO FUNDEB	-5.863.600,00	
SUB TOTAL		57.061.928,57
TOTAL		57.061.928,57
SUPERAVIT DO ORCAMENTO CORRENTE		8.836.581,44
RECEITAS DE CAPITAL		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.438.071,43	
SUB TOTAL		2.438.071,43
TOTAL		11.274.652,87

RESUMO		
RECEITAS CORRENTES	60.737.228,57	
RECEITAS DE CAPITAL	2.438.071,43	
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.188.300,00	
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIA		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.863.600,00	
TOTAL DE RECEITAS		59.500.000,00
TOTAL		59.500.000,00

DESPESA	R$	R$
DESPESAS CORRENTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.711.662,18	
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	10.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.503.684,95	
SUB TOTAL		48.225.347,13
SUPERAVIT DO ORCAMENTO CORRENTE		8.836.581,44
TOTAL		57.061.928,57
DESPESAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	7.349.558,87	
AMORTIZAçãO DA DíVIDA	540.000,00	
SUB TOTAL		7.889.558,87
RESERVA DO RPPS		2.637.640,00
RESERVA DE CONTINGENCIA		747.454,00
TOTAL		11.274.652,87

RESUMO		
DESPESAS CORRENTES	48.225.347,13	
DESPESAS DE CAPITAL	7.889.558,87	
RESERVA DE CONTINGêNCIA	3.385.094,00	
TOTAL DE DESPESA		59.500.000,00
TOTAL		59.500.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ:03755477/0001-75
Orçamento Programa - Exercício de 2017 Quadro 13
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS
(Inc.II, §1º, Art.2º) Página 2
Lei: 1389, Data: 25/11/2016

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS Página 1
(Inc. I, § 2º, Art.2º) Lei: 1389, Data: 25/11/2016

1 FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1724.01.02	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 40%	706.950,00
1325.55.02	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURS	50.000,00
1724.01.01	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB - 60%	5.793.050,00
	TOTAL	6.550.000,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
12.361.0012.1228.000	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REF. E MAN. UND. ESCOLAR - FUNDEB	100.000,00
12.365.0012.1183.000	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA E MAN. DE UNID. DA ED. INFANTIL	100.000,00
12.367.0009.2032.000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO ESPECIAL - FUNDEB 60%	120.930,00
12.365.0008.2029.000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% PRE-ESCOLA	550.500,00
12.365.0008.2028.000	MANUNTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 60% CRECHES	1.514.400,00
12.365.0008.2031.000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% PRE-ESCOLA	105.000,00
12.361.0005.2027.000	MANTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	185.950,00
12.367.0009.2033.000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO - FUNDEB 40%	4.000,00
12.361.0005.2026.000	MANUTENÇAO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	3.607.220,00
12.365.0008.2030.000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% CRECHES	262.000,00
	TOTAL	6.550.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 2
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

2 FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1722.33.08	FES - PAICI	147.000,00
1722.33.07	FES - FARMACIA BÁSICA -ESTADO	18.000,00
1722.33.09	FES - INC. MAC. - FMS	124.000,00
1722.33.10	FES - INC. COMP. METAS	15.000,00
1722.33.06	FES - DIABETES	5.000,00
1722.33.05	FES - PASCAR	14.000,00
1722.33.03	FES - SAUDE BUCAL	6.000,00
1722.33.11	TRANSF. DE REC. ESTADO P/ PROG. DE SAÚDE- BANCO DE SANGUE	60.000,00
2421.01.04	TRANSF. REC. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS- Constr. UBS	408.000,00
2471.01.03	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS -CONSTR. PSF	60.000,00
2471.01.04	TRANSF. CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SUS Conv. Ortopedia	823.071,43
2472.01.01	TRANSF. DE CONVÊNIOS DA ESTADO PARA O SUS -CONSTR. PSF	60.000,00
1721.33.07	FNS - SAUDE BUCAL	20.000,00
1721.33.05	FNS - FARMACIA BASICA	130.000,00
1325.55.03	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURS	20.000,00
1721.33.01	FNS - PAB FIXO	668.000,00
1721.33.02	FNS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	134.000,00
1721.33.03	FNS - PACS	1.129.750,00
1721.33.04	FNS - VISA	37.000,00
1722.33.01	FES - PSF	180.000,00
1721.33.06	FNS - PSF	448.680,00
1721.33.11	FNS - PROG. MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE PM	67.200,00
1721.33.13	FNS BLMAC	1.230.000,00
1721.33.16	FNS CAPS	340.000,00
	Recursos Próprios do Municipio	.0.554.150,00
	TOTAL	16.698.851,43

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
10.302.0029.1237.000	CONTRUÇÃO DE CENTRO DE ESPECIALIDADES EM ORTOPEDIA	823.071,43
10.302.0029.1200.000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO BANCO DE SANGUE	50.000,00
10.302.0029.2040.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL E HOSPIT	8.512.250,00
10.302.0029.1231.000	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO	30.000,00
10.302.0029.2041.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS	346.100,00
10.302.0029.1118.000	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	35.000,00
10.302.0012.1232.000	REFORMA E AMPL. DO HOSPITAL MUNICIPAL	200.000,00
10.301.0028.2161.000	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO	713.000,00
10.301.0028.2039.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	551.500,00
10.122.0020.2035.000	MANUTENÇAO COM AS DESPESAS COM A GESTAO	174.900,00
10.301.0028.1044.000	REFORMA E AMPLIACAO DAS UNIDADES DOS PSFS	60.000,00
10.301.0028.1225.000	CONST. REFORMA E AMPL. DE DOIS PSF´S, NA ZONA RURAL	120.000,00
10.301.0028.1230.000	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BASICA DE SAÚDE	408.000,00
10.301.0028.2036.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	2.117.880,00
10.301.0028.2037.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA PASCAR	158.800,00
10.301.0028.2038.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM PROGRAMA PACS	1.248.750,00
10.303.0030.2042.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA FARMACIA BASICA	548.000,00
10.304.0031.2043.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANITARIA	219.100,00
10.305.0031.2044.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA EPIDEMOLOGICA	376.500,00
10.302.0029.2162.000	MANUTENCAO DA SAUDE DO IDOSO	6.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 3
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

2 FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
	TOTAL	16.698.851,43

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 4
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

3 FMAS-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1721.34.07	FNAS - IGD/SUAS	55.000,00
1325.55.09	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURS	10.000,00
1721.34.02	FNAS - IGDBF	100.000,00
1721.34.03	FNAS - PTMC	32.000,00
1721.34.06	FNAS - PAIF	75.000,00
1721.34.10	FNAS - PBV/SCFV	140.000,00
1721.34.08	FNAS - PAIF - VOLANTE	35.000,00
1721.34.09	FNAS - Progr. Atencao Social pessoa Deficiente-BPC na Escola	3.000,00
1721.34.11	FNS - Serviço de proteção Social ao Idoso - PAC 1	20.000,00
1722.99.04	OUTRAS TRANSF.DO ESTADO - COFINANCIAMENTO	42.000,00
	Recursos Próprios do Municipio	602.000,00
	TOTAL	1.114.000,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
08.242.0035.2108.000	SERV.DE ATENCAO SOCIAL A PESSOA C/ DEFICIENCIA - BPC NA ESC(	3.000,00
08.244.0035.2106.000	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL AO IDOSO - ASILAR	20.000,00
08.122.0035.2105.000	ACOES DE GESTAO E APOIO AS POLITICAS E ASSISTENCIA SOCIAL	55.000,00
08.242.0036.2109.000	SERVICO DE PROTECAO SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA - APAE	32.000,00
08.122.0002.1240.000	AQS. DE VEICULO P/ SEC. DE ASSIST. SOCIAL	80.000,00
08.243.0036.2061.000	MANUTENÇAO DA CASA DE ACOLHIMENTO RENASCER	190.000,00
08.244.0035.2058.000	SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	145.000,00
08.244.0035.2062.000	SERVICO DE PROTECAO E ATENCAO INTEGRAL A FAMILIA	75.000,00
08.244.0035.2063.000	ACOES POR EQUIPES VOLANTES	35.000,00
08.122.0012.1241.000	AMPLIAÇÃO E REF. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	20.000,00
08.244.0035.2110.000	PROGRAMA AINDA BEM	70.000,00
08.244.0035.2111.000	PROGRAMA RECUPERA-AÇAO	30.000,00
08.244.0035.2179.000	COFINANCIAMENTO ESTADUAL	42.000,00
08.244.0035.2180.000	PROGRAMA ADO-AÇÃO	82.000,00
08.244.0036.2064.000	ACOES DO PROGRAMA DE TRANFERENCIA DE RENDA - IGDBF	105.000,00
08.244.0036.2107.000	SERVICO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	130.000,00
	TOTAL	1.114.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 5
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

4 FMDCA-FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
		0,00
	Recursos Próprios do Municipio	47.800,00
	TOTAL	47.800,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
08.243.0022.2066.000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DESENVOLVIDAS PELO FMDCA	47.800,00
	TOTAL	47.800,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 6
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

5 FMIP-FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1230.55.00	COSIP - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇ	1.100.000,00
	Recursos Próprios do Municipio	70.000,00
	TOTAL	1.170.000,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
25.752.0017.2047.000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLICA	1.170.000,00
	TOTAL	1.170.000,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 7
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

6 FUMAPI-FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLÍTICA DO IDOSO

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1730.01.00	FUMAPI	25.000,00
	Recursos Próprios do Municipio	146.800,00
	TOTAL	171.800,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
08.241.0021.2163.000	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. E APOIO A PESSOA IDOSA-CERAI	146.800,00
08.241.0021.2068.000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI	25.000,00
	TOTAL	171.800,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 8
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

7 FHIS-FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
		0,00
	Recursos Próprios do Municipio	1.500,00
	TOTAL	1.500,00

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
08.244.0002.2112.000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FHIS	1.500,00
	TOTAL	1.500,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310 - CNPJ :03755477/0001-75

Orçamento Programa - Exercício de 2017 — Anexo 10
ORÇAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS — Página 9
(Inc. I, § 2º, Art.2º) — Lei: 1389, Data: 25/11/2016

8 FUMIS-FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL

RECEITA

Classif.	Discriminação	Valor R$
1722.99.02	FEAS - FUMIS	34.437,44
	TOTAL	34.437,44

PLANO DE APLICACAO

Classif.	Discriminação	Valor R$
08.244.0021.2067.000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMIS	34.437,44
	TOTAL	34.437,44

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.389 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

ELIAS LEAL MENDES FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o artigo 187 da Lei Orgânica do Município e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVA** em Sessão Ordinária realizada no dia 21 de novembro de 2016 e eu Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º- O Orçamento Geral do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2017, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a receita até a modalidade de aplicação no total em R$ 5**9.500.000,00 (Cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais),** sendo:

I - R$ 56.600.000,00 (Cinquenta e Seis Milhões, Seiscentos mil reais) para a Administração Direta e,

II -R$ 2.900.000,00 (Dois milhões, novecentos mil reais) para a Administração Indireta.

Artigo 2º- A despesa fixada até a modalidade de aplicação no total em R$ **59.500,000,00 (Cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais)**, fica desdobrada nos seguintes orçamentos:

I - Orçamento Fiscal: no valor de R$ 33.510.311,13 (Trinta e três milhões, quinhentos e dez mil, trezentos e onze reais e treze centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social: no valor de R$ 18.100.130,00 (Dezoito milhões, cem mil, cento e trinta reais);

III – Orçamento de Investimentos: no valor de R$ 7.889.558,87 (Sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Artigo 3º- A receita orçamentária fixada em igual valor da despesa será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	60.667.828,57
Receitas de Capital	R$	2.438.071,43
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	2.187.300,00
Deduções da Receita	R$	-5.793.200,00
TOTAL	**R$**	**59.500.000,00**

RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	54.874.628,57
Receitas de Capital	R$	2.438.071,43
Deduções da Receita	R$	-5.793.200,00
TOTAL	**R$**	**51.519.500,00**
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
1- Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	2.097.100,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	90.000,00
TOTAL	**R$**	**2.187.300,00**
2- Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES – Administração Direta		
Receita Tributária	R$	7.019.000,00
Receita de Contribuições	R$	2.644.000,00
Receita Patrimonial	R$	570.600,00
Receita de Serviços	R$	2.673.600,00
Transferências Correntes	R$	46.390.197,44
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	-5.793.200,00
Outras Receitas Correntes	R$	1.370.431,13
TOTAL	**R$**	54.874.628,57
RECEITAS DE CAPITAL – Administração Direta		
Transferência de Capital	R$	2.438.071,43
Alienação de Bens	R$	0,00
TOTAL	**R$**	2.438.071,43
TOTAL GERAL	**R$**	**57.312.700,00**

RECEITAS CORRENTES – Administração Indireta		
Receita Patrimonial	RS	181.500,00
Receita de Serviços	R$	1.915.600,00
Outras Receitas Correntes	R$	200,00
Receita Corrente Intra-Orçamentária	R$	90.000,00
TOTAL	**R$**	**2.187.300,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**59.500.000,00**

Artigo 4º- A despesa do município é fixada na forma dos anexos em R$ **59.500.000,00 (Cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais),** sendo:

I - R$ **57.312.700,00** (Cinquenta e sete milhões trezentos e doze mil e setecentos reais) para a Administração Direta e,

II -R$ 2.187.300,00 (Dois milhões cento e oitenta e sete mil e trezentos reais) para a Administração Indireta.

Artigo 5º - A despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, com o seguinte desdobramento:

DESPESA CONSOLIDADA		
1- Por Órgãos da Administração		
Poder Legislativo		
Câmara Municipal	R$	2.150.000,00
Poder Executivo		
Gabinete do Prefeito	R$	1.663.310,18
Secretaria de Administração Planejamento e Coord. Geral	R$	2.523.500,00
Secretaria de Agricultura, Pecuária, Ind. Com.. Tur. M. Amb.	R$	1.203.796,00
Secretaria de Educação e Cultura	R$	14.514. 350,95
Secretaria de Saúde	R$	16.698. 851,43
Secretaria de Obras e Infra-estrutura	R$	7.712.100,00
Secretaria de Fazenda	R$	2.885.500,00
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania	R$	2.880.037,44
Reserva de Contingência	R$	725.454,00
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste	R$	2.900.000,00
Mirassol - PREVI		3.643.100,00
TOTAL	**R$**	**59.500.000,00**
2- Por Categoria Econômica - Administração Direta		
Despesas Correntes	**R$**	**45.574.347,13**
Pessoal e encargos sociais	R$	26.580. 280,18
Outras despesas correntes	R$	18.994. 066,95
Despesas de Capital	**R$**	**11.025.652,87**
Investimentos	R$	7.272.558,87
Amortização da Dívida	R$	390.0000,00
Reserva de Contingência	R$	3.363.094,00
TOTAL	**R$**	**56.600.000,00**
2- Por Categoria Econômica - Administração Indireta		
Despesas Correntes	**R$**	**2.651.000,00**
Pessoal e encargos sociais	R$	1.131.382,00
Outras despesas correntes	R$	1.519.618,00
Despesas de Capital	**R$**	**249.000,00**
Investimentos	R$	77.000,00
Amortização da Dívida	R$	150.000,00
Reserva de Contingência	**R$**	**22.000,00**
TOTAL	**R$**	**2.900.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**59.500.000,00**
3- Por Funções – Administração Direta		
01 – Legislativa	R$	2.150.000,00
04 – Administração	R$	10.434. 236,09
06 – Segurança Pública	R$	54.000,00
08 - Assistência Social	R$	2.880.037,44
09- Previdência Social	R$	673.200,00
10 - Saúde	R$	16.698. 851,43
11 - Trabalho	R$	533.000,00
12 - Educação	R$	13.650. 900,95
13 - Cultura	R$	513.000,00
15 - Urbanismo	R$	2.310.000,00

17 - Saneamento	R$	510.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	20.000,00
20 - Agricultura	R$	805.996,00
23 – Comércio e Serviço	RS	85.000,00
25 - Energia	R$	1.170.000,00
26 - Transportes	R$	760.000,00
27 - Desportos e Lazer	R$	350.450,00
28 - Encargos Especiais	R$	400.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	3.363.094,00
TOTAL	**R$**	**56.600.000,00**
3- Por Funções – Administração Indireta		
04 - Administração	R$	761.765,91
11 - Trabalho	R$	27.000,00
17 - Saneamento	R$	2.089.234,09
99 - Reserva de Contingência	R$	22.000,00
TOTAL	**R$**	**2.900.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**59.500.000,00**
4 – Por Sub-Funções – Administração Direta		
031 – Ação Legislativa	R$	2.150.000,00
122 – Administração Geral	R$	10.347. 700,49
123 – Administração Financeira	R$	1.937.500,00
129- Administração Receitas	R$	15.000,00
181 - Policiamento	R$	54.000,00
241 – Assistência ao Idoso	R$	171.800,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	R$	35.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	405.100,00
244 – Assistência Comunitária	R$	876.537,44
272- Previdência de Regime Estatutário	R$	673.200,00
301 – Atenção Básica	R$	5.377.930,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	10.002. 421,43
303- Suporte Profilático e Terapêutico	R$	548.000,00
304 – Vigilância Sanitária	R$	219.100,00
305 – Vigilância Epidemiológica	R$	376.500,00
306 – Alimentação e Nutrição	R$	600.000,00
331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	560.000,00
361 – Ensino Fundamental	R$	6.867.356,55
364 – Ensino Superior	R$	205.000,00
365 – Educação Infantil	R$	5.414.850,00
367 – Educação Especial	R$	264.230,00
392 – Difusão Cultural	R$	513.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	R$	1.810.000,00
452 – Serviços Urbanos	R$	500.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R$	510.000,00
543 – Recuperação de Áreas Degradadas	R$	20.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	R$	114.000,00
602 – Promoção da Produção Animal	R$	611.996,00
607 - Irrigação	R$	80.000,00
695 - Turismo	R$	85.000,00
752 – Energia Elétrica	R$	1.170.000,00
782 – Transporte Rodoviário	R$	760.000,00
812 – Desporto Comunitário	R$	350.450,00
843 – Serviço da Dívida Interna	R$	400.000,00
999 – Reserva de Contingência	R$	3.363.094,00
TOTAL	**R$**	**56.600.000,00**
4 – Por Sub-Funções – Administração Indireta		
122 – Administração Geral	R$	761.765,91
331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	27.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R$	2.089.234,09
999- Reserva de Contingência	R$	22.000,00
TOTAL	**R$**	**2.900.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**59.500.000,00**
5- Por Programas – Administração Direta		
001 – Processo Legislativo	R$	2.150.000,00
002 – Administração e Gerenciamento	R$	8.543.440,49
004 – Apoio à Agropecuária	R$	805.996,00
005 – Melhoria da Produtividade do Ensino Fundamental	R$	6.766.356,55
006 – Alimentação e Nutrição	R$	600.000,00
007 – Incentivo às Atividades Culturais	R$	599.600,00
008 – Melhoria da Produtividade da Educação Infantil	R$	4.739.850,00
009 – Melhoria da Produtividade da Educação Especial	R$	264.230,00
010 – Expansão e Melhoria da Educação Superior	R$	205.000,00
011 – Desenvolvimento do Desporto e Lazer	R$	350.450,00
012 – Edificações Públicas	R$	1.188.000,00
013 – Pavimentação e Restauração de Vias Públicas	R$	1.330.000,00
015 – Saneamento Básico	R$	510.000,00
016 – Infra-Estrutura e Desenvolvimento Rodoviário	R$	480.000,00
017 – Energia Elétrica	R$	1.170.000,00
018 – Gerenciamento do Trânsito	R$	280.000,00
019 – Urbanização e Paisagismo	R$	310.000,00
020 – Gestão do SUS	R$	174.900,00
021 – Descentralização das Ações de Assistência Social	R$	1.610.137,44
022 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	47.800,00
023 – Modernização da Administração Fazendária	R$	1.917.500,00
024 – Cont. p/ Prog. Formação de Pat. Servidor Público	R$	960.000,00
028 – Atenção Básica	R$	5.377.930,00
029 – Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	R$	9.802.421,43
030 – Assistência Farmacêutica	R$	548.000,00
031 – Vigilância em Saúde	R$	595.600,00
032 – Apoio a Indústria, Comércio e Turismo	R$	105.000,00
035 – Proteção Social Básica	R$	577.000,00
036 – Proteção Social Especial	R$	457.000,00
037 – Segurança Pública	R$	54.000,00
038 – Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos	R$	500.000,00
099 – Reserva de Contingência	R$	725.454,00
0155- Gestão do RPPs	R$	3.643.100,00
TOTAL	**R$**	**56.600.000,00**
5- Por Programas – Administração Indireta		
002 – Administração e Gerenciamento	R$	761.765,91
015 – Saneamento Básico	R$	2.089.234,09
024 – Cont. p/ Prog. Formação de Pat. Servidor Público	R$	27.000,00
099 – Reserva de Contingência	R$	22.000,00
TOTAL	**R$**	**2.900.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**59.500.000,00**

Artigo 6º - Os recursos de Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se como “Outros Riscos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras, não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 30/11/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo, para atender “Outros Riscos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 1º deste artigo, desde que o orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.7º - O Executivo está autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares para atender reforço de dotações insuficientes, até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita Estimada conforme o artigo 1º desta Lei, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.8º - Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Artigo 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só se-

rão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 11. – Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 12. – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 13. – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Artigo 14. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 25 de novembro de 2016.

Elias Leal Mendes Filho

Prefeito Municipal

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste. EXTRATO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS - (Fund. Legal Geral da Lei 8.666/93 e suas Alterações) referente ao Segundo Aditivo do Contrato nº 03/2015 - Data: 18/11/2016. Contratada: **BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.**

Onde se lê:

Valor total do aditivo R$ 19.896,32

Leia-se:

Valor total do aditivo R$ 35.371,88

.As demais descrições na publicação do extrato de contratos e aditivos permanece os mesmos. O aditivo e o extrato de publicação encontra-se disponível no SAEMI. Outras informações poderão ser obtidas no telefone (65) 3241 – 2178. Mirassol d'Oeste- MT 24 de novembro de 2016. MOACYR DA MATTA - Diretor Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 706/2016

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida, Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 01/12/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

Eurico Pedrozo Filho, Vigia, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo de 23/12/2015 a 23/12/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

Mara Flaviana Almeida Técnico em Gestão Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 01/10/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

Lucimar Rodrigues Carvalho Técnico em Infraestrutura e Material, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 08/11/2015 a 08/11/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 7º dia do mês de Novembro de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 07.11.2016.

VALTER DADA

Prefeito Municipal em Exercício

EDIVALDO DE DA TEIXEIRA

Secretaria de Administração, Planej. Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
ANEXO LRF 5º BIMESTRE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	15.916.025,00	24.539.548,89	2.145.151,82	17.950.056,75	6.589.492,14	3.282.180,73	14.101.178,79	10.438.370,10	13.206.449,31	
DESPESAS CORRENTES	13.630.720,00	16.376.618,21	1.654.186,06	12.264.598,30	4.112.019,91	2.341.010,48	11.363.870,20	5.012.748,01	10.637.498,65	
Pessoal e Encargos Sociais	6.759.001,00	7.280.823,15	1.003.323,63	5.272.139,03	2.008.684,12	1.001.737,88	5.265.053,28	2.015.769,87	5.227.243,55	
Juros e Encargos da Dívida	2.100,00	2.100,00			2.100,00			2.100,00		
Outras Despesas Correntes	6.869.619,00	9.093.695,06	650.862,43	6.992.459,27	2.101.235,79	1.339.272,60	6.098.816,92	2.994.878,14	5.410.255,10	
DESPESAS DE CAPITAL	1.772.925,00	7.679.495,68	490.965,76	5.685.458,45	1.994.037,23	941.170,25	2.737.308,59	4.942.187,09	2.568.950,66	
Investimentos	1.552.875,00	7.425.745,68	453.304,00	5.461.641,73	1.964.103,95	903.508,49	2.513.491,87	4.912.253,81	2.351.705,43	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	220.050,00	253.750,00	37.661,76	223.816,72	29.933,28	37.661,76	223.816,72	29.933,28	217.245,23	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	292.380,00	263.435,00			263.435,00			263.435,00		
RESERVA DO RPPS	220.000,00	220.000,00			220.000,00			220.000,00		
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	883.975,00	968.743,21	140.363,28	752.859,85	215.883,36	140.363,28	752.859,85	215.883,36	687.034,50	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	16.800.000,00	25.508.292,10	2.285.515,10	18.702.916,60	6.805.375,50	3.422.544,01	14.854.038,64	10.654.253,46	13.893.483,81	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.800.000,00	25.508.292,10	2.285.515,10	18.702.916,60	6.805.375,50	3.422.544,01	14.854.038,64	10.654.253,46	13.893.483,81	
SUPERÁVIT (XIII)							550.315,69		1.510.870,52	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.800.000,00	25.508.292,10	2.285.515,10	18.702.916,60	6.805.375,50	3.422.544,01	15.404.354,33	10.103.937,77	15.404.354,33	

Emissão: 25/11/2016 11:10:59

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÀRIA

BALANÇO ORÇAMENTÀRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	883.975,00								687.034,50	
DESPESAS CORRENTES	883.975,00								687.034,50	
Pessoal e Encargos Sociais	883.975,00								687.034,50	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

MARLENE JULIA OLIVEIRA SCARPAT
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:10:59

Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	15.550.000,00	15.550.000,00	2.515.766,19	16,17	15.404.354,33	99,06	145.645,67
RECEITAS CORRENTES	14.022.000,00	14.022.000,00	2.154.004,35	15,36	13.242.205,51	94,43	779.794,49
RECEITA TRIBUTARIA	1.016.000,00	1.016.000,00	194.290,50	19,12	784.685,27	77,23	231.314,73
Impostos	852.000,00	852.000,00	185.334,96	21,75	685.410,61	80,44	166.589,39
Taxas	164.000,00	164.000,00	8.955,54	5,46	99.274,66	60,53	64.725,34
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	250.000,00	250.000,00	20.948,44	8,37	154.523,96	61,80	95.476,04
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	250.000,00	250.000,00	20.948,44	8,37	154.523,96	61,80	95.476,04
RECEITA PATRIMONIAL	152.800,00	152.800,00	28.718,73	18,79	198.389,51	129,83	-45.589,51
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	152.800,00	152.800,00	28.718,73	18,79	198.389,51	129,83	-45.589,51
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS					35.393,02	302,00	-35.393,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.485.200,00	12.485.200,00	1.903.472,87	15,24	12.033.169,12	96,37	452.030,88
Transferências Intergovernamentais	12.150.200,00	12.150.200,00	1.822.509,21	14,99	11.308.420,92	93,07	841.779,08
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	335.000,00	335.000,00	80.963,66	24,16	724.748,20	216,34	-389.748,20
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.000,00	118.000,00	6.573,81	5,57	36.044,63	30,54	81.955,37
Multa de Juros de Mora	18.000,00	18.000,00	1.901,93	10,56	9.917,43	55,09	8.082,57
Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receita da Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	4.671,88	5,83	26.127,20	32,65	53.872,80
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.528.000,00	1.528.000,00	361.761,84	23,67	2.162.148,82	141,50	-634.148,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.528.000,00	1.528.000,00	361.761,84	23,67	2.162.148,82	141,50	-634.148,82
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.528.000,00	1.528.000,00	361.761,84	23,67	2.162.148,82	141,50	-634.148,82
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	15.550.000,00	15.550.000,00	2.515.766,19	16,17	15.404.354,33	99,06	145.645,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.550.000,00	15.550.000,00	2.515.766,19	16,17	15.404.354,33	99,06	145.645,67
DÉFICIT (VI)					550.315,69		
TOTAL(VII) = (V + VI)	15.550.000,00	15.550.000,00	2.515.766,19	16,17	15.954.670,02	102,60	-404.670,02

Emissão: 25/11/2016 11:10:57

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A			2.515.766,19		15.954.670,02		
Superávit Financeiro			2.515.766,19		15.954.670,02		
Reabertura de Créditos Adicionais							

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

MARLENE JULIA OLIVEIRA SCARPAT
Secretario(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.978.024,00	22.601.547,89	2.145.151,82	17.950.056,75	95,97	4.651.491,14	3.282.180,73	14.101.178,79	94,93	8.500.369,10	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
Administração Financeira	312.049,00	301.709,00	28.911,12	179.888,99	0,96	121.820,01	29.710,75	177.793,79	1,19	123.915,21	
Administração Geral	2.920.500,00	3.220.576,49	315.548,98	2.556.482,23	13,66	664.094,26	391.290,96	2.341.643,35	15,76	878.933,14	
Comunicação Social	11.000,00	3.040,00		685,95		2.354,05		685,95		2.354,05	
Formação de Recursos Humanos	4.000,00	1.270,00				1.270,00				1.270,00	
Normatização e Fiscalização	133.000,00	293.620,00	17.643,30	254.873,77	1,36	38.746,23	52.809,30	210.528,77	1,41	83.091,23	
Tecnologia da Informatização	40.000,00	36.000,00	4.515,62	25.435,91	0,13	10.564,09	4.515,62	25.435,91	0,17	10.564,09	
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Assistência Comunitária	733.500,00	752.597,17	92.799,98	575.160,44	3,07	177.436,73	106.161,62	536.224,03	3,60	216.373,14	
Assistência ao Idoso	5.300,00	38.800,00	33.575,50	33.575,50	0,17	5.224,50	33.575,50	33.575,50	0,22	5.224,50	
Assistência ao Portador de Deficiência	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Assistência á Criança e ao Adolescente	107.000,00	102.000,00	12.284,34	63.543,17	0,33	38.456,83	12.284,34	63.543,17	0,42	38.456,83	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	613.000,00	2.316.417,47	29.033,67	2.144.894,64	11,46	171.522,83	350.420,30	1.642.323,45	11,05	674.094,02	
Atenção Básica	2.147.500,00	2.699.793,88	741.771,77	2.483.588,02	13,27	216.205,86	699.637,05	2.354.048,69	15,84	345.745,19	
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00	6.267,10	55.052,54	0,29	4.947,46	6.267,10	55.052,54	0,37	4.947,46	
Vigilância Epidemiológica	46.000,00	139.715,00	11.733,57	130.345,91	0,69	9.369,09	11.733,57	130.345,91	0,87	9.369,09	
Vigilância Sanitária	40.000,00	3.975,52		3.975,52	0,02			3.975,52	0,02		
TRABALHO											
Fomento ao Trabalho	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	161.470,00	161.470,00		161.470,00	0,86		23.713,48	151.873,87	1,02	9.596,13	
EDUCAÇÃO											
Alimentação e Nutrição	80.000,00	72.000,00	9.029,00	56.641,13	0,30	15.358,87	9.029,00	56.641,13	0,38	15.358,87	
Educação Especial	60.000,00	60.000,00		43.200,00	0,23	16.800,00	7.200,00	32.400,00	0,21	27.600,00	
Educação Infantil	808.000,00	860.304,83	160.343,36	626.274,52	3,34	234.030,31	157.543,61	621.763,77	4,18	238.541,06	
Ensino Fundamental	3.153.000,00	4.297.598,22	352.686,52	2.376.999,61	12,70	1.920.598,61	399.535,42	2.322.523,51	15,63	1.975.074,71	
CULTURA											
Difusão Cultural	51.700,00	36.609,60	3.513,89	20.535,70	0,10	16.073,90	3.513,89	20.535,70	0,13	16.073,90	
DIREITOS DA CIDADANIA											
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	29.000,00	11.500,00		389,00		11.111,00		389,00		11.111,00	
URBANISMO											
Infra-Estrutura Urbana	140.400,00	1.281.052,51		1.214.836,80	6,49	66.215,71	252.321,48	590.537,60	3,97	690.514,91	
Serviços Urbanos	177.000,00	159.400,00	20.391,31	109.090,22	0,58	50.309,78	20.391,31	109.090,22	0,73	50.309,78	

Emissão: 25/11/2016 11:14:55 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
HABITAÇÃO											
Habitação Urbana	60.000,00	8.410,00				8.410,00				8.410,00	
SANEAMENTO											
Saneamento Básico Rural	3.000,00										
Saneamento Básico Urbano	20.100,00	363.219,41		357.708,58	1,91	5.510,83		357.708,58	2,40	5.510,83	
GESTÃO AMBIENTAL											
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
TURISMO	75.000,00	1.075.012,00		1.036.593,56	5,54	38.418,44	37.845,40	76.929,09	0,51	998.082,91	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ABASTECIMENTO	100,00	100,00				100,00				100,00	
Administração Geral	283.000,00	304.400,00	31.943,38	207.870,90	1,11	96.529,10	33.530,38	204.059,72	1,37	100.340,28	
Extensão Rural	81.000,00	30.800,00	1.500,00	25.217,76	0,13	5.582,24	3.656,16	14.436,96	0,09	16.363,04	
Promoção da Produção Vegetal	2.000,00	52.000,00		49.677,00	0,26	2.323,00		49.677,00	0,33	2.323,00	
Saneamento Básico Rural	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
Promoção Industrial	15.625,00	42.030,00	4.400,00	28.487,00	0,15	13.543,00	5.640,00	26.727,00	0,17	15.303,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
Promoção Comercial	29.000,00	135.737,90	0,44	127.737,90	0,68	8.000,00	69.268,85	127.737,90	0,85	8.000,00	
Turismo	98.000,00	1.782.644,53	128.237,23	1.672.993,81	8,94	109.650,72	384.703,90	729.400,49	4,91	1.053.244,04	
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
Energia Elétrica	53.000,00	110.430,00		79.662,53	0,42	30.767,47		79.662,53	0,53	30.767,47	
TRANSPORTE											
Transporte Rodoviário	814.400,00	1.167.101,30	81.640,20	948.756,54	5,07	218.344,76	118.500,20	657.256,54	4,42	509.844,76	
DESPORTO E LAZER											
Desporto Comunitário	85.000,00	90.078,06	19.719,78	74.594,88	0,39	15.483,18	19.719,78	72.834,88	0,49	17.243,18	
ENCARGOS ESPECIAIS											
Serviço da Dívida Interna	226.000,00	259.700,00	37.661,76	223.816,72	1,19	35.883,28	37.661,76	223.816,72	1,50	35.883,28	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	292.380,00	263.435,00				263.435,00				263.435,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	843.975,00	928.743,21	140.363,28	752.859,85	4,02	175.883,36	140.363,28	752.859,85	5,06	175.883,36	
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 14.821.999,00	R$ 23.530.291,10	R$ 2.285.515,10	R$ 18.702.916,60	R$ 100,00	R$ 4.827.374,50	R$ 3.422.544,01	R$ 14.854.038,64	100,00	8.676.252,46	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	843.975,00	928.743,21	140.363,28	752.859,85	4,02	175.883,36	140.363,28	752.859,85	5,06	175.883,36	
Administração Financeira	45.000,00	45.000,00	6.741,66	36.846,79	0,19	8.153,21	6.741,66	36.846,79	0,24	8.153,21	
Administração Geral	118.500,00	151.608,63	27.408,15	143.537,02	0,76	8.071,61	27.408,15	143.537,02	0,96	8.071,61	
Assistência Comunitária	33.000,00	33.000,00	4.608,74	28.117,40	0,15	4.882,60	4.608,74	28.117,40	0,18	4.882,60	

Emissão: 25/11/2016 11:14:55 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - SETEMBRO a OUTUBRO de 2016

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.000,00	10.000,00	1.478,94	8.134,17	0,04	1.865,83	1.478,94	8.134,17	0,05	1.865,83	
Atenção Básica	245.100,00	246.258,21	39.663,43	218.796,88	1,16	27.461,33	39.663,43	218.796,88	1,47	27.461,33	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	1.067,06	5.868,80	0,03	4.131,20	1.067,06	5.868,80	0,03	4.131,20	
Vigilância Sanitária	7.000,00										
Educação Infantil	73.000,00	63.150,00	10.880,01	30.321,22	0,16	32.828,78	10.880,01	30.321,22	0,20	32.828,78	
Ensino Fundamental	267.000,00	343.617,17	45.936,49	269.007,17	1,43	74.610,00	45.936,49	269.007,17	1,81	74.610,00	
Difusão Cultural	5.000,00	2.338,40				2.338,40				2.338,40	
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	2.578,80	12.230,40	0,06	7.769,60	2.578,80	12.230,40	0,08	7.769,60	
Promoção Industrial	375,00	375,00				375,00				375,00	
Turismo	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Desporto Comunitário	7.000,00	395,80				395,80				395,80	

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:14:55 Page 3 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	NOV/15	DEZ/15	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.359.295,53	1.736.986,03	1.547.662,12	1.367.513,92	1.154.759,49	1.274.683,21	1.989.446,06	1.635.290,03	1.965.608,47	1.409.736,01	1.187.521,75	1.239.663,96	17.868.166,58	15.797.000,00
Receita Tributária	47.188,34	51.871,50	53.576,49	56.981,33	79.160,16	62.978,88	75.615,64	77.111,90	79.594,49	105.092,33	155.493,15	38.793,96	883.458,17	1.016.000,00
IPTU	776,08	1.325,84	462,30	295,22	66,12	22,00	1.316,70	3.388,56	4.177,11	9.244,79	11.404,28	1.101,20	33.580,20	92.000,00
ISS	23.516,80	27.645,43	25.411,47	21.938,72	31.788,12	25.561,36	26.073,27	38.119,19	35.498,62	47.881,20	73.947,56	17.947,60	395.329,34	460.000,00
ITBI	2.100,00	200,00	400,00	1.515,00	900,00	2.312,00	4.700,00	2.627,20	380,00	1.460,00	36.534,80	12.635,00	65.764,00	60.000,00
IRRF	16.697,06	19.391,70	17.768,98	24.780,25	28.058,43	21.788,02	24.190,97	24.912,44	32.147,27	40.675,54	26.918,40	4.846,12	282.175,18	240.000,00
Outras Rec. Tributarias	4.098,40	3.308,53	9.533,74	8.452,14	18.347,49	13.295,50	19.334,70	8.064,51	7.391,49	5.830,80	6.688,11	2.264,04	106.609,45	164.000,00
Receita Contribuições	15.103,56	2.662,48	27.367,96	17.588,38	14.729,64	67,59	28.479,53	18.627,83	13.305,64	13.408,95	16.829,37	4.119,07	172.290,00	250.000,00
Receita Patrimonial	15.687,85	62.562,12	15.774,01	16.663,52	19.060,41	16.916,49	28.772,30	18.179,35	28.449,81	25.854,89	17.638,96	11.079,77	276.639,48	152.800,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços					10.390,02		25.003,00						35.393,02	
Transferências Correntes	1.278.103,88	1.617.391,08	1.447.437,25	1.275.752,99	1.026.448,89	1.190.945,58	1.827.057,42	1.516.886,99	1.840.685,38	1.261.337,14	993.331,06	1.183.449,59	16.458.827,25	14.260.200,00
Cota Parte do FPM	455.204,85	769.721,39	495.913,76	620.547,89	376.557,30	447.645,78	595.260,83	491.781,88	545.320,79	442.168,49	359.571,32	436.481,83	6.036.176,11	5.500.000,00
Cota Parte do ICMS	243.389,05	312.030,48	434.031,69	204.787,11	244.842,20	264.251,41	255.784,32	301.524,94	276.150,40	215.459,14	253.445,79	223.131,21	3.228.827,74	3.000.000,00
Cota Parte do IPVA	3.716,48	9.023,83	15.879,24	27.750,86	35.799,17	30.669,07	56.973,20	27.057,07	23.438,13	26.457,28	15.055,74	5.839,03	277.659,10	300.000,00
Cota Parte do ITR	34.756,52	34.808,65	484,18	140,68	1.368,07	13,90	1.321,10	34,47	1.940,57	236,23	1.457,71	68.505,97	145.068,05	60.000,00
Transf. LC 87/1966	1.307,36	1.307,36	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	1.209,55	14.710,22	15.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	127.284,16	165.078,25	177.781,11	109.693,98	107.782,38	118.729,57	136.511,93	99.125,51	122.498,55	115.257,95	105.006,15	91.156,60	1.475.906,14	1.700.000,00
Outras Transf. Correntes	412.445,46	325.421,12	322.137,72	311.622,92	258.890,22	328.426,30	779.996,49	596.153,57	870.127,39	460.548,50	257.584,80	357.125,40	5.280.479,89	3.685.200,00
Outras Receitas Correntes	3.211,90	2.498,85	3.506,41	527,70	4.970,37	3.774,67	4.518,17	4.483,96	3.573,15	4.042,70	4.229,21	2.221,57	41.558,66	118.000,00
DEDUÇÕES (II)	146.905,39	181.068,64	189.503,58	170.887,12	131.955,17	148.757,86	182.109,68	164.321,48	131.857,19	137.106,07	126.147,94	147.033,42	-1.857.653,54	1.775.000,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	146.905,39	181.068,64	189.503,58	170.887,12	131.955,17	148.757,86	182.109,68	164.321,48	131.857,19	137.106,07	126.147,94	147.033,42	-1.857.653,54	1.775.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.212.390,14	1.555.917,39	1.358.158,54	1.196.626,80	1.022.804,32	1.125.925,35	1.807.336,38	1.470.968,55	1.833.751,28	1.272.629,94	1.061.373,81	1.092.630,54	16.010.513,04	14.022.000,00

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:16:20

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
( ) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	110.000,00	110.000,00						
ADMINISTRAÇÃO								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	110.000,00	110.000,00						
Pessoal Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								

Emissão: 25/11/2016 11:20:21 — Page 1 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1,00

TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	110.000,00	110.000,00						
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI)	-110.000,00	-110.000,00						

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiéncias Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições				
Patronal				
Pessoal Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Militar				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				

Emissão: 25/11/2016 11:20:21 — Page 2 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

Outras Receitas Correntes								
RECEITAS DE CAPITAL (IX)								
Alienação de Bens								
Amortização de Empréstimos								
Outras Receitas de Capital								
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)								
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00		0,00		0,00		0,00	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)								

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:20:21 Page 3 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/AGO/2016 (b)	em 31/OUT/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	661.448,65	648.305,67	648.305,67
DEDUÇÕES (II)	2.848.441,99	3.415.897,39	2.500.767,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.496.690,11	2.838.179,40	1.921.818,14
Demais Haveres Financeiros	1.119.012,97	1.119.012,97	1.119.012,97
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	767.261,09	541.294,98	540.063,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.186.993,34	-2.767.591,72	-1.852.462,13
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-2.186.993,34	-2.767.591,72	-1.852.462,13

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	915.129,59	334.531,21

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2015 (a)	em 31/AGO/2016 (b)	em 31/OUT/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 às 10:21

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.869.200,00	13.043.816,00	11.477.759,14
Receitas Tributárias	1.016.000,00	784.685,27	673.745,08
IPTU	92.000,00	31.484,83	39.196,29
ISS	460.000,00	344.322,56	314.201,38
ITBI	60.000,00	63.516,80	32.116,50
IRRF	240.000,00	246.086,42	188.679,12
Outras Receitas Tributárias	164.000,00	99.274,66	99.551,79
Receitas de Contribuições	250.000,00	154.523,96	165.852,72
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	250.000,00	154.523,96	165.852,72
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	152.800,00	198.389,51	146.724,25
(-) Aplicações Financeiras	152.800,00	198.389,51	146.724,25
Transferências Correntes	12.485.200,00	12.033.169,12	10.602.725,72
FPM	5.500.000,00	4.811.249,87	4.704.520,64
ICMS	3.000.000,00	2.673.408,21	2.556.375,70
Convênios	335.000,00	724.748,20	454.600,32
Outras Transferências Correntes	3.650.200,00	3.823.762,84	2.887.229,06
Demais Receitas Correntes	118.000,00	71.437,65	35.435,62
Dívida Ativa	80.000,00	26.127,20	25.135,53
Diversas Receitas Correntes	38.000,00	45.310,45	10.300,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Convênios	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**15.397.200,00**	**15.205.964,82**	**12.266.241,86**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.345.361,42	13.017.458,15	10.713.609,30	12.116.730,05	10.209.836,69		
Pessoal e Encargos Sociais	8.249.566,36	6.024.998,88	5.448.769,52	6.017.913,13	5.448.575,32		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.100,00						
Outras Despesas Correntes	9.093.695,06	6.992.459,27	5.264.839,78	6.098.816,92	4.761.261,37		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.343.261,42	13.017.458,15	10.713.609,30	12.116.730,05	10.209.836,69		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.679.495,68	5.685.458,45	1.241.068,54	2.737.308,59	525.889,04		
Investimentos	7.425.745,68	5.461.641,73	1.001.277,13	2.513.491,87	286.097,63		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	253.750,00	223.816,72	239.791,41	223.816,72	239.791,41		
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.425.745,68	5.461.641,73	1.001.277,13	2.513.491,87	286.097,63		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	263.435,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)	220.000,00						
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**25.252.442,10**	**18.479.099,88**	**11.714.886,43**	**14.630.221,92**	**10.495.934,32**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-9.855.242,10**	**-3.273.135,06**	**551.355,43**	**575.742,90**	**1.770.307,54**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.869.200,00	13.043.816,00	11.477.759,14
Receitas Tributárias	1.016.000,00	784.685,27	673.745,08
IPTU	92.000,00	31.484,83	39.196,29
ISS	460.000,00	344.322,56	314.201,38
ITBI	60.000,00	63.516,80	32.116,50
IRRF	240.000,00	246.086,42	188.679,12
Outras Receitas Tributárias	164.000,00	99.274,66	99.551,79
Receitas de Contribuições	250.000,00	154.523,96	165.852,72
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	250.000,00	154.523,96	165.852,72
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	152.800,00	198.389,51	146.724,25
(-) Aplicações Financeiras	152.800,00	198.389,51	146.724,25
Transferências Correntes	12.485.200,00	12.033.169,12	10.602.725,72
FPM	5.500.000,00	4.811.249,87	4.704.520,64
ICMS	3.000.000,00	2.673.408,21	2.556.375,70
Convênios	335.000,00	724.748,20	454.600,32
Outras Transferências Correntes	3.650.200,00	3.823.762,84	2.887.229,06
Demais Receitas Correntes	118.000,00	71.437,65	35.435,62
Dívida Ativa	80.000,00	26.127,20	25.135,53
Diversas Receitas Correntes	38.000,00	45.310,45	10.300,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Convênios	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.528.000,00	2.162.148,82	788.482,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**15.397.200,00**	**15.205.964,82**	**12.266.241,86**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.345.361,42	13.017.458,15	10.713.609,30	12.116.730,05	10.209.836,69		
Pessoal e Encargos Sociais	8.249.566,36	6.024.998,88	5.448.769,52	6.017.913,13	5.448.575,32		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.100,00						
Outras Despesas Correntes	9.093.695,06	6.992.459,27	5.264.839,78	6.098.816,92	4.761.261,37		
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.343.261,42	13.017.458,15	10.713.609,30	12.116.730,05	10.209.836,69		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.679.495,68	5.685.458,45	1.241.068,54	2.737.308,59	525.889,04		
Investimentos	7.425.745,68	5.461.641,73	1.001.277,13	2.513.491,87	286.097,63		
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	253.750,00	223.816,72	239.791,41	223.816,72	239.791,41		
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.425.745,68	5.461.641,73	1.001.277,13	2.513.491,87	286.097,63		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	263.435,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)	220.000,00						
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**25.252.442,10**	**18.479.099,88**	**11.714.886,43**	**14.630.221,92**	**10.495.934,32**		

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-9.855.242,10**	**-3.273.135,06**	**551.355,43**	**575.742,90**	**1.770.307,54**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 às 10:28 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA** Page 1 de 1
Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á OUTUBRO 2016 / BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	495.515,76	209.357,26	201.693,37		503.179,65	2.897.134,09	1.345.659,55	1.317.386,62	1.280.502,96		2.962.290,68	3.465.470,33
Executivo	495.515,76	209.357,26	201.693,37		503.179,65	2.897.134,09	1.345.659,55	1.317.386,62	1.280.502,96		2.962.290,68	3.465.470,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo		62.388,07	62.388,07									

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA Emissão: 25/11/2016 às 10:30 Page 1 de 1

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	684.000,00	684.000,00	462.982,86	67,69%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	164.000,00	164.000,00	55.351,75	33,75%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	92.000,00	92.000,00	31.484,83	34,22%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	17.506,21	29,18%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.000,00	12.000,00	6.367,26	53,06%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	(6,55)	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	63.464,00	105,77%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	63.516,80	105,86%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	(52,80)	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	344.167,11	74,82%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	344.322,56	74,85%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(155,45)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.876.000,00	8.876.000,00	7.853.827,53	88,48%
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	4.811.249,87	87,48%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.500.000,00	5.500.000,00	4.811.249,87	87,48%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.673.408,21	89,11%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	12.095,50	80,64%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	16.652,28	
2.5- Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	75.502,88	125,84%
2.6- Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	264.918,79	88,31%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	1.000,00	1.000,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.560.000,00	9.560.000,00	8.316.810,39	87,00%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	218.000,00	218.000,00	153.281,63	70,31%
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	77.076,05	64,23%
5.2- Transferências Diretas - PDDE				

Emissão: 25/11/2016 11:32:06 Page 1 de 5

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	57.792,00	72,24%
5.4- Transferências Diretas - PNATE	18.000,00	18.000,00	18.413,58	102,30%
5.5- Outras Transferências do FNDE				
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	286.640,40	95,55%
6.1- Transferência de Convênios	300.000,00	300.000,00	286.640,40	95,55%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	266.000,00	266.000,00	258.057,58	97,01%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	784.000,00	784.000,00	697.979,61	89,03%

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.775.000,00	1.775.000,00	1.529.679,51	86,18%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	924.495,04	84,05%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	600.000,00	600.000,00	534.681,45	89,11%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.419,10	80,64%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	12.000,00	12.000,00	15.100,52	125,84%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	52.983,40	88,31%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.700.000,00	1.700.000,00	1.183.543,73	69,62%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.700.000,00	1.700.000,00	1.183.543,73	69,62%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB				
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-75.000,00	-75.000,00	-346.135,78	461,51%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	984.000,00	1.293.591,64	1.290.582,45	99,77%	1.286.446,70	99,45%	
13.1- Com Educação Infantil	296.000,00	377.381,09	374.371,90	99,20%	371.796,15	98,52%	
13.2- Com Ensino Fundamental	688.000,00	916.210,55	916.210,55	100,00%	914.650,55	99,83%	
14- OUTRAS DESPESAS							
14.1- Com Educação Infantil							
14.2- Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	984.000,00	1.293.591,64	1.290.582,45	99,77%	1.286.446,70	99,45%	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	1.290.582,45
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	109,04%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	-9,04%

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	3.069,49
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2016[2]	3.069,49

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

Receita com Ações Típicas de MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.390.000,00	2.390.000,00	2.079.202,60	87,00%

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	722.000,00	844.955,08	656.595,74	77,71%	652.084,99	77,17%	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	296.000,00	377.381,09	374.371,90	99,20%	371.796,15	98,52%	
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	426.000,00	467.573,99	282.223,84	60,36%	280.288,84	59,95%	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.425.000,00	3.858.192,39	2.219.952,60	57,54%	2.187.430,10	56,70%	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	688.000,00	916.210,55	916.210,55	100,00%	914.650,55	99,83%	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.737.000,00	2.941.981,84	1.303.742,05	44,32%	1.272.779,55	43,26%	
25- ENSINO MÉDIO				0,00%			
26- ENSINO SUPERIOR				0,00%			

Emissão: 25/11/2016 11:32:06 Page 3 de 5

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
28- OUTRAS	60.000,00	60.000,00	43.200,00	72,00%	32.400,00	54,00%	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	3.207.000,00	4.763.147,47	2.919.748,34	61,30%	2.871.915,09	60,29%	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-346.135,78
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	3.069,49
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	33.636,02
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	1.233.373,26
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) [6]	923.942,99
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37)) [6]	1.952.605,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	23,48

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.234.000,00	933.522,75	482.695,31	51,71%	460.741,71	49,36%	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)	1.234.000,00	933.522,75	482.695,31	51,71%	460.741,71	49,36%	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.441.000,00	5.696.670,22	3.402.443,65	59,73%	3.332.656,80	58,50%	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.069,49
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.183.543,73
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
49.1- Orçamento do Exercício	0,00
49.2- Restos a Pagar	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.186.613,22

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/Bimestre SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:32:06

Page 5 de 5
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.679.495,68	5.685.458,45	2.752.445,59		1.994.037,23
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.679.495,68	5.685.458,45	2.752.445,59		1.994.037,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.679.495,68	-5.685.458,45			-1.994.037,23

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:36:22 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE JANEIRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c)
2015	35.435,62		35.435,62	35.435,62
2016	658.701,92		658.701,92	694.137,54

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Emissão: 25/11/2016 11:49:32 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO / 2016

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis			
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:54:07

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	950.000,00	950.000,00	721.455,24	75,94%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	92.000,00	92.000,00	31.484,83	34,22%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	63.516,80	105,86%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	344.322,56	74,85%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	246.086,42	102,54%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.000,00	1.000,00	1.273,96	127,40%
Dívida Ativa dos Impostos	80.000,00	80.000,00	26.127,20	32,66%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	17.000,00	17.000,00	8.643,47	50,84%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.875.000,00	8.875.000,00	7.853.827,53	88,49%
Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	4.811.249,87	87,48%
Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	75.502,88	125,84%
Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	264.918,79	88,31%
Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.673.408,21	89,11%
Cota-Parte IPI-Exportação			16.652,28	1.665.228,00%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	12.095,50	80,64%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	12.095,50	80,64%
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**9.825.000,00**	**9.825.000,00**	**8.575.282,77**	**87,28%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.661.000,00	1.661.000,00	2.569.271,12	154,68%
Provenientes da União	1.360.000,00	1.360.000,00	1.392.007,70	102,35%
Provenientes dos Estados	301.000,00	301.000,00	1.177.263,42	391,12%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**1.661.000,00**	**1.661.000,00**	**2.569.271,12**	**154,68%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.939.600,00	4.588.259,20	4.285.246,33	93,40%	3.784.282,01	82,48%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.767.500,00	1.885.478,68	1.810.014,15	96,00%	1.810.014,15	96,00%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	1.172.100,00	2.702.780,52	2.475.232,18	91,58%	1.974.267,86	73,05%	
DESPESAS DE CAPITAL	239.000,00	897.900,88	765.410,15	85,24%	634.263,95	70,64%	
Investimentos	239.000,00	897.900,88	765.410,15	85,24%	634.263,95	70,64%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.178.600,00**	**5.486.160,08**	**5.050.656,48**	**92,06%**	**4.418.545,96**	**80,54%**	

Emissão: 25/11/2016 12:09:37

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.856.600,00	4.001.088,29	3.811.644,73	75,47%	3.189.118,84	72,18%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.856.600,00	4.001.088,29	3.811.644,73	75,47%	3.189.118,84	72,18%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos							
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**1.856.600,00**	**4.001.088,29**	**3.811.644,73**	**75,47%**	**3.189.118,84**	**72,18%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**1.322.000,00**	**1.485.071,79**	**1.239.011,75**		**1.229.427,12**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% [4 e 5]	**14,45%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	**-47.280,67**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência	928.835,05		382.219,52	546.615,53	
Total	**928.835,05**		**382.219,52**	**546.615,53**	

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(VIII)			

Emissão: 25/11/2016 12:09:37

Page 2 de 3
Homolog

GOVERNO FEDERAL - ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em 2011			
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.392.600,00	2.946.052,09	2.702.384,90	53,51%	2.572.845,57	58,23%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	623.000,00	2.326.417,47	2.153.028,81	42,63%	1.650.457,62	37,35%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	47.000,00	3.975,52	3.975,52	0,08%	3.975,52	0,09%	
Vigilância Epidemiológica	56.000,00	149.715,00	136.214,71	2,70%	136.214,71	3,08%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	60.000,00	60.000,00	55.052,54	1,09%	55.052,54	1,25%	
TOTAL	**3.178.600,00**	**5.486.160,08**	**5.050.656,48**	**100,00%**	**4.418.545,96**	**100,00%**	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 12:09:37

Page 3 de 3
Homolog

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
CNPJ: 03425170000106
Prefeito0000082Centro
Telefone 06533461411

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 - 5º Bimestre - Set/Out

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2016)	2017	2018	2019	2020
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	14.392.791,89	16.010.513,04				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2021	2022	2023	2024	2025
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
CNPJ: 03425170000106
Prefeito0000082Centro
Telefone 06533461411

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 - 5º Bimestre - Set/Out

NEURILAN FRAGA Prefeito	EVERALDO RODRIGUES FILHO CONTADOR MT 010.212/O-9	EDIVALDO DE SA TEIXEIRA Sec. de Administracao

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A OUTUBRO DE 2016

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	15.550.000,00
Previsão Atualizada	15.550.000,00
Receitas Realizadas	15.404.354,33
Déficit Orçamentário	550.315,69
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	16.800.000,00
Créditos Adicionais	8.708.292,10
Dotação Atualizada	25.508.292,10
Despesas Empenhadas	18.702.916,60
Despesas Liquidadas	14.854.038,64
Despesas Pagas	13.893.483,81
Superávit Orçamentário	550.315,69

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	18.702.916,60
Despesas Liquidadas	14.854.038,64

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	1.358.158,54

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		334.531,21	121%
Resultado Primário		-3.273.135,06	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	767.261,09		264.081,44	503.179,65
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	4.242.793,64		1.280.502,96	2.962.290,68
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**5.010.054,73**		**1.544.584,40**	**3.465.470,33**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	1.952.605,35	25,00 %	23,48 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu	1.290.582,45	60,00 %	109,04 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	11.370.916,90	1.994.037,23

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)	658.701,92			
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	658.701,92			

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos	5.371.417,34	15,00 %	62,64 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

NEURILAN FRAGA
Prefeito(a)

EVERALDO RODRIGUES FILHO
Contador(a)

EDIVALDO DE SA TEXEIRA
Secretario(a)

Emissão: 25/11/2016 11:58:58 — Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA RATIFICAÇÃO - PROCESSO N.º 1880/2016 - DISPENSA N.º 101/2016

ERRATA RATIFICAÇÃO - PROCESSO N.º 1880/2016 - DISPENSA N.º 101/2016

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 18/11/2016 – ANO XI Nº. 2. 606

ONDE SE LÊ:

Assunto: Serviço de Aquisição de 160 metros de concertina, hastes, Buchas, Parafusos 12 mm, cimento e areia (fornecidos pela empresa) e serviço de fixação de 160 metros de concertina na Academia Municipal de Saúde, conforme TR nº. 050/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

LEIA-SE:

Assunto: Aquisição de 160 metros de concertina e serviço de fixação de 160 metros de concertina na Academia municipal de saúde, conforme solicitação Processo 1921/2016 – C.I nº. 224/2016/SMS.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de novembro de 2016.

8º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 076/2014

8º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 076/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 981/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pelo empresa **ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP** a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº 1792/2016 referente a retomada dos serviços do **LOTE 6 -** Contratação de serviços de reforma em geral de 03 (três) praças localizada na Sede deste Município, Objeto do Convênio nº 101/2013 com Estado de Mato Grosso através da Secretaria das Cidades (SECID) as partes decidem celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato nº 076/2014

VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 02 (dois) meses a partir de sua assinatura

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II da Lei 8. 666/93 e Parecer Jurídico nº 333/2016.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 076/2014, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 07 de Novembro 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipa

CONTRATADO:

ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP

CNPJ sob o nº 06.182.082/0001-19

Representada pelo Senhor Luis Geraldo Gomes da Silva

Portador da cédula de identidade nº 337.102 SSP/MT

CPF nº 265.894.601-59

TERMO DE POSSE Nº 006/2016

Termo de Posse nº 006/2016

Cargo de Provimento Efetivo

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, foi dado posse a Sra. **Lara Cristina Proença Elias**, para ocupar o cargo de **Fiscal de Obras e Posturas, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura** em virtude de sua aprovação no Concurso Publico Municipal nº 001/2016.

A presente posse se da em conformidade com o Artigo 16, 17, 18, 20 e 21 seguintes, da Lei Complementar nº 006/2004, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso.

Lara Cristina Proença Elias

Empossada

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

ERRATA CONTRATO Nº 089/2016

ERRATA CONTRATO Nº 089/2016

DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a Contratação de empresa para locação e montagem tendas, carro de som, som para eventos em ambiente fechado na Sede e Zona Rural deste Município para atender a todas as Secretarias Municipais, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 038/2015 e respectivo Termo de Referência e seus anexos e processo administrativo nº 1810/2016.

A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Registro de Preço nº 011/2016, Pregão Presencial nº 038/ 2015 observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

VIGÊNCIA CONTRATO

O presente contrato terá a vigência de 02 (dois) meses a partir da sua assinatura.

ONDE SE LÊ ESSA PUBLICAÇÃO DO DIA: 22 DE NOVEMBRO DE 2016 NA EDIÇÃO 2608.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2020 - Cód. Red. 050049 R$ 8.619,72

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2017- Cód. Red. 050056 R$ 5.212,25

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2045 - Cód. Red. 050018 R$ 5.113,52

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2023 - Cód. Red. 060019 R$ 3.185,94

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2011 - Cód. Red. 050082 R$ 17.035,01

Secretaria de Administração - Projeto Atividade 2082 - Cód. Red. 040008 R$ 3.082,91

Secretaria de Desenv Rural - Projeto Atividade 2036 - Cód. Red. 100007 R$ 2.715,02

Secretaria de Saúde - Projeto Atividade 1305 - Cód. Red. 070021 **R$ 4. 953,21**

Secretaria de Saúde - Projeto Atividade 2030 - Cód. Red. 070012 R$ 5. 907,68

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2082 - Cód. Red. 060039 R$ 5.231,78

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2027 - Cód. Red. 060027 R$ 4.320,95

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2090 - Cód. Red. 060045 R$ 4.063,24

Valor de Total do R$ 69.441,23 (Sessenta e Nove Mil Quatrocentos e Quarenta e Hum Reais e Vinte Três Centavos)

LEIA-SE

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2023 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 060019 R$ 3.185,94

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2011 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 050082 R$ 17.035,01

Secretaria de Administração - Projeto Atividade 2082 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 040008 R$ 3.082,91

Secretaria de Desenv Rural - Projeto Atividade 2036 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 100007 **R$ 2.715,02**

Secretaria de Saúde - Projeto Atividade 1305 - Elemento de Despesa – 33. 90.39 Cód. Red. 070021 R$ 4.953,21

Secretaria de Saúde - Projeto Atividade 2030 - Elemento de Despesa – 33. 90.39 Cód. Red. 070012 R$ 5.907,68

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2082 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 060039 R$ 5.231,78

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2027 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 060027 R$ 4.320,95

Secretaria de Assistência Social - Projeto Atividade 2090 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 060045 R$ 4.063,24

LEIA-SE

Secretaria de Educação - Projeto Atividade 2045 - Elemento de Despesa – 33.90.39 Cód. Red. 050018 R$ 18.945,49

Valor de Total do R$ 69.441,23 (Sessenta e Nove Mil Quatrocentos e Quarenta e Hum Reais e Vinte Três Centavos)

Nossa Senhora do Livramento – MT, 27 de Outubro de 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **ENIVALDO DE CAMPOS ALMEIDA-04070752161**

CNPJ n.º 17.355.098/0001-00

Sr. **ENIVALDO DE CAMPOS ALMEIDA**

RG: n.º 20904304 SSP/MT e CPF: 040.707.521-61

9º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 076/2014

9º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 076/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 981/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pelo Setor de Engenharia a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº.1792 e referente ao reinicio da obra do **LOTE 6 -** Contratação de serviços de reforma em geral de 03 (três) praças localizada na Sede deste Município, Objeto do Convênio nº 101/2013 com Estado de Mato Grosso através da Secretaria das Cidades (SECID), as partes decidem celebrar este termo aditivo de valor de R$ 16.196,22 (Dezesseis Mil Cento e Noventa e Seis Reais e Vinte e Dois Centavos) conforme planilha anexa no processo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas realizadas para o referido termo aditivo de valor correrá por conta da seguinte dotação orçamentária de 2016

Programa	Origem do recurso	Projeto/At.	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
2075	Próprio	Manutenção Encargos e Salários	44.90.51.00	100 080056	R$ 16.196,22
VALOR TOTAL	R$ 16.196,22				

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II da Lei 8.666/93 e Parecer Jurídico nº 333/2016.

RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 076/2014, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 07 de Novembro 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP

CNPJ sob o nº **06.182.082/0001-19**

Representada pelo Senhor Luis Geraldo Gomes da Silva

Portador da cédula de identidade nº 337.102 SSP/MT

CPF nº 265.894.601-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO EXECUTIVO Nº 128/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A prefeita municipal de nova bandeirantes, estado de mato grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela constituição federal, e, pela Lei Orgânica municipal, em especial artigo 72, inciso IV, bem como com arrimo no que estabelece o art. 37 da carta política, e, Lei municipal nº111/97;

Considerando-se: que o Servidor Público Municipal **EVERALDO BUCHMEIER**, portador da cédula de identidade **nº 10635106 SSP/MT**, inscrito no **CPF sob o nº 952.063.451.72**, lotado no cargo de **agente operacional (moto serra)**, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Transportes, conforme o oficio da Secretaria De Infraestrutura E Transporte**.**

Considerando-se: os 03 (três) comunicados de abandono de emprego e pedido de retorno ao trabalho, publicado no diário oficial do município nas datas de25 de outubro de 2016, pág. 238 – ano XI nº 2590; 17 de novembro de 2016, pág. 188/189 ano XI nº 2605, 24 de novembro de 2016, pág. 132, ano XI nº 2610, verbis**.**

"COMUNICADO DE ABANDONO DE EMPREGO

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 33. 683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, nº. 62, Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato pela Prefeita Municipal, Senhora Solange Sousa Kreidloro, em face da ausência injustificada e continuada ao serviço, (01.08.2016), por parte do servidor público **EVERALDO BUCHMEIER**, portador do RG/CI nº 10635106 SSP/MT e CIC/CPF n°. 952.063.451.72, lotado no cargo de **Agente Operacional, da Secretaria de Infra Estruturas e Transportes**, **notifica-o,** como de fato **notificado** a comparecer no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas ao trabalho no local onde se encontra lotado, em sendo, Secretaria de Infra Estruturas e Transportes, pois é intolerável a situação criada por Vossa Senhoria. O seu não comparecimento significará abandono de emprego, o que, desde já autoriza a instauração de processo administrativo disciplinar para fins de desligamento de Vossa Senhoria dos Quadros de Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o que dar-se-á por justa causa."

Considerando-se: o que estabelece a Lei Municipal nº 111/1997, que em súmula "dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do município, das suas autarquias, e da outras providencias".

Considerando-se: o oficio nº 653/2016 datado no dia 01.07.2016 daSecretaria de Infraestrutura e Transporte dando conta de que o mesmo depois das notificações acima alinhadas ao servidor publico municipal **EVERALDO BUCHMEIER**, não compareceu ao trabalho desde que foi contratado 01.07.2016.

Decreta:

Art. 1 º. – DEMITE-SE, com arrimo na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal nº 111/97, e a bem do serviço publico, o Servidor Publico Municipal **EVERALDO BUCHMEIER**, portador da cédula de identidade nº 10635106 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 952.063. 451.72, ocupante do cargo de provimento contratado de agente operacional (moto serra), lotado na Secretaria de Infraestrutura e Transportes, a rescisão dar-se-ia a partir do dia 01.10.2016, ante a caracterização de irrefutável abandono de emprego.

Art. 2º. – DETERMINA-SE, ao Departamento de Recursos Humanos que proceda com as anotações de praxe tanto na ficha funcional de **EVERALDO BUCHMEIER**, quanto na folha mensal de pagamento salário.

Art. 3º. – Considerando-se que a conduta de **EVERALDO BUCHMEIER**, configura crime previsto no art. 323 do CP, (abandono de função) COMUNIQUE-SE o fato autoridade policial local, para as providencias que entender necessárias.

Art. 4 º. – Este decreto entra em vigor na data se sua publicação, entretanto, com efeitos retroativos a partir do dia 01.10.2016.

Art. 5 º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se; registre-se; cumpra-se;

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/ MT, 24 de novembro de 2016.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA N.º 124/2016

EMENTA: Dispõe sobre a rescisão de servidor Público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º-Autoriza o Departamento de Recursos Humanos a efetuar RESCISÕES aos servidores abaixo listados:

SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL **a partir de 11/10/2016**:

Sr(a) Santina Damian Bizio, cargo de Assistente Social;

SECRETARIA DE SAÚDE **a partir de 07/10/2016**:

Sr(a) Salete Terezinha Wagner, cargo de Técnica de Enfermagem;

Sr(a) Márcia Rosana Ramos da Silva, cargo de Agente Administrativo;

Sr(a) Ivanice Chapina de Oliveira Machado, cargo de Téc. de Enfermagem;

Sr(a) Fabiana Paula Baumgartner, do cargo de Enfermeira;

Sr(a) Julian Elizabete De Souza, do cargo enfermeira; a partir 03.10.2016

Sr(a) Lizandra Paula Da Silva,do cargo de fisioterapeuta, a partir 07.10. 2016

Sr(a) Ana Maria Frei Moraes, do cargo de técnica de enfermagem; a partir 19.10.2016

Sr(a) Darine Franciele Valentim Reis, do cargo de técnica de enfermagem; a partir 19.10.2016

Sr(a) Adriana Dos Santos Silva, do cargo de bioquímica, a partir 20.10.2016

SECRETARIA DE OBRAS **a partir de 07/10/2016**:

Sr(a) Maria Socorro de Araújo da Silva, do cargo de Ag. de Serviços Públicos;

Sr(a) Lourival Moretti, cargo de Agente de Serviços Públicos;

Sr(a) Cleuza da Rosa Soares, cargo de Agente de Serviços Públicos;

Sr(a) Claudemir dos Santos, cargo de Agente de Serviços Públicos;

Sr(a) Anísio Karsczmarski Morangueira, cargo de Ag. de Serviços Públicos;

Sr(a) Alex Arruda Cassemiro, cargo de Agente Operacional;

Sr(a) Adler Zanrosso, do cargo de Agente Administrativo;

Sr(a) Alfeu Alves de Oliveira, do cargo de Agente de Serviços Públicos.

Sr(a) Lindomar dos Santos Ribeiro, do cargo de Agente de Serviços Públicos.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **a partir de 07/10/2016**:

Sr(a) Cleidivane Lemes da Silva Fabris, do cargo de Tec Adm Educacional;

Sr(a) Lucineia Rosa R. Ribeiro, do cargo de professora;

Sr(a) Odirlei Paulino Dias, cargo de Agente;

Sr(a) Ellen Doane Teodoro Luiz, do cargo de Tec Adm Educacional;

Sr(a) Dirson Filho N. Boregio, cargo de Professor;

Sr(a) Isabel Simões Colle, do cargo de Técnico Administrativo Educacional;

Sr(a) Ilse Terezinha Baumgartner, cargo de Professor; a partir 11/10/2016

Sr(a) Gabriela T. Botura, do cargo de Nutricionista; a partir 20/10/2016

Sr(a) Valmir Antonio Rauber, do cargo de agente operacional; a partir 07.10.2016

SECRETARIA DE FINANÇAS

Sr(a) Fabio Rocha Da Silva, do cargo de contador; a partir 03.10.2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sr(a) Roseli Sales Fernandes Dos Santos, do cargo de agente de serviços públicos; a partir 19.10.2016

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Sr(a) Watiane Evangelista De Arruda, do cargo de agente de serviços públicos; a partir 21.10.2016

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de Outubro de 2016.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

RETIFICAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO CEB Nº 004/2016 – CME/NC/MT.

Na edição nº. 2.609, do Jornal Oficial Eletrônico dos Município do Estado de Mato Grosso, de 23 de Novembro de 2016, página 70, **onde se lê**, RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO CEB Nº 004/2016 - CME/NC/MT.

Leia-se: CREDENCIAMENTO CEB Nº. 004/2016 - CME/NC/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONSÓRSIO DE SAÚDE
EXTRATO / 1° TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 010/16/CISRNM

EXTRATO / 1° TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 010/16/CISRNM

DISTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense (CNPJ/MF n.° 02.056.667/0001-31).DISTRATADO: HOSPITAL CANDIDO PORTINARI LTDA (CNPJ/MF n.° 08.860.004/0001-51)OBJETO: Redução do objeto contratado, suprimindo os itens 01 e 05 do lote de serviços de Gastroenterologia e item 02 do lote de serviços de Coloproctologia, reduzindo-se proporcionalmente o valor global do contrato em R$ 140.300,00 (cento e quarenta mil e trezentos reais).VINCULAÇÃO: Protocolo n.° 011/2016.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 65, inciso II, alínea “b” c/c §1° da Lei Federal n.° 8.666/93 e Cláusula 8.2.10 do contrato de origem.

Colíder/MT, 08 de outubro de 2016.

Nathaly Emmanuelly Silva Nahum PereiraPortaria n.° 15/2015Matrícula n.° 271

EDITAL COMPLEMENTAR N° 02 PREGÃO - PRESENCIAL Nº 001/2016.

Edital Complementar n° 02

Pregão Presencial n.º 001/2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA-MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que a partir desta data Altera-se o Edital do Pregão Presencial 01/2016 processo n° 87/2016:

onde se Lê:

“Aquisição de 01 (um) Veículo novo, tipo sedan, ano/modelo 2016/2016, 0 (zero) quilometro, cor branca, 4 portas, direção elétrica, motor de no mínimo 1.4 flex, potencia de no mínimo 98 cv, **a no minimo 5.750 RPM,** c/ ar condicionado, vidros e travas elétricas, airbag duplo(motorista e passageiro), freios ABS, cambio manual, mínimo 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) a ré, tanque de combustível com capacidade mínima 50(cinquenta) litros, para uma lotação de 05 (cinco) pessoas incluso o motorista, porta malas com capacidade mínima de 400 litros, bancos revestidos em tecido, cintos de segurança dianteiros retrateis de 03 (três) pontos com regulagem de altura e cintos de segurança laterais traseiros fixos de 03 (três) pontos e central fixo de 02 (dois) pontos, com som acoplado e leitor de pen drive, protetor de Carter e tapetes emborrachados”

Leia-se:

“Aquisição de 01 (um) Veículo novo, tipo sedan, ano/modelo 2016/2016, 0 (zero) quilometro, cor branca, 4 portas, direção elétrica, motor de no mínimo 1.4 flex, potencia de no mínimo 98 cv, c/ ar condicionado, vidros e travas elétricas, airbag duplo(motorista e passageiro), freios ABS, cambio manual, mínimo 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) a ré, tanque de combustível com capacidade mínima 50(cinquenta) litros, para uma lotação de 05 (cinco) pessoas incluso o motorista, porta malas com capacidade mínima de 400 litros, bancos revestidos em tecido, cintos de segurança di-

anteiros retrateis de 03 (três) pontos com regulagem de altura e cintos de segurança laterais traseiros fixos de 03 (três) pontos e central fixo de 02 (dois) pontos, com som acoplado e leitor de pen drive, protetor de Carter e tapetes emborrachados".

onde se Lê:

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias após a ordem de compra emitida pela Câmara Municipal**.**

Leia-se:

PRAZO DE ENTREGA: A Entrega do Objeto deverá ser efetuada até o dia 28/12/2016.

Portanto a nova sessão de abertura realizar-se-á em 07/12/2016 às 08:30 horas (Horário de Mato Grosso). Cópias do edital, e informações poderão ser obtidas na Av. dos Migrantes, Travessa Nº A, Câmara Municipal, em Nova Guarita – MT, de forma presencial no horário das **07:00 hs ás 12:00 hs** ou através do site www.camaranovaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido através do fone/Fax (66) 3574-1166.

Nova Guarita – MT, em 25 de Novembro de 2016.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

AVISO DE ANULAÇÃO DE SESSÃO E REPETIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

AVISODEANULAÇÃODESESSÃO E REPETIÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

A Câmara Municipal de Nova Guarita-MT, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, informa a Anulação da sessão do dia 09.11.2016 referente ao Julgamento das propostas do Pregão Presencial 01/2016 cujo objeto é a **Seleção de melhor proposta objetivando Aquisição de 01 (um) Veículo novo, tipo Sedan, ano/modelo 2016/2016, 0 (zero) quilometro**. Tal anulação se fundamenta no art. 49 da Lei 8.666/93, Súmulas 346 e 473 do STF e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Câmara Municipal de Nova Guarita-MT.

Diante do exposto, comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em **07/12/2016** as **08:30** horas (horário de Mato Grosso). Cópia do Edital, seus Anexos e Editais Complementares poderão ser obtidos na na Av. dos Migrantes, Travessa Nº A, Câmara Municipal, em Nova Guarita – MT, no horário das **07:00 hs as 12:00 hs** ou através do site www.camaranovaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido através do fone/Fax (66) 3574-1166.

Nova Guarita- MT, 25 de Novembro de 2016.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL Nº 290/2016 DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2016 EMENTA: EXONERA A SRA. SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS DO CARGO EM COMISSÃO DE " CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS " DO MUNICÍPIO D

EMENTA: EXONERA A Sra. **SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS** do CARGO EM COMISSÃO DE **" CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS** "DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor, a partir do dia 30 de novembro de 2016 o Sra- **SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS** , portadora do RG Nº 2031905-2 - SSP/MT e CPF n º 046.470.371-93, residente e domiciliada na Rua das açucenas , N°-20 de Nova Marilândia-MT, do cargo de provimento em comissão de "**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇOES E CONTRATOS***"* lotadona Secretaria Municipal de Fazenda do município de Nova Marilândia- MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O exonerado deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS. 28/11/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL Nº 288/2016 DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2016 EMENTA: CONCEDE VINTE (20) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRª "SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS". WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEI

EMENTA: CONCEDE VINTE (20) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Srª **"SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS".**

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sr°. **SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS**", portadora da cédula de identidade n°-2031905-2 SSP/MT e CPF n°- 046.470.371-93, ocupante do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 01/11/2016 e término em 20/11/2016, retornando as suas atividades no dia 21/11/2016.

Art. 3º - Fica igualmente autorizado nos termos da lei a conversão de 10 (dez) dias de férias em pecúnia, conforme solicitação do servidor.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Fazenda de Nova Marilândia – MT.

Art. 4º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS – 24/11/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 289/2016 DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2016 EMENTA: EXONERA A SRA. PRISCILA EVA SIMON DO CARGO EM COMISSÃO DE " DIRETOR DO SISTEMA DE AGUA E ESGOTO " DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA

EMENTA: EXONERA A Sra. **PRISCILA EVA SIMON** do CARGO EM COMISSÃO DE **" DIRETOR DO SISTEMA DE AGUA E ESGOTO** "DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor, a partir do dia 30 de novembro de 2016 o Sra- **PRISCILA EVA SIMON** , portadora do RG Nº 1916965-5 - SEJUSP/MT e CPF n º 030.356.771-66, residente e domiciliada na Rua Bahia , S/N de Nova Marilândia-MT, do cargo de provimento em comissão de "**DIRETOR DO SISTEMA DE AGUA E ESGOTO***"* lotadona Secretaria Municipal de Saneamento e Planejamento do município de Nova Marilândia- MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O exonerado deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS. 28/11/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A **Prefeitura Municipal de Nova Maringá**, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado; no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, jornal AMM, www.novamaringa.mt.gov.br,*Os Relatórios resumidos da Execução Orçamentária do 5º Bimestredo Exercício de 2016*.

OBS: No Diário Oficial somente esse Edital de Publicação.

Nova Maringá – MT, 25 de Novembrode 2016.

_____

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.804.432,12	14,36	20.653.681,43	77,97	5.836.945,05
RECEITAS CORRENTES	25.490.626,48	25.490.626,48	3.722.832,12	14,60	20.032.494,08	78,59	5.458.132,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.023.345,05	2.023.345,05	194.533,06	9,61	2.797.123,46	138,24	-773.778,41
Impostos	1.919.678,69	1.919.678,69	188.164,05	9,80	2.572.225,65	133,99	-652.546,96
Taxas	103.666,36	103.666,36	6.369,01	6,14	224.897,81	216,94	-121.231,45
Contribuição de Melhoria							0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	175.000,00	175.000,00	29.093,73	16,62	137.611,45	78,64	37.388,55
Contribuições Sociais							0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	175.000,00	175.000,00	29.093,73	16,62	137.611,45	78,64	37.388,55
Contribuição de Iluminação Pública							0,00
RECEITA PATRIMONIAL	125.000,00	125.000,00	46.915,28	37,53	223.459,38	178,77	-98.459,38
Receitas Imobiliárias							0,00
Receitas de Valores Mobiliários	125.000,00	125.000,00	46.915,28	37,53	223.459,38	178,77	-98.459,38
Receita de Concessões e Permissões							0,00
Compensações Financeiras							0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							0,00
Receita da Cessão de Direitos							0,00
Outras Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							0,00
Receita da Produção Animal e Derivados							0,00
Outras Receitas Agropecuárias							0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							0,00
Receita da Indústria de Transformação							0,00
Receita da Indústria de Construção							0,00
Outras Receitas Industriais							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	12.198,09	8,13	84.552,11	56,37	65.447,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.727.281,43	22.727.281,43	3.425.464,62	15,07	16.576.051,57	72,93	6.151.229,86
Transferências Intergovernamentais	22.327.281,43	22.327.281,43	3.382.538,98	15,15	16.255.834,97	72,81	6.071.446,46
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Convênios	400.000,00	400.000,00	42.925,64	10,73	320.216,60	80,05	79.783,40
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	290.000,00	290.000,00	14.627,34	5,04	213.696,11	73,69	76.303,89
Multas e Juros de Mora	45.000,00	45.000,00	1.404,54	3,12	20.726,79	46,06	24.273,21
Indenizações e Restituições	100.000,00	100.000,00	6.605,56	6,61	95.285,37	95,29	4.714,63
Receita da Dívida Ativa	145.000,00	145.000,00	6.617,24	4,56	97.683,95	67,37	47.316,05
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							0,00
Receitas Correntes Diversas							0,00

Documento gerado em 25/11/2016 10:20:34

Página 1 de 14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	81.600,00	8,16	621.187,35	62,12	378.812,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							0,00
Operações de Crédito Externas							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Alienação de Bens Móveis	150.000,00	150.000,00		0,00		0,00	150.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	850.000,00	850.000,00	81.600,00	9,60	621.187,35	73,08	228.812,65
Transferências Intergovernamentais							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências de Convênios	850.000,00	850.000,00	81.600,00	9,60	621.187,35	73,08	228.812,65
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							0,00
Receitas de Capital Diversas							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.804.432,12	14,36	20.653.681,43	77,97	5.836.945,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.490.626,48	26.490.626,48	3.804.432,12	14,36	20.653.681,43	77,97	5.836.945,05
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)					20.653.681,43		-20.653.681,43
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.490.626,48	26.462.626,48	4.003.353,22	21.475.811,42	4.986.815,06	4.649.269,17	19.188.977,90	7.273.648,58	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	22.075.019,95	24.009.519,95	3.802.807,50	20.199.941,29	3.809.578,66	4.465.035,22	18.695.808,01	5.313.711,94	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.853.490,00	9.573.865,06	1.701.475,08	8.214.352,66	1.359.512,40	1.711.648,91	8.191.797,50	1.382.067,56		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.211.529,95	14.430.654,89	2.101.332,42	11.985.588,63	2.445.066,26	2.753.386,31	10.504.010,51	3.926.644,38		
DESPESAS DE CAPITAL	4.385.276,77	2.422.776,77	200.545,72	1.275.870,13	1.146.906,64	184.233,95	493.169,89	1.929.606,88	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	4.365.276,77	2.412.776,77	200.545,72	1.275.870,13	1.136.906,64	184.233,95	493.169,89	1.919.606,88		
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00	10.000,00			10.000,00			10.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.329,76	30.329,76			30.329,76			30.329,76		
RESERVA DO RPPS					0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)					0,00			0,00		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.490.626,48	26.462.626,48	4.003.353,22	21.475.811,42	4.986.815,06	4.649.269,17	19.188.977,90	7.273.648,58	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	26.490.626,48	26.462.626,48	4.003.353,22	21.475.811,42	4.986.815,06	4.649.269,17	19.188.977,90	7.273.648,58	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				110.117,59			2.360.486,30			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.490.626,48	26.462.626,48	4.003.353,22	21.585.929,01		4.649.269,17	21.549.464,20		0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.490.626,48	26.490.626,48	4.003.353,22	21.478.811,42	100,00	5.011.815,06	4.649.269,17	19.188.978,40	100,00	7.301.648,08	0,00
Legislativa	1.150.000,00	1.178.000,00	142.538,15	935.247,58	4,35	242.752,42	166.225,98	895.783,27	4,67	282.216,73	0,00
Ação Legislativa	1.150.000,00	1.178.000,00	142.538,15	935.247,58	4,35	242.752,42	166.225,98	895.783,27	4,67	282.216,73	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	5.176.500,00	4.939.000,00	673.758,51	4.358.645,63	20,29	580.354,37	862.371,25	4.045.352,29	21,08	893.647,71	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	5.176.500,00	4.939.000,00	673.758,51	4.358.645,63	20,29	580.354,37	862.371,25	4.045.352,29	21,08	893.647,71	
Administração Financeira					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Interno					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.123.000,00	1.087.506,51	190.512,72	895.696,32	4,17	191.810,19	184.119,61	805.459,73	4,20	282.046,78	0,00
Assistência ao Idoso	38.000,00	23.800,00	2.666,36	7.319,09	0,03	16.480,91	2.488,21	5.163,20	0,03	18.636,80	
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	500,00			0,00	500,00			0,00	500,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	120.500,00	24.301,70	111.843,94	0,52	8.656,06	13.661,25	97.911,50	0,51	22.588,50	
Assistência Comunitária	295.000,00	438.900,00	60.471,34	347.813,24	1,62	91.086,76	67.801,88	307.633,86	1,60	131.266,14	
Administração Geral	645.000,00	503.806,51	103.073,32	428.720,05	2,00	75.086,46	100.168,27	394.751,17	2,06	109.055,34	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	5.067.333,69	5.970.633,69	1.179.192,61	5.542.094,05	25,80	428.629,64	1.127.049,25	5.154.154,22	26,86	816.479,47	0,00
Atenção Básica	2.764.333,69	3.576.783,69	689.965,64	3.312.722,58	15,42	264.061,11	643.486,64	3.133.886,02	16,33	442.897,67	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.318.000,00	1.373.100,00	311.273,38	1.249.501,05	5,82	123.598,95	278.982,42	1.092.435,96	5,69	280.664,04	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	5.000,00	3.050,00			0,00	3.050,00			0,00	3.050,00	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	63.000,00	14.050,70	60.353,35	0,28	2.646,65	14.050,70	60.353,35	0,31	2.646,65	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	970.000,00	954.700,00	163.902,89	919.427,07	4,28	35.272,93	190.529,49	867.478,89	4,52	87.221,11	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	7.446.780,00	7.402.830,00	1.005.202,21	5.433.874,32	25,30	1.968.955,68	1.170.865,39	5.183.299,44	27,01	2.219.530,56	0,00
Ensino Fundamental	2.706.000,00	2.609.600,00	287.109,41	1.890.873,56	8,80	718.726,44	310.393,87	1.807.878,64	9,42	801.721,36	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00			0,00	30.000,00			0,00	30.000,00	
Educação Infantil	930.280,00	1.243.480,00	108.411,37	915.512,86	4,26	327.967,14	131.709,02	910.050,09	4,74	333.429,91	
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00			0,00	12.000,00			0,00	12.000,00	
Educação Especial	163.000,00	221.755,00		178.750,00	0,83	43.005,00	32.500,00	146.250,00	0,76	75.505,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	3.340.500,00	3.072.895,00	558.609,93	2.294.539,05	10,68	778.355,95	645.281,00	2.164.922,26	11,28	907.972,74	
Demais Subfunções	265.000,00	213.100,00	51.071,50	154.198,85	0,72	58.901,15	51.071,50	154.198,45	0,80	58.901,55	
Cultura	85.000,00	47.100,00	10.432,59	32.841,28	0,15	14.258,72	8.859,43	30.880,08	0,16	16.219,92	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	85.000,00	47.100,00	10.432,59	32.841,28	0,15	14.258,72	8.859,43	30.880,08	0,16	16.219,92	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	700.000,00	940.600,00	0,00	790.941,25	3,68	149.658,75	108.584,23	133.137,01	0,69	807.462,99	0,00
Infra-Estrutura Urbana	700.000,00	940.600,00		790.941,25	3,68	149.658,75	108.584,23	133.137,01	0,69	807.462,99	
Serviços Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação	225.000,00	202.500,00	0,00	0,00	0,00	202.500,00	0,00	0,00	0,00	202.500,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana	225.000,00	202.500,00			0,00	202.500,00			0,00	202.500,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	595.000,00	717.193,49	84.089,28	453.702,32	2,11	263.491,17	82.727,63	378.414,31	1,97	338.779,18	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	240.000,00	222.000,00			0,00	222.000,00			0,00	222.000,00	
Administração Geral	355.000,00	495.193,49	84.089,28	453.702,32	2,11	41.491,17	82.727,63	378.414,31	1,97	116.779,18	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	115.100,00	29.280,18	106.520,21	0,50	8.579,79	29.280,18	106.520,21	0,56	8.579,79	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral		115.100,00	29.280,18	106.520,21	0,50	8.579,79	29.280,18	106.520,21	0,56	8.579,79	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	805.000,00	495.200,00	68.993,72	364.942,57	1,70	130.257,43	78.789,36	321.101,23	1,67	174.098,77	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	430.000,00	428.500,00	66.543,72	362.492,57	1,69	66.007,43	76.339,36	318.651,23	1,66	109.848,77	
Demais Subfunções	375.000,00	66.700,00	2.450,00	2.450,00	0,01	64.250,00	2.450,00	2.450,00	0,01	64.250,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	205.000,00	59.100,00	0,00	20.000,00	0,09	39.100,00	4.938,97	5.110,06	0,03	53.989,94	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica	205.000,00	59.100,00		20.000,00	0,09	39.100,00	4.938,97	5.110,06	0,03	53.989,94	
Petróleo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	3.291.776,77	2.971.226,77	613.371,15	2.238.717,93	10,42	732.508,84	776.035,59	1.882.458,04	9,81	1.088.768,73	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	3.291.776,77	2.971.226,77	613.371,15	2.238.717,93	10,42	732.508,84	776.035,59	1.882.458,04	9,81	1.088.768,73	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	295.000,00	54.400,00	5.982,10	40.771,70	0,19	13.628,30	5.982,10	40.771,70	0,21	13.628,30	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário	240.000,00	3.500,00			0,00	3.500,00			0,00	3.500,00	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	55.000,00	50.900,00	5.982,10	40.771,70	0,19	10.128,30	5.982,10	40.771,70	0,21	10.128,30	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	294.906,26	279.906,26	0,00	264.906,26	1,23	15.000,00	43.440,20	206.536,81	1,08	73.369,45	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	30.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	264.906,26	264.906,26		264.906,26	1,23	0,00	43.440,20	206.536,81	1,08	58.369,45	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	30.329,76	30.329,76			0,00	30.329,76			0,00	30.329,76	
Reserva do RPPS					0,00	0,00			0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					0,00	0,00			0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	26.490.626,48	26.490.626,48	4.003.353,22	21.478.811,42	100,00	5.011.815,06	4.649.269,17	19.188.978,40	100,00	7.301.648,08	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2016
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2016
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 045/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo “MENOR PREÇO - POR ITEM”, onde a data prevista para o Credenciamento dos participantes será realizado das 08h00min às 08h30min do dia 08 de dezembro de 2016, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital completo poderá ser obtido gratuitamente pelos interessados no horário comercial ou através de e-mail: frann_paulatti@hotmail.com ou pelo site municipal: www.novasantahelena.mt.gov.br no link http://www.novasantahelena.mt.gov.br/Transparencia/, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE CONSUMO PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Nova Santa Helena,**25** de novembro de 2016. FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016 EDITAL COMPLEMENTAR 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016

EDITAL COMPLEMENTAR 001

O Prefeito do Município de Nova Ubiratã - MT, Sr. Valdenir José Dos Santos, através da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 352/2016, torna público o edital Complementar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016.

Art. 1º Fica Retificado o ANEXO - I do Edital do Teste Seletivo Simplificado 002/2016, alterando a quantidade de vagas, a carga horária e salário de alguns cargos conforme ANEXO - I abaixo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do Edital de Abertura n. º 001/2016.

Art. 3º Este Edital Complementar 01 do Teste Seletivo Simplificado, entra em vigor na data de 25 de Novembro de 2016.

Nova Ubiratã- MT,25 de Novembro de 2016.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

ANEXO I - DAS VAGAS

Nº DO CARGO	CARGO	VAGAS	MUNICÍPIO / DISTRITO	LOCAL DE TRABALHO	HRS	SALÁRIO	PRE-REQ/ESCOLARIDADE	CADASTRO DE RESERVA
	SECRETARIA DE EDUCAÇAO							
	PROFESSOR ED BASICA	1	SANTO A. DO RIO BONITO	ESCOLA 13 MAIO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	SANTO A. DO RIO BONITO	ESCOLA 13 MAIO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM MATEMATICA	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	SANTO A. DO RIO BONITO	ESCOLA 13 MAIO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	-	SANTO A. DO RIO BONITO	ESCOLA 13 MAIO	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	2
	PROFESSOR ED BASICA	2	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM CIENCIAS BIOLOGICAS	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	1	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	1	NOVO MATO GROSSO	ESCOLA GETULIO VARGAS	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	1	SINOPÃO	ESCOLA LORINDO PEDRO BASSO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	-	SINOPÃO	ESCOLA LORINDO PEDRO BASSO	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	1
	PROFESSOR ED BASICA	1	FAZENDA SOPAVE	ESCOLA CACHOEIRA DO RONURO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM LETRAS	
	PROFESSOR ED BASICA	1	FAZENDA SOPAVE	ESCOLA CACHOEIRA DO RONURO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM CIENCIAS BIOLOGICAS	
	APOIO ADM EDUCACIONAL NUTRIÇÃO	1	FAZENDA SOPAVE	ESCOLA CACHOEIRA DO RONURO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	2	ALDEIA TUPARÁ	ESCOLA INDIGENA TUPARÁ	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	1	SANTA TER. DO RIO FERRO	ESCOLA PEDRO ALVARES CABRAL	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	SANTA TER. DO RIO FERRO	ESCOLA PEDRO ALVARES CABRAL	30 HRS	R$1.686,39	NIVEL MAGISTERIO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	1	SANTA TER. DO RIO FERRO	ESCOLA PEDRO ALVARES CABRAL	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	-	SANTA TER. DO RIO FERRO	ESCOLA PEDRO ALVARES CABRAL	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	PROFESSOR ED BASICA	4	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM EDUC FISICA COM REG CREF	
	PROFESSOR ED BASICA	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM MATEMATICA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM CIENCIAS BIOLOGICAS	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	3	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	ENTRE RIOS	ESCOLA ENTRE RIOS	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	

	PROFESSOR ED BASICA	3	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM MATEMATICA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM EDUC FISICA COM REG CREF	
	PROFESSOR ED BASICA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM GEOGRAFIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	30 HRS	R$1.686,39	NIVEL MAGISTERIO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	AGUA LIMPA	ESCOLA AGUA LIMPA	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	2	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	30 HRS	R$1.686,39	NIVEL MAGISTERIO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	4	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL NUTRIÇÃO	1	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	-	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	-	AGUA LIMPA	CEMEI EUGENIO PINESSO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	1
	PROFESSOR ED BASICA	3	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM MATEMATICA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM EDUC FISICA COM REG CREF	
	PROFESSOR ED BASICA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM CIENCIAS BIOLOGICAS	
	PROFESSOR ED BASICA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM LETRAS	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	3	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL MOTORISTA TRASP ESCOLAR	1	PIRATININGA	ESCOLA VERA LUCIA SCHIMIDT	40 HRS	R$1.437,20	ALFABETIZADO CNH D OU E	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	NOVA UBIRATÃ	CEMEI PEQUENO ANJO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	10	NOVA UBIRATÃ	CEMEI PEQUENO ANJO	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	NOVA UBIRATÃ	CEMEI PEQUENO ANJO	30 HRS	R$1.686,39	NIVEL MAGISTERIO	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	6	NOVA UBIRATÃ	CEMEI PEQUENO ANJO	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL VIGILANCIA	1	NOVA UBIRATÃ	CEMEI PEQUENO ANJO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	6	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	PROFESSOR ED BASICA	1	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM EDUC FISICA COM REG CREF	
	PROFESSOR ED BASICA	-	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM GEOGRAFIA	1
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	5	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL LIMPEZA	1	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	APOIO ADM EDUCACIONAL NUTRIÇÃO	1	NOVA UBIRATÃ	ESCOLA TANCREDO NEVES	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	

	NUTRICIONISTA	1	NOVA UBIRATÃ	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	40 HRS	R$3.556,40	ENSINO SUP COMPLETO CRN, ATUAR EM DISTRITOS	
	TECN ADM EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR	1	NOVA UBIRATÃ	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	PROFESSOR ED BASICA	2	NOVA UBIRATÃ	CEMEI 2 PINHEIROS	30 HRS	R$2.360,94	ENSINO SUP LIC PLENA EM PEDAGOGIA	
	TECN DES E/OU AUX DE DESENVOLVIMENTO INF E ED ESPECIAL	1	NOVA UBIRATÃ	CEMEI 2 PINHEIROS	40 HRS	R$1.708,88	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	TECN ADM EDUCIONAL SECRETARIO ESCOLAR	-	NOVA UBIRATÃ	CEMEI 2 PINHEIROS	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	1
	SECRETARIA DE OBRAS							
	AUX SERVIÇOS GERAIS	2	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.067,97	ALFABETIZADO	
	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.346,20	ALFABETIZADO	
	PEDREIRO	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.593,06	ALFABETIZADO	1
	ENCANADOR	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.126,54	ALFABETIZADO	
	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL							
	ASSISTENTE SOCIAL	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$3.235,28	ENSINO SUPERIOR, ATUAR EM DISTRITOS	
	PSICOLOGO	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$3.556,40	ENSINO SUPERIOR, ATUAR EM DISTRITOS	
	CUIDADOR SOCIAL		NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.025,08	ENSINO MEDIO COMPLETO	1
	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO							
	AUX SERVIÇOS GERAIS	1	SANTO A. DO RIO BONITO	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.067,97	ALFABETIZADO	
	AUX ADMINISTRATIVO	1	AGUA LIMPA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.025,08	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	AUX ADMINISTRATIVO	-	PIRATININGA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.025,08	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	AUX ADMINISTRATIVO	1	NOVO MATO GROSSO	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.025,08	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	MENOR APRENDIZ	3	NOVA UBIRATÃ	SEDE	20 HRS	R$440,00	CURSANDO ESCOLA, ENSINO SUPERIOR, CURSO TECNICO OU PROFISSIONALIZANTE	
	VIGIA	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.126,54	ALFABETIZADO	
84.	AUX DE SERVIÇOS GERAIS	1	ALDEIA TUPARÃ	SEDE DA ALDEIA	40 HRS	R$1.067,97	ALFABETIZADO	
	SECRETARIA DE SAÚDE							
	AUX CONSULTORIO ODONTOLÓGICO	-	AGUA LIMPA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.025,08	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1	ÁGUA LIMPA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	VIGIA	1	ENTRE RIOS	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.126,54	ALFABETIZADO	
	MOTORISTA	-	ENTRE RIOS	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.437,20	ALFABETIZADO	1
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	-	ENTRE RIOS	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	-	PIRATININGA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	MOTORISTA	-	PIRATININGA	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.437,20	ALFABETIZADO	1
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	-	SANTA TER. DO RIO FERRO	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1
	TECNICO ENFERMAGEM	-	NOVO MATO GROSSO	SEDE DO DISTRITO	40 HRS	R$1.593,06	CURSO TECNICO COM REG. NO CONSELHO DE CLASSE	1
	TECNICO ENFERMAGEM	2	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.593,06	CURSO TECNICO COM REG. NO CONSELHO DE CLASSE	
	FISCAL SANITARIO	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	AGENTE DE COMBATE ENDEMIAS	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO MEDIO COMPLETO	
	ASSISTENTE SOCIAL	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	30 HRS	R$3.235,28	ENSINO SUPERIOR	
	EDUCADOR FISICO	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$2.934,03	ENSINO SUPERIOR	1
	FONOAUDIOLOGA	1	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$3.556,40	ENSINO SUPERIOR	
	PSICOLOGA	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$3.556,40	ENSINO SUPERIOR	1
	TECNICO RAIO X	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	20 HRS	R$1.593,06	ENSINO MEDIO COMP /CURSO TEC. EM RADIOLOGIA	1
	AG CONTROLE ADMINISTRATIVO	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$1.126,54	ENSINO MEDIO COMPLETO	3
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	-	NOVA UBIRATÃ	PSF 2	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	1

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1	NOVA UBIRATÃ	PSF 3	40 HRS	R$1.067,97	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	
	NUTRICIONISTA	-	NOVA UBIRATÃ	SEDE	40 HRS	R$3.556,40	ENSINO SUPERIOR	1
TOTAL DE VAGAS	**161**							

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. º 33/2016.

O município de Nova Xavantina Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado e domiciliado neste município, inscrito no RG nº. 1.392.532 SSP/GO e no CPF nº. 282.509.151.00, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr (a) **RAISA ANNE MARCOLIN**, inscrito no RG n.º 17740240 SSP/MT e CPF/MF n.º 03129472169, neste ato denominado **Contratado (a),** na qualidade de Psicóloga, detentores do contrato celebrado entre si em 02 de maio de 2016, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº. **33/2016:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Tendo em vista a necessidade de adequação do contrato 33/2016, a contratada passara a desempenhar suas funções em substituição **a Sra. SABRINNA OLIVEIRA PEREIRA,** no cargo de Psicóloga em razão do afastamento para gozo de licença maternidade conforme portaria de nº 7. 837/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CARGO

2.1. A contratada ficará lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº. 33/2016.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina MT, 25 de novembro de 2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA Prefeito Municipal Contratado (a)

RAISA ANNE MARCOLINPsicóloga

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 236/2016

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora **Maria Aparecida de Souza,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 805.069 SSP/MT e do CPF: nº 503.619.701-10 lotada na **Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento,** no cargo de **Assessora Adjunta de Finanças,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 28/11/2016 a 07/12/2016 com retorno no dia 08/12/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 28/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 25 de novembro de 2016.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA N°02

Conforme reunião realizada na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, com sede localizada na Rua Augusto de Souza, N° 171, Bairro Centro, no dia 10 de Novembro de 2016 tendo por início da mesma às 7:30 (Sete horas e trinta minutos) e término às 10:35 (nove horas e trinta minutos).

De acordo com a Portaria 37/2016 que nomeia os membros e integrantes desta Reunião Darci Renê Gonçalves Monteiro que exerce o cargo de Engenheiro Civil, Newton David Marcilio, Ralf Bronner Rodrigues sendo os mesmos Agentes Administrativos, Claudeir Aparecido Rocha, cuja função exercida é de Técnico Administrativo Educacional Profissional, e Cristiano Mesnerovicz Secretário Adjunto de Administração responsável pelo Patrimônio.

Esta reunião tem por objetivo:

Atualizar dos valores dos Bens imóveis sendo eles terrenos e edificações que são de propriedade da Prefeitura de Novo Horizonte do Norte que são representados pelos seguintes códigos: 1330, 6426, 6432, 1325, 6425, 1326, 6427, 6435, 1327, 6434, 5016, 1329, 4938, 6429, 6430, 1328, 4536, 4212, 40063, 6428, 2398, 2803, 6433, 6431, 2370, 6424, 6436, 2515, 6366, 40065, 6380, 6367, 6379. Dar baixa dos Bens imóveis que foi cedida por meio de doação que são os casos de terrenos cedidos a comunidade por meio de leis, benfeitorias que com o passar dos anos se deterioraram e que não tem condições de serem doados ou leiloados, onde os mesmos ainda constam no sistema e que é necessária a sua regularização para a alimentação do sistema que são eles representada pelos seguintes códigos: 2468, 1332, 2804, 3576, 2399, 2802, 2469, 2487, 2488, 2489, 2400, 2470, 2475, 1347, 2373, 4940, 1314, 1323, 1313, 1324, 1336, 5015, 4936, 2682, 1335, 1340, 2492, 4937, 4135, 4107, 4121, 4136, 4108, 4122, 4137, 4109, 4123, 4138, 4110, 4124, 4139, 4111, 4125, 4140, 4112, 4126, 4141, 4113, 4127, 4142, 4114, 4128, 4143, 4115, 4129, 4144, 4116, 4130, 4145, 4117, 4131, 4146, 4118, 4132, 4147, 4119, 4133, 4148, 4120, 4134, 4939, 5017, 3650, 3651, 4689, 6423, 6381, 6395, 6409, 6382, 6396, 6410, 6383, 6397, 6411, 6384, 6398, 6412, 6385, 6399, 6413, 6386, 6400, 6414, 6387, 6401, 6415, 6388, 6402, 6416, 6389, 6403, 6417, 6390, 6404, 6418, 6391, 6405, 6419, 6392, 6406, 6420, 6393, 6407, 6421, 6394, 6408 e 6422. Bem como a incorporação de imóveis que é de propriedade da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte e que não se encontra cadastrada no Sistema.

Com esta Reunião foi concluída e decidida por parte de todos os integrantes que, os valores dos Bens imóveis a serem atualizados estão de acordo com o valor atual de mercado juntamente acordados que os bens a serem baixados estão realmente inutilizáveis e reconhecidos por parte de todos que será necessário suas baixas, bem como a incorporação de alguns imóveis.

Como dado por verdade, segue abaixo assinada pelos membros da comissão e integrantes desta Reunião.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Novo Horizonte do Norte –MT , 10 de novembro de 2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 237/2016

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor: **Valdeclei Avelino dos Santos,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 2148077-0 SSP/MT e do CPF: nº 033.725.161-41, lotado na **Secretaria Municipal de Infra-Estrutura** no cargo de **Gari,** referente ao período de 2015/2016, a partir de 28/11/2016 a 27/12/2016 com retorno no dia 28/12/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 28/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 25 de novembro de 2016.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA N.º 171/2016 DE DE 13 DE JULHO DE 2016.

"Dispõe sobre concessão de Prorrogação de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER, Prorrogação d**o benefício de **Auxílio Doença** em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, conforme atestados e perícia médica, de 02/07/2016, à 31/08/2016 ao **senhor, AGENOR ANTUNES DA CRUZ DE AZEVEDO, portador da Cédula de Identidade RG 5497741 SSP/BA e devidamente inscrito no CPF sob o nº.** 344.438.431.91, servidor municipal efetivo sob a matrícula 115, no cargo de Operador De Maquinas Pesadas.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/072016

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Novo Mundo, aos 13 de julho de 2016

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
TERMO DE ERRATA AO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018

TERMO DE ERRATA

REF.: EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, CNPJ Nº 01.614.517/0001-37, representada pelo Sr. **JOSE HÉLIO RIBEIRO DA SILVA,** Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando que houve um erro de digitação,

RETIFICA

No dia 22 de Novembro de 2016, fora formalizado o 7º Aditivo ao contrato 018/2012 entre a Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MTT e a empresa **J C VIDIGAL SANTOS ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.850.597/0001-78, que reza sobre a Prestação de Serviços Administrativos, assim fora publicado o extrato do aditivo em 23/11/2016, onde se lê "**Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 29/11/2016 e com encerramento em 28/11/2017**" deve se ler "**Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 03 (três) meses a contar de 29/11/2016 e com encerramento em 28/02/2017**".

Novo Mundo/MT, 25 de Novembro de 2016.

Jose Helio Ribeiro da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

DECISÃO.

DECISÃO.

PROCESSO Nº. 008/2016 - Ref. Portaria 176/2016

Indiciado: VICTORIA DA SILVA HUTNER.

Trata-se de processo administrativo instaurado através da Portaria 176/2016, em detrimento de Comunicação Interna, aviada pelo Secretário de Administração, fls. 04/05, visando à verificação sobre a possível existência de vício de legalidade no ato de nomeação e posse da Senhora VICTORIA DA SILVA HUTNER, através da Portaria 179/2015 e Termo de Posse 004/2015, para o Cargo de Procuradora Jurídica do Município de Novo Santo Antônio/MT.

A Comunicação Interna nº. 202/2016, aportada as fls. 04/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/84, cujo objeto é a notícia de que havia sido constatada a existência de vício de legalidade no ato de Nomeação e Posse da Servidora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, por não possuir os requisitos legais exigidos pela Lei Municipal 072/2014, ao que se refere a efetiva inscrição junto a OAB no ato de posse e tempo mínimo de 02 anos de efetivo exercício da advocacia, como requisitos para assumir a vaga colocada a disposição pelo concurso público 001/2014, conforme art. 5º, V, VI da Lei 072/2014.

A referida C.I, noticia ainda infringência a dispositivos do Edital de Certame, ao que se refere as cláusulas 7., 7.4 e 7.4.15 e 9.5, cujas cópias se encontram aportadas as fls. 20, 21 e 22 dos autos.

Em detrimento de decisão judicial proferida junto aos autos de processo nº. 700-83.2016.811.0017 Código 133867, da Segunda Vara da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, em que determinou a imediata suspensão da Portaria 179/2015, que nomeou a referida Servidora para o Cargo de Procuradora Jurídica do Município, foi Editada a Portaria 178/2016, em cumprimento a decisão judicial, a qual em seu art. 4º. Determinou a suspensão do presente feito, tendo sido posteriormente revogada tal suspensão, através da Portaria 257/2016, pelos motivos e razões dela constantes.

As fls. 93, foi procedida a citação da Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, a qual apresentou defesa que se encontra aportada nos presentes autos, em cujo teor argui em sede de preliminares a existência de preclu-

são, face tal fato já ter sido objeto de apreciação junto aos autos de processo 01/2015, que na realidade são os autos de processo 003/2015, que se encontra em apenso ao presente feito, face determinação contida no art. 3º da Portaria 257/2016 aportada as fls. 91/92, dos autos.

No mérito alega já ter se passado tempo suficiente para ser arguido tal vício e que estaria afetada tal arguição pelo princípio da confiança recíproca que ocasionaria insegurança jurídica.

Alegou existência de boa fé e que não constava do Edital a exigência de dois anos de atividade jurídica para o cargo de procurador, e que a Administração assim como os candidatos estão vinculados as regras contidas no Edital, e que se o Edital deixou de contemplar alguma exigência estipulada na lei de criação do cargo de Procurador, disto não pode resultar de prejuízo aquela advogada sob pena de violar o princípio da segurança jurídica, boa fé e até mesmo o princípio da vinculação ao edital. Aduz que não cabe a Administração invocar observância de requisito não previsto no edital, criando regra posterior ao certame, pois isto violaria as disposições do próprio edital em que as partes estariam vinculadas.

Ao final pede a admissão da presente defesa e que seja afastada a anulação do ato de nomeação da mesma.

Em breve e apertada síntese do necessário é o que importa.

Este é o relatório.

Fundamento e decido.

Não se observa nos presentes autos, nenhum vício ou outra diligência necessária para sua instrução, tendo a parte interessada sido devidamente citada, e apresentado defesa, tratando-se de matéria meramente de direito, estando o presente feito devidamente instruído com os documentos necessários para seu processamento, estando assim apto para julgamento.

Sobre a preliminar de preclusão a respeito da ausência de inscrição junto a OAB a época da posse, devido ao fato de ter havido manifestação sobre tal ponto junto aos Autos de Processo 003/2015, merece ser afastada. Explico.

Em que pese esta Autoridade ter entendido que não havia sido demonstrado prejuízo a Administração sobre a ausência de inscrição junto a OAB, ficou bem destacado na decisão de mérito dos autos 003/2015, em apenso, junto as fls. 127, que independente daquela provocação, a Administração poderia no lapso de tempo descrito pelo art. 54 da Lei 9.784/99, reconhecer de ofício a existência de vício, desde que o faça de maneira fundamentada, ou seja, não houve manifestação plena sobre o não reconhecimento de vício de legalidade, inclusive constando tal reserva de reconhecimento futuro, inclusive de ofício na referida decisão.

O simples fato de um pedido formulado pelo segundo colocado no Concurso Público 001/2014 ter sido indeferido, não impede que a Administração no prazo de 05 anos possa de fato reconhecer a existência de vício de legalidade no ato administrativo por ela praticado, ainda mais quando são apresentados fatos novos e novos elementos indiciários que maculam o ato administrativo de modo a demonstrar sua ilegalidade.

Ademais, o Juízo de conveniência e oportunidade da Administração, não se sobrepõe aos atos vinculados a Lei, como se apresenta no presente caso, sob pena de tornar a decisão proferida nos autos 003/2015, ilegal de pleno direito, posto que a vontade ou entendimento do Administrador não pode se sobrepor aos ditames e regramentos legais e sobre o Princípio da legalidade, sob pena de cometimento de mais um ato ilegal.

Assim, no prazo de 05 anos, a Administração poderá rever seus atos, desde que eivados de vício, porque deles não se originam direito, motivo pelo qual afasto a presente preliminar de preclusão, por não ter se passado mais de 05 anos, desde a edição do ato impugnado.

No mérito, os vícios de legalidade devem ser de fato reconhecidos e declarados, face aos fundamentos adiante alinhavados.

Em que pese a argumentação trazida em baila pela nobre Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, há algumas observações de caráter legal e jurídico que devem ser preponderadas de modo a dar aplicabilidade ao presente caso.

Primeiramente, o argumento de que já haveria se passado tempo suficiente para ser arguido tal vício e que estaria afetada tal arguição pelo princípio da confiança recíproca que ocasionaria insegurança jurídica, não procede, tendo em vista que o art. 54 da Lei 9.784/99 é claro ao estabelece o lapso temporal de 05 anos para que a Administração possa reconhecer e declarar a nulidade de seus próprios atos. Outrossim, pensar de modo diferente é que poderia ser considerado como insegurança jurídica, posto que estaríamos interpretando de forma teratológica o texto de Lei, e contrariando entendimento já sumulado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Sobre a e existência de boa fé e que não constava do Edital a exigência de dois anos de atividade jurídica para o cargo de procurador, também não procede, ao passo que ninguém pode escusar-se ao cumprimento da Lei, sob a alegação de que não a conhece, o que afasta de plano a argumentação lançada pelo nobre Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER.

O art. 3º do Decreto Lei 4.657/42 – Lei de Introdução as normas do Direito Brasileiro, alterada pela Lei 12.376/2010, estabelece o seguinte:

Art. 3o Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Assim, mesmo que não constou do Edital, os participantes do certame, não podem alegar que desconheciam as exigências legais contidas na Lei que criou o referido cargo. Ademais, pensar de forma diferente seria inquinar de vício o próprio Edital de Concurso, por não ter cumprido o que estabelece a Legislação vigente, o que por conseguinte, acarretaria maiores prejuízos a administração e ao interesse público, considerando ainda que tais requisitos se encontravam devidamente inseridos na própria Lei que instituiu o cargo e função, tendo sido devidamente publicada, motivos pelos quais não merecem guarida a argumentação trazida pela Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER.

Sobre a argumentação de que a Administração assim como os candidatos estão vinculados as regras contidas no Edital, de fato merece prosperar, porém as referidas regras são claras ao estabelecerem a eliminação de forma sumária do candidato quando não possuir os requisitos contidos no mesmo, senão vejamos o que constam das cláusulas 7., 7.4 e 7.4.15 e 9. 5, do Edital de concurso público aportado as fls. 20/22:

7. DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA POSSE.

7.4 Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação fotocópia autenticado em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.15 Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

9.5 O candidato que à época da posse não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado/classificado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

Como visto, a vinculação ao Edital, deixa de forma clara a existência de ilegalidade no ato de nomeação e posse da referida candidata, tendo em vista que não possuía inscrição junto aos quadros da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL na data de sua nomeação e posse, conforme materializado as fls. 69/70 e Certidão de fls. 84, tendo em vista que foi nomeada em 01/07/2015 e somente veio a Adquirir inscrição em 14/07/2015, o que a torna eliminada sumariamente na forma da cláusula 9.5 do Edital, sendo sua nomeação nula de pleno direito.

Outrossim, se não possuía inscrição junto aos quadros da OAB na data de sua posse, sendo esta uma das condições *sine quo non*, para o exercício de sua profissão, não possuía também os dois anos de efetivo exercício

da advocacia como exige o art. 5º incisos V e VI da Lei 072/2014, fls. 06/09 dos autos, que assim estabelece:

Art. 5º. São requisitos para tomar posse no Cargo de Procurador Jurídico:

V – Estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – Comprovar o efetivo exercício da advocacia por pelo menos 2 (dois) anos;

Deste modo, a própria Lei em sintonia com as regras editalícias, é clara ao estabelecer os requisitos legais para nomeação e posse ao Cargo de Procuradora, que sem sobras de dúvidas não possuía a Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER na época de sua posse, o que inquina de vício insanável o referido ato administrativo. **No presente caso a vinculação ao Edital deve ser de fato reconhecida, porém de modo a reconhecer a eliminação de forma sumária de candidato que não possui os requisitos legais para o exercício do cargo a época da nomeação e posse.**

Neste sentido, colha-se o seguinte julgado proferido em caso semelhante ao presente:

"APELAÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA — INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO — REQUISITO DE GRADUAÇÃO PLENA COM HABILITAÇÃO PARA SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL — CANDIDATO COM FORMAÇÃO DIVERSA DA EXIGIDA NO EDITAL — IMPOSSIBILIDADE. Não pode ser investido em cargo para o qual foi classificado o candidato que não cumpre o requisito editalício de graduação plena com habilitação para séries iniciais do ensino fundamental, porquanto possui apenas certificado de licenciatura em ciências biológicas.Recurso não provido. (Ap 150176/2013, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 31/03/2015, Publicado no DJE 13/04/2015)"

Há de ser destacado ainda, as disposições da Lei 8.906/94, Estatuto da Advocacia, que prevê que somente os inscritos junto a Ordem, poderão praticar atos e assumirem a função de procurador jurídico municipal, sendo nulos os atos praticados de forma diversa, senão vejamos:

Da Atividade de Advocacia

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I - a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais; (Vide ADIN 1.127-8)

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Art. 3º O exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

§ 1º Exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e **das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos** Estados, do Distrito Federal, **dos Municípios** e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional.

Art. 4º São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

(Grifo Nosso).

Como visto, sem inscrição junto a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, a Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, em hipótese alguma poderia ter sido nomeada e tomado posse da função de procuradora jurídica municipal, ainda mais sem possuir os dois anos exigidos pela própria Lei que criou o cargo, registrando que tal fato ocorreu por omissão do servidor que fez a conferência da documentação no ato de comparecimento da mesma junto ao Setor de pessoal, sendo tal conduta digna de instauração de processo administrativo, para apurar a falta funcional, que ainda se encontra oportunamente em tempo para correção de tal vício de legalidade.

Por fim, sobre a argumentação de que não cabe a Administração invocar observância de requisito não previsto no edital, criando regra posterior ao certame, pois isto violaria as disposições do próprio edital em que as partes estariam vinculadas, também não procede, tendo em vista que a Lei 072/2014, é anterior ao Edital do Concurso Público, não havendo o que se falar em inovação ao certame, ou seja, o Edital somente foi publicado após a Edição e Publicação da Lei que criou o cargo de Procurador Jurídico, tendo em vista que se não houvesse lei anterior criando tal cargo e estabelecendo as regras para sua investidura, tal função e vaga nem mesmo poderia constar do Edital, sendo um raciocínio lógico a respeito.

Ademais, a exigência de dois anos de efetivo exercício da advocacia, se encontra inserido no próprio texto de Lei, que há presunção de pleno conhecimento público, posto que ninguém poderá alegar desconhecimento de Lei, devendo ainda ser frisado que quando foi publicado o Edital de Concurso Público, a referida Lei já havia sido sancionada e publicada e já estava em vigência, o que afasta de uma vez por todas a possibilidade de aceitação da argumentação utilizada na defesa.

Data máxima vênia, que não podemos deixar de destacar posicionamento já externado sobre tal caso em medida liminar proferida pelo Douto Juízo da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, Em decisão judicial proferida junto aos autos de processo nº. 700-83.2016.811.0017 Código 133867, da Segunda Vara da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, a qual adoto como fundamento desta decisão, cujo teor é o seguinte, *in verbis:*

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por Carlos Roberto Ribeiro Filho em face de ato da Autoridade Coatora Eduardo Penno, Prefeito do Município de Novo Santo Antônio – MT, a qual encontra-se vinculado ao respectivo Município.

Narra o Impetrante, em síntese, que foi aprovado em segundo lugar no Concurso Público n.° 001/2014 para Cargo de Procurador Jurídico do Município de Novo Santo Antônio – MT, ao passo que, no dia 25 de maio de 2015 formalizaram a convocação dos aprovados, momento em que empossaram a primeira colocada na data de 01 de julho de 2015.

Relata ainda, que após ter conhecimento dos documentos apresentados pela primeira colocada no ato de sua posse, verificou-se a existência de vicio de legalidade, pois a mesma não estaria inscrita junto à Ordem dos Advogados do Brasil (inscrição na OAB em 14/07/2015, quando sua posse ocorreu em 01/07/2015), conforme determinava as normas contidas no edital do referido concurso, bem como na Lei Municipal n.° 072/2014 – "Altera a Lei 067/2013, transformando o cargo comissionado de Procurador Jurídico do Município de Novo Santo Antônio e, cardo de provimento efetivo e dá outras providências.".

O Impetrante informa que requereu via requerimento administrativo o reconhecimento e declaração de nulidade do ato de posse n.° 004/2015 e Portaria n.° 179/2015, argumentando que o ato de nomeação e posse da Servidora Victória da Silva Huttner ocorreu sem observância das normas jurídicas aplicáveis ao caso. Contudo, o Município representado pelo Prefeito Eduardo Penno, julgou improcedente o pedido, motivos pelos quais requer liminarmente a concessão do mandamus para suspender a presente decisão administrativa.

Determinada a emenda a inicial às fls. 69, o Impetrante aditou às fls. 70/87.

Vieram os autos conclusos.

RELATEI. FUNDAMENTO E DECIDO.

Pouco precisa ser dito no presente caso.

Perscrutando detidamente os autos, tenho que a medida liminar deve ser DEFERIDA.

Com efeito, para sua concessão devem concorrer dois requisitos legais, quais sejam: a) que haja relevância dos motivos ou fundamento em que se

assenta o pedido inicial; e b) que haja possibilidade da ocorrência de lesão irreversível ao direito da Impetrante, ou dano de difícil reparação, seja de ordem patrimonial, funcional ou moral, se for mantido o ato coator até a sentença final, ou se o provimento jurisdicional instado só lhe for reconhecido na sentença final.

No caso vertente, os documentos atrelados na peça vestibular, bem como os juntados em sua emenda, demonstram em caráter inicial a boa aparência do direito do Impetrante, bem como a razoabilidade da pretensão a uma medida de urgência, destinada a suspensão da Portaria Municipal n. ° 179/2015 que nomeou a Servidora Victória da Silva Huttner, e por consequência, sua posse por meio do Ato Municipal n.° 004/2015, uma vez, que em tese, feriu o principio da legalidade administrativa.

Neste giro, em análise perfunctória, tenho que, o cerne da questão, que deve ser observada em caráter liminar é o momento em que se deu a posse da Servidora Victória da Silva Huttner, ou seja, se a mesma preenchia ou não os requisitos contidos no edital do concurso, bem como na Lei Municipal de n.° 072/2014.

Por este giro, ao menos por ora, pelos documentos juntados na inicial e em seu aditamento, demonstram que a Servidora Victória da Silva Huttner tomou posse em 01 de julho de 2015 (documentos de fls. 24), sendo que, ao que parece, a regularidade de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil deu-se apenas em 14 de julho de 2015, ou seja, posterior sua nomeação/posse, o que, neste momento de análise cognitiva, demonstra que o Município de Novo Santo Antônio – MT por meio de sua Administração não observou às normas jurídicas concernentes a convocação/nomeação/posse/exercício de servidores públicos, ferindo o princípio da legalidade administrativa.

Ato contínuo, o edital, neste particular, encontrava-se claro e evidente quanto aos requisitos para a convocação, nomeação e posse, conforme item 7.4 e 7.4.15, combinados com inciso V do artigo 5° da Lei Municipal n.° 072/2014, in verbis:

“Edital do concurso:

7. Da convocação, da nomeação e da posse

... 7.4. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação fotocopia autenticado em cartório, que comprove o que segue abaixo:

... 7.4.15. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

Combinados com as disposições da Lei Municipal:

Artigo 5°. São requisitos para tomar posse no Cargo de Procurador Jurídico: ... V – Estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. ”

Desta maneira, os critérios e/ou requisitos que são inerentes ao exercício do cargo de Procurador Jurídico deve ser observados/verificados no ato de sua posse, pois, conforme ensinamentos doutrinários o vinculo jurídico funcional entre o servidor público e administração “é formado justamente por meio da posse. Com a posse, o nomeado torna-se servidor público, aceitando as regras legais de regência de sua relação jurídica com a administração, decorrente do cargo que passará a exercer.” (ALEXANDRINO, Vicente e Vicente Paulo. DIREITO ADMINISTRATIVO DESCOMPLICADO. 23° ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Metodo 2015, Pg. 412).

In casu, entendo que a fumaça do bom direito está perfeitamente caracterizada, senão vejamos o recente julgado similar:

“APELAÇÃO — MANDADO DE SEGURANÇA — INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO — REQUISITO DE GRADUAÇÃO PLENA COM HABILITAÇÃO PARA SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL — CANDIDATO COM FORMAÇÃO DIVERSA DA EXIGIDA NO EDITAL — IMPOSSIBILIDADE. Não pode ser investido em cargo para o qual foi classificado o candidato que não cumpre o requisito editalício de graduação plena com habilitação para séries iniciais do ensino fundamental, porquanto possui apenas certificado de licenciatura em ciências biológicas.Recurso não provido. (Ap 150176/2013, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 31/03/2015, Publicado no DJE 13/04/2015)”

Quanto ao perigo da demora, menos ainda precisa ser dito, vez que é claro e evidente que, caso a presente situação, em tese, irregular/ilegal que se deu a posse da Servidora Victória da Silva Huttner, poderá acarretar prejuízos irreversíveis ou de difícil reparação ao erário, uma vez que, se logrado êxito o presente remédio constitucional, ter-se-á como devidos os respectivos valores, desde a data da posse, ao Impetrante.

ISTO POSTO, e por tudo mais que nos autos constam, de uma análise superficial e perfunctória, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR perseguida pelo Impetrante CARLOS ROBERTO RIBEIRO FILHO, para o fim de DETERMINAR À AUTORIDADE COATORA, À IMEDIATA SUSPENSÃO DA PORTARIA MUNICIPAL N.° 179/2015 QUE NOMEOU A SERVIDORA VICTÓRIA DA SILVA HUTTNER, BEM COMO O ATO DE SUA POSSE N.° 004/2015, AFASTANDO-A DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, COM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO, uma vez que é incerta pessoa que terá direito aos respectivos vencimentos, ATÉ O JULGAMENTO FINAL DESTA DEMANDA, sob pena de incidência do disposto no artigo 26 da Lei nº 12.016/09 (crime de desobediência). Notifiquem-se, AINDA NESTA DATA, as Autoridades Coatoras: SR. EDUARDO PENNO – PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT e o MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, com cópia integral da contrafé, para que, no prazo legal, em desejando, ofertem as informações que entenderem necessárias. E ainda, INTIME-SE a Advogada Victória da Silva Huttner, para se manifestar no prazo legal, se entender necessário.

Transcorrido o prazo legal, com ou sem as informações da Autoridade Coatora e da D. Advogada, certifique-se e baixem os autos ao Ministério Público Estadual, para fins de manifestação, caso entenda necessária, também pelo prazo legal.

Após, IMEDIATAMENTE conclusos para sentença.

Às providências. Cumpra-se.

Cientifique-se o Ministério Público. Às providências.

São Félix do Araguaia – MT, 22 de junho de 2016.

Ivan Lucio Amarante

Juiz de Direito

Como visto, já houve inclusive posicionamento pelo Douto Juízo da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, em que este Município é pertencente, sobre o presente caso, também no sentido de reconhecimento dos vícios de legalidade, inclusive com a determinação imediata de suspensão dos atos administrativos, tidos como ilegais.

Em que pese tratar-se de juízo preliminar, em que esta Autoridade Administrativa não está sujeito a vinculação de mérito na forma do art. 2º da Constituição Federal, adoto como fundamentos desta decisão a já externada pelo nobre Juízo, colaboradas com a fundamentação constante desta decisão administrativa.

Sobre o lapso temporal e a possibilidade da Administração Pública poder rever seus próprios atos, já é posicionamento consolidado por nossa melhor Jurisprudência do STF, que veio a se positivar através de Lei com o advento da Lei 9.784/99, com a inovação de lapso temporal de 05 anos, prevista pelo art. 54, da Lei 9.784/99, que assim estabelece:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Como visto a Administração da Câmara Municipal pode rever seus próprios atos, observado o prazo de 05 anos, prescrito pelo art. 54 da Lei 9. 784/99, desde que eivados de vícios de legalidade, tendo inclusive o STF – Supremo Tribunal Federal, exarado entendimento a respeito, através da Súmula 473 senão vejamos:

"Súmula 473 ("A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos;")."

Registre-se que tal posicionamento é pacífico sendo entendimento exarado pelo douto Ministro do STF, Joaquim Barbosa, em recente decisão proferida no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº. 26349 DF, cuja decisão transcrevemos na integra, *in verbis:*

STF - RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA RMS 26349 DF.

Data de Publicação: 21/05/2012

Processo: RMS 26349 DF

Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA

Julgamento: 15/05/2012

Publicação: DJe-099 DIVULG 21/05/2012 PUBLIC 22/05/2012

Parte(s): AFRÂNIO RODRIGUES JÚNIOR E OUTRO(A/S) SEBASTIÃO BAPTISTA AFFONSO UNIÃO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Trata-se de recurso ordinário de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça que denegou a segurança pleiteada pelos impetrantes (MS 9.034-AgR, rel. min. Felix Fischer, Corte Especial, DJ 28.08.2006). Transcrevo a do acórdão recorrido (fls. 227-228): AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO MINISTRO PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. VANTAGEM FUNCIONAL. ATO ADMINISTRATIVO. REVOGAÇÃO. AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. POSSIBILIDADE. LEI N.º 9.784/99. IRRETROATIVIDADE. DECADÊNCIA.INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. I - Anteriormente à edição da Lei nº 9.784/99, esta Corte tinha o entendimento de que a Administração poderia rever seus próprios atos a qualquer tempo, desde que eivados de ilegalidade e ressalvados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF). II - Após a Lei nº 9.784/99, passou-se a entender que a administração tem o prazo de cinco anos para anular atos administrativos ilegais, inclusive os anteriores à sua vigência e que ainda permanecem irradiando seus efeitos, sendo que tal prazo deve ser contado a partir da sua entrada em vigor, ou seja 1º.02.99. Precedentes da Corte Especial (MS nºs 9.112/DF, 9.115/DF e 9.157/DF). III - In casu, o ato que beneficiou os impetrantes (decisão unânime do Conselho de Administração do STJ, no PA 103 de 1997) foi revisto pela decisão administrativa proferida no Processo Administrativo nº em sessão realizada em 10/02/2003. Portanto, dentro do quinquênio decadencial, pois tal prazo não se aplica de forma retroativa e, portanto, conta-se a partir de 1º de fevereiro de 1999, data da publicação da Lei 9.784/99. Agravo regimental desprovido. Os recorrentes alegam que possuem direito adquirido às parcelas suprimidas pelo ato apontado como coator. A Procuradoria Geral da República opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 254-256). É o relatório. Decido. A inexistência de direito adquirido decorre da certeza -não infirmada no presente recurso -de que o ato coator anulou, por ilegal, ato anteriormente praticado. Assim, como bem observado pelo Subprocurador-Geral da República Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas, aplica-se, na linha da jurisprudência desta Corte, apenas a primeira parte da súmula 473 ("A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos;"). Por outro lado, este Supremo Tribunal Federal já decidiu que, de acordo com o art. 54 da Lei 9.784/1999, o prazo para a Administração Pública anular atos realizados antes da vigência daquela lei inicia-se a partir da entrada em vigor daquele diploma. É a orientação que se extrai dos acórdãos a seguir mencionados, dos quais transcrevo as respectivas ementas (grifei): RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. ANISTIA [LEI N. 8.878/94]. REVOGAÇÃO POR ATO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA APÓS PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE TEVE CURSO EM COMISSÃO INTERMINISTERIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULAS 346 E 473 DO STF. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. CONTAGEM DO PRAZO QUINQUENAL A PARTIR DA VIGÊNCIA DO ARTIGO 54 DA LEI N. 9.784/99 [1º.2.99]. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A Administração Pública tem o direito de anular seus próprios atos, quando ilegais, ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade [Súmulas 346 e 473, STF]. 2. O prazo decadencial estabelecido no art. 54 da Lei 9.784/99 conta-se a partir da sua vigência[1º.2.99], vedada a aplicação retroativa do preceito para limitar a liberdade da Administração Pública. 3. Inexistência de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Todos os recorrentes apresentaram defesa no processo administrativo e a decisão da Comissão Interministerial contém todos os elementos inerentes ao ato administrativo perfeito, inclusive fundamentação pormenorizada para a revogação do benefício. Recurso ordinário a que se nega provimento. (RMS 25.856, rel. min. Eros Grau,Segunda Turma, DJe 14.05.2010) AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE ANISTIA. LEI 8.878/1994. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. I -Não há falar em inércia da Administração em rever as anistias concedidas, uma vez que foi criada comissão específica para o caso, no âmbito do Poder Executivo, antes da fluência do prazo decadencial. II -O prazo previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 deve ser iniciado a partir da sua vigência. III -O mandado de segurança não admite dilação probatória. IV -Agravo a que se nega provimento. (RMS 27.197-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 11.04.2011) AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 54 DA LEI 9.784/1999. APLICABILIDADE A ATOS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I -o prazo de decadência deve ser computado a partir da vigência da lei que o instituiu e não tendo em conta atos pretéritos. II -Agravo regimental a que se nega provimento. (RMS 27.022-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 30.05.2011) Ante o exposto, nego seguimento ao recurso ordinário (art. 21, § 1º, RISTF). Publique-se. Brasília, 15 de maio de 2012Ministro Joaquim BarbosaRelatorDocumento assinado digitalmente.

(GRIFO NOSSO).

No mesmo sentido:

TJ-SC - Apelação Cível em Mandado de Segurança MS 224069 SC 2005.022406-9 (TJ-SC)

Data de publicação: 19/01/2009

Ementa:APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DE ACORDO COM O CARGO QUE INGRESSOU NO SERVIÇO PÚBLICO - PRETENSO PERCEBIMENTO DE ACORDO COM O CARGO IRREGULARMENTE ENQUADRADO - **ANULAÇÃO** DO **ATOADMINISTRATIVO** - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA **LEGALIDADE** - DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE ANULAR SEUS **ATOS**, QUANDO ILEGAIS - **SÚMULA 473**DO **STF** - PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO. A administração pública pode anular seus **atos** quando eivados de ilegalidade, baseada no poder-dever de autotutela. Logo, se o enquadramento do impetrante foi realizado de forma incorreta e sem a observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, ou seja, **se não existe base legal que dê guarida ao enquadramento procedido, o ato é nulo de pleno direito e não tem o condão de gerar efeitos no mundo jurídico.** Outrossim, nem há cogitar de suposta violação aos princípios do **ato** jurídico perfeito, do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos, uma vez que tais regras só subsistem

quando se tratar de **ato administrativo** legal, pois somente assim seus efeitos prevalecerão.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS INCORPORADOS. PORTARIA N.º 474/87 DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. REVISÃO DO ATO. PARECER AGU N.º GQ 203/99. ART. 54 DA LEI N.º 9. 784/99. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A teor do art. 54 da Lei n.º 9.784/99, o "direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé".

2. Consoante a orientação desta Corte, o art. 54 da Lei nº 9.784/99 deve ter aplicação a partir de sua vigência, e não a contar da prática dos atos eivados de ilegalidade, realizados antes do advento do referido diploma legal. (MS 9.112/DF, Corte Especial, Rel. Min. Eliana Calmon) 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 611365 / RN, AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2003/0209777-6, Ministra LAURITA VAZ (1120), T5 - QUINTA TURMA, 23/08/2005, DJ 26.09.2005 p. 438)."

(Grifo Nosso).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DO VALOR. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA EM FACE DO DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS APÓS A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 9.784/99 POR ANALOGIA INTEGRATIVA. **1. Nos termos da Súmula 473/STF, a Administração, com fundamento no seu poder de autotutela, pode anular seus próprios atos, de modo a adequá-lo aos preceitos legais. 2. Com vistas nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, este Superior Tribunal de Justiça tem admitido a aplicação, por analogia integrativa, da Lei Federal n. 9.784/1999, que disciplina a decadência quinquenal para revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, aos Estados e Municípios, quando ausente norma específica,** não obstante a autonomia legislativa destes para regular a matéria em seus territórios. Colheu-se tal entendimento tendo em consideração que não se mostra razoável e nem proporcional que a Administração deixe transcorrer mais de cinco anos para providenciar a revisão e correção de atos administrativos viciados, com evidente surpresa e prejuízo ao servidor beneficiário. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1251769 / SC RECURSO ESPECIAL 2011/0099170-6, Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141), T2 - SEGUNDA TURMA, 06/09/2011, DJ 14/09/2011.)

(Grifo Nosso).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. SUPRESSÃO DE VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA (VPNI). DECADÊNCIA CONFIGURADA. LEI N. 9.784/1999. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. Embargos de declaração rejeitados. "Analisando o julgado, percebe-se claramente que o ato que gerou a contenda foi praticado antes da Lei 9784/99. Tal conclusão se extrai facilmente da leitura da decisão interlocutória prolatada pelo Ministro Relator. Vejamos: "Em síntese, caso o ato acoimado de ilegalidade tenha sido praticado antes da promulgação da Lei n. 9.784, de 1º/2/1999, a **Administração tem o prazo de cincos anos a contar da vigência da aludida norma para anulá-lo; caso tenha sido praticado após a edição da mencionada Lei, o prazo qüinqüenal da Administração contar-se-á da prática do ato tido por ilegal, sob pena de decadência, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.784/99".** (EDcl no AgRg no REsp 1182652/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 05/11/2012).

(Grifo Nosso).

Assim, forçoso é reconhecer que a Administração Pública Municipal, possui a autotutela, o dever e possibilidade de rever seus próprios atos, dentro do qüinqüênio legal, desde que eivados de vício de legalidade, porque deles não se originam direitos.

Por fim, resta consignar que trata-se de ato vinculado e não de ato discricionário, onde este Administrador deverá estar sempre pautado pelo cumprimento do princípio da legalidade insculpido pelo art. 37 da Constituição Federal e pelo art. 2º da Lei 9.784/99 que rezam o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(Grifo Nosso).

Registre-se que agir em contrariedade aos princípios de legalidade, é contrariar a própria natureza da função pública e da reserva legal que possui o Administrador ou servidor público, onde no âmbito da administração pública, somente se pode fazer o que a Lei autoriza ou determina, e fugir das margens de nosso ordenamento jurídico, é incorrer inclusive em ato de improbidade administrativa, estando sujeito as penalidades e cominações legais não somente o Administrador quem editou o ato, mas também ao servidor ou administrado que se destinou o benefício do ato inquinado de vício de legalidade, na forma da Lei de Improbidade Administrativa, Lei 8.429/92.

Vejamos o que reza o art. 11 da Lei 8.429/92:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

V - frustrar a licitude de concurso público;

Como visto, não há como fugirmos das exigências e imposições legais, sendo um direito dever da Administração em declarar a nulidade dos atos que forem identificados como ilegais no âmbito administrativo.

Assim, diante de todo o anteriormente exposto, RECONHEÇO OS VÍCIOS DE LEGALIDADE, existentes no TERMO DE POSSE nº. 004/2015 e PORTARIA nº. 179/2015, motivo pelo qual DECLARO A NULIDADE dos presentes atos administrativos, devendo ser comunicada de tal decisão o Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, assim como a Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, e o Juízo da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, junto aos autos de Processo nº. 700-83.2016.811.0017 Código 133867, da Segunda Vara Cível, devendo ser requerida a perda do objeto do referido processo judicial, diante desta decisão que reconheceu os vícios de legalidade existentes nos referidos atos administrativos, na forma dos dispositivos de Lei anteriormente descritos e entendimento Sumular do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

As providências;

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Novo Santo Antônio/MT, 07 de novembro de 2016.

EDUARDO PENNO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 275/2016

PORTARIA Nº. 275/2016

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

"Dispõe sobre o reconhecimento e declaração de nulidade do TERMO DE POSSE nº. 004/2015, e PORTARIA Nº. 179/2015, que trata sobre a nomeação e posse do Procurador Jurídico Municipal e da outras providências."

EDUARDO PENNO, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, Considerando o teor da decisão proferida nos Autos de Processo nº. 008/2016, instaurado através da Portaria nº. 176/2016; Considerando o que dispõe o art. 37 da Constituição Federal, assim como art. 5º incisos V e VI da, da Lei 072/2014, e Cláusulas 7, 7.4 e 7.4.15 e 9.5 do Edital de Concurso Público, e por fim Considerando o que estabelece o art. 54, § 2º da Lei 9.784/99;

Resolve:

Art. 1º. DECLARAR A NULIDADE do Termo de Posse nº. 004/2016, assim como a Portaria 179/2015, que trata sobre a nomeação e posse da Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, ao cargo de Procurador Jurídico Municipal, em cumprimento a decisão de mérito proferida junto aos autos de Processo Administrativo nº. 008/2016, instaurado através da Portaria nº. 176/2016, diante da Competência desta Autoridade Administrativa.

Art. 2º. Determinar a imediata comunicação ao Setor de Pessoal desta Municipalidade, para dar cumprimento à referida decisão e a esta Portaria, com o registro dos atos necessários junto ao referido setor, assim como comunicação a Senhora VICTORIA DA SILVA HUTTNER, do ato decisório e desta Portaria, devendo ainda ser comunicado ao Juízo da Comarca de São Felix do Araguaia/MT, junto aos autos de Processo nº. 700-83.2016. 811.0017 Código 133867, da Segunda Vara Cível, devendo a Assessoria Jurídica deste Gabinete requerer a perda do objeto do referido processo judicial, diante da decisão que reconheceu os vícios de legalidade existentes nos referidos atos administrativos.

Art. 3º. Determinar após as providências necessárias a tais registros, a convocação do segundo colocado ao Cargo de Procurador Jurídico, para que tome posse e modo que se regularize a investidura no referido Cargo de Procurador Jurídico Municipal.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio/MT, 07 de novembro de 2016.

EDUARDO PENNO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 126/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 76/2016.

ADESÃO: Nº 02/2016

OBJETO: ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO TIPO VAM SPLINTE 20 PASSAGEIROS + 1 MOTORISTA PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR.

CONTRATANTE: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

CONTRATADA: NEVES VEÍCULOS EIRELI - EPP.

VALOR: R$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais).

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 25/11/2016 à 31/12/2016.

PRAZO DE ENTREGA: 10 (dez) dias após a solicitação.

FUNDAMENTO LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 25 de Novembro de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 125/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 74/2016

TOMADA DE PREÇOS: Nº 12/2016

Objeto: CONTINUAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE RECINTO DE LEILÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA- EPP.

Valor: R$ 277.857,90 (duzentos e setenta e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

Período de vigência: 28/11/2016 à 27/01/2017

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 28 de Novembro de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2016

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: NEVES VEÍCULOS EIRELI EPP

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 12/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVA OLÍMPIA/MT, visando a Aquisição de 01 (UMA) Van Splinter CDI 20+1 lugares através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 12/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 183.000,00 (cento e oitenta e três mil reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Novo São Joaquim – MT, 25 de Novembro de 2.016.

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

Município de Novo São Joaquim

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

GOIÁS BEM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – EPP.

CNPJ 20.231.242/0001-01.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353716	CAIXA INSTRUMENTAL, ACO INOXIDAVEL, TIPO ESTOJO COMPACTO 42 CM, 18 CM, 32 CM COM DIVISORIAS E VEDANTE AUTOCLAVAVEL	UNIDADE	R$ 293,00	12	R$ 3. 516,00
2	352634	FIXADOR RADIOLOGICO Para processamento automatico, solucao aquosa concentrada odontologia FR. 475 ML	UNIDADE	R$ 7,85	60	R$ 471,00
3	353704	NITROFURAL 2MG/G 500G POMADA POTE	UNIDADE	R$ 16,00	12	R$ 192,00
4	353723	REVELADOR RADIOLOGICO, SOLUCAO AQUOSA PRONTA P USO PARA PROCESSAMENTO MANUAL, USO ODONTOLOGIA - 475 ML	UNIDADE	R$ 9,90	60	R$ 594,00

VALOR GLOBAL R$ 4.773,00. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 198/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

SALVI LOPES & CIA. LTDA – ME.

CNPJ: 82.478.140/0001-34.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total

1	353711	AGULHA SUTURA, CILINDRICA, ACO INOX, GR 10	UNIDADE	R$ 2,68	500	R$ 1.340,00
2	353726	ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS EM FIBRA DE ALGODAO CRU 10 CM X 100 CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO NAO ESTERIL EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	R$ 0,42	60	R$ 25,14
3	353727	ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS EM FIBRA DE ALGODAO CRU 15CM X 100 CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO NAO ESTERIL EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	R$ 0,60	60	R$ 35,94
4	353728	ALGODAO ORTOPEDICO EM MANTAS EM FIBRA DE ALGODAO CRU 20CM X 100 CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO NAO ESTERIL EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	R$ 0,75	60	R$ 44,94
5	353729	ATADURA GESSADA TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODAO, 10 CM 200 CM, IMPREGNADA C/ GESSO COLOIDAL SECAGEM ULTRA RAPIDA	UNIDADE	R$ 2,15	36	R$ 77,40
6	353730	ATADURA GESSADA TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODAO, 15 CM 200 CM, IMPREGNADA C/ GESSO COLOIDAL SECAGEM ULTRA RAPIDA	UNIDADE	R$ 3,25	36	R$ 117,00
7	353731	ATADURA GESSADA TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODAO, 20 CM 200 CM, IMPREGNADA C/ GESSO COLOIDAL SECAGEM ULTRA RAPIDA	UNIDADE	R$ 3,41	36	R$ 122,76
8	353732	ATADURA GESSADA TELA TIPO GIRO INGLES 100% ALGODAO, 6 CM 200 CM, IMPREGNADA C/ GESSO COLOIDAL SECAGEM ULTRA RAPIDA	UNIDADE	R$ 0,99	36	R$ 35,60
9	350099	CATETER ASPIRACAO TRAQUEAL PVC ATOXICO FLEXIVEL, DESCARTAVEL, PONTA ATRAUMATICA, ORIFICIOS DISTAIS LATERALIZADOS, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, Nº12.	UNIDADE	R$ 0,70	2.400,00	R$ 1.675,20
10	353717	CUBA ACO INOXIDAVEL, REDONDA 300 ML	UNIDADE	R$ 16,35	24	R$ 392,40
11	353681	DRENO TORACICO, Nº 10 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,33	40	R$ 253,20
12	353683	DRENO TORACICO, Nº 14 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 7,50	40	R$ 300,00
13	353684	DRENO TORACICO, Nº 16 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 7,50	40	R$ 300,00
14	353685	DRENO TORACICO, Nº 18 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,59	40	R$ 263,60
15	353686	DRENO TORACICO, Nº 20 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,44	40	R$ 257,60
16	353687	DRENO TORACICO, Nº 22 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 7,50	40	R$ 300,00
17	353688	DRENO TORACICO, Nº 24 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,49	40	R$ 259,60
18	353689	DRENO TORACICO, Nº 26 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,64	40	R$ 265,60
19	353690	DRENO TORACICO, Nº 28 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,48	40	R$ 259,20
20	353691	DRENO TORACICO, Nº 30 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,67	40	R$ 266,80
21	353692	DRENO TORACICO, Nº 32 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,44	40	R$ 257,60
22	353693	DRENO TORACICO, Nº 34 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,67	40	R$ 266,80
23	353695	DRENO TORACICO, Nº 38 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 7,50	40	R$ 300,00
24	353696	DRENO TORACICO, Nº 40 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,44	40	R$ 257,60
25	353719	ESTOJO INSTRUMENTAL CIRURGICO, ACO INOXIDAVEL, RETANGULAR, 20 CM, 10 CM, 5 CM, PERFURADO.	UNIDADE	R$ 65,49	12	R$ 785,88
26	353721	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 PRETO TRANCADO, 45 CM COM AGULHA 1/2 CIRCULO CORTANTE 2,0 CM ESTERIL. CX C/24 UNID	CAIXA	R$ 37,64	80	R$ 3.011,20
27	353722	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 PRETO TRANCADO, 45 CM COM AGULHA 1/2 CIRCULO CORTANTE 1,70 CM ESTERIL. CX C/24 UNID	CAIXA	R$ 37,69	80	R$ 3.015,20
28	353713	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES, COM AGULHA,1-0,COMPRIMENTO MINMO 70 CM,3/8 CIRCULO CILINDRICA, 3,0 CM, ESTERIL. CX C/ 24 UNID.	CAIXA	R$ 79,99	120	R$ 9.598,80
29	353699	GARROTE, LATEX 35 CM, TIPO 2,5 CM	UNIDADE	R$ 8,10	200	R$ 1.620,00
30	353714	IMOBILIZADOR EMBORRACHADO - Tamanho adulto revestimento emborrachado para coluna reforco com reguas internas madeira / plastico resistente tirantes em naylon conectados com engate rapido tipo colete com sacola para transporte	UNIDADE	R$ 229,00	1	R$ 229,00
31	353715	MANTA TERMICA, POLIESTER, ENVELOPE CERCA DE 2,10 CM DE COMPRIMENTO POR 1,40 CM, DESCARTAVEL	UNIDADE	R$ 7,98	24	R$ 191,52
32	353746	PROTETOR PLUMBIFERO, AVENTAL ADULTO PARA TIREOIDE, EQUIVALENCIA DE 0,5MM PB	CAIXA	R$ 190,59	2	R$ 381,18
33	353747	REVELADOR RADIOLOGICO, SOLUCAO AQUOSA CONCENTRADO PARA PROCESSAMENTO AUTOMATICO - 38 LITRO	UNIDADE	R$ 359,99	120	R$ 43.198,80
34	352541	TALA ORTOPEDICA, ETIL VINIL ACETADO (EVA), 102 CM 11,5 CM TAM. GG	UNIDADE	R$ 24,64	10	R$ 246,40
35	352542	TALA ORTOPEDICA, ETIL VINIL ACETADO (EVA), 53 CM 8 CM TAM. P	UNIDADE	R$ 14,19	10	R$ 141,90
36	352543	TALA ORTOPEDICA, ETIL VINIL ACETADO (EVA), 63 CM, 9 CM TAM. M	UNIDADE	R$ 19,64	10	R$ 196,40
37	352544	TALA ORTOPEDICA, ETIL VINIL ACETADO (EVA), 86 CM, 10 CM TAM. G	UNIDADE	R$ 24,55	10	R$ 245,50
38	353708	TERMOMETRO DIGITAL MAXIMA E MINIMA INTERNO / EXTERNO -10 + 50/ - 50 +70, (DE GELADEIRA)	UNIDADE	R$ 89,99	50	R$ 4.499,50

VALOR GLOBAL R$ 75.035,26. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

PRÓ-RÉMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI ME.

CNPJ 05.159.591/0001-68.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353739	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 15 X 40 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 132,00	45	R$ 5. 940,00
2	353740	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 18 X 24 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 100,00	45	R$ 4. 500,00
3	353741	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 24 X 30 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 147,00	45	R$ 6. 615,00
4	353742	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 30 X 40 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 247,13	50	R$ 12. 356,50
5	353743	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 35 X 35 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 237,99	50	R$ 11. 899,50
6	353744	FILME RADIOLOGICO RAIO X, 35 X 43 CM. CX COM 100	CAIXA	R$ 309,99	50	R$ 15. 499,50
7	353702	MASCARA CIRUGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS PREGAS HORIZONTAIS ATOXICA COM ELASTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGENICA DESCARTAVEL PACOTE COM 50 UNIDADE	UNIDADE	R$ 0,16	800	R$ 128,00
8	353703	MASCARA N.95, CLASSE PFF - 2	UNIDADE	R$ 2,12	300	R$ 636,00
9	353709	TUBO ENDOTRAQUEAL, PVC,ISENTO DE LATEX OROTRAQUEAL ARAMADO, 3,0 MM, CONECTOR PADAO BALAO DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSAO, MARCADOR RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNIDADE	R$ 4,01	200	R$ 802,00

VALOR GLOBAL R$ 58.376,50. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 011 DE PRAZO AO CONTRATO 055/2013.

Aditivo nº 011 ao Contrato 55/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **BRP CONSTRUTORA LTDA – ME**, Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de Construção da Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho, na Rua 10 de Maio no Bairro Vila Concórdia, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Prazo: 25/11/2016 A 31/12/2016.**, em 25 de Novembro de 2016, Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 91/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 257 de 16 de Setembro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 91/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Hospedagem, lazer e fornecimento de alimentação para o Grupo da 3a Idade (Conviver/FEAS)**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga – MT. Obteve – se o seguinte resultado: Empresa Vencedora **L.M ORGANIZACAO HOTELEIRA LTDA - R$ 15.407,00 .** Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI – ME.

CNPJ 18.941.818/0001-74.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353678	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100 % ALGODAO, 11 FIOS / CM2 , COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTAVEL COM 500 UNIDADE	UNIDADE	R$ 9,99	2.600,00	R$ 25.974,00
2	350174	ESCOVA ENDOSERVICAL, PLASTICO, MICROCERDAS EM NAYLON, PONTA DA ESCOVA CONICA, CABO C/ 17 A 18 CM E CERDAS C/ APROXIMADAMENTE 2 CM, DESCARTAVEL, ATOXICA,ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. PC COM 100 UNID.	PACOTE	R$ 22,00	80	R$ 1.760,00
3	22529	PAPEL GRAU CIRURGICO, 10 CM 100 M INDICADOR DE ESTERILIZACAO FILME LAMINADO 4 CAMADAS 60 G / M2 - ROLO	UNIDADE	R$ 40,89	50	R$ 2.044,50
4	353705	PAPEL GRAU CIRURGICO, 15CM, 100M, ROLO.	UNIDADE	R$ 60,99	50	R$ 3.049,50
5	353706	PAPEL GRAU CIRURGICO, 20 CM 100 M INDICADOR DE ESTERILIZACAO FILME LAMINADO 4 CAMADAS 60 G / M2 - ROLO	UNIDADE	R$ 85,35	60	R$ 5.121,00
6	353707	PAPEL GRAU CIRURGICO, 35CM, 100M, ROLO.	UNIDADE	R$ 140,00	50	R$ 7.000,00

VALOR GLOBAL R$ 44.949,00. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 92/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 257 de 16 de Setembro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes, com Recurso do FEAS**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga-MT. Obteve – se o seguinte resultado: Empresas Vencedoras **OITO X EIRELI – ME - R$ 21.751,00 - STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - R$ 5.677,00.** Em 24 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 201/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – ME.

CNPJ: 21.536.580/0001-06.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353724	ACESSORIO PARA RADIOLOGICO, ALFABETO CHUMBO BASE ACRILICO, CERCA DE 5 MM, COM CANALETA, ATE 130 LETRAS	UNIDADE	R$ 249,99	2	R$ 499,98
2	353734	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 18 X 24 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X ECRANS, JANELA IDENTIFICACAO BASE VERDE, COM TRAVA	UNIDADE	R$ 498,99	4	R$ 1. 995,96
3	353735	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 24 X 30 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X ECRANS, JANELA IDENTIFICACAO BASE VERDE, COM TRAVA	UNIDADE	R$ 589,99	4	R$ 2. 359,96
4	353736	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 30 X 40 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X ECRANS, JANELA IDENTIFICACAO BASE VERDE, COM TRAVA	UNIDADE	R$ 649,99	4	R$ 2. 599,96
5	353737	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 35 X 35 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X ECRANS, JANELA IDENTIFICACAO BASE VERDE, COM TRAVA	UNIDADE	R$ 632,99	4	R$ 2. 531,96
6	353738	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 35 X 43 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X ECRANS, JANELA IDENTIFICACAO BASE VERDE, COM TRAVA	UNIDADE	R$ 613,10	4	R$ 2. 452,40
7	353748	FIXADOR RADIOLOGICO Para processamento automatico, solucao aquosa concentrada . 38 LITRO	UNIDADE	R$ 132,99	120	R$ 15. 958,80

VALOR GLOBAL R$ 28.399,02. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

PRO-HOSPITAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP.

CNPJ: 10.202.833/0001-99.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353712	AGULHA SUTURA, CILINDRICA, ACO INOX, GR 11	UNIDADE	R$ 1,90	500	R$ 950,00
2	353676	CAMPO OPERATORIO, TECIDO 100% ALGODAO, SIMPLES, 25 CM, 15 CM, 15 FIOS/CM2, ACABAMENTO C/ PONTA AVERLOCK, BRANCA, 4 CAMADAS, CANTOS ARREDONDADOS, CADARCO DUPLO MINIMO 18CM. - PACOTE COM 50 UNID.	UNIDADE	R$ 35,00	200	R$ 7. 000,00
3	353733	CHASSI PARA RADIOGRAFIA ALUMINIO 13 X 18 CM EQUIPAMENTO DE RAIO X PLACA RECOBERTA DE VINIL EM UMA ARMACAO DE POLIU	UNIDADE	R$ 285,00	4	R$ 1. 140,00
4	353679	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100 % ALGODAO, TIPO QUEIJO, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 13 FIOS /CM2, 91 CM 91 M, 4 DOBRAS, EMBALAGEM PLAASTICA INDIVIDUAL. ROLO	UNIDADE	R$ 15,00	1. 200,00	R$ 18. 000,00
5	353718	DETERGENTE ENZIMATICO, A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE- FRASCO	FRASCO	R$ 40,00	60	R$ 2. 400,00
6	353682	DRENO TORACICO, Nº 12 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,65	40	R$ 266,00
7	353694	DRENO TORACICO, Nº 36 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO, DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,45	40	R$ 258,00
8	353680	DRENO TORACICO, Nº 8 EM PVC ATOXICO, TRANSPARENTE, SILICONIZADO COM FIO RADIOPACO DESCARTAVEL, ESTERIAL	UNIDADE	R$ 6,60	40	R$ 264,00
9	353720	ESTOJO INSTRUMENTAL CIRURGICO, ACO INOXIDAVEL, RETANGULAR, 48 CM, 28 CM, 12 CM, PERFURADO.	UNIDADE	R$ 150,00	12	R$ 1. 800,00
10	353700	IODOPOVIDONA PVPI, 10 % SOLUCAO DEGERMANTE 1 LITRO	LITRO	R$ 12,80	800	R$ 10. 240,00

VALOR GLOBAL R$ 42.318,00. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 199/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

REALMED DISTRIBUIDORA LTDA – EPP.

CNPJ: 17.263.792/0001-90.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353697	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-O, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 1/2, CIRCULO CORTANTE, 2,5 CM. ESTERIL CX C/ 24 UNID.	CAIXA	R$ 35,90	220	R$ 7. 898,00
2	352565	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO,0, PRETA, 120 CM,1/2, CIRCULO CILINDRICA, 4,0 CM. CX C/ 24 UNID.	CAIXA	R$ 38,80	220	R$ 8. 536,00
3	353701	IODOPOVIDONA PVPI, 10 % SOLUCAO TOPICA AQUOSA 1 LITRO	LITRO	R$ 12,95	800	R$ 10. 360,00

VALOR GLOBAL R$ 26.794,00. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 194/2016

PREGÃO ELETRÔNICO 88/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **88/2016**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material de Consumo e Permanente para manutenção de PSF, Centro Cirúrgico, Odontologia, Média e Alta Complexidade, SAMU, Pronto Atendimento e Farmácia Básica,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2016** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Empresa vencedora:

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – ME.

CNPJ 11.674.540/0001-77.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	353710	DETECTOR FETAL PORTATIL - Ajuste mecanico, visor digital, botao de controle gabinete metalico ausculta BCF, fluxo sanguineo placenta e cordao, bcf até cerca 200 bpm, ate cerca 2,2 nhz bsateria c alto falante, trandutor entrada auxilliar CF-7001 D	UNIDADE	R$ 626,00	6	R$ 3. 756,00

VALOR GLOBAL R$ 3.756,00. Em 25 de Novembro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA PEDRA PRETA / PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 033/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: Pregão Presencial SRP Nº 033/2016.

OBJETO:O procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP, tipo menor preço por ITEM, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual de aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação do município de Pedra Preta/MT.

DATA DA ABERTURA: Dia 08/12/2016 às 09:00 horas

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (66) 3486-4400/4416.

Pedra Preta - MT, 25 de novembro de 2016.

_____

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1697, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1697, de 25 de NOVEMBRO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **SINVALDO SANTOS BRITO**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o resultado do Concurso Público 001/2016, homologado em 10 de Maio de 2016 e de acordo com o Edital de Convocação nº 004/2016, classificado em 3° lugar no Cargo de TAE Técnico de Desenvolvimento Infantil.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear, LUANNA DE MORAES SOUSA SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2480519-0 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 046.583.731-06, aprovada no Concurso Público 001/2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de **TAE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, 30 horas Semanais, nos termos do art. 31, da Lei Complementar 016, de 11 de Maio de 2011.

Art. 2º - O candidato acima nomeado, submeter-se-á ao cumprimento dos requisitos exigidos para posse, de acordo com o Edital de Convocação nº 004/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Novembro de 2016.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 006/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 006/2016

O Município de Peixoto de Azevedo - MT **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº. 001/2016, em cumprimento a notificação recomendatória do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, SIMP 002349-043/2016, expedido pela Promotora de Justiça Doutora Daniele Crema da Rocha, para comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, situada na Rua Ministro César Cals nº. 226, Bairro Centro, e apresentar documentos e habilitações exigidas no Edital do Certame, e tomarem posse de seus respectivos cargos.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

1° GABRIEL ALEXANDRE DOS SANTOS

Os candidatos acima **CONVOCADOS** deverão apresentar e protocolar no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, destinado ao Presidente da Comissão do Concurso Público 001/2016, os documentos, e cumprir os requisitos elencados abaixo, de acordo com o cargo, no prazo estabelecido, sob pena de decair do direito a posse:

Documentos tipo fotocópias autenticadas em cartório:

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Certidão de Casamento ou Nascimento;

3. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Comprovante de votação da última eleição que anteceder à posse;

8. Título de Eleitor;

9. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade ou certidão de regularidade;

10. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11. Carteira de Habilitação (CNH);

12. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu devidamente registrado pelo MEC;

13. Número de Conta Bancária;

Documentos reconhecido firma em cartório:

14. Declaração de que não acumula ilegalmente cargo público ou que acumula cargos públicos nas hipóteses permitidas em lei;

15. Declaração de Bens;

16. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Documentos originais:

17. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Peixoto de Azevedo MT;

18. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

19. Declaração contendo endereço residencial;

20. Certidão fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, quanto a ações criminais (com trânsito em julgado) em que o concorrente não tenha sido condenado em última instância;

21. Apresentar os seguintes exames e Atestado Médico:

a) hemograma com contagem de plaquetas;

b) urina rotina;

c) glicemia de jejum;

d) TSH;

e) creatinina;

f) ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

m) Atestado de Saúde Física e Mental emitido por Médico do Trabalho.

Os acima convocados que não comparecerem no prazo legal ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, e perderão automaticamente o direito a posse, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT convocar os imediatamente classificados para o cargo, obedecendo a ordem de classificação.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de Novembro de 2016.

SINVALDO SANTOS BRITO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 005/2016

O Município de Peixoto de Azevedo – MT, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº. 001/2016, para comparecerem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, situada na Rua Ministro César Cals nº. 226, Bairro Centro, e apresentarem documentos e habilitações exigidas no Edital do Certame, e tomarem posse de seus respectivos cargos.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

1° WESLEY OLIVEIRA DOS ANJOS

2° MARCELO MAURI SANTOS

Os candidatos acima **CONVOCADOS** deverão apresentar e protocolar no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, destinado ao Presidente da Comissão do Concurso Público 001/2016, os documentos, e cumprir os requisitos elencados abaixo, de acordo com o cargo, no prazo estabelecido, sob pena de decair do direito a posse:

Documentos tipo fotocópias autenticadas em cartório:

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Certidão de Casamento ou Nascimento;

3. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Comprovante de votação da última eleição que anteceder à posse;

8. Título de Eleitor;

9. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade ou certidão de regularidade;

10. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11. Carteira de Habilitação (CNH);

12. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu devidamente registrado pelo MEC;

13. Número de Conta Bancária;

Documentos reconhecido firma em cartório:

14. Declaração de que não acumula ilegalmente cargo público ou que acumula cargos públicos nas hipóteses permitidas em lei;

15. Declaração de Bens;

16. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Documentos originais:

17. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Peixoto de Azevedo MT;

18. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

19. Declaração contendo endereço residencial;

20. Certidão fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, quanto a ações criminais (com trânsito em julgado) em que o concorrente não tenha sido condenado em última instância;

21. Apresentar os seguintes exames e Atestado Médico:

a) hemograma com contagem de plaquetas;

b) urina rotina;

c) glicemia de jejum;

d) TSH;

e) creatinina;

f) ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

m) Atestado de Saúde Física e Mental emitido por Médico do Trabalho.

Os acima convocados que não comparecerem no prazo legal ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, e perderão automaticamente o direito a posse, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT convocar os imediatamente classificados para o cargo, obedecendo a ordem de classificação.

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de Novembro de 2016.

SINVALDO SANTOS BRITO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2016

RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2016

A Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT RETIFICA os extratos de publicações. No jornal AMM pag. 111, de 15/08/2016, DO VALOR: ONDE SE-LÊ VALOR R$: 6.000,00 (Seis mil reais) LEIA-SE VALOR R$: 7.403,66 (Sete Mil e Quatrocentos e Três Reais e Sessenta e Seis Centavos).

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2016.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 050/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de vigência de referente ao contrato **nº 050/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de 31/10/2016, para mais 30 dias compreendendo com fim de vigencia em 30/11/2016 do contrato original, data termo 31/10/2016. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIMA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 23.106.186/0001-63.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2016.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de vigência e execução referente ao contrato **nº 014/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de 25/11/2016, para mais 90 dias compreendendo com fim de vigência e execução em 22/02/2017do contrato original, data termo 24/11/2016. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT **CONTRATADO**: SEBASTIÃO A. BENTO DA SILVA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 20.320.249/0001-91.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/2016.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de execução de referente ao contrato **nº 041/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de **30/11/2016**, para mais 60 dias compreendendo com fim de execução em **28/01/2017** do contrato original, data termo **28/11/2016. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: JOÃO MOREIRA DE SOUZA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 24.307.952/0001-10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 035/2016

CONTRATO N.º 035/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **G.R. SAADE ENGENHARIA**

Objeto: Prestação de Serviço Operacionais e Computacionais de RETAGUARDA Formatação de Relatórios, REVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE APOIO A REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA INTERAÇÃO ENTRE CAD ÚNICO E PMCMV, ADEQUANDO E REALIZANDO O PROCESSO SELETIVO PARA OS EMPREENDIMENTOS GUATÓS I E II EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

Dotação: 050095 – 05.002.008.244.0041.000.02169.0000.339039 – Secretaria Municipal de Assistência Social Emprego e Renda - Manutenção do Programa Bolsa Família.

Valor Global: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Período: 18 de novembro a 31 de Dezembro de 2016.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 016/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 016/2015.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

CONTRATADO: **NUNES GOLGO & ALVES – SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 27 de março de 2016 a 27 de março de 2017.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 109/2013

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 109/2013

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

CONTRATADO: **EMAD CONSTRUTORA LTDA-ME**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 09 de julho de 2016 à 30 de maio de 2017.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO/NOVEMBRO2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOCONTRATO N° 008/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT

CONTRATADO: JOSÉ FRANCISCO DE CAMPOS FILHO

VALOR GLOBAL: 10.800,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 01/12/2016 A 31/05/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO PREGAO N.100/2016-PMPL

PROCESSO N.336/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 100/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA PRODUÇÃO DE LAMA ASFALTICA PARA REALIZAÇÃO DE REJUVENESCIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA.**

CREDENCIAMENTO: das 08h30 às 09h do dia 08 de dezembro 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 09h do dia 08 de dezembro de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LA-

CERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 25 de novembro de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO/2016

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 030/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: INDIVIDUAL NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR 56771290115

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 030/2016, FACE A EMPRESA INDIVIDUAL NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR, QUE CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CUJAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTÃO ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 08/001/2016 E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O PREGÃO Nº. 005/2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 005/2016

DATA: 23/11/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO/2016

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 043/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA SINDICATO RURAL DE PONTES E LACERDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 043/2014, FACE O SINDICATO RURAL DE PONTES E LACERDA, QUE TEM POR OBJETO O LOCAL ONDE SE ENCONTRA CONSTRUÍDA A PISTA DE KART, COM ÁREA DE 8.000 M² (OITO MIL METROS QUADRADOS), UTILIZADO PELA POPULAÇÃO NA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM GERAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDO NO EDITAL E SEUS ANEXOS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE DISPENSA Nº. 020/2014

DISPOSIÇÕES GERAIS: DISPENSA Nº. 020/2014

DATA: 23/11/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB. DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 - PREVIPORTO

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 - PREVIPORTO

O Fundo Municipal de Previdência Social de Porto Esperidião/MT, ***PREVIPORTO, atraves do diretor executivo,*** no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e em consonância com o resultado apresentado pela CPL, e parecer emitido pela Assessoria Jurídica, TORNA-SE PUBLICO o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 da PreviPorto,** referente ao Objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWEAR DE GERENCIAMENTO, SISTEMA DE GESTÃO PUBLICA, CONTÁBIL PATRIMONIAL E PLANEJAMENTO.**

EM FAVOR DA EMPRESA VENCEDORA:

STAF SISTEMAS LTDA, CNPJ: 07.941.056/0001-90

O valor total de: 13.680,00 (treze mil seiscentos e oitenta reais).

Publique-se.

PORTO ESPERIDIÃO MT, 24 DE NOVEMBRO DE 2016

JOSÉ RENATO MARTINS. DIRETOR EXECUTIVO DA PREVIPORTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 372/2016

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado

de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar a pedido a servidora Srª. **FABIANA GRAMULHA DE ANDRADE**, portadora do **RG n.º 1.225.751-6 SSP/MT** e do **CPF n.º 062. 379.958-89** do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matrícula n° **059**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, retroagindo seus efeitos a partir de **05/06/2001**, para fins de regularização.

Artigo 2º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 17 de Novembro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 373/2016

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao Servidor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme relação abaixo:

Nº.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	MARIA DIAS MARÇAL	MERENDEIRA	Sec. Mun. de Adm e Finanças	23/11/16 A 22/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 17 de Novembro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 371/2016

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado

de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar a pedido a servidora Srª. **CÉLIA ALMEIDA DE SENE DAS NEVES**, portadora do **RG n.º 0736836-4 SJ/MT** e do **CPF n.º 570. 712.411-04** do cargo de **PROFESSORA**, matrícula n° **0055**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**, retroagindo seus efeitos a partir de **06/03/2006**, para fins de regularização.

Artigo 2º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 17 de Novembro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 370/2016

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado

de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Artigo 1º) Exonerar a pedido a servidora **Srª. SILMARA NANCI GALBEIRO**, portadora do **RG n.º 1.087.223-0 SJ/MT** e do **CPF n.º 845.220.891-04** do cargo de **PROFESSORA**, matrícula n° **736**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**, retroagindo seus efeitos a partir de **12/03/2001**, para fins de regularização.

Artigo 2º) Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 17 de Novembro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

RREO 5º BIMESTRE DE 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RREO 5º BIMESTRE DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, em cumprimento ao disposto no artigo n.º 165§ 3º das Constituição Federal e Capitulo IX e nos artigos 52, 53, 54, 55 e 77 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com referência a ampla publicidade, vem a publico informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e na Internet nos SITES WWW.amm.org.br e www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**, referente ao 5º Bimestre de 2016.

Porto dos Gaúchos MT, 25 de Novembro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 485/2016

De: 21 de Novembro de 2016

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Maria Helena da Costa Fernandes** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Maria Helena da Costa Fernandes,** nomeada no cargo de 281- Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de 04/11/2016 a 31/12/2016 conforme Comunicado de Decisão da Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 21 de Novembro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 486/2016

De: 24 de Novembro de 2016

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Terezinha Aparecida da Silva Cruz** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Terezinha Aparecida da Silva Cruz,** nomeada no cargo de 280- Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de 19/11/2016 a 03/12/2016 conforme Atestado Medico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 24 de Novembro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA-MT EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 001/2015.

Gilmar Reinoldo Wentz, Prefeito do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso III do Art. 145 da Constituição Federal, combinados com os Artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto – lei Federal nº 195/67 e com a Lei Complementar Municipal nº 013/98 e suas alterações – Código Tributário Municipal, **TORNA PÚBLICO**, o orçamento financeiro e execução própria da obra de pavimentação asfáltica, meio fio e sinalização viária, bem como, a especificação dos materiais a ser aplicados, ficando os proprietários ou possuidores a quaisquer títulos dos imóveis beneficiados pelas obras, conhecimento do custo efetivo da obra e posterior baseado pelos termos da legislação específica a base de cálculo pela valorização dos imóveis beneficiados para efeito da Notificação de Lançamento para a devida cobrança da Contribuição de Melhoria dos munícipes que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária (Lei Municipal nº 877/2014), conforme artigo **12** da citada lei, o qual diz que "As pessoas diretamente beneficiadas com serviços de pavimentação comunitária que não aderirem ao Programa Municipal de Pavimentação Comunitária, serão identificadas para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, de acordo com o estipulado pelo Art. 92, III da Lei Orgânica do Município de

Querência, bem como pelo Art. 209, da Lei Complementar 013 de 28 de outubro de 1998, Código Tributário Municipal", desta forma, segue descrição dos logradouros:

1. Da delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos: Constitui objeto do presente Edital de Contribuição de Melhoria compreendendo as Avenidas Norte, Santa Catarina e Ruas G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8 do Setor G e Avenida Santa Catarina e Ruas H1, H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8 do setor H com as dimensões constantes no Anexo I, que seguem:

ANEXO I DIMENSÕES POR LOGRADOURO

VIA	Nº DE PISTA	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)
Avenida Norte	1	9	695	6255
Avenida Santa Catarina	2	10	910	18200
Rua G1	1	9	140	1260
Rua G2	1	9	140	1260
Rua G3	1	9	140	1260
Rua G4	1	9	140	1260
Rua G5	1	9	140	1260
Rua G6	1	9	140	1260
Rua G7	1	9	140	1260
Rua G8	1	9	140	1260
Rua H1	1	9	140	1260
Rua H2	1	9	140	1260
Rua H3	1	9	140	1260
Rua H4	1	9	140	1260
Rua H5	1	9	140	1260
Rua H6	1	9	140	1260
Rua H7	1	9	140	1260
Rua H8	1	9	140	1260

2. Orçamento total do custo das obras, conforme planilha - Anexo II, que segue:

ANEXO II ORÇAMENTO DA OBRA

3. Determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, conforme o anexo I, constante deste. O valor total para conclusão da obra é de R$ 1.456.119,94 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e dezenove reais e noventa e quatro centavos), sendo que as pessoas diretamente beneficiadas com serviços de pavimentação comunitária que não aderiram ao Programa Municipal de Pavimentação Comunitária, serão identificadas para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, ficando o m² no valor de R$ 33,67 (trinta e três reais e sessenta e sete centavos), que corresponderá ao pagamento pelo contribuinte; Com base no limite proporcional de ressarcimento do valor gasto da obra a ser rateado pelos imóveis beneficiados, tendo como determinação da parcela e o rateio (R) calculados, sob os lotes conforme delimitação da zona beneficiada diretamente pela obra, demonstrado pela fórmula, descrita na Lei Complementar nº 013/98. Base de Cálculo de Alíquota,da Contribuição de melhoria, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento, quando da conclusão da obra, conforme a fórmula que segue:

V

Vc = Xx ------

{V

onde:

Vc - valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria;

Xx - custo da obra ou, se for o caso, parcela do custo da obra a ser financiada;

V - efetiva valorização do imóvel em consequência da obra;

{V - somatório da valorização de todos os imóveis;

Sendo que:

V > Vc - ou seja, a efetiva valorização do imóvel deverá ser igual ou maior do que o valor a ser pago.

4. - Determinação do fator de absorção do beneficio da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; O fator de absorção do beneficio, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente e indiretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) como limite Máximo o custo da obra. 5. - Da valorização do Imóvel:

A medição da Valorização do Imóvel, após a execução das obras, será conhecida por uma comissão formada com 10 (dez) pessoas, através de portaria indicada pelo Executivo Municipal que terá como objetivo de identificar a real valorização por imóvel beneficiado, utilizando como parâmetro os mecanismos existentes como planta de referência cadastral, legislação pertinente e o valor venal do imóvel existente no arquivo do cadastro fiscal imobiliário do Município. O resultado dessa Comissão será transformado em Projeto de Lei Complementar, ser encaminhando ao Poder Legislativo para apreciação e votação, posterior sancionado pelo Pode Executivo, procedendo a sua publicação e em seguida a sua aplicação.

6. – Notificação:

O proprietário ou possuidor a qualquer título do bem imóvel beneficiado, será notificado de acordo com o prescrito no Código Tributário Municipal.

7. – Do Lançamento:

De acordo com o que estabelece no artigo 12 do Decreto-Lei nº. 195/67, a Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte da forma que a sua parcela anual não exceda a 3% (três por cento) do maior valor fiscal do seu imóvel, atualizado à época da cobrança.

8. - Do pagamento: O proprietário ou possuidor a qualquer título do bem imóvel beneficiado, terá como condições para efetuar o pagamento da contribuição de melhoria das obras que trata este Edital, na seguinte condição que segue: a) Em 12 (doze) parcelas que deverão ser quitadas em parcelas mensais e consecutivas; O pagamento realizado após o vencimento, incidirá atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com o estabelecido no Código Tributário Municipal. 9. Da impugnação: Os proprietários, detentores do domínio útil e possuidores a qualquer titulo de imóveis beneficiário, terão prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, através de requerimento dirigido a repartição, entendendo que o requerimento de impugnação de reclamação, bem como quais quer recursos administrativos não suspenderão a administração na pratica dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria. 10. Do local do parcelamento: O parcelamento será feito na Prefeitura municipal de Querência-Setor de Tributos, na Avenida Cuiabá, nº 335, quadra 01, Lote, Setor C - Querência -MT.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência – 23 de Novembro de 2016.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 606 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

"Altera a Lei Municipal n. 378, de 21 de agosto de 2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Reserva do Cabaçal/MT e, dá outras providências"

TARCISIO FERRARI, Prefeito de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação da Lei Municipal n.378 de 21 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12. .....

II - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

Art. 28. A pensão por morte será calculada na seguinte forma:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 1º A importância total assim obtida será rateada em partes iguais entre todos os dependentes com direito a pensão, e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

ESTADO DE MATO GROSSO

VALE DO CABAÇAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS AGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 1º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 2º Não fará jus a pensão o dependente condenado por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 30. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 31. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do RESER-PREVI, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

ESTADO DE MATO GROSSO

VALE DO CABAÇAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS AGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo RESER-PREVI.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

ESTADO DE MATO GROSSO

VALE DO CABAÇAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS AGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea “a” ou os prazos previstos na alínea “c”, ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea “c” do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas “b” e “c” do inciso V do § 1º.

§ 5º É vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 02 (duas) pensões.

Art. 33. A parcela de pensão de cada dependente extingue-se com a perda da qualidade de dependente na forma do art. 9º, procedendo-se novo rateio da pensão, na forma do § 1º, do art. 28, em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 48. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 15,53% (quinze inteiros e cinquenta três centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 12,79% (doze inteiros e setenta nove centésimos por cento) relativo ao custo normal e 2,74% (dois inteiros e setenta quatro centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial amortizada em parcelas constantes durante 28 anos, nos termos do Anexo I desta Lei.

ESTADO DE MATO GROSSO

VALE DO CABAÇAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CIDADE DAS AGUAS

CNPJ: 01.367.788/0001-31

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em JULHO/2016.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 48 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal – MT, 25 de novembro de 2016.

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

EDITAL DE CONCURSO 001/2016

O **Prefeito Municipal** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público 001/2016, através do Decreto n°1611/2016 e Decreto n°1617/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal efetivo da administração pública municipal, ***CONVOCA***os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observada as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO INTERESSE NA VAGA

1.0Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Padre João Bosco, n° 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira, a partir do dia 10/01/2017 a 12/01/2017, no horário das 07:00 h ás 11:00 he 13:00 h ás 17:00 hpara entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Interesse na vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de quaisquer documentos constante no anexo II implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.4 È de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta para recebimento de seus vencimentos pelo Banco Bradesco. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário Bradesco, a fim de realizar a abertura de conta.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2.0 A avaliação dos exames e a emissão atestado médico de aptidão física e mental será realizada pela pericia oficial do Município dar-se-á, conforme portaria a ser publicada em momento anterior à posse.

2.1 Os Exames médico constante no anexo II deverão ser realizado com antecedência, no Maximo 30 dias da data prevista para avaliação médica.

2.2 A não realização da avaliação médica e não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DA POSSE

4.0 Cumpridas às exigências do presente edital, será dada a posse ao candidato observando prazo disposto no item 1 deste edital.

Ribeirão Cascalheira – MT, 24 de novembro de 2016.

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

ANEXO I

Advogado - 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	584	Adriano Raduan

Assistente Social

Class.	Inscrição	Nome
01	405	Silvani Dias Gomes

Contador - 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	774	Heberson Michael Vieira Amaral

Engenheiro Civil – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	302	Luiz Fernando Ferreira Alves

Fonoaudióloga – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	283	Dayhenne Paula Sousa Kil

Médico – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	649	Jose Adson de Sousa

Odontólogo – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	512	Bryana Fayeli Lima Scheffler

Professor Pedagogo – Educação Infantil – 30 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	559	Francielle Dutra de Mello
02	799	Martina Rockenbach Feldkircher
03	313	Priscila Dutra Mello
04	843	Luana Jessica Mota

Psicóloga – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	678	Luiz Fernando Ferreira Alves

Veterinário – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	390	Hallana dos Santos Moura

Agente Ambiental de Saúde – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	756	Vanelza Aparecida da Silva
02	613	Valdemezio Xavier da Silva
03	582	Pablo Campos Gomes
04	569	Joana Darc Pereira de Morais
05	446	Divanir Brito Almeida

Apoio Administrativo Educacional - Limpeza – 30 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	724	Maria Edileuza de França Almeida

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição - 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	421	Priscilliana Ester dos Reis
02	519	Maria das Graças Amorim dos Santos

Técnico em Enfermagem – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	126	Rosangela Cunha

Técnico em Desenvolvimento Infantil – TDI -30 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	111	Cristian Kelly Resende
02	275	Caroline da Rosa Alles
03	200	Adriana Araujo de Freitas Sousa
04	435	Marina de Freitas Assis
05	612	Valeria Cristina Bezerra Lima
06	247	Andreia Ribeiro Batista
07	437	Antonio Carlos Ferreira da Silva
08	837	Pamela Cristina da Silva Schumann
09	90	Marlucia de Lima França
10	441	Luciana Lopes dos Santos
11	622	Keila da Costa Gomes
12	460	Alessandra Fonseca Vieira
13	345	Agda Pereira Marinho
14	28	Antonizete Pereira da Silva
15	88	Talita Ribeiro de Souza Carvalho

Técnico em Saúde Bucal – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	432	Zilda Sturmer
02	578	Keila Silva Santos

Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	369	Beatriz Alves Gama
02	392	Deleon Costa Borges
03	761	Silvania Brito Costa
04	677	Creuza Fonseca dos Santos
05	672	Zuleide Alves de França

Guarda Municipal (vigia) – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	448	Alexandre Aparecido Bueno
02	303	Romildo Martins de Sousa
03	836	Aldeir de Campos Neto
04	38	Flavio Vieira Alves

Servidor de Limpeza Pública – 20 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	461	Rosimar Batista de Alcantes
02	285	Ana Francisca Pereira Galvão

Agente Administrativo – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	739	Gustavo Tiago de Queiroz Maia Santos
02	238	Waldemar Fernandes Pereira Junior
03	323	Cristiane Gouveia de Morais
04	745	Thaynara Rodrigues Pereira Viriato
05	08	Lucélia Lopes de Oliveira

Fiscal de Tributos – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	793	Cintia Carolo de Souza

Técnico Administrativo Educacional – 30 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	302	Valfliene Aparecido de Melo
02	655	Sara Barros de Fonseca

Mecânico – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	560	Alef Victor Araujo Dias

Motorista – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	321	Wilson Paim da Cunha
02	741	Valteir Reis Feitosa
03	544	Hyslande Marques de Oliveira
04	722	Weldemir da Silva
05	258	Fernando Timo Carneiro
06	528	Jorge Joaquim dos Santos
07	684	Leandro Santos Miranda
08	65	Sidivan Rodrigues dos Santos
09	667	Josiano Soares de Sousa

Operador de Maquinas Pesadas – 40 horas

Class.	Inscrição	Nome
01	827	Gleison Gonçalves da Silva
02	803	Valflislei Aparecido Alves de Melo

ANEXO II

Relação de documentos

Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou casamento;

b) Título de eleitor, acompanhado de comprovante de votação da última eleição ou justificativa apresentada à justiça eleitoral;

c) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;

d) Cédula de identidade ou documento equivalente;

e) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

f) Documento de inscrição no PIS/PASEP;

g) Carteira de trabalho – CTPS;

h) Carteira Nacional de Habilitação Categoria D, para cargos de motorista e Operador Maquina Pesada e os demais candidatos (quando houver);

i) Certidão Negativa Civil e Criminal;

j) Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo;

O exame de saúde, de caráter eliminatório, destina-se a constatação mediante exame clínico, análise dos testes e dos exames laboratoriais solicitados, de presença de sinais e sintomas que inabilitem o candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

Na comprovação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo o candidato deverá apresentar-se munido do documento de identidade e do resultado dos exames, abaixo relacionados que concorrerão às suas expensas:

v Raio X da Coluna lombo-sacro com laudo;

v Raio X da Coluna Cervical, com laudo;

v Ultrassom de ombro, cotovelo e punho bilateral, com laudo;

v Avaliação oftalmológica por especialista com laudo;

v Avaliação de saúde mental, com laudo de Médico Psiquiatra;

v Hemograma completo;

v Glicemia (jejum);

v Eletrocardiograma, com laudo para candidatos acima de 40 anos;

v Machado Guerreiro;

v VDRL (Sorologia para Lues);

k) 2 (*duas)* fotos 3x4 recentes;

l) Declaração de bens, na forma da Lei nº 8.429/92; (modelo anexo)

m) Fotocópia autenticada do Diploma ou Certificado de Conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, acompanhado de histórico escolar, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Conselho Estadual de Educação - CEE;

n) Declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa; (modelo anexo)

o) Declaração de compatibilidade de horário, caso exerça outro cargo acumulável nos termos da Constituição Federal; (modelo anexo)

p) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades impeditivas de assumir cargo público; (modelo anexo)

q) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 *(quatorze)* anos, ou menores de 24 *(vinte e quatro)* anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

r) Certidão de Freqüência Escolar dos Filhos;

s) Carteira de Vacinação dos Filhos;

t) RG e CPF do cônjuge;

u) Comprovante de residência e número de telefone para contato;

v) Número de conta bancaria *(Banco do Bradesco);*

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

CAMPO 1		
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR		
NOME:	**R.G.:**	**C.P.F.:**

CAMPO 2		
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPENDENTE		
NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**	
R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**	
R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**	
R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**	
R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**

CAMPO 3			
DADOS DOS BENS E VALORES			
	TIPO	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR**
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
TOTAL			

CAMPO 4
DECLARAÇÃO DO SERVIDOR **Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder a digitação das informações constantes neste formulário, bem como as informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.** **_____ EM ____ / ____ / ___** **_____**

Lei nº 8429/92, Capítulo IV, Da Declaração de Bens:
Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.
§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia de Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no "caput" e no § 2º deste artigo.

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO
Preencher no formulário de declaração de Bens e Valores os bens que o servidor e os dependentes possuem.
Caso o servidor precise informar mais itens, deverá tirar cópias do formulário antes de preencher.

CAMPO 1 :Informe o nome do declarante, o número do RG e o número do CPF.
CAMPO 2 : Informe o nome do dependente, o número do RG, a Unidade da Federação a que pertence o RG, o número do CPF, e o grau de dependência, conforme tabela de códigos de relação de dependência abaixo.
CAMPO 3 :Tipo :: se o bem for próprio, identifique com a letra **"P"**, se for de dependente, identifique com a letra **"D"**;
Discriminação: descreva o bem a ser declarado. Quando não possuir bens informe "NÃO POSSUO BENS A DECLARAR";
Valor : informe o valor de venda do bem declarado;
Total : informe o valor total dos bens declarados.
CAMPO 4 :O servidor deverá assinar o documento informando local e data da declaração.

TABELA

CÓDIGOS DE RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA			
11	Companheiro(a) ou cônjuge	**31**	Pais, avós e bisavós
21	Filho(a) ou enteado(a)	**99**	Outros
24	Irmão(a), neto(a) ou bisneto(a)		

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu,_____RG n°_____ CPF n° _____ **DECLARO**, para fins de posse no cargo _____ na Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira -MT, que **não exerço** cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Ribeirão Cascalheira - MT, ___ de _____ de 201_.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu_____ RG n°_____ CPF n°_____,**DECLARO**, para os devidos fins de posse e exercício no cargo de _____no município de Ribeirão Cascalheira que:

( ) Exerço o cargo, função ou emprego público abaixo:

a) De_____no Município/Estado/União_____, cuja jornada de trabalho é de semanais das ___às ____ horas. Conforme certidão expedida pelo órgão.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Ribeirão Cascalheira - MT_____, de _____201_.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Eu,_____ _____, portador (a) do RG n._____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, **não haver sofrido ou estar cumprindo**, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade de disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Ribeirão Cascalheira - MT, _____ de _____de 201_.

_____

DECLARANTE

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu,_____ _portador(a) RG n°_____inscrito(a) no CPF sob n°_____frente a aprovação o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme edital 001/2016, confirmo o interesse de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Ribeirão Cascalheira – MT,_____de _____de_____

_____

Assinatura do Candidato

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 067/2016

PROCESSO Nº 38 /2016 – CARTA CONVITE N.º 03/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **J. SOARES FERREIRA - ME**, CNPJ nº 19.293.817/0001-23

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma de 05(cinco) pontes de madeira, sendo 01(uma) sobre o córrego Tropical, 02(duas) sobre o Rio São João, 01(uma) córrego Piabanha e 01(uma) sobre o córrego Mateiro, na zona rural do município de Ribeirão Cascalheira – MT

DA ASSINATURA: 11/11/2016

DO VALOR: R$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 90 (noventa) dias.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a Empresa* **J. SOARES FERREIRA - ME**

GABINETE
TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (ART. 79, II, DA LEI 8.666/93) ENTRE O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA E.L. DE SOUZA

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (ART. 79, II, DA LEI 8.666/93)

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016 – Tomada de Preço nº 004/2016

- CONTRATO Nº 043/2016 (CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA E.L. DE SOUZA TENDO POR OBJETO CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DE OBRAS VIÁRIAS NO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016, E PROPOSTA APRESENTADA PELA CONTRATADA).

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis (23/11/2016), de um lado **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.113/0001-73, com sede na Av. Pe. João Bosco, nº 2.918, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Reynaldo Fonseca Diniz, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3290232-2ª Via – SPTC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 593.686.831-15, e de outro a empresa **E. L. DE SOUZA – CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.085/0001-74, com sede à Rua Três

Passos, nº 1.112, Bairro Jardim Tropical, Canarana/MT,através de seu representante legal Eliel Lopes de Souza, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 0699599-3-SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 570.763.321-91, com fulcro no art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/93, há por bem **rescindir amigavelmente o Contrato Administrativo nº 043/2016**, que tinha por objeto a execução de serviços de pavimentação e drenagem de águas pluviais de Obras Viárias no município de Ribeirão Cascalheira-MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Processo Licitatório nº 21/2016, modalidade Tomada de Preços nº 004/2016, e proposta apresentada pela contratada, operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados:

CONSIDERANDO que há conveniência para a Administração no sentido de encerrar as obras que vinham sendo executadas pela empresa contratada;

CONSIDERANDO haver consenso entre as partes sobre a rescisão do presente contrato administrativo;

CONSIDERANDO, ainda, a preservação dos direitos do contratado previstas no inc. II, do § 2º, do art. 79 da Lei 8.666/93, opera-se a presente rescisão com supedâneo no art. 78, XII c/c o art. 79, II, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização da rescisão do contrato, conforme preceitua o artigo 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, a mesma realiza-se com a promoção dos seguintes efeitos:

PRIMEIRO

A rescisão do contrato ora operada tem fundamento no art. 78, XII c/c art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, que ofertam embasamento suficiente para a rescisão amigável do presente ajuste.

SEGUNDO

Realizada a medição, conforme Planilha anexa vistada pelas partes, constatou-se que foram executados 21,72% (vinte e um virgula setenta e dois por cento) das obras objeto do contrato, cujo valor correspondente de R$ 280.681,04 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e um reais e quatro centavos) foi integralmente pago pelo contratante à empresa contratada, pelo que está dá plena, total e irrevogável quitação aos serviços executados, declarando que nada mais há a receber ou reclamar, judicial ou extrajudicialmente.

TERCEIRO

Fica rescindido de pleno direito o Contrato nº 43/2016, objeto do Processo Licitatório nº 21/2016 – Tomada de Preços nº 004/2016.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso e pela parte contratada, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas que também o assinam.

Ribeirão Cascalheira-MT, 23 de novembro de 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ ELIEL LOPES DE SOUZA

MUNICÍPIO DE RIB. CASCALHEIRA E. L. DE SOUZA – CONST. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS

Testemunhas:

1ª - _____

2ª - _____

GABINETE
PORTARIA Nº 101/2016

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2016

“NOMEIA TESOUREIRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomeia a Senhora Vanderleia Pereira da Silva, brasileira, portador da cedula de Identidade RG n. 15457745 SSP/MT e inscrita no CPF sob n. 026.485.051-30 residente e domiciliada neste Municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de Tesoureira, nivel DAS-2, desta Prefeitura.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 100/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 225/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) JOELICE PEREIRA DE OLIVEIRA,

Enfermeira, Matrícula 688

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***“Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.”***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Joelice Pereira de Oliveira, Matrícula nº 688, ocupante do cargo de Enfermeira e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe “A”, do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 101/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 252/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) TEREZINHA GOMES TEMPONI,

Auxiliar de Serviços Diversos, Matrícula 331

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Terezinha Gomes Temponi, Matrícula nº 331, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 102/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 244/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) KELI CRISTINA DOS SANTOS,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 495

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Keli Cristina dos Santos, Matrícula nº 495, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "C", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 103/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 242/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ARMANDO AUGUSTO ARAÚJO,

Vigia, Matrícula 054

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Armando Augusto Araújo, Matrícula nº 054, ocupante do cargo de Vigia e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 104/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 240/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ROGERIO LOPES SANGI,

Farmacêutico/Bioquímico, Matrícula 693

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Rogério Lopes Sangi, Matrícula nº 693, ocupante do cargo de Farmacêutico/Bioquímico e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 105/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 254/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) MARIA MARTA ANDRADE,

Agente de Combate ás Endemias, Matrícula 771

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Maria Marta Andrade, Matrícula nº 771, ocupante do cargo de Agente de Combate ás Endemias e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 107/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 248/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) SONIA DA LUZ NOGUEIRA,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 787

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Sonia da Luz Nogueira, Matrícula nº 787, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 108/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 246/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ROZIENE SILVA CASTRO SANTOS,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 811

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Roziene Silva Castro Santos, Matrícula nº 811, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 116/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 257/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) MARILZA GOMES DE ALMEIDA,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 0124

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Marilza Gomes de Almeida, Matrícula nº 0124, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 117/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 261/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) Bett Sabah Marinho da Silva,

Enfermeira, Matrícula 0687

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Bett Sabah Marinho da Silva, Matrícula nº 0687, ocupante do cargo de Enfermeira, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "B", do Anexo II, Tabela I.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 109/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 238/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) RAUL DE BARROS,

Vigia, Matrícula 679

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Raul de Barros, Matrícula nº 679, ocupante do cargo de Vigia e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 110/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 241/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) CARLOS AUGUSTO CARVALHO,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 770

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Carlos Augusto Carvalho, Matrícula nº 770, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 113/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 229/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) LESSANDRA ARAÚJO DE OLIVEIRA,

Agente Administrativo, Matrícula 441

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Lessandra Araújo de Oliveira, Matrícula nº 441, ocupante do cargo de Agente Administrativo e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "C", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 112/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 235/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) VILMAR RODRIGUES DE CARVALHO,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 518

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Vilmar Rodrigues de Carvalho, Matrícula nº 518, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 111/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 233/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) GILSON SOUZA DOS SANTOS,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 109

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Gilson Souza dos Santos, Matrícula nº 109, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 114/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 227/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) PATRICIA GUEDES DE OLIVEIRA,

Técnico em Higiene Dental, Matrícula 026

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Patrícia Guedes De Oliveira, Matrícula nº 026, ocupante do cargo de Técnico em Higiene Dental e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 086/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 234/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) MILTON LOPES ALVES,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 616

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 09-11, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 008;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Milton Lopes Alves, Matrícula nº 616, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 087/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 226/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) AMANDA VENDRAMEL GARCIA,

Odontóloga, Matrícula 778

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Amanda Vendramel Garcia, Matrícula nº 778, ocupante do cargo de Dentista e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 088/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 258/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ELEXON DA COSTA,

Visitador Sanitário, Matrícula 916

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Elexon da Costa, Matrícula nº 916, ocupante do cargo de Visitador Sanitário e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível II, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 089/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 260/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ELAINE ALVES,

Técnica de Enfermagem, Matrícula 814

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 009;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Elaine Alves, Matrícula nº 814, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 090/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 250/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ANA MARIA PEREIRA DA COSTA CONTE,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 838

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Ana Maria Pereira da Costa Conte, Matrícula nº 838, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 115/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 243/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ADRIANA RAQUEL TAVARES,

Auxiliar Administrativo, Matrícula 057

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Adriana Raquel Tavares, Matrícula nº 057, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 091/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 245/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) MARCELINA MEIRELES DE MORAIS,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 122

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Marcelina Meireles de Morais, Matrícula nº 122, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 092/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 251/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ANDREIA MARIA DA COSTA DOURADO,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 775

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Andréia Maria da Costa Dourado, Matrícula nº 775, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 093/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 230/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) BENTO CANDIDO GONÇALVES,

Auxiliar de Serviços Diversos, Matrícula 029

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Bento Candido Gonçalves, Matrícula nº 029, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe "A", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 094/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 249/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) SHEILA JOSÉ DE OLIVEIRA,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 718

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls. 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Sheila José de Oliveira, Matrícula nº 718, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "B", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 095/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 253/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) HOSANA NUNES DOS SANTOS,

Agente Comunitário de Saúde, Matrícula 757

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Hosana Nunes dos Santos, Matrícula nº 757, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe "C", do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 096/GAB/PMR/2016

ATO ADMINISTRATIVO Nº 096/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 239/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) REINALDO RIBEIRO DE BRITO JUNIOR,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 689

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***"Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências."***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Reinaldo Ribeiro de Brito Junior, Matrícula nº 689, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016

(PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe “B”, do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 097/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 228/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) JANETE MIRANDA CARDOSO,

Agente de Portaria, Matrícula 120

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***“Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.”***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento da Servidora Janete Miranda Cardoso, Matrícula nº 120, ocupante do cargo de Agente de Portaria e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível III, Classe “B”, do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 098/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 236/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) WILSON SILVA NASCIMENTO,

Agente de Vigilância, Matrícula 013

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***“Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.”***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Wilson Silva Nascimento, Matrícula nº 013, ocupante do cargo de Agente de Vigilância e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016 (PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe “A”, do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

ATO ADMINISTRATIVO Nº 099/GAB/PMR/2016

Proc. administ. nº : 232/2016-GABINETE PREFEITA

OBJETO:Requerimento do servidor (a) ROBERTO EUGENIO DOS SANTOS,

Motorista de Veículos Leves, Matrícula 132

BETT SABAH, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a aprovação da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, que ***“Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS - da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município Rondolândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.”***

Considerando que o parecer técnico da Comissão de Avaliação e Enquadramento acostado às fls 10-12, dá conta que todos os requisitos legais e regulamentares exigíveis do(a) servidor(a) requerente e previstos na lei da carreira, bem como, as normas aplicáveis previstas na lei do Regime Jurídico Único foram cumpridos, concluindo ao final estar apto no procedimento de enquadramento em referência ao Art. 93 da referida Lei;

Considerando o parecer jurídico anexo de folhas 09;

Enfim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de enquadramento do Servidor Roberto Eugenio dos Santos, Matrícula nº 132, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo o enquadramento, nos termos do art. 93 da LCM nº 014/2016

(PCCS - SUS), por ter cumprido as exigências do art. 99, Pár. Único da LCM nº 014/2016.

b) Nos termos da Lei Complementar nº 014/2016 de 04 de Abril de 2016, enquadro o servidor para Nível IV, Classe “A”, do Anexo II.

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete da Prefeita, aos 22 de Setembro de 2016.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 028/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA FANEM LTDA.

Ata do Pregão Eletrônico Nº028/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa **FANEM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.100.244/0001-30, situada na Rua Arthur Carl Schmidt, Nº 186 – Cumbica nº 186 – Bairro: Grarulhos, São Paulo/SP – CEP 07.222-050, representado neste ato pelo seu procuradora a Sra. VILMA SILVA COSTA MARTINS, brasileira, casada, supervisora de licitação, RG nº 21.694.770-4 SSP/MT, CPF 181.216.448-36, residente e domiciliado na Rua Gregória Vilalva, nº 79, Jardim Cepecê – São Paulo/SP, conforme Pregão Eletrônico nº 028/2016, nos termos da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
05	02	UND	FANEM MOD. 020	**RESERVATÓRIO PARA REANIMADOR NEONATAL** - MANUAL, COM BALÃO AUTO-INFLÁVEL EM SILICONE, VÁLVULA DE ADMISSÃO DE AR COM CONEXÃO PARA ENTRADA DE OXIGÊNIO, ACOMPANHA,MÁSCARA COM BOJO TRANSPARENTE E COXIM EM SILICONE,TAMANHO RECÉM NASCIDO, VÁLVULA UNIDIRECIONAL COM ACOPLAMENTO EXTERNO PARA MÁSCARA, VÁLVULA DE ESCAPE, VÁLVULA DE CONTROLE COM BOLSA RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO E EXTENSÃO COM CONECTOR, ACONDICIONADO EM MALETA TRANSPARENTE.	120,00	240,00
12	02	UND	FANEM MOD 2085	**BERÇO AQUECIDO COM FOTOTERAPIA** - COM SERVO CONTROLE E SISTEMA DE CALOR IRRADIANTE. LEITO COM ALTURA FIXA OU AJUSTÁVEL. SISTEMA DE CONTROLE ELETRÔNICO MICROPROCESSADO. RELÓGIO APGAR INCORPORADO. MODOS DE OPERAÇÃO MANUAL E AUTOMÁTICO (SERVO CONTROLE). AQUECEDOR GIRATÓRIO (180°) PARA FACILITAR PROCEDIMENTOS DE RADIOGRAFIA. LATERAIS REBATÍVEIS EM ACRÍLICO, ACIONADA COM SOMENTE UMA DAS MÃOS. SISTEMA DE INCLINAÇÃO DO LEITO COM AUXÍLIO HIDRÁULICO OU ELÉTRICO. ACOMPANHA: MOVIMENTO HORIZONTAL DA PANTALHA/ELEMENTO AQUECEDOR, SISTEMA ELÉTRICO PARA MOVIMENTO TREDELENBURG, HORIZONTAL E PROCLIVE. O EQUIPAMENTO DEVERA SER FABRICADO E CERTIFICADO CONFORME: NORMAS TÉCNICAS NBR IEC 60601-1 + EMENDAS OBRIGATÓRIAS - PRESCRIÇÕES GERAIS PARA SEGURANÇA. NORMAS TÉCNICAS NBR IEC 60601-1-2 – COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA, PRESCRIÇÕES GERAIS PARA SEGURANÇA.NORMAS TÉCNICAS NBR IEC 60601-2-21 + EMENDAS OBRIGATÓRIAS - PRESCRIÇÕES PARTICULARES PARA SEGURANÇA DE BERÇO AQUECIDO. O EQUIPAMENTO COTADO DEVERÁ POSSUIR REGISTRO NA ANVISA-MS, VOLTAGEM BIVOLT E GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.	13. 000,00	26. 000,00

DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

FANEM LTDA

CNPJ sob o nº 61.100.244/0001-30

VILMA SILVA COSTA MARTINS

RG nº 21.694.770-4 SSP/MT

CONTRATADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 027/2016- AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Pregão Presencial Nº028/2016

Validade: 12 (doze) meses

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa **INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 90. 909.631/0001-10 situada na Rua Beco José Paris, 339 – Pavilhão nº 19 – Bairro: Sarandi, Porto Alegre/RS – CEP 91140-310, representado neste ato pelo seu procurador o Sr. ARTHUR JORGE DE ALMEIDA MORAES, brasileira, solteiro, engenheiro civil, RG nº 004.051.788-0 (DETRAN-DIC/RJ), CPF

511.125.237-15, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos Hospitalar** para atender o município de Rosário Oeste/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	Quant.	Unid	Marca	Descrição	Val. unit	Val. total
02	02	und	INSTRAMED	**DESFRIBRILADOR OU REANIMADOR** CARDIOVERSOR COM MONITOR MULTIPARÂMETRO E OXIMETRO - EXTERNO AUTOMÁTICO DEA - EQUIPAMENTO COMPACTO, LEVE, PORTÁTIL, MICRO PROCESSADO, DE 150 JOULES NO PRIMEIRO CHOQUE E 200 JOULES NOS SUBSEQUENTES PARA MELHOR EFICÁCIA NA REVERSÃO DE ARRITMIAS, ADAPTÁVEL A QUALQUER PACIENTE, DE TAMANHO REDUZIDO, TECNOLOGIA DE ONDA BIFÁSICA, EXPONENCIAL TRUNCADA, EM CONFORMIDADE COM O GUIDELINE 2005. PROJETADO PARA ATENDIMENTO EM EMERGÊNCIAS CARDÍACAS E APLICAÇÃO COM USO DE PÁS ADESIVAS, SISTEMA AUTOMÁTICO DE AVALIAÇÃO DE ECG QUE DETECTA COMPLEXOS QRS E IDENTIFICA AUTOMATICAMENTE ARRITMIAS MALÍGNAS QUE NECESSITAM DE DESFIBRILAÇÃO AUTOMÁTICA. ANÁLISE DA IMPEDÂNCIA TORÁCICA COM AUMENTO DA EFICÁCIA NA DESFIBRILAÇÃO. BATERIA DE LITHIUM NO MÍNIMO DE 50 CHOQUES.	5. 500,00	11. 000,00

Valor Global R$ 11.000,00 (onze mil reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT , 18 de outubro de 2016.

_____

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ sob o nº 90.909.631/0001-10

ARTHUR JORGE DE ALMEIDA MORAES

RG nº 004.051.788-0 (DETRAN-DIC/RJ)

CPF 511.125.237-15

CONTRADADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 028/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA EQUIPOS COMERCIAL LTDA –ME.

Ata do Pregão Eletrônico Nº028/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa EQUIPOS COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.674. 540/0001 - 77, situada na Rua Perola, Nº 38, sala 3 – Vila Oliveira –Rolândia/PR – CEP 86600000, representado neste ato pela Sra. WILDIMARA OLIVEIRA DDE MORAES, brasileira, casada, RG nº 5.528.707-4 SSP/PR, CPF 822.368.369.53, residente e domiciliado na AV. Luigi Amorese, nº 5674, Jardim Leonor – Londrina/PR, conforme Pregão Eletrônico nº 028/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
08	02	UND	EMAI	**BISTURIS ELETRÔNICOS** MICROPROCESSADOR, COM COMANDOS DIGITAIS QUE PERMITEM ACIONAR O EQUIPAMENTO COM UM LEVE TOQUE NA PRÓPRIA CANETA PORTA-ELETRODOS, SAÍDA BIPOLAR COM O MINIMO DE NOVE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS PODEM SER PROGRAMADOS, COMANDOS SIMPLES, DEVIDAMENTE SINALIZADOS POR INDICADORES LUMINOSOS, COMANDO ATRAVÉS DO PEDAL OU NA PRÓPRIA CANETA PORTA-ELETRODOS, SISTEMA DE SEGURANÇA DOTADO DE UM ALARME SONORO E VISUAL COM BLOQUEIO DO FUNCIONAMENTO, DIFERENTES NIVEIS DE BLEND (MISTURA DE CORTE E COAGULAÇÃO), COMANDO POR TECLAS DO TIPO UP-DOWN, DIMENSÕES MÍNIMA DE (L,P,A) 265X265X120MM PESO MÍNIMO E MÁXIMO ENTRE 4,8KG A 6KG. ACESSÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO AO APARELHO: 02 (DUAS) CANETAS, 01 (UMA) PLACA, 01 (UM) PEDAL, 10 (DEZ) ELETRODOS E 01 (UMA) UNIDADE DE TRANSPORTE COM RODÍZIOS, VOLTAGEM DE ENTRADA 127/220V VAC, 50/60 HZ, FREQUÊNCIA BÁSICA DE OPERAÇÃO: 400 KHZ APROX. E POTÊNCIA DE RÁDIO FREQUÊNCIA NA SAÍDA (CARGA DE 500 OHMS), GARANTIA DE 18 (DEZOITO) MESES.	4.960,00	9.920,00
11	02	UND	CARCI	**INFRA VERMELHO** - SUPORTE PEDESTAL COM REFLETOR MÓVEL PARA LÂMPADA INFRA VERMELHO FABRICADO EM AÇO CARBONO, INTERRUPTOR - LIGA/DESLIGA INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO VOLTAGEM - BIVOLT 110V OU 220V, (PORÉM A LÂMPADA DEVE SER ADEQUADA A VOLTAGEM DA REGIÃO) ALTURA REGULÁVEL- MÁX: 135CM E MÍN: 85CM BASE - COM RODIZIOS DIMENSÕES – 90 X30X30CM (CXLXE) PESO – 2 KG GARANTIA - 6 MESES ASSESSORI: **LÂMPADA INFRA VERMELHO INCLUSO.**	1.499,00	2.998,00
14	01	UND	KSS	**MESA CIRÚRGICA** COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: BASE RETANGULAR COM RODÍZIOS DUPLOS GIRATÓRIOS MÍNIMO 5 POLEGADAS, COM ACIONAMENTO DAS RODAS POR SISTEMA MOTORIZADO; ELEVAÇÃO: COMPOSTA DE 04 COLUNAS GUIA E 04 HASTES DE AÇO CROMO DURO RETIFICADO; CHASSIS: EM AÇO INOXIDÁVEL 304; COMANDO DE MOVIMENTOS POR SISTEMA ELÉTRICO ACIONADO POR CONTROLE REMOTO A CABO; CABECEIRA E PERNAS REMOVÍVEIS COM A MESMA LARGURA; TAMPO EM FIBRA DE CARBONO; DIVIDIDO EM 05 SEÇÕES: DORSO, CABECEIRA, ASSENTO, RENAL E PERNAS; RÉGUA EM INOX PARA O ANEXO DE ACESSÓRIOS; MOVIMENTOS MOTORI-	15.000,00	15.000,00

				ZADOS, ATRAVÉS DE SISTEMA ELÉTRICO ACIONADO POR CONTROLE REMOTO A CABO E COM CONTROLE DE EMERGÊNCIA NO PRÓPRIO PAINEL DA MESA, PARA: REGULAGEM DE ALTURA DE 750 A 1070MM, TRENDELEMBURG, PROCLIVE OU REVERSO DE TRENDELEMBURG E DESLOCAMENTO LONGITUDINAL DO TAMPO EM 300MM PARA CADA LADO; MOVIMENTOS MECÂNICOS: RENAL E CABECEIRA; MOVIMENTOS PNEUMÁTICOS: PERNAS; DEVE PERMITIR AS SEGUINTES POSIÇÕES: TRENDELEMBURG, PROCLIVE OU REVERSO DE TRENDELEMBURG, HORIZONTAL, LATERAL ESQUERDA E DIREITA, SEMI-FLEXÃO DE PERNA E COXA, FLEXÃO ABDOMINAL, SEMI-SENTADO, SENTADO, LITOTÔMICA, RENAL E EXTREMA LORDOSE; A CABECEIRA DEVERÁ PERMITIR SER TROCADA PELA PERNEIRA E VICE-VERSA; DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 2040MM; LARGURA: 550MM; ALTURA MÁXIMA: 1070MM: ALTURA MÍNIMA: 750MM; CAPACIDADE: PACIENTES ATÉ 350 KG; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 110/220V, E BATERIA; ACOMPANHA: 01 JOGO DE COLCHONETES EM VISCO ELÁSTICO, 01 ARCO DE NARCOSE, 01 PAR DE PORTA COXAS, 01 PAR DE SUPORTE DE BRAÇOS, 01 PAR DE OMBREIRA; APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA; CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO; DEVERÁ ATENDER A NORMA IEC 60601/1-2-46; MANUAL EM PORTUGUÊS; APRESENTAR CATÁLOGO COLORIDO DO PRODUTO.		

Valor Global R$27.918,00 (vinte e sete mil novecentos e dezoito reais)

DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

EQUIPOS COMERCIAL LTDA – ME

CNPJ sob o nº 11.674.540/0001 - 77

WILDIMARA OLIVEIRA DDE MORAES

RG nº 5.528.707-4SSP/PR

CONTRATADA

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÂO ELETRÔNICO Nº 028/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA ALFA MED SISTEMA MÉDICOS LTDA.

Ata do Pregão Eletrônico Nº028/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11. 405.384/0001 - 49, situada na Av Acadêmicos Nilo Figueiredo, nº 2049, SI. 01 Bairro Joana Darc, Lagoa Santa/MG – CEP 33.400-000, representado neste ato pela Sra. LEDIANE ALVES PINHEIRO, brasileira, casada, RG nº M4.913.585 SMG/MG, CPF 004.012.496-70, residente e domiciliado na Rua Hum , nº 80, Distrito Industrial Genesco Aparecido de Oliveira Lagoa Santa/MG, conforme Pregão Eletrônico nº 028/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
07	02	UND	EDAN	**ELETROCARDIOGRAMA** - POSSUINDO LAUDO INTERPRETATIVO, BATERIA INTERNA, MEMÓRIA, TELA LCD E SOFTWARE PARA EXAMES EM COMPUTADOR.VOLTAGEM DE ENTRADA 127/220V VAC, 50/60 HZ, FREQUÊNCIA BÁSICA DE OPERAÇÃO: 400 KHZ APROX. E POTÊNCIA DE RÁDIO FREQUÊNCIA NA SAÍDA (CARGA DE 500 OHMS), GARANTIA DE 18 (DEZOITO) MESES.	4. 600,00	9. 200,00

Valor Global R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais)

DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA

CNPJ sob o nº 11.405.384/0001 - 49

LEDIANE ALVES PINHEIRO

RG nº M4.913.585 SMG/MG

CONTRADADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1469 - 2016

LEI Nº. 1.469/2016,

De 25 de Novembro de 2016.

"Altera a Lei Municipal 1.411/2015, e da outras providencias"

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, prefeito do Município de Rosário Oeste - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída verba indenizatória ao Prefeito Municipal no valor R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para atender despesas decorrentes do exercício do cargo.

Parágrafo Único: a verba indenizatória de que trata o *caput* será paga mensalmente ao Prefeito em efetivo exercício de suas atividades do cargo.

Art. 2º. Fica instituída verba indenizatória aos Secretários Municipais e Procurador Municipal, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) de forma compensatória ao não recebimento de diárias, adiantamentos, dentre outras despesas inerentes ao cargo para custeio de viagens a trabalho dentro do Estado.

Parágrafo Primeiro: As despesas compensatórias vinculadas ao recebimento da verba indenizatória não incluem despesas com viagens para fora do Estado.

Parágrafo Segundo: a verba indenizatória de que trata o caput será paga mensalmente aos Secretários e Procurador Municipal que estejam em efetivo exercício do cargo.

Art. 3º. A verba indenizatória prevista nesta lei não cobrirá gastos de terceiros, bem como não incorporará definitivamente na remuneração do agente político e Procurador Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta às expensas de dotação orçamento consignados no orçamento.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, em 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1470 - 2016

LEI Nº 1.470/2.016,

de 25 de Novembro de 2016.

AUTORIA: Mesa Diretora

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA PARA OS VEREADORES E O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE MANDADO LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída na Câmara Municipal de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, **verba** de natureza **indenizatória** no efetivo exercício da função parlamentar para o Vereadores o valor de R$ 2.500,00 (*mil e quinhentos reais*) e para o Presidente, o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo exercício da atividade parlamentar, nos termos do artigo 37, § 11 da Constituição Federal.

Art. 2º - A verba de que trata o *caput* do artigo 1º, será paga mensalmente, até o ultimo dia útil do mês, através de transferência bancaria na respectiva conta corrente dos titulares.

Parágrafo Único – Durante os meses de recesso, não será devido o pagamento da verba indenizatória.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 4º - O valor pago a titulo de verba indenizatória, considerando o previsto no artigo 1º, será para custeio das atividades parlamentares realizados exclusivamente na sede do Município de forma compensatória, sendo exigida a apresentação de relatório mensal das atividades desempenhadas, até o dia 10 do mês subseqüente ao recebimento, conforme Anexo I, que fará parte integrante da presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1.367/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1467 - 2016

LEI N.º 1.467/2016,

de 25 de Novembro de 2016.

"Revoga as Leis 1.441/2009, 1.331/2013 e 1.204/2010, e autoriza o Município de Rosário Oeste - MT a firmar convenio(s) com finalidade de auxilio no transporte de acadêmicos de Rosário Oeste – MT regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior nas cidades de Diamantino-MT, Cuiabá-MT e Várzea Grande-MT, e da outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e **ELE** sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder executivo municipal autorizado a celebrar convênios com finalidade de auxilio no transporte de acadêmicos de Rosário Oeste – MT regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior nas cidades de Diamantino-MT, Cuiabá-MT e Várzea Grande-MT, consistente na concessão mensal de 1.600,00 (um mil e seiscentos) litros de combustível, tipo óleo diesel.

§ 1º - Para pleitear celebração de convênios com a Administração Publica Municipal os Acadêmicos de Rosário Oeste – MT matriculados nas Instituições de Ensino Superior de Diamantino-MT, Cuiabá-MT e Várzea Grande – MT interessadas devem se organizar através de Associações de Acadêmicos.

§ 2º - Em caso da existência de mais de uma Associação de acadêmicos de Rosário Oeste – MT a quantidade de combustível destinada ao auxilio no transporte deverá ser divida em partes iguais entre as mesmas independente do numero de alunos matriculados em cada Associação;

§ 3º - Os repasses poderão ser realizados diretamente as Associações correspondentes podendo ser repassado a empresa ou pessoa física que preste serviços de transporte as Associações mediante autorização expressa das mesmas.

§ 4º - Em caso de interrupção no transporte por prazo superior a 02 (dois) dias, os repasses previstos por esta Lei serão suspensos.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais de n° 1.441/2009, 1.204/2010 e 1.331/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1466 - 2016

LEI N° 1.466/2016 de 25 de Novembro de 2.016

"Revoga a Lei Municipal 931/2002 e o Decreto Municipal 167/2003 que institui no Município de Rosário Oeste - MT, a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federa, e traz nova regulamentação para Custeio da Iluminação Pública, e da outras providencias."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e **ELE** sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Ficam revogadas a Lei Municipal 931/2002 e Decreto Municipal 167/2003 que instituiu no Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso a Contribuição para Custeio de Iluminação Pública – CIP, prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal, e traz nova regulamentação para Custeio da Iluminação Pública no Município de Rosário Oeste - MT.

Parágrafo Único – O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Artigo 2º - É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do município.

Artigo 3º - Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do município.

Artigo 4º - A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Publica – CIP será calculada pela aplicação das alíquotas sobre o valor da tarifa de fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação publica vigente, definido pelo Governo Federal.

§ 1º – As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo media em kWh, conforme tabela anexa, que é parte integrante desta lei.

§ 2º - Ficam isentos da contribuição para Custeio da Iluminação Pública no âmbito do Município de Rosário Oeste - MT os prédios e unidades consumidoras pertencentes ao Poder Publico Municipal de Rosário Oeste – MT e os consumidores da classe rural.

Artigo 5º - A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º - Fica autorizado o ente Publico Municipal a buscar meios através de convenio ou documento congênere diretamente com a Concessionária de Energia Elétrica local para estabelecer a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição de que trata esta Lei.

§ 2º - O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia elétrica para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que eventualmente, o município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º - O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "*caput"* deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 4º - Servirá como título hábil para a inscrição:

I – a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no Art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II – a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III – outro documento que contenha os elementos previstos no Art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º -Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Artigo 6º -Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Parágrafo Único – para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública na cidade de Rosário Oeste - MT previstos nesta Lei.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a aplicação desta lei mediante Decreto, caso necessário.

Artigo 8º – Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação revogando-se disposições em contrario, em especial a Lei Municipal 931/2002 e o Decreto Municipal 167/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

T*abela Anexa*

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP

CLASSE	CONSUMO Kw/h MENSAL	ALÍQUOTA
Residencial	0 à 30	1%
31 à 50	2%	
51 à 70	3%	
71 à 100	4%	
101 à 140	5%	
141 à 180	6%	
181 à 220	7%	
221 à 300	8%	
301 à 400	9%	
401 à 500	10%	
501 à 600	12%	
301 à 700	14%	
701 à 800	16%	
801 à 1000	18%	
101 à 1200	20%	
1201 à 1500	22%	
1501 à 999999	24%	

Comercial, Industrial e Poder Publico	0 à 30	2%
31 à 50	3%	
51 à 70	4%	
71 à 100	5%	
101 à 140	6%	
141 à 180	7%	
181 à 220	8%	
221 à 300	10%	
301 à 400	12%	
401 à 500	14%	
501 à 600	16%	
301 à 700	18%	
701 à 800	20%	
801 à 1000	22%	
101 à 1200	24%	
1201 à 1500	26%	
1501 à 999999	28%	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1468/2016

de 25 de Novembro de 2016

AUTORIA: MESA DIRETORA

"Altera 1.449/2016, e da outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Reformula o anexo II da Lei Municipal 1.449/2016, conforme tabela anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste- MT, 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROJETO DE LEI Nº 030/2016

ANEXO II- LEI 1.449/2016

TABELA DE VENCIMENTO

CLASSE	NIVEL 01	NIVEL 02	NIVEL 03	NIVEL 04
A	1.234,42	1.509,39	2.556,90	3.348,78
B	1.289,92	1.577,32	2.672,02	3.499,47
C	1.345,41	1.645,16	2.786,90	3.649,97
D	1.401,91	1.712,94	2.901,72	3.939,43
E	1.456,33	1.780,76	3.016,62	3.950,85
F	1.508,19	1.848,61	3.132,25	4.116,77
G	1.563,54	1.983,55	3.246,50	4.252,96
H	1.641,71	2.028,96	3.408,83	4.401,81
I	1.723,79	2.050,10	3.579,26	4.552,36
J	1.914,62	2.152,61	3.758,23	4.779,39
L	2.010,34	2.260,23	3.946,15	5.018,98
M	2.110,86	2.373,25	4.143,45	5.269,92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1465/2016

ÍNDICE

LIVRO PRIMEIRO

Artigo

- Disposição Preliminar 1º e 2º

TITULO I

CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I - Da Legislação Tributária 3º à 5º
Seção II - Das Limitações do Poder de Tributar 6º e 7º
Seção III - Parte Especial – Tributos Municipais 8º
TITULO II
DOS CADASTROS FISCAIS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção Única - Das Disposições Gerais 9º à 12
CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO NO CADSATRO FISCAL IMOBILIÁRIO
Seção Única - Da Inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário 13 à 21
CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL
DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
Seção Única - Da Inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas 22 à 27
TITULO III
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE
PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
Seção I - Da Hipótese de Incidência e Fato Gerador 28 à 33
Seção II - Do Sujeito Passivo 34
Seção III - Da Planta Genérica de Valores 34 à 38
Seção IV - Da Base de Calculo e Alíquota 39 à 43
Seção V - Do Lançamento e Arrecadação 44 à 51
Seção VI - Das Isenções 52
Seção VII - Das Infrações e Penalidades 53
CAPÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
Seção I - Da Hipótese de Incidência e Do Fato Gerador 54 à 56
Seção II - Do Sujeito Passivo 57 à 60
Seção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 61 à 69
Seção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 70 à 86
Seção V - Das Isenções 87
Seção VI - Das Infrações e das Penalidades 88
CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER – VIVOS
DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS
Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência 89 à 92
Seção II - Da Não Incidência 93
Seção III - Dos Contribuintes 94
Seção IV - Da Base de Cálculo e das Alíquotas 95 à 99
Seção V - Da Arrecadação do Imposto 100 à 106
Seção VI - Da Restituição do Imposto 107
Seção VII - Da Impugnação e Recursos 108 à 111
Seção VIII - Das Obrigações dos Serventuário da Justiça 112 à 115
TITULO IV
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DA TAXA DE SERVIÇO PÚBLICO
SEÇÃO ÚNICA
TAXA DE SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 116 à 118
Subseção II - Do Sujeito Passivo 119
Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 120
Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 121 à 125
Subseção V - Das Isenções 126
Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 127
CAPITULO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA
SEÇÃO I
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Subseção I - Da Hipótese da Incidência e do
Fato Gerador 128 à 130
Subseção II - Do Sujeito Passivo 131
Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 132
Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 133 à 136
Subseção V - Das Isenções 137 à 139
Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 140
SEÇÃO II
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE
FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL
Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 141 à 142
Subseção II - Do Sujeito Passivo 143
Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 144
Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 145 à 149
Subseção V - Das Infrações e das Penalidades 150
SEÇÃO III
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE
VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL
Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 151 à 153
Subseção II - Do Sujeito Passivo 154
Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 155 à 156
Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 157 à 163
Subseção V - Das Isenções 164
Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 165
SEÇÃO IV
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE
COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE
Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 166 à 167
Subseção II - Do Sujeito Passivo 168
Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 169

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 170 à 173

Subseção V - Das Isenções 174

Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 175

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE APROVAÇÃO, EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 176 à 178

Subseção II - Do Sujeito Passivo 179

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 180

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 181 à 185

Subseção V - Das Isenções 186

Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 187

SEÇÃO VI

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 188 à 191

Subseção II - Do Sujeito Passivo 192

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 193

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 194 à 197

Subseção V - Das Isenções 198

Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 199

SEÇÃO VII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE ABATE DE ANIMAIS

Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 200 à 201

Subseção II - Do Sujeito Passivo 202

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 203

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 204 à 209

Subseção V - Das Isenções 210

Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 211

SEÇÃO VIII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 212à 215

Subseção II - Do Sujeito Passivo 216

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 217

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 218 à 224

Subseção V - Das Isenções 225

Subseção VI - Das Infrações e das Penalidades 226

TITULO V

CAPÍTULO ÚNICO

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Subseção I - Da hipótese de Incidência e do Fato Gerador 227 à 230

Subseção II - Do Sujeito Passivo 231 à 232

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota 233 à 235

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação 236 à 241

Subseção V - Das Infrações e das Penalidades 242

LIVRO SEGUNDO

PARTE GERAL

TITULO I

DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPITULO I

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Da Administração Tributária 243

CAPITULO II

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I - Das Modalidades 244

Seção II - Do Fato Gerador 245 à 246

Seção III - Do Sujeito Ativo 246 à 247

Seção IV - Do Sujeito Passivo 249 à 255

Seção V - Do Domicilio Tributário 256 à 257

CAPITULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I - Das Disposições Gerais 258 à 260

Seção II - Da Constituição do Crédito Tributário 261

Seção III - Do Lançamento 262 à 272

Seção IV - Da Reclamação Contra o Lançamento 273 à 275

Seção V - Da Cobrança e do Recolhimento 276 à 282

Seção VI - Da Restituição 283 à 289

Seção VII - Da Suspensão do Crédito Tributário e

de suas modalidades 290 à 301

Seção VIII - Da Extinção do Crédito Tributário e

de suas modalidades 302 à 320 Seção IX - Da Exclusão do Crédito Tributário e de suas modalidades 321 à 326

CAPITULO IV

DAS GENERALIDADES DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Seção I - Das Disposições Gerais 327 à 343

Seção II - Da Atualização Monetária, Juros de mora e multas 344

TITULO II

DO PROCEDIMENTO FISCAL

CAPITULO I

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I - Da Consulta 345 à 351

Seção II - Da Fiscalização 352 à 360

Seção III - Das Certidões 361 à 367

Seção IV - Da Dívida Ativa Tributária 368 à 384

CAPITULO II

DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I - Da impugnação 385 à 388

Seção II - Da Notificação Fiscal, Do Auto de

Infração e do Auto de Apreensão 389 à 397

Seção III - Do Termo de Apreensão 398 à 402

Seção IV - Da Defesa 403 à 408

Seção V - Das Diligencias 409 à 412

Seção VI - Dos Prazos 413 à 414

Seção VII - Da Primeira Instancia Administrativa 415 à 417

Seção VIII - Da Segunda Instancia Administrativa 418 à 422

Seção IX - Da Execução das Decisões finais 423

- Disposições Finais 424 à 427

Tabelas Em Anexo I à XI

LEI MUNICIPAL 1.465/2016

de 25 de Novembro de 2.016

SÚMULA.

Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Rosário Oeste – Estado de Mato Grosso e da Outras Providências.

João Antônio da Silva Balbino, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

LIVRO PRIMEIRO

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei institui o Código Tributário do Município de Rosário Oeste – Estado de Mato Grosso, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e a Fazenda Pública Municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre o fatos gerador, a incidência, alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos Tributos Municipais e estabelece normas de Direito Tributário a eles pertinentes, tendo a denominação de **" C.T.M. - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT ".**

Art. 2º - Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecendo aos mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, e demais normas complementares e Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TITULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA APLICÁVEL AO MUNICÍPIO

Art. 3º - A expressão **" Legislação Tributária "**, compreende as leis decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º – O executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido pelo Código Tributário Nacional (Decreto Lei n.º. 5.172 de outubro de 1966) e legislação federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º – São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeira e Segunda instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal.

III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ ou Estadual.

SEÇÃO II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 6º - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional função ou por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) - em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentou;

b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir imposto sobre:

a) - patrimônio, renda ou serviços da União, Estado e do Município.

b) - templos de qualquer culto;

c) - patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativos atendido os requisitos da Lei;

d) - livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

§ 1º - As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas "a" a "d" da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 5.172/66 –(Código Tributário Nacional), e isentas de outros tributos municipais, de acordo o estabelecido nesta Lei.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Art. 7º - Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos ou a sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;

V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos Tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

VII - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.

§ 1º - Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC- (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da correção do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§ 2º – A atualização a que se refere o parágrafo primeiro, deste artigo, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

SEÇÃO III PARTE ESPECIAL – TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 8º - Ficam instituídos os seguintes tributos Municipais**:**

I - IMPOSTOS: - A serem cobrados pelo Município são os seguintes

a) - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano;

b) - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN);

c) - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição.

II - TAXAS: – A serem cobradas pelo Município são as seguintes:

a) - De Serviço Urbano, é devida pela utilização, efetiva ou potencial, prestado pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária, que é:

Taxa de Coleta de Lixo.

b) - De Fiscalização, é o poder de policia administrativa do Município para prévio exame, dentro do seu território, das condições de localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza, e é devida para cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade públicas, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências de especifica sobre o assunto, que são:

Taxa de Fiscalização para Licença de Localização e/ou Funcionamento de estabelecimento de atividades de qualquer natureza;

Taxa de Fiscalização para Licença de Funcionamento em Horário Especial;

Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de publicidade em Geral;

Taxa de Fiscalização para licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante;

Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação, Execução de Obras, Instalação, arruamentos e Loteamento Particular;

Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Carga;

III - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRAS PÚBLICAS.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º - Serão instituídos por Decreto do Executivo Municipal, os preços e tarifas públicos, não compreendidos como taxa de prestação de serviços, constante no inciso II do artigo 8º deste Código.

TITULO II

DOS CADASTROS FISCAIS CAPÍTULO I SEÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º – O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

§ 1º - O Cadastro Fiscal Imobiliário compreende:

a) – os lotes de terrenos com edificação ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;

b) – os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural.

§ 2º - O Cadastro Fiscal das Atividades Econômicas, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de industria, de comércio e os prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais e/ou temporários lucrativos ou não, existentes no Território do Município.

§ 3º - Entende-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 10 – Todos proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior, e aqueles que, individualmente ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas ou não no Município, estarão sujeitos à inscrição obrigatória do Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 11 – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 12 – A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente os relativos à cemitério, contribuição de melhoria.

CAPÍTULO II

SEÇÃO ÚNICA

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Art. 13 – Todos os imóveis, edificados ou não, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, em quaisquer situação e que incide o lançamento do IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário pelo órgão competente.

Parágrafo Único – A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;

II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e funcionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.

III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "in loco ";

IV - a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anteriores.

Art. 14 – Para complementar a inscrição do cadastro fiscal imobiliário dos imóveis urbanos Urbanizáveis ou de expansão urbana, serão os responsáveis obrigados a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

§ 1º - São responsáveis pelo fornecimento de informações complementares:

I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;

II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III – o compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis;

IV - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade a compra e a venda de bens imóveis.

§ 2º - As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código para os infratores.

§ 3º - Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 15 – O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, que poderá, a seu critério, colocá-lo à venda na rede comercial local, ou fornecê-la no próprio setor competente, cobrando a taxa devida.

Art. 16 – Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, e os dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde correrá a ação.

Parágrafo Único – Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 17 – Os responsáveis por loteamento, ficam obrigados a fornecer, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior hajam sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números da quadra e dos lotes, e o valor do contrato de venda, juntamente com a cópia da certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita a anotação e atualização no cadastro fiscal imobiliário.

Art. 18 – Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15(quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 19 – Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5(cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou contratos de compromisso de compra e venda no mês anterior, com os nomes de outorgantes e respectivos valores.

Art. 20 – Somente será concedido "habite-se" à edificação nova ou aceitas obras em edificação, reconstrução ou reforma, caso o Cadastro Fiscal Imobiliário afirme, no respectivo processo, já haver sido procedida a atualização cadastral do imóvel em questão.

Art. 21 – Os imóveis não inscritos e/ou informações não prestadas no prazo e forma desta Lei, bem como aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé ou dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória, ou quando "in loco", o servidor credenciado tiver seus trabalhos dificultados, embaraçados ou impedido de cadastramento ou recadastramento, serão considerados infratores.

Parágrafo Único – Nos casos mencionados neste artigo, as autoridades fiscais competentes poderão lavrar Auto de Infração, lançamento no Cadastro Fiscal Imobiliário os dados obtidos através de fiscalização e outras informações, lançando a multa, de conformidade com os incisos do artigo 53, deste Código.

CAPÍTULO III

SEÇÃO ÚNICA

DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 22 – A inscrição no cadastro fiscal das atividades econômicas exercidas no município será feita pelo responsável do estabelecimento, ou seus representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, formada pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo Único – A inscrição, a critério da administração municipal, poderá ser promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem móvel;

II – de conformidade com os incisos II à IV, do parágrafo único, do artigo 13, deste Código.

Art. 23 – A entrega da ficha de inscrição, deverá ser feita antes da respectiva abertura dos negócios.

Art. 24 – A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único – No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 25 – A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura, por intermédio de requerimento expondo todos elementos necessário do fato, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da paralisação.

§ 1º - A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02 (dois) anos, não podendo ser feita retroatividade.

§ 2º - A anotação no cadastro, será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividade ou negócios e produção, indústria, comércio ou prestação de serviços.

§ 3º - Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da inscrição, a transferência e/ou a venda do estabelecimento.

Art. 26 - Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro fiscal Socioeconômico, nos seguintes casos:

I – para suspensão:

a) – não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;

b) – não for atendida a convocação para o recadastramento.

II – para cancelamento:

a) – quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no cadastro Fiscal sócio-econômico;

b) – não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;

Art. 27 – Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único – Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

TITULO III

DOS IMPOSTOS CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA SEÇÃO I DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 28 - A hipótese de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel**,** pornatureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município

Art. 29 - A incidência do Imposto Independe:

I - da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II - do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 30 - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbanas e/ou em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do **caput** deste artigo e que enquadrarem-se aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelo órgão competentes, que seja destinadas à habitação, industria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a residencial de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

§ 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

Art. 31 - bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º - Considera-se terreno o bem imóvel:

a) - sem edificação;

b) - em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) - em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) - cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 32 - O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 33 - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "mortis-causa".

Parágrafo Único - Para a lavratura de escritura pública, relativa à bem imóvel, é obrigatório à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal, o não cumprimento, ficam solidariamente obrigados a este pagamento, todas as partes contratantes, bem como os tabeliães, escrivãs e demais serventuários do ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão do seu ofício, ou pela omissões por que forem responsáveis e ficarão sujeito as penalidade deste Código.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 34 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel**.**

§ 1º - Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, dele estar isento ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º - Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 3º - O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeito passivo da obrigação tributária.

SEÇÃO III DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Art. 35 - A planta genérica de valores consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Rosário Oeste - MT, através do loteamento dos imóveis prediais e territoriais localizados na zona urbana, em áreas urbanizáveis, de expansões urbanas do Município.

§ 1º - A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais;

I - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre Transmissão “inter-vivos” de bens imóveis e direitos reais a eles relativos;

III - Contribuição de Melhoria.

Art. 36 - Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção, serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário;

II - custos de produção;

III - locações correntes;

IV - características da região onde se situa o imóvel;

V - fator de obsolescência;

VI - padrão ou tipo de construção.

§ 1º - Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;

II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 37 - A planta genérica de valores será atualizada, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizam, bem como os preços correntes no mercado, por Lei especifica, para o exercício de 2014, fica prevalecendo a planta genérica de valores utilizada no exercício de 2013.

Parágrafo Único - Quando não forem objeto da atualização prevista neste artigo, os valores serão atualizados, com o estabelecido no parágrafo único do artigo 424, deste Código.

Art. 38 - Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 39 - A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizava ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel.

Parágrafo Único - O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I - ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II - no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada a frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III - no caso de imóvel construído, conforme o inciso I, do artigo 39 deste Código, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV - no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terão seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente na referida tabela.

Art. 40 – Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 41 – O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas :

I - para imóvel construído:

a) – 1%(um por cento).

II - para imóvel não construído (terreno):

a) - 3%(três por cento).

III – para distritos:

a) - 1%(um por cento), tratando-se de imóvel não edificado e sem benfeitoria necessária, conforme regulamento;

b) – 0,5%(meio por cento), tratando-se de imóvel, com edificação e benfeitorias necessárias, conforme regulamento.

§ 1º - Toda gleba terá seu valor venal reduzido em até 20%(Vinte por cento).

§ 2º - Entende-se por gleba, porção de terra independentemente de sua localização, que tiver área de 10000m2 (dez mil e metros quadrados) acima, e não destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativo vegetal ou agroindustrial, somente ao imóvel que destinar a residência de recreio ou lazer, independente de sua dimensão ou localização, excluindo área (setor) industrial.

§ 3º - A gleba terá o benefício fiscal de acordo com as benfeitorias necessárias, conforme em regulamento.

Art. 42 - Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos Imóveis Urbano, áreas urbanizáveis e de expansão urbanas, de conformidade com o Art. 37, ou com o determinado em seu Parágrafo Único.

Art. 43 – O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a 03 (três) UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal).

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 44 - O lançamento do Imposto, a ser feito pela autoridade administrativa, sempre que possível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, levando-se em conta por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Parágrafo Único - Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos do Imposto taxas e tarifas públicas em único documento de arrecadação municipal.

Art. 45- Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º - Quando o imóvel pertencer a espólio, far-se-á o lançamento em nome deste e feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 5º - O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação será enviado aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, se em nome deste estiver inscrito no cartório de registro de imóveis.

Art. 46 - Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 47 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 48 - O Imposto será pago de uma vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro, a critério da Administração Pública Municipal, definidos em regulamento.

§ 1º - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente no pais.

§ 2º - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única beneficiara de desconto de 20% (vinte por cento).

§ 3º - O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vencidas.

Art. 49 - A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprios, retificadas as folhas dos lançamentos existentes, bem como lançamento substitutivo.

Art. 50 - Os lançamento relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falta da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, isentos da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 51 - O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento.

SEÇÃO VI

DAS ISENÇÕES

Art. 52 - fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município o bem imóvel:

I - pertencente a particular, quando à fração cedida gratuitamente para uso da União , dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de suas autarquias, desde que homologado em cartório;

II - pertencente a agremiação desportiva licenciada, sem fins lucrativos, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

IV - pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividade culturais, recreativas ou esportivas;

V - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI - os estabelecimentos beneficentes e assistencial sem fins lucrativos, de atendimento à indigentes, à infância e a velhice desamparada.

VII – o contribuinte com mais de 60 (sessenta) anos, aposentado ou pensionista, que possua apenas o imóvel utilizado para sua residência, e que tenha uma renda familiar mensal de até 01(um) salário mínimo definido pelo governo federal;

VIII – o contribuinte deficiente físico, terá direito apenas ao imóvel utilizado para sua residência, e que tenha uma renda familiar mensal de até 01(um) salário mínimo definido pelo governo federal;

IX – os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, com atendimento totalmente gratuito;

X - as áreas que constituam reserva florestal, comprovadamente por órgão credenciado.

Parágrafo Único - A isenção será concedida a pedido do proprietário que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será anualmente reformulado, até a data do vencimento da Cota Única ou da primeira parcela, o não cumprimento do estabelecido, fica o Setor competente da administração municipal impedido de proceder a devida a concessão.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 53 - Serão punidas com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades, as seguintes infrações:

I – multa de 20%(vinte por cento), quando do não comparecimento do contribuinte à Prefeitura Municipal para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de sua alterações, no prazo de 20(vinte) dias a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações da já existente;

II – multa de 40%(quarenta por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.

III – multa de 100%(cem por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qual qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento " in loco ".

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficarão sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I, II e alínea "b" do art. 344.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA SEÇÃO I DA HIPOTESE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 54 – O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, tem como fato gerador a prestação, por empresa ou por profissional autônomo no território do Município, com ou sem estabelecimento fixo, não se constitua como atividade preponderante do prestador, de serviço constante da lista no Artigo 56, deste Código.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2o - Ressalvadas as exceções expressas na lista indica no caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3o - O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4o - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 55 - A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

a) - da existência de estabelecimento fixo;

b) - do resultado financeiro do exercício da atividade;

c) - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

d) - do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

e) - da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicilio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII quando o imposto será devido no local.

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1° do art. 1° desta Lei complementar;

II – da instalação dos andaimes palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa.

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa

IV- das demolições, no caso dos serviços descritos subitem 7.04 das lista anexa

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

XI – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República);*

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§2º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 3º - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;

IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência ou ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 4º - A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento prestador, desde que seja no território do Município.

§ 5º - São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidos as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.

§ 6o - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 7o - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 8o - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 56 – Sujeitam-se ao Imposto, os serviços de:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro**e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

7.15 – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relaciona-

dos com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, aparthotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – Shows, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congênere.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, remissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – .....*(item sem especificação de serviço por ter sido vetado na Lei Complementar 116/03, pelo Presidente da República)*

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier**e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Parágrafo Único - Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 57 - Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço, constante no artigo 56 deste Código.

Art. 58 - Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regime de imunidade ou isenção, se utilizar de serviços de terceiros, quando:

I - os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:

a) – de pagamento efetuado, sob forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

b) – pagamento efetuado sob forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

II - a pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:

a) – integralmente se alienante cessar a exploração da atividade;

b) – subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.

III - os que sublocarem, ceder ou transferirem a terceiro as inscrição de sua propriedade, ou que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;

IV - a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, á responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;

§ 1º - O disposto no inciso III, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º - A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.

Art. 59 – Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:

I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;

II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas

pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de bens sinistrados;

III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;

IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;

V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão-de-obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;

VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

VII – às construtoras, em relação aos serviços sub-empreitados;

VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;

IX - o prestador de serviço e não comprovar imunidade ou isenção;

X - o Município, inclusive sua autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;

XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagas as empresas corretoras de imóveis;

XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XIV - os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XV - os frigoríficos que contratar serviços de terceiros;

XVI – Sujeição Passiva – pelo regime de Substituição Tributária, quando o tomador dos serviços e responsável solidariamente com o prestador dos serviços para recolhimento do tributo.

XVII - quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviços de terceiros.

§ 1º - A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN**,** incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.

§ 2º - Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o 15º útil dia do mês subsequente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, dos incisos I, II e alinea "b" do art. 344, deste Código.

§ 3º - Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outras atividades sujeitam ao ISSQN, bem como baixar Normas Complementares para aplicação do disposto neste artigo.

§ 4º - O Substituo Tributário deverá apresentar relatório mensal, contendo o nome da inscrição no cadastro econômico, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido.

Art. 60 – A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

SEÇÃO III BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 61 - A base de cálculo do imposto é preço bruto do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota segundo o tipo do serviço prestado mensal do contribuinte e quando o serviço for prestado em caráter pessoal, será aplicada anualmente em quantidade de UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), de conformidade com a Tabela/Anexo-I, deste Código.

Art. 62 - Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

§ 1º - Na hipótese de serviços prestados, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 2º - Na prestação do serviço a que se refere o item 100 da lista anexa, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão de ponte que una dois Municípios.

§ 3º - A base de cálculo apurado nos termos do parágrafo anterior:

I – é reduzida, nos Municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio, para sessenta por cento de seu valor;

II - é acrescida, nos Municípios onde haja posto de cobrança de pedágio, do complemento necessário à sua integralidade em relação à rodovia explorada:

§ 4º - Para efeitos do disposto nos § § 2º e 3º, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos eqüidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Art. 63 – Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como deduzíveis, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros. vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.

§ 1º - Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 2º - Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 3º - Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal, mediante respectivo montante.

§ 4º - Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimento bancários e demais instituições financeira, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas extras últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada pelos mesmo prestadores de serviços, em convênio com instituições públicas ou privadas desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Art. 64 - O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art. 65 – Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselhar, para facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributarias e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 66 - Quando definido tratamento adequado de acordo proposição do artigo anterior será observadas as seguintes normas relativas ao cálculo.

I – com base em informações do sujeito passivo em que outros elementos informativo serão estimados o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro depende da aprovação do Secretário Municipal de Finanças.

II - quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, optará pelos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

Art. 67 - Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sem que, fundamentalmente:

I - o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II - o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III - ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV - sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V - o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 68 - Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo Prefeito Municipal levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I - os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) - folha de salários pagos, honorários de direitos, retiradas de sócio ou gerente;

c) - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;

d) - 10% (dez) por cento, do valor venal do imóvel ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo.

e) - despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 69 – Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondente do valor das subempreitada, sobre as quais já tenham incidido o imposto.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 70 - O Imposto será lançado:

I - uma única vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12(doze) par- celas, de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo, à critério da Administração Pública Municipal, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, conforme em regulamento;

II - mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art. 71 - Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação à bens, negócios ou atividade de terceiros.

§ 2º - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios o fato gerador de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;

II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;

IV - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 3º - O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 4º - Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 5º - Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Art. 72 – Os livros fiscais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelos contribuintes durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.

§ 1º - A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis.

§ 2º - Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver incidência do imposto e a exigir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

Art. 73 - Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 74 - A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações previstas na legislação vigente;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V - quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 75 - O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – o previsto nos incisos e alíneas do art. 68, deste Código;

III - o local onde se estabelece o contribuinte.

Parágrafo Único - A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 76 - Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 77 - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

Art. 78 - Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 79 - O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do Exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 80 - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser o regulamento.

Art. 81 - As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitos à incidência do imposto serão lançados a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Art. 82 - Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 83 - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único - Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 84 - No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I - serão estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensal;

II - findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito a restituição do Imposto pago a mais;

III - qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) - recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b) - restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 85 - Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributarias, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto, atendendo o disposto no art. 66, deste Código.

Art. 86 - Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do inciso II do art. 72, independentemente do pagamento do preço ser efetuado a vista ou em prestações.

SEÇÃO VI DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art. 87 - São imunes ou isento do imposto:

I – Imune:

a) – as exportações de serviços para o exterior do País;

b) – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

c) – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

II – Isenção:

a) - os locadores de livros novos e usados;

b) - os promotores de concertos, recitais, shows, avant-première, cinematográficas, exposições, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistências e desportivos sem finalidade lucrativa;

c) - de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

d) - os jornais ou periódicos, bem como as estações rádio-emissoras destinadas a caráter e de interesse da coletividade;

e) - as casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa;

§ 1º - Não se enquadram no disposto no **inciso I, da alínea "a"** os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

§ 2º - A isenção será concedida a pedido das pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será reformulada, por período fracionário ou anualmente, a critério da Fazenda Municipal.

SEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 88 - As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Multa de importância igual a 10% (dez por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) – iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) – deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

c) – apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;

d) – deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

e) – deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

f) - deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;

g) – negar-se a exibir livros e documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização;

h) – apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II - multa de importância igual a 20%(vinte por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) - falta de livros fiscais;

b) - falta de escrituração do Imposto devido;

c) - dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) - falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

III - multa de importância igual 30%(trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) - falta de declaração de dados;

b) - erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV - multa de importância igual a 50%(cinqüenta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) - falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) - falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

c) - retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;

d) - sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e) - embaraço ou impedimento à fiscalização.

V - multa de importância igual a 70%(setenta por cento) sobre diferencia entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude;

VI – Multa de importância igual a 100%(cem por cento) sobre o valor imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VII - multa de importância igual a 200%(duzentos por vento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficaram sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I e II alínea "b" do art. 344, deste Código

CAPITULO III

DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER- VIVOS DE BENS

IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 89 - O imposto sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I - a transmissão a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos em Lei Civil,

II - a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto de direitos reais por garantia;

III - a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Art. 90 - Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e venda;

II - a doação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contínuos;

IV - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos substabelecimentos;

V - a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI - a cessão de direito do arrematante ou adjudicatório, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

VII - a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados neste Município;

VIII - a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

IX - todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, Inter-Vivos, por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Art. 91 - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o impostos não incide sobre transmissão dos bens ou direitos quando:

I - decorrente da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nele subscrito;

II - decorrente da incorporação, fusão, cisão ou de extinção de pessoa jurídica;

III - ocorrer substabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer para efeito de receber, o mandatário, a escritura definitiva do imóvel;

IV - decorrente de retrocesso, ao voltarem os bens ao domínio do alienante por falta de destinação do imóvel desapropriado;

Parágrafo Único - O correndo a hipótese prevista no item IV, o imposto pago não será restituído.

Art. 92 - O disposto nos incisos I e II do artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º - Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50%(cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica a adquirente, nos 2(dois) anos anteriores ou nos (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2(dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3(três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 93 - O imposto não incide sobre as transmissões de imóveis:

I - para a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, respectivas autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quando destinados aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II - para partidos políticos, inclusive suas entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos;

III - para servirem de templo de qualquer culto;

IV – usucapião.

§ 1º - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

a) - não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º - A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.

SEÇÃO III

DOS CONTRIBUINTES

Art. 94 - São contribuintes do imposto:

I - o concessionário ou adquirente dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II - na permuta, cada um dos permutantes;

III - os mandatários;

IV - o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando da decorrer transmissão do bem usufruído.

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 95 - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, dos bens ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, e considerando o de maior base de cálculo.

Art. 96 - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

Art. 97 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, a parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 98 - Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

Art. 99 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação a que se refere a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e Legislação Complementar:

a)- sobre o valor efetivamente financiado: 0,5%(meio por cento);

b) - sobre o valor restante: 2%(dois por cento);

II - conjunto habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação: 0,5% (meio por cento);

III - demais transmissões a título oneroso: 2%(dois por cento);

IV - em quaisquer outras transmissões: 2%(dois por cento).

SEÇÃO V

DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 100 - Excetuados as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato.

Art. 101 - Na arrematação, adjudicação ou remissão, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias desses atos, sempre antes da assinatura da respectiva carta.

Parágrafo Único - No caso de oferecimento de embargos o prazo se constará da sentença transitada em julgado

Art. 102 - O imposto será recolhido dentro da data estipulada na guias e documentos de arrecadação estabelecidos pela Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 103 - O pagamento do imposto far-se-á junto à repartição arrecadadora ou rede bancária credenciada.

Art. 104 - O comprovante do pagamento do imposto será sujeito a revalidação, quando a transmissão da propriedade ou direitos a ela relativos não efetivar, dentro data de sua emissão.

Art. 105 - Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 106 – Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o devido recolhimento.

§ 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

SEÇÃO VI

DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Art. 107 - O imposto só será restituído quando:

I - indevidamente recolhido ou nulidade do ato jurídico;

II – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária e em decisão definitiva; ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago;

III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no art. 1.136 do Código Civil;

SEÇÃO VII

DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 108 - O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30(trinta) dias.

Parágrafo Único - A impugnação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Art. 109 - Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15(quinze)dias.

Art. 110 - Reduzido o valor venal proceder-se-á à restituição da diferença do imposto pago em excesso.

Art. 111 - As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria de Economia e Finanças observadas as normas pertinentes à matéria.

SEÇÃO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS

DA JUSTIÇA

Art. 112 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivãs e oficiais de notas e do Registro de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, sob pena de pagamento de multa de 100%(cem por cento) sobre o valor do imposto devido, respondendo solidariamente pelo imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 113 - Os serventuários da justiça são a facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Art. 114 - Os tabeliões, escrivãs e oficiais de notas e do Registro de Imóveis remeterão, mensalmente, à repartição fiscal do município, relação das averbações, anotações, registros e transações envolvendo bens imóveis ou distritos reais a eles relativos, efetuados no cartório.

Art. 115 - O Secretário de Administração Geral do Município comunicará à autoridade competente qualquer embaraço à ação fiscal criado pelos serventuário da Justiça.

TITULO IV

DAS TAXAS

CAPÍTULO ÚNICO

DA TAXA DE SERVIÇO PÚBLICO

SEÇÃO ÚNICA

DA TAXA DE COLETA DE LIXO

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 116 - A hipótese de incidência da Taxa de Coleta de Lixo, considera-se o conjunto heterogêneo de materiais sólidos provenientes das atividades humanas.

Art. 117 – Constitui fato gerador da Taxa é a utilização, efetiva ou potencial do serviço prestado de coleta de lixo pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, compreendendo os seguintes serviços:

I – remoção de lixo;

II – destinação final do lixo recolhido, por meio de incineração, tratamento ou qualquer outro processo adequado determinado pela administração municipal.

§ 1º - Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionados em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e gerado em imóvel edificado.

Art. 118 - A Prefeitura Municipal poderá, proceder a remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado, mediante ao pagamento no ato da solicitação do Serviço prestado de coleta de lixo, fixada por Decreto do Executivo, como preço e tarifas públicas, inclusive a remoção dos seguintes resíduos e materiais:

I - restos de limpeza e de podação por volume acima de 100 (cem) litros;

II - animais mortos de pequeno, médio e grande porte;

III - móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda de 100(cem) litros;

IV - resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior o quantificado no § 1º, do artigo 117, desta Lei;

V - resíduos originários de mercados e feira;

VI - entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100(cem) litros;

VII - resíduos líquidos de qualquer natureza;

VIII - lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros considerados deteriorados;

IX - resíduos e materiais radioativos;

X - resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres;

XI – sobra de construção, demolição e assemelhados;

XII – remoção de lixo, conforme § 1º do artigo 117, deste Código, quando realizado em horário especial;

XIII - demais serviços de coleta de lixo, não expressa neste artigo, e que por sua natureza e características assemelham-se, excluindo o quantificado no § 1º, do artigo 117, deste Código.

Parágrafo Único - Caso à Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 119 - O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.

Parágrafo Único – Em relação aos incisos I à XII, do Artigo 118 desta Lei, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetivo ou potencialmente, quando solicitado ou não.

SUBSEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 120 - A base de cálculo da Taxa da Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado da seguinte forma:

I – referente ao § 1º, do artigo 117 deste Código, pelo tipo de utilização do imóvel e por dependência edificada, multiplicado em quantidade de UFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no Art. 424, deste Código, de acordo com a formula de cálculo e com a tabela abaixo:

TCL = QDE X QUPFMX UFM

ONDE:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo;

QDE = Quantidade de dependência Edificada;

QUPFM= Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

TABELA DE COLETA DE LIXO	
Discriminação por Tipo e dependência edificada	**Quantidade em UPFM ao ano**
a) – residência por dependência: I – dependência de 01 a 04 II – dependência de 05 a 07 III – dependência de 08 a 10 V – dependência de 11 a 13 V – dependência de 14 a 16 VI – dependência de 17 a 20 VI – acima de 20 dependências	2,0 3,0 4,0 5,0 6,0 7,0 8,0
b) – comércio: I – micro II - pequeno porte III – médio porte IV – grande porte	3,0 4,50 5,50 7,00
c) – serviço: I - Micro I – pequeno II. – médio III – grande	2,0 2,5 4,0 6,5
d) – indústria: I – pequena II – média III – grande	5,00 10,00 20,00
e) – agropecuária: I – pequena II – média III – grande	8,00 10,00 12,00

§ 1º - Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal, conforme determinação em regulamento.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 121 - A Taxa será lançada anualmente, quando trata-se do inciso I do artigo 120 e em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 122- À Administração Municipal poderá, se lhe for conveniente, delegar por concessão o serviço de coleta de lixo a terceiros, empresas privadas ou sociedades de economia mista, mediante concorrência pública, nos termos da Lei especifica, delegando poderes para exploração e industrialização do lixo observando a Lei Orgânica do Município.

Art. 123 - O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 124 – A Taxa do § 1º, do Art. 120, será paga de uma vez ou parceladamente, podendo ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, de janeiro a dezembro e lançada e arrecadada em conjunto com o IPTU do mesmo exercício, a critério da Administração Pública Municipal, definido em regulamento.

§ 1º - A Taxa de Coleta de Lixo, será lançado em moeda vigente no pais.

Art. 125 - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única, beneficiara de um desconto de 20% (vinte por cento).

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 126 – A isenção da Taxa de Coleta de Lixo, é permitida conforme especificação no § 1º do Art. 117 e de combinação com a determinação do Art. 52, também as Alíneas "a ", "b" e "c " do Inciso VI do art. 6º, com a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município o bem imóvel.

SUBSEÇÃO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 127 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 10(dez) valor da UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quantificado no Art. 424, neste Código, por cada infração de:

a) - quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento.

b) - quando colocado lixo fora de recipiente apropriado de até 120 (cem e vinte) litros em vias e logradouros públicos

II - multa de importância igual a 12 (doze) valor da UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quantificado no Art. 424, neste Código, por cada infração de:

a) - quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros público, especificados nos incisos I à XII do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal.

b) – quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.

Parágrafo Único - As disposições dos itens I e II, alíneas “a e b” , do presente artigo, serão aplicadas sem prejuízo de aplicação do disposto dos incisos I e II alínea “ b “ do art. 344, deste Código.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA

SEÇÃO I

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO

E FUNCIONAMENTO

SUBSEÇÃO I

HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 128 - A hipótese de incidência da Taxa de Fiscalização para Licença de Localização, e/ou Funcionamento é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 129 - A Taxa tem como fato gerador o Poder de Policia do Município para localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza e é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade públicas, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências de especifica sobre o assunto.

§ 1º - Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no **caput** deste artigo poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e funcionamento outorgada pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

§ 2º - As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

§ 3º - Os contribuintes obrigados à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município de Rosário Oeste, das categorias econômicas de indústria comércio e prestação de serviços sujeitos ao ICMS, deverão apresentar, em cada período anual ou mensal, informações econômico-fiscais necessárias a estudos e controle da arrecadação de interesse do município, conforme dispuser o RICMS/SEFAZ/MT. O alvará só será concedido mediante prévio exame e aprovação pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Art. 130 - A licença para localização e/ou funcionamento será concedida desde que as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição do Código de Postura e com a política urbanística do Município.

§ 1º - A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, a localização e funcionamento e nos exercícios posteriores, apenas a taxa de fiscalização do cumprimento das normas administrativa para exercer atividade no território do Município.

§ 2º - haverá incidência de nova taxa no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que houver alteração contratual, ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 3º - A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização quando solicitado.

§ 4º - O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, o não cumprimento sujeitará a penalidades cabíveis do presente Código.

§ 5º - A taxa de fiscalização para licença de localização e funcionamento ou taxa de fiscalização do cumprimento das normas administrativa para exercer atividade no território do Município, também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 131 – O Sujeito Passivo são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia Município, nos termos do artigo 129 e seus parágrafos, deste Código.

SUBSEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 132 - A base de cálculo da Taxa será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no art. 424, deste Código, por atividade, numero de quarto/apartamentos e outros, de acordo com a Tabela/anexo-II, em anexo.

TFLLF = TA X QUPFMX UFM

ONDE:

TFLLF = Taxa de Fiscalização para Licença de Localização e Funcionamento;

TA = Tipo de Atividade (procedimento de cálculo);

QUPFM= Quantidade de Unidade Fiscal Municipal;

UPFM = UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL

§ 1º - Relativamente à localização e/ou funcionamento de estabelecimentos, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupado pelas mesmas e exploradas pelo mesmo contribuinte, a Taxa será calculada e devida sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, acrescida de 20%(Vinte por cento) desse valor para cada uma das demais atividades.

§ 2º - Quando for solicitada pelo contribuinte no decorrer do exercício financeiro, em razão de sua localização no Município, far-se-a a cobrança da taxa na proporcionalidade do exercício em vigor e a partir do inicio da atividades

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 133 - A taxa será lançada anualmente de oficio em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal socioeconômico.

Parágrafo Único - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

Art. 134 - Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de industria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados de competenteficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo Único - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 135 - A taxa será recolhida em única parcela.

Art. 136 - A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 137 - São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

I - os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados e que não perceba acima de 02(dois) salários mínimos, estabelecido pelo Governo Federal;

II - as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos sem fins lucrativos;

III - os espetáculos circenses e parques de diversões com entrada gratuita;

IV - as instituições de educação e assistência social beneficiarão quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos;

V - as atividades individuais de rendimento pequeno, destinado, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de seu familiar, desde que, não ultrapassem à 2 (dois) salários mínimos, estabelecido pelo Governo Federal;

VI – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos.

Art. 138 - As isenções previstas no artigo anterior estarão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 139 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

SUBSEÇÃO VI

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 140 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;

I - multa de 30% (trinta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividades sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - multa de 20%(vinte por cento) do valor da Taxa, por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização;

III - multa de 50%(cinqüenta por cento) do valor da Taxa no caso da não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III, serão aplicados se prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea, " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO II DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

SUBSEÇÃO I DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 141 - A hipótese de incidência da Taxa é a existência do funcionamento da atividade no território do Município.

Art. 142 - O fato gerador é o quantificado no art. 129 e seus parágrafos, e poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimento comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

§ 1º – Para efeito desta Taxa, considera-se horário normal de abertura e fechamento:

I – de Segunda à Sexta-feira das 7:00(sete) horas até às 18(dezoito) horas;

II – aos sábados das 7:00(sete) horas até às 13:00(treze) horas.

§ 2º - O horário normal de abertura e fechamento em datas comemorativas especiais, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

SUBSEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 143 - O sujeito passivo da Taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos do poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 deste Código.

SUBSEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 144 - A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante a aplicação em quantidade do UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), quantificado no art. 424, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-III, em anexo.

a). Fórmula do cálculo da taxa:

TFLFHE = PL x QUPFMx UFM

TFLFHE = Taxa de Fiscalização de Licença para

Funcionamento em Horário Especial;

PL = Período da Licença (dia, mês ou ano);

QUPFM= Quantidade de Unidade Padrão Fiscal

UPFM = Unidade Padrão Fiscal Municipa.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 145 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 146 - É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

Art. 147 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art. 148 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial.

Art. 149 - A licença abrange, quando do primeiro licenciamento, ao funcionamento em horário especial e nos exercícios posteriores, apenas a taxa de fiscalização do cumprimento das normas administrativa para exercer atividade no território do Município.

SUBSEÇÃO V DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 150 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividades sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30(trinta) dias, nos casos de reincidência;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições dos incisos I à III, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO III DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

SUBSEÇÃO I DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 151 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 152 - O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença pela Fazenda Municipal e ao pagamento devido.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II - publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III - publicidade colocada em terrenos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação;

IV - publicidade em jornais, revistas e rádios locais;

V - publicidade em televisão local.

§ 2º - Compreende-se neste artigo os lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis em via pública.

Art. 153 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

SUBSEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 154 - O sujeito passivo pelo pagamento da taxa são todas pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo Único – Responderá solidariamente com o sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

SUBSEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 155 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quantificado no art. 424, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com a Tabela/Anexo-IV, em anexo:

a). – Formula de cálculo da Taxa:

TFLVPG = P x QUPFMx UFM

ONDE:

TFLVPG = Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação

de Publicidade em Geral:

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM= Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

156 - Ficam sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

SUBSEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 157 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 158 – O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 159 - Fica os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Parágrafo Único – A transferência de veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 160 – A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretos, a não ser que sua incorreção, seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando entretanto, sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 161 - A arrecadação da Taxa será feita quando de sua concessão.

Art. 162 - Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 163 - Nas licenças sujeitas à Taxa de Fiscalização do Cumprimento das Normas Administrativas para o exercicimento da Atividade no Território do Município, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

SUBSEÇÃO V DAS ISENÇÕES

Art. 164 - São isentos os dizeres indicativos relativos a:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais;

II - hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas.

III - os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes e vitrinas internas.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 165 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições do inciso I, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO IV DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE COMÉRCIO EVENTUAL E/OU AMBULANTE

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 166 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 167 - O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, em instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º - Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 168 - O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 169 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade da UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no art. 424, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-V, em anexo.

a). – Formula de cálculo da Taxa:

TFLCEA = P X QUPFMX UFM

ONDE:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio

Eventual e/ou Ambulante:

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM = Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM = UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

Parágrafo Único – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico e exercidas pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal e acrescida de 10%(dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 170 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local e/ou existentes no cadastro socio-econômico.

§ 1º - Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que haja pago a respectiva taxa.

§ 2º - O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º - A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 171 - Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 172 - É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 173 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 174 - São isentos de Taxa de Licença, o comércio eventual ou ambulante, que enquadrarem nas seguintes condições:

I - os cegos, os mutilados e os portadores de outras deficiência física que impossibilitem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

IV - entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V - o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 2(dois) salário mínimo por mês.

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis de sua produção, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 2 (dois) salário mínimo por mês.

VII – as pessoas com a idade superior a 60(sessenta) anos que comprovadamente não possuem condições físicas para o exercício de outra atividade e que não ultrapasse a 2 (dois) salário mínimo por mês.

VIII – qualquer outra pessoa física que da sua produção e comercialização própria não ultrapasse a 2(dois) salários mínimo por mês.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Finanças e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 175 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 50%(cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 70%(setenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III - multa de 150% (Cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI - o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, e multa de 50 UPFM (UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL)

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE

APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DEOBRAS, INSTALAÇÕES, ARRUAMENTO E/OU LOTEAMENTO.

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 176 - A incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 177 - A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 178 - Nenhuma atividade, conforme artigo anterior, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal e pagamento da taxa devida, e não havendo disposição contrário em legislação especifica:

I - a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II - a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 179 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 180 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quantificado no art. 424, deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com a Tabela/Anexo-VI, em anexo.

a). – Formula de cálculo da Taxa:

TFLAEOIAL = TS x QUPFMx UFM

ONDE:

TFLAEOIAL= Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:

TS = Tipo de Serviço e por porte;

QUPFM = Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 181 - A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art. 182 - A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art. 183 - A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 184 - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único - Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50% (cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 185 - A arrecadação da Taxa, será feita quando da sua concessão.

SUBSEÇÃO V

DAS ISENÇÕES

Art. 186 - São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devida licenciadas;

IV - a construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

V - Construção residencial com até 50m², desde que, aprovada pela Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 187 - As infrações terão as seguintes penalidades:

I - multa de 80%(oitenta por cento) do valor da Taxa, quando iniciar a construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

III - multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

IV – multa de 100% (cem por cento) sobre à multa no caso de reincidência, para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V - cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO V

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE OCUPAÇÃO

DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SUBSEÇÃO I

DA HIPÓTESE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 188 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização para exercer a atividade dentro do território do Município.

Art. 189 - O fato gerador é a ocupação de solo nas vias e logradouros públicos Municipal, a título precário e oneroso, de permissão de uso de espaços públicos municipais. São os seguintes:

I - para fins comerciais ou de prestação de serviços mediante depósito de materiais, instalação provisória de barracas, mesas, tabuleiros, quiosque, aparelho e qualquer móvel ou utensílios;

II - mediante estacionamento privativo ou habitual de veículos de aluguel e de serviços de transporte coletivos;

III - mediante instalação de circos, parques de diversões, rodeios ou assemelhados;

IV - mediante estacionamento de veículo para exercício de comércio ou prestação de serviços de qualquer natureza;

§ 1º - O local para ocupação de solo será determinado em regulamento.

§ 2º - Serão definidas em regulamento as atividades que pode haver ocupação de solo.

Art. 190 - É obrigatória a inscrição na repartição competente da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de ficha de cadastro fiscal de atividades socioeconômico, conforme em regulamento.

§ 1º - Incluem-se na exigência deste artigo, os comerciante com estabelecimentos fixo, que por ocasião de festejos ou comemorações explore a ocupação do solo permitido pela Prefeitura Municipal.

Art. 191 - Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará de licença habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança.

SUBSEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 192 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições prevista nos itens de I a V e de seu artigo 189.

SUBSEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUITA

Art. 193 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no art. 424, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-VII, em anexo.

a). – Formula de cálculo da Taxa:

TFLOSVLP = P x QUPFMx UFM

ONDE:

TFLOSVP = Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de

Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

P = Período (dia, mês ou ano);

QUPFM= Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

Parágrafo Único - Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devido em dobro.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 194- O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 195 - A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, sem prejuízo do tributo e multas devidas. O Órgão competente da administração municipal apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos.

Art. 196 - A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão,

Art. 197 – Quando da atividade for permanente,

SUBSEÇÃO V DAS ISENÇÕES

Art. 198 - São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que enquadrarem em um dos incisos do Artigo 174.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 199 - As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, quantificado nos incisos e parágrafo único do artigo 175:

SEÇÃO VII DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE ABATE DE ANIMAIS

SUBSEÇÃO I DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 200 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização dentro do território do Município.

Art. 201 - O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

SUBSEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 202 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se requerer os serviços.

SUBSEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 203 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade da UFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no art. 424, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFIAA = U X QUPFMX UFM

ONDE:

TFLAA = Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais:

U = Unidade abatida e inspecionada;

QUPFM= Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 204 - A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art. 205 - O abate de animais destinados ao consumo público deverá ser feito no Matadouro Municipal, de conformidade regulamento e mediante pagamento de taxa devida.

Art. 206 - Enquanto não houver Matadouro Municipal o abate só será permitido mediante licença da Prefeitura e nas condições do previsto no art. 200, deste Código.

Art. 207 - A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimento semelhantes fiscalizados pelos serviços federal competente, salvo quando ao animal cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 208 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença.

Art. 209 - Correrá por conta do interessado, o transporte do servidor encarregado pelo inspeção sanitária.

SUBSEÇÃO VI DA ISENÇÃO

Art. 210 - São isentos de pagamento da Taxa de Abate:

I - quando ocorrer a distribuição em caráter gratuito à comunidade, mesmo assim a espécie abatida deverá passar pela inspeção sanitária.

SUBSEÇÃO VII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 211 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 100%(cem por cento) do valor da Taxa no caso da não inspeção sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado para a devida incineração;

II – multa de 200%(duzentos por cento), nos casos de reincidência;

III - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

SEÇÃO VIII DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS SUBSEÇÃO I DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 212 - A hipótese de incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art. 213 - O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros

e/ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria no veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 214 – Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis.

Art. 215 – Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis, moto-táxis e/ou assemelhados, e respectiva vagas e prazos, não contrariando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, sempre que a esta medida se mostrar conveniente e necessária.

SUBSEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 216 - O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer à atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

SUBSEÇÃO III BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 217 - A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I - mediante aplicação em quantidade do UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), quantificado no art. 424, deste Código, por: porte de espécie de veículos e atividades de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a. – Formula de cálculo da Taxa:

TFLTPC = PSE X QUPFMX UFM

ONDE:

TFLTPC = Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de

Passageiros e Cargas:

PSE = Por porte de espécie e/ou atividade;

QUPFM= Quantidade de UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL;

UPFM= UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL.

SUBSEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 218 - A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas,

Art. 219 - O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 220 - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 221 - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 222 - O pedido de licença para exerci cimento da atividade, será acompanhado dacompetente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade sócio-econômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 223 - A taxa será recolhida em única parcela.

Art. 224 - A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

SUBSEÇÃO V DA ISENÇÃO

Art. 225 – A isenção será concedida através de Lei Especifica.

SUBSEÇÃO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 226 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de 40%(quarenta por cento) do valor da Taxa no caso de fixar em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 150% (cento e cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando o condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) da Taxa, quando constatados acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito Nacional.

IV - multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo.

V - suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

TÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 227 – A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipais.

Art. 228 - A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único - Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) - abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) - serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) – instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

e) – proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d'água, diques, cais, irrigação;

f) – construção de funiculares ou ascensores;

g) – instalações de comodidades públicas**;**

h) – construção de aeródromos e aeroportos;

i) - quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 229 - As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser enquadras em dois programas distintos, que são:

I - prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 230 - As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º - O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º - A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50%(cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º - Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º - Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º - Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 231 - O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º - Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 232 - Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil**.**

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 233 - A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

Parágrafo Único – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-à por base a testada ou área, do terreno constante do Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 234 - No custo final da obra serão computados as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 235 - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º - A redução de superfície ocupadas por bens de uso comum situadas dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º - Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem, por Lei isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 236 - Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada, com a relação dos moveis nela compreendidos;

V - o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º - O proprietário terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º - A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como quaisquer recurso administrativos não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 237 –Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único - A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 238 - A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º - O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1(um) ano.

§ 2º - O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 30%(trinta por cento) do valor venal do imóvel à época do lançamento.

§ 3º - As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze meses), nos moldes do inciso I do art. 344.

§ 4º - O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando do desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 239 - Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade às áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 240 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 241 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros interno de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

SEÇÃO V

DA INFRAÇÃO E DA PENALIDADE

Art. 242 - O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 344, deste Código.

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 258 – O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 259 – As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 260 – O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 261 – Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – determinar a matéria tributável;

III – calcular o montante do tributo devido;

IV – identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

Parágrafo Único – A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO

Art. 262 – O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 263 – O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 265.

Art. 264 – O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I – lançamento direto, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;

II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III – lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º - A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º - Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º - É de 1(um) ano, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º - Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que funde e antes da notificação por lançamento.

§ 6º - Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Art. 265 – As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de lançamento de oficio, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

I – quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.

II – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

III – quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto à qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

IV – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos e lançamento por homologação;

V – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VI – quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII – quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VIII – quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

IX - nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subseqüente.

Art. 266 – O lançamento e suas alterações serão comunicadas ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – por notificação direta;

II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – por publicação em órgão e afixado na Prefeitura Municipal;

IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

V – remessa de aviso por via postal;

VI – por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

§ 1º - Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerar-se-à feita com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entre pessoal da notificação quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-à efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência;

a) – no órgão oficial do Município;

b) – em qualquer órgão da imprensa local e de comprovada circulação no território do Município;

c) – no órgão oficial do Estado;

II – mediante afixação de edital na Prefeitura Municipal.

Art. 267 - Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

Art. 268 – A Notificação Fiscal de lançamento conterá:

I - o endereço do imóvel tributado;

II - o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV - o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V - o prazo para o recolhimento;

VI - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 269 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 270 - Até o dia 10(dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao fisco municipal informações a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações**.**

Art. 271 – A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária o para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art. 272 – É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º - O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presunsiva.

§ 2º - O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

SEÇÃO IV

DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO

Art. 273 – O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma prevista para as intimações e de conformidade com o previsto no Art. 393. O prazo para a apresentação de recurso é de 5 (cinco) dias, após a data do recibo. Caso tenha se processado por edital, inciso II do mesmo artigo, 5(cinco) dias após expirado o prazo de 20(vinte) dias subseqüentes ao da publicação, ou seja 20 (vinte) dias para que tome ciência e mais 5 (cinco) dias que para apresente a defesa.

Art. 274 – A reclamação contra o lançamento far-se-a por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 275 – A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

SEÇÃO V

DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO

Art. 276 – A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-à na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 278 – Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

Art. 279 – Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único – No caso de expedição fraudulenta de guias ou de conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 280 – O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 281 – Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total de desembolso.

Art. 282 – O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

SEÇÃO VI

DA RESTITUIÇÃO

Art. 283 – O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhi- das em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º - A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º - A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referente a infrações de caráter formal.

Art. 284 - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 285 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 283, da data de extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 283, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 286 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anularia de decisão administrativa que de negar a restituição.

Parágrafo Único - o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 287- O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 288 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo Único - A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, atualização do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código

Art. 289 - Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

SEÇÃO VII

DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DE SUAS MODALIDADES

Art. 290 – Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo Único – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 291 – Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 292 – A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II - em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 293 – A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições de concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) – os tributos a que se aplica;

b) – o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) – as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 294 – A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º - No caso do inciso II deste artigo a renegociação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 295 – Do depósito, o sujeito passivo poderá efetuar o montante integral da obrigação tributária:

I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no art. 319 deste Código;

II – para atribuir efeito suspensivo:

a) – a consulta formulada na forma dos artigos 345 a 347 deste Código;

b) – a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;

c) – a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando a modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 296 – A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 297 – A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) – lançamento direto;

b) – lançamento por declaração;

c) – alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidades;

d) – aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) – lançamento por homologação;

b) – retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) – confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 298 – Considerar-se-à suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 299 – O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II – em cheque.

§ 1º - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o pagamento deste ao Município.

§ 2º - A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

Art. 300 – Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único – A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 301 – Da Cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 302;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 321;

III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO VIII

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES

Art. 302 – Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão do depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

Art. 303 – Do pagamento, o regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art. 304 - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 305 - No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 306 - Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 307 - É facultado à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 308 – Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art. 309 – O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

II – em cheque;

§ 1º - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o regaste deste pelo Município.

§ 2º - Poderá ser exigido, nas condições estabelecidas em regulamento, que os cheques entregues para pagamento de créditos tributários sejam previamente visados pelos respectivos estabelecimentos bancários contra os quais forem emitidos.

Art. 310 – O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 311 – Da Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Art. 312 – Da Transação, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e consequentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Art. 313 – Da remissão, fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato:

III - ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior não ultrapassar 30 (trinta), vezes a UPFM (UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quantificado no art. 424, neste Código.

IV - às considerações de eqüidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

V - às condições peculiares a determinada região do territóriomunicipal.

Parágrafo Único - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixo de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 314 – Da prescrição, a ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único – A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconheci mento de débito pelo devedor;

V – pela publicação de Edital de Notificação no órgão oficial do Município.

Art. 315 – Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ 1º - Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

§ 2º - O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributária sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art. 316 – Da Decadência, o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se em 5 (cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício forma, o lançamento anteriormente efetuado;

§ 1º - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º - Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 315 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

Art. 317 – Da Conversão do Depósito em Renda, extingue o crédito tributário com o depósito em dinheiro previa mente efetuado pelo sujeito passivo:

I – para garantia de distância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de oficio independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º - Aplicam-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no art. 302 deste Código.

Art. 318 – Da Homologação do Lançamento, extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do art. 264 observados as disposições dos seus parágrafos 1º, 3º e 4º.

Art. 319 – Da Consignação em Pagamento, ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º - Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se normas dos parágrafos 1º e 2º do art. 317.

Art. 320 – Das demais modalidade de extinção, o crédito tributário extingue a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição;

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º - Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

SEÇÃO IX

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E SUAS MODALIDADES

Art. 321 – Excluem o crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

Parágrafo Único – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Art. 322 – Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art. 323 - A isenção poderá ser:

I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região e/ou no todo do território do Município;

II – em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 1º - Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadra-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 2º - Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentalmente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício e não gerando direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 291.

Art. 324 – A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo Único – Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 325 - A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) – às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) – às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) – a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) – sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 292.

Art. 326 - A concessão da anistia implica em perdão da infração, não constituindo esta antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO IV

DAS GENERALIDADES DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 327 – Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação t tributária do Município.

Art. 328 – Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;

II - aplicação da atualização monetária, multa e juros;

III – Sujeitarão a regime especial de fiscalização;

IV – proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;

V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 329 – A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea " b " do art. 344, deste Código.

Art. 330 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação.

Art. 331 – A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de ele mentos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-à como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 332 – A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código, implica os que praticaram e seus autores, a responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.

Parágrafo Único – Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 333 - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimo legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração**.**

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionadas com a infração.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto nesteartigo.

Art. 334 - Serão punidas:

I - com multa de 100 (cem) vezes a UPFM (UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem ilidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II - com multa de 50 (cinquenta) vezes a UPFM (UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

Art. 335 - São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com os propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 336 – A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 337 - Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Art. 338 – O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 339 - Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiverem em débito e/ou respondendo por de processo de sonegação fiscal.

Art. 340 – Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código, ficarão privadas da mesma.

Art. 341 – Serão punidos com multas equivalentes ao valor de 30(trinta) a 60(sessenta) dias do respectivo vencimento ou remuneração:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando este solicitado na forma deste Código;

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade e não cumprirem com as normativas regulamentadas.

Parágrafo Único – As multas do presente artigo serão impostas pelo Executivo Municipal mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser a legislação própria.

Art. 342 – O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Art. 343 - São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com os propósitos de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

SEÇÃO II

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA,

MULTAS E DOS JUROS DE MORA.

Art. 344 - O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pelo INPC (Índice Nacional de Produtos ao Consumidor), em vigor na época, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês seguinte àquele fixado para o pagamento;

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) - Multas de:

1) - 5% (cinco por cento), quando o pagamento for efetuado até 30(trinta) dias após vencimento.

2) - 15% (quinze por cento), quando o pagamento for efetuado depois de 30(trinta) dias e até 60(sessenta) dias do vencimento.

3) - 30% (trinta por cento), quando o pagamento for efetuado após de decorridos mais de 60(sessenta) dias do vencimento.

b) - Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor atualizado.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEÇÃO I DA CONSULTA

Art. 345 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 346 - A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 347 - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 348 - A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 349 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvado os direitos daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo Único - Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 350 - A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único - O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 351 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta noprazo de 60(sessenta) dias.

Parágrafo Único - Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

SEÇÃO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 352 - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder exames ou diligências, lavar termo circunstanciado do que houver apurado, constantes as datas inicias do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º - O Termo de que trata o "caput" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º - iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentesfazendários o prazo de 10 (dez) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º - Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 353 - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 354 - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e/ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II - apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens constituam matéria tributável.

Parágrafo Único - A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 355 - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art. 356 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivãs e demais serventuários de ofício;

IIOOOO OOooooo - os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigados guardar segredo em razão do cargo.

Art. 357 - Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º - Execetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.

§ 2º - A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 358 – A Administração Municipal poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao sue lançamento e fiscalização.

Parágrafo Único – O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art. 359 – A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo Único - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art. 360 - As autoridades da Administração Fiscal do Município, através do Secretário de Finanças, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

SEÇÃO III DAS CERTIDÕES

Art. 361 - A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art. 362 - A certidão será fornecida dentro de 10 (dez) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo Único – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não-tributária.

Art. 363 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I - não vencidos;

II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III - cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º - Nas certidões expedidas nos termos deste artigo serão consignadas, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendos, se houver.

§ 2º - Constando na certidão negativa observação quando a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º - Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 364 - A certidão negativa fornecida tem validade determinada e não exclui o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 365 – As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, ficam impedidos de celebrar contrato, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habites nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Parágrafo Único – A Administração Pública Municipal, aceitará participação de pessoas físicas ou jurídicas com débito, somente em concorrências pública, carta convite ou tomada de preços.

Art. 366 – As certidões negativas de tributos imobiliário, terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

Art. 367 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

SEÇÃO IV DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Art. 368 – Constitui Divida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

Parágrafo Único – A execução fiscal refere-se pela Lei n.º 6.830, de 22. 09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art. 369 – Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 370 - A fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, ou seja, vencidos os 30 (trinta) dias do vencimento para pagamento através da cobrança amigável, pela Divisão de Controle de Débitos Fiscais tributário, ou após decisão final da Primeira Instância proferida pela autoridade competente, ou ainda, após decisão da Segunda Instância pela autoridade competente, ou pela Procuradoria Fiscal Municipal, transitada em julgado em caráter irreformável, favorável à Fazenda Pública Municipal, ficando a Procuradoria Fiscal Municipal, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Procuradoria Fiscal Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 371 - O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previsto em lei;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV - a indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI - sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º - O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 372 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanea-da até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versa sobre a parte modificada.

Art. 373 – A divida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este artigo é relativo e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, aguardando, no caso, a Procuradoria Fiscal, por mais 30(trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado e/ou em outro jornal de grande circulação no Município, e relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art. 374 – Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 375 – A Procuradoria Fiscal opinará sobre os processos que julgar e devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Procuradoria Geral Municipal para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos.

§ 1º - O processo de cada contribuinte, cujos débitos somados não ultrapassam o valor de 30 (trinta) UFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL), serão encaminhados ao Secretário de Finanças para arquivamento, após esgotado o prazo de liquidação amigável.

§ 2º - Compete a Secretaria Municipal de Finanças proceder à baixa dos processos arquivados nos termos deste artigo e parágrafo primeiro, através de seu Departamento Contábil.

Art. 376 – Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

Parágrafo Único – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas a redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandato Judicial.

Art. 377 - O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II e alínea "b" do artigo 344, poderá ser quitado em cota única ou em até 36(trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – pagamento em cota única com desconto de 30%(trinta por cento);

II - não podendo nenhuma parcela ser inferior a 5 (cinco) UFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL);

III – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

IV - a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo do Parcela- mento;

V – o atraso do pagamento de três parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibido sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 1º - Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Procuradoria Fiscal para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º - Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará ao Procurador geral do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que o Procurador Fiscal peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

§3º - Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra a hipótese do inciso V do mesmo artigo, o Procurador Fiscal deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessárias.

Art. 378 – Mediante a liquidação total do débito, o Procurador Fiscal requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 379 – O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade da Divisão de Dívida Ativa, subordinado ao Procurador Fiscal, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 380 – A Procuradoria Fiscal Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 381 – Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Procuradoria Fiscal Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 382 – A Procuradoria Fiscal Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 383 – Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de

Justiça, mediante convênio.

Parágrafo Único – Dependendo do volume de processos a serem agilizados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 384 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.

CAPÍTULO II DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DA IMPUGNAÇÃO

Art. 385 - A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo Único - A impugnação do lançamento mencionará:

a) - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) - a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) - o objetivo visado.

Art. 386 - O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 387 - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º - O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimo na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º - Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com as custas processuais que houver.

Art. 388 - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

SEÇÃO II

DA NOTIFICAÇÃO FISCAL - AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO

Art. 389 - As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

§ 1º - A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º - O termo de que trata o “caput” deste artigo poderá ser:

a) - de fiscalização orientativa;

b) - de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.

1) - O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.

§ 3º - O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaço em branco.

§ 4º - Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 5º - A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 6º - Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 390 - Após a lavratura do auto, o atuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º - Lavrado o auto, terão os atuantes o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (Quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º - A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades do inciso II do art. 341.

Art. 391 - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - o local, o dia e a hora da lavratura;

II - o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV - a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;

V - a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

Parágrafo Único - As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal - auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficiente para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 392 – A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

Parágrafo Único – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "caput " deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 393 – Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;

III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator;

Parágrafo Único – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-à como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 394 – Esgotado o prazo de 30(trinta) dias concedido para a Defesa do contribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 395 - Após 30(trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 396 – É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos e de seu artigo 377.

Art. 397 - Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

SEÇÃO III TERMO DE APREENSÃO

Art. 398 - Poderão ser apreendidos bens moveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município

Parágrafo Único – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisa se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 399 - A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 400 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 401 – Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 402 - Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com sua obrigações tributaria. preenchendo os requisitos ou cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º - Findo o prazo estipulado no “caput” deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado do mesmo para promover sua defesa, nem tenha cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportáveis, sem que haja deterioração, após decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação a instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.

§ 3º - Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

SEÇÃO IV DEFESA

Art. 403 - O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20(vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante de-

fesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único – Quando se trata de apreensão de bens de fácil deterioração aplicar-se-à os mandamentos do § 2º do art. 402.

Art. 404 - O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 405 - A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhada de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 406 - Anexada a defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 407 - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento tributário arquivado**.**

Art. 408 - Aplicam-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

SEÇÃO V DAS DILIGÊNCIAS

Art. 409 - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único - A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 410 - O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 411 - As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 412 – Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VI

DOS PRAZOS

Art. 413 – Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

Art. 414 – Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

SEÇÃO VII DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 415 - As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

Parágrafo Único - A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante a lavratura de Termo Aditivo.

Art. 416 - Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I - com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II - com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

III - com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;

IV - com a lavratura de auto de infração;

V - com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 417 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

SEÇÃO VIII SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 418 - Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I - voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II - de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 50% (cinqüenta por cento) da UPFM(UNIDADE PADRÃO FISCAL MUNICIPAL) definido no art. 424, neste Código.

§ 1º - O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º - Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 419 - A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40(quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 420 - A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 421 - O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 422 – É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

SEÇÃO IX

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 423 – As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III - pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre:

a) – o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância;

IV – pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação, ou de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 424 - Fica instituído a UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal) em R$ 25,09 (Vinte e cinco reais e nove centavos),que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais.

Parágrafo Único – UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal) mencionado neste artigo, será atualizada anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12(doze) meses.

Art. 425 - Consideram-se integrantes à presente Lei astabelas dos Anexos I à XI, que a acompanha.

Art. 426 – O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessária à execução deste Código.

Art. 427 - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 894 de 20 de dezembro de 2001.

Gabinete do Prefeito, 25 de Novembro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

ÍNDICE DOS ANEXOS

ORD	DESCRIÇÃO DAS TABELAS	ANEXOS
001	TABELA PARA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUAILQUER NATUREZA (ISSQN)	I
002	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE QUAISQUER ATIVIDADES	II
003	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE QUAISQUER ATIVIDADES EM HORÁRIO ESPECIAL	III
004	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL.	IV
005	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE EM GERAL.	V
006	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS.	VI
007	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO RELATIVA À OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIA E LOGRADOUROS PÚBLICOS.	VII
008	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO ABATE DE ANIMAIS.	VIII
009	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.	IX
010	TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE ESPEDIENTE	X

ANEXO I TABELA PARA COBRANÇA DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA Atividades Constantes da Lista do Art. 56

Ord.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (ART. 56)	Quant. Em UPF Ano	Sobre Movimento Econômico Tributário em Percentual
01	**TRABALHO PESSOAL PROFISSIONAL AUTÔNOMO DE NIVEL UNIVERSITÁRIO**		5%
01.1	MÉDICOS OBSTRETAS, OFTALMOLOGISTA, OTORRINO, ANES TESITAS E ASSEMELHADOS.		5%
01.2	ODONTOLOGISTA E/OU PROTÉTICOS, ADVOGADO, CONTADO RES, DESPACHANTES, ENGENHEIRO, ARQUITETO, VETERINÁRIO E ASSEMELHADOS.		5%
01.3	DEMAIS TRABALHO DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO DE NÍVEL SUPERIOR		5%
02	**- TRABALHO PESSOAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
02.1	BORRACHEIRO.		5%
02.2	CABELEIREIRO, MANICURA, PEDICURA E ASSEMELHADOS.		5%
02.3	ELETRICISTA.		5%
02.4	ENCANADOR.		5%
02.5	MESTRE DE OBRA EM GERAL.		5%
02.6	PEDREIRO.		5%
02.7	ALFAIATE, COSTUREIRA E ASSEMELHADOS.		5%
02.8	CARPINTEIRO.		5%
02.9	RELOJOEIRO.		5%
02.10	DEMAIS TRABALHOS DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS NÃO ESPECIFICADOS NA LISTA ANTERIOR.		5%
03	**OUTRAS ATIVIDADES DA LISTA**		
03.1	SERVIÇOS DE EXECUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA, SUBEMPREITADA, DE OBRA HIDRAULICA E DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE SERVIÇOS AUXILIARES E CMPLEMENTARES, ASSIM COMO PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLANAGEM, ESCAVAÇÃO E URBANIZAÇÃO.		5%
03.1.1	QUANDO DA DIFICULDADE DE APRESENTAÇÃO DA PLANILIA DE CUSTOS DE QUALQUER SERVIÇO, CONSTANTE NO ITEM 03.1, A MÃO DE OBRA CORRESPONDERÁ À 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA CONTRATAÇÃO GLOBAL DO SERVIÇO.		5%
03.2	DEMAIS SERVIÇOS DA LISTA NÃO ESPECIFICADOS NOS ITEM ANTERIORES.		5%

ANEXO II TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO RELATIVA Á LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

Ord.	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTIDADE EM UPF/ANO
1	**INDÚSTRIAS EM GERAL**	
1.1	Extração de Calcário	80,0
1.2	Extração de Pedra, Argila, Areia para Construção.	80,0
1.3	Extração de Pedras Preciosas e Semipreciosas.	100,0
1.4	Qualquer outro tipo de Extração não especificada nos itens 1.1, 1.2 e 1.3.	60,0
1.5	Fabricação de Cimento.	100,0
1.6	Fabricação de Telhas, Tijolos, e outros artigos de barro, com sistema mecanizado.	60,0
1.7	Olaria, Fabricação apenas de tijolos com sistema manual.	60,0
1.8	Fabricação de Peças , formatos e estrutura de cimento, gesso e amianto.	20,0
1.9	Fabricação e elaboração de outros Produtos de mineração não metálica, não especificada nos itens 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8.	20,0
1.10	Fabricação de Estrutura Metálica.	15,0
1.11	Estamparia, Funilaria, ferraria e fechaduras.	10,0
1.12	Serralheria, Fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e artigos de caldeireiro.	10,0
1.13	Fabricação de outros artigos de metal não especificados nos itens anteriores. 1.10, 1.11 e 1.12.	10,0

1.14	Fabricação de carrocerias para veículos automotores.	20,0
1.15	Fabricação de estofados e capas para veiculo.	10,0
1.16	Desdobramento de madeira.	30,0
1.17	Fabricação de estrutura de madeira e artigos de carpintaria e marcenaria.	25,0
1.18	Fabricação de Artigos diversos de madeira, inclusive mobiliário.	35,0
1.19	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco.	20,0
1.20	Fabricação e acabamento de moveis e artigos de mobiliário não especificados nos itens 1.14, 1.15, 1.16, 1.17, 1.18 e 1.19	35,0
1.21	Fabricação de artigos de colchoaria	20,0
1.22	Curtimento e outras preparações de couros e peles, inclusive subprodutos.	20,0
1.23	Secagem e salga de couros e peles	10,0
1.24	Fabricação de outros artefatos de couro e pele, inclusive calçados e artigos de vestuário.	10,0
1.25	Confecção de roupas de agasalho.	10,0
1.26	Fabricação de Chapéus	10,0
1.27	Fabricação de Calçados.	10,0
1.28	Fabricação de acessórios de vestuário, guarda chuva, lenços, gravatas, cintos, bolsas e etc.	10,0
1.29	Beneficiamento e empacotamento de cereais.	30,0
1.30	Torrefação e moagem de café	10,0
1.31	Fabricação de produtos de milho.	10,0
1.32	Fabricação de produtos de mandioca.	40,0
1.33	Fabricação de farinhas diversas.	25,0
1.34	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares diversos de origem vegetal, não especificados nos itens 1.29, 1.30, 1.31, 1.32 e 1.33.	20,0
1.35	Frigorífico em Geral	50,0
1.36	Empacotamento de leite e fabricação de produtos de Laticínio.	20,0
1.37	Fabricação de Balas, caramelos, pastilhas, drops, gomas de mascar, bombons e chocolates.	20,0
1.38	Fabricação de produtos de panificadora, confeitaria.	15,0
1.39	Fabricação de massas alimentícias e biscoitos.	15,0
1.40	Fabricação de sorvetes, picolés, bolos, tortas geladas e gelo.	15,0
1.41	Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais. Inclusive farinha de carne, osso, peixe e assemelhados.	20,0
1.42	Fabricação de Outros produtos não especificados nos itens 1.36, 1.37, 1. 38, 1.39, 1.40 e 1.41.	20,0
1.43	Fabricação de Aguardente, licor e outras bebidas alcoólicas.	20,0
1.44	Fabricação de bebidas não alcoólicas.	20,0
1.45	Engarrafamento e gaseificação de água mineral.	25,0
1.46	Demais atividades não constantes nos itens 1.43, 1.44 e 1.45.	15,0
1.47	Impressão edição de jornal, outros periódicos, livros manuais.	10,0
1.48	Impressão de material escolar, para uso industrial e comercial para propaganda e outros fins, inclusive litografia.	10,0
1.49	Execução de outros serviços gráficos, não especificados nos itens 1.47 e 1. 48.	10,0
1.50	Lapidação de pedras preciosas e semipreciosas	20,0
1.51	Fabricação de brinquedos.	15,0
1.52	Fabricação de outros artigos não especificados nos itens 1.50 e 1.51.	15,0
1.53	Construção civil.	30,0
1.54	Pavimentação, terraplanagem, construção de estradas e desmatamentos.	35,0
1.55	Construção de Obras como: Pontes, Viadutos Mirantes etc.	20,0
1.56	Demais atividades não constantes nos itens 1.53, 1.54 e 1.55.	20,0
1.57	Agricultura (quando explorada por pessoa jurídica).	30,0
1.58	Extração Vegetal.	30,0
1.59	Criação Animal	30,0
1.60	Florestamento e Reflorestamento.	30,0
1.61	Demais atividades não constantes nos itens 1.56, 1.57, 1.58, 159 e 1.60.	30,0
2	**COMÉRCIO ATACADISTA**	
2.1	Gêneros Alimentícios	60,0
2.1	Distribuição de bebidas, refrigerantes e água mineral.	45,0
2.3	Combustíveis e Lubrificantes	60,0
2.4	Produtos e resíduos de Origem animal (Frigorífico).	100,0
2.5	Cereais, Farinha e assemelhados.	20,0
2.6	Demais Atacadistas não especificados nos itens anteriores.	20,0
3	**COMÉRCIO VAREJISTA**	
3.1	Açougue	5,0
3.2	Mercearia	6,0
3.3	Bar rudimentar	5,0
3.4	Bar e Pizzaria	15,0
3.5	Lanchonete e Pizzaria	15,0
3.6	Restaurantes	20,0
3.7	Tecidos, Roupas, Armarinhos e Calçados.	10,0
3.8	Moveis e aparelhos eletrodomésticos	30,0
3.9	Peças para reposição e acessórios para veículos e motos.	20,0
3.1	Bicicletaria e peças de reposição	15,0
3.11	Material para Construção	25,0
3.12	Ferragem em geral	15,0
3.13	Artigos e conveniência preço único.	7,0
3.14	Livraria e Papelaria	7,0
3.15	Postos de Combustíveis e Lubrificantes	40,0
3.16	Posto de Gás de Cozinha	15,0
3.17	Hot Dog e assemelhados	6,0
3.18	Banca de revista	5,0
3.19	Mini Mercado	20,0
3.20	Supermercados	35,0
3.21	Sorvetes, Picolés e assemelhados.	5,0
3.22	Madeira	10,0
3.23	Tijolos ou Telhas	10,0
3.24	Ótica, Jóias, Relógios e Fotografias.	10,0
3.24	Lotérica	20,0
3.25	Produtos Veterinários, Agrícolas e assemelhados.	15,0
3.26	Floricultura	10,0
3.27	Artigos Esportivos	10,0
3.28	Caça e Pesca e Assemelhados	10,0
3.29	Pastelaria	10,0
3.30	Farmácia Homeopática e Produtos Naturais	15,0
3.31	Brinquedos	10,0
3.32	Vestuários, Calçados, Bolsas e demais acessórios.	15,0
3.33	Artigos de Decoração e Arte.	10,0
3.34	Artigos Importados.	10,0
3.35	Artigos Usados.	8,0
3.36	DVD, CDs, Discos e Fitas.	6,0
3.37	Cosméticos e Produtos de Beleza.	10,0
3.38	Depósitos de Qualquer Produto	10,0
3.39	Doces, Biscoitos e Salgados.	8,0
3.40	Demais Varejistas não especificados nos itens Anteriores	10,0
4	**PRESTADORES DE SERVIÇOS**	
4.1.	HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES	
4.1.1	Por Quarto e Apartamentos	15,0
4.1.1.2	Até 10 (Dez) Quartos	25,0
4.1.1.3	De 11(Onze) à 30 (Trinta) Quartos	30,0
4.1.1.4	Acima de 30 (Trinta) Quartos	15,0
4.1.2.2	Até 10 (Dez) Apartamentos	25,0
4.1.2.3	De 11(Onze) à 30 (Trinta) Apartamentos	30,0
4.1.2.4	Acima de 30 (Trinta) Apartamentos	
4.2	**INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO E SEGUROS**	
4.2.1	Bancos	90,0

4.2.2	Cooperativas de Crédito	**90,0**
4.2.3	Postos Avançados de Bancos e Assemelhados	**50,0**
4.2.4	Factoring e Assemelhados	**50,0**
4.2.5	Seguros e Capitalização	**40,0**
4.2.6	Cobranças em Geral	**10,0**
4.3	**ESTUDIOS FOTOGRÁFICOS, ATELIER DE PINTURA, DESENHO E ASSEMELHADOS.**	
4.3.1	Estúdios Fotográficos, Atelier De Pintura, Desenho e Assemelhados	**10,0**
4.4	**FOTOGRAFO E ASSEMELHADOS RUDIMENTAR**	
4.4.1	Fotografo e assemelhados Rudimentar	**5,0**
4.5	**BUFFET.**	
4.5.1	Buffet.	**50,0**
4.6	**ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS E ASSEMELHADOS.**	
4.6.1	Estabelecimentos De Banhos, Duchas, Massagens e Assemelhados.	**10,0**
4.7	**BARBEARIA E MANICURE.**	
4.7.1	Barbearia e Manicure.	**6,0**
4.7.2	Academias de Ginástica, Karate, Judô e Assemelhados.	**10,0**
4.8	SALÃO DE BELEZA.	
4.8.1	Salão de Beleza.	**10,0**
4.9	**LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS**	
4.9.1	Laboratório de Análises Clínicas	**20,0**
4.10	**CLÍNICAS EM GERAL**	
4.10.1	Clínica Médica em Geral	**20,0**
4.10.2	Clínica Odontológica	**20,0**
4.10.3	Clínica Fisioterapia e Assemelhados	**20,0**
4.10.4	Clínica Veterinária	**20,0**
4.11	**ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES**	
4.11.1	Até 15 (Quinze) Quartos	**10,0**
4.11.2	De 16(Dezesseis) à 30 (Trinta) Quartos	**20,0**
4.11.3	Acima de 30 (Trinta) Quartos	**30,0**
4.11.4	Até 15 (Quinze) Apartamentos	**10,0**
4.11.5	De 16(Dezesseis) à 30 (Trinta) Apartamentos	**20,0**
4.11.6	Acima de 30 (Trinta) Apartamentos	**30,0**
4.12	**CONSULTÓRIOS EM GERAL**	
4.12.1	Consultório Odontológico	**20,0**
4.12.2	Consultório Prótese Dentária	**20,0**
4.12.3	Consultório Médico em Geral	**20,0**
4.12.4	Consultório Veterinário	**20,0**
4.12.5	Demais Consultórios não especificados Anteriormente	**20,0**
4.13	**ESCRITÓRIOS EM GERAL**	
4.13.1	Escritório de Advocacia em Geral	**20,0**
4.13.2	Escritório de Contabilidade em Geral	**20,0**
4.13.3	Escritório de Engenharia de Construção em geral	**25,0**
4.13.4	Escritório de Engenharia Elétrica em Geral	**25,0**
4.13.5	Escritório de Consultoria e Planejamento em Geral	**20,0**
4.13.6	Escritório de Turismo e Agenciamento de Viagens	**20,0**
4.13.7	Escritório de Despachantes e Assemelhados	**15,0**
4.13.8	Escritório de Imobiliário em Geral	**20,0**
4.13.9	Escritório de Fornecimento de Energia (Distribuição de guias, Leitura, Corte e Assemelhados).	**80,0**
4.13.10	Escritório de Fornecimento de Água (Distribuição de guias, Leitura, Corte e Assemelhados).	**80,0**
4.13.11	Escritório de Representantes Comerciais, Corretores e Assemelhados.	**15,0**
4.13.12	Demais Escritórios não especificados nos itens Anteriores	**10,0**
4.13.13	Poda de Arvores	**10,0**
4.14	**CARTÓRIO EM GERAL**	
4.14.1	Cartório em Geral	**50,0**
4.15	**FUNERÀRIA**	
4.15.1	Funerária	**20,0**
4.16	**EMPREIREIRA E INCORPORADORAS**	
4.16.1	Empreiteiras e Incorporadoras	**25,0**
4.17	**CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E SEGURANÇA**	
4.17.1	Conservação, Limpeza e Segurança.	**10,0**
4.18	**LOCAÇÃO DE FITAS DE VÍDEOS, DVDS E VÍDEO GAMES.**	
4.18.1	Locação de fitas de vídeos, Dvds e vídeo games.	**7,0**
4.19	**CLUBES RECREATIVOS (PISCINA, SAUNA,. ESPORTE E ASSEMELHADOS).**	
4.19.1	Clubes Recreativos (Piscina, Sauna,. Esporte e Assemelhados).	**20,0**
4.20	**GUARDA TRATAMENTO E ADESTRAMENTO.**	
4.20.1	Guarda Tratamento e Adestramento.	**10,0**
4.21	**PAISAGISMO E DECORAÇÃO**	
4.21.1	Paisagismo e Decoração	**10,0**
4.22	**COMUNICAÇÃO EM GERAL**	
4.22.1	Serviços de Telecomunicação	**50,0**
4.22.2	Agência de Correios e Telégrafos	**25,0**
4.22.3	Publicidade em Geral (Sonorização)	**15,0**
4.22.4	Publicidade Automotiva	**10,0**
4.22.5	Transmissão de Musica	**15,0**
4.22.6	Estação de Rádio (transmissão).	**20,0**
4.22.7	Estação de Televisão (transmissão).	**25,0**
4.22.8	Tele Mensagem	**10,0**
4.22.9	Jornal e Revisa	**5,0**
4.22.10	Distribuição de Jornal e Revista	**5,0**
4.22.11	Demais Meios de Comunicações não especificados nos itens Anteriores.	**10,0**
4.23	**OFICINAS DE REPARAÇÃO**	
4.23.1	Maquinas e Aparelhos Eletrodomésticos	**10,0**
4.23.2	Maquinas e Aparelhos de Escritório Inclusive Informática	**15,0**
4.23.3	Veículos de Passeio e Utilitários	**10,0**
4.23.4	Veículos Pesados e Maquinas Agrícola	**15,0**
4.23.5	Funilaria, Latoeiro e Chapeachão.	**10,0**
4.23.6	Armeiro	**5,0**
4.23.7	Baterias	**5,0**
4.23.8	Bicicletas	**5,0**
4.23.9	Bombas Injetoras Para Veículos	**10,0**
4.23.10	Torno e Solda	**10,0**
4.23.11	Elétrica para Veículos em Geral	**10,0**
4.23.12	Motos e Assemelhados	**10,0**
4.23.13	Borracharias em Geral	**6,0**
4.23.14	Lava Jato e Outros Serviços para Automotores	**6,0**
4.23.15	Sapateiro, Bolsa, Sandálias e assemelhados.	**5,0**
4.23.16	Costureiro, Alfaiataria, Tintura e Assemelhados.	**5,0**
4.23.17	Lavanderia e Assemelhados.	**5,0**
4.23.18	Instalador, Eletricista, Encanador e Assemelhados.	**5,0**
4.23.19	Tapeçaria em Geral	**7,0**
4.23.20	Recuperadora de Pneus.	**15,0**
4.23.21	Demais Atividades não incluídas nos itens Anteriores.	**10,0**
4.24	**ESTABELECIMENTOS DE ENSINO OU CURSO EM GERAL**	
4.24.1	Ensino de Informática	**10,0**
4.24.2	Ensino de Corte e Costura e Artesanato.	**8,0**
4.24.3	Ensino Particular de 1º e 2º Grau	**8,0**
4.24.4	Ensino Particular de Grau Superior	**10,0**
4.24.5	Ensino Particular de Pós Graduação e Outros.	**12,0**
4.24.6	Demais Estabelecimentos de Ensino não constantes nos itens Anteriores.	**10,0**
4.25	**DIVERSÕES PÚBLICAS**	
4.25.1	Restaurantes Dançantes, Botes e Similares.	**20,0**
4.25.2	Bilhares e quaisquer outros jogos, por mesa.	**10,0**
4.25.3	Boliches, por Pista	**10,0**
4.25.4	Exposições, feiras de Amostras e Assemelhados. Por Dia.	**3,0**
4.25.5	Circo, Por Dia.	**2,0**
4.25.6	Parque de Diversão, Rodeio e Assemelhados. Por Dia	**3,0**

4.25.7	Quaisquer Outros Espetáculos ou Diversão por Dia	**3,0**
4.26	**TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS**	
4.26.1	Ônibus	**20,0**
4.26.2	Vans, Kombi e ou Similares.	**12,0**
4.27	**TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS**	
4.27.1	Caminhão Com Carga Superior a 4.000 Kg.	**20,0**
4.27.2	Caminhão Com Carga Igual a 4.000 Kg.	**18,0**
4.27.3	Caminhão Com Carga Inferior a 4.000 Kg.	**12,0**
4.28	**TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA E PASSAGEIROS**	
4.28.1	Transporte Rodoviário de Carga e Passageiros	**20,0**
4.29	**TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS**	
4.29.1	Ônibus	**20,0**
4.29.2	Vans, Kombi e ou Similares.	**15,0**
4.29.3	Táxi (Carro de Passeio)	**12,0**
4.29.4	Moto Táxi, por Moto	**6,0**
4.30	**TRANSPORTE URBANO DE CARGAS**	
4.30.1	Caminhão Com Carga Superior a 4.000 Kg.	**20,0**
4.30.2	Caminhão Com Carga Igual a 4.000 Kg.	**18,0**
4.30.3	Caminhão Com Carga Inferior a 4.000 Kg.	**12,0**
4.31	**GARAGEM E VENDA DE VEICULOS**	
4.31.1	Garagem e Venda de Veículos	**30,0**
4.32	**OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS NOS ITENS ANTERIORES**	
4.32.1	Outros serviços não especificados nos itens anteriores	**20,0**

ANEXO III
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ORD.	**DESCRIÇÃO DO PERIODO DA LICENÇA**	**QUANTIDADE EM UPF POR PERIODO**
1	**PARA PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO**	
1.1	ATÉ AS 22:00 HORAS	**5,0**
1.2	ALEM DAS 22:00 HORAS	**7,0**

ANEXO IV
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA A ESPECIE DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ORD	**DESCRIÇÃO DA ESPÉCIE DA LICENÇA**	**QUANTIDADE EM UPF AO**		
DIA	**MÊS**	**ANO**		
1 – DE COMUNICAÇÃO AUDITIVA				
1.1	Volante, com ou sem recursos de amplificação de som, por unidade.	**1,0**		
1.2	Fixa, com ou sem recursos de amplificação de som, por unidade.	**0,5**		
2 – DE COMUNICAÇÃO VISUAL				
2.1	**Pintada, Colada ou afixada em Muros, Paredes Fachadas Ou Terrenos por Unidade;**			
2.1.1	Pequeno	**0,5**	**1**	**4**
2.1.2	Grande	**1,5**	**2**	**7**
2.1.3	Médio	**1,0**	**3,5**	**10**
2.2	**Por Meio de Faixas, Por Unidade.**			
2.2.1	Por Meio de Faixas, por Unidade.	**0,5**	**2,0**	**6,0**
2.3	**Painéis Eletrônicos.**			
2.3.1	Painéis Eletrônicos.	**0,5**	**2,0**	**6,0**
2.4	**Anúncios Luminosos ou Iluminados não Localizados nos Estabelecimentos**			
2.4.1	Anúncios Luminosos ou Iluminados não Localizados nos Estabelecimentos	**0,5**	**1,0**	**3,0**
2.5	**Outros Tipos de Publicidade por quaisquer meios não enquadrados nos itens anteriores.**			
2.5.1	Outros Tipos de Publicidade por quaisquer meios não enquadrados nos itens anteriores.	**0,5**	**1,0**	**3,0**

ANEXO V
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA AO COMÉRCIO EVENTUAL AO AMBULANTE

ORD	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE EM UPF AO**		
DIA	**MÊS**	**ANO**		
1	**MEIO / ATIVIDADE**			
1.1	Ambulante ou Eventual, por Vendedor.	**2**	**20**	**40**
1.2	Balcão, tabuleiros, Cestos, malas, Bicicletas, Triciclos ou Assemelhados.	**2**	**20**	**40**
1.3	**Por Veiculo Auto Motor**			
1.3.1	Caminhão Com Carga Superior a 4.000 Kg.	**5**	**40**	**60**
1.3.2	Caminhão Com Carga Igual a 4.000 Kg.	**4**	**30**	**50**
1.3.3	Caminhonete Com Carga igual a 1.000 Kg.	**3**	**20**	**40**
1.3.4	Vans, Kombi e Assemelhados.	**3,5**	**25**	**35**
4.3.5	Veículos considerados de passeio	**3,5**	**25**	**35**

ANEXO VI
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTOS E LOTEAMENTOS.

ORD	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE EM UPF**
1 – APROVAÇÃO DE PROJETOS:		
1.1	**RESIDENCIAL**	
1.1.1	Pequeno Porte, com referencial de 51 à 90 m².	
1.1.2	Médio Porte. Com referencial de 91 à 150 m².	
1.1.3	Grande Porte, Com referencial acima de 150 m².	
1.2	**COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	
1.2.1	Edificações até 70 m².	
1.2.2	Edificações de 71 à 130 m².	
1.2.3	Edificações de 131 à 250 m²	
1.2.4	Edificações Acima de 250 m²,	
1.3	**INDUSTRIAL**	
1.3.1	Edificações até 300 m².	
1.3.2	Edificações de 301 à 400 m².	
1.3.3	Edificações de 401 à 500 m²	
1.3.4	Edificações Acima de 500 m²,	
2 – PARCELAMENTO DE SOLO:		
2.1	Consulta prévia, por	

	Loteamento.	
2.2	Desmembramento, remembramento, por Lote envolvido	
3 - MUROS E CALÇADAS.		
3.1	Muros e Calçadas.	Isento
4 – REBAIXAMENTO DE MEIO FIO, PARA ENTRADA DE VEICULOS		
4.1	Rebaixamento de meio Fio para Entrada de Veículos.	
5 – MARQUISES E TOLDOS		
5.1	Marquises e Toldos	
6 – TAPUME E ANDAIMES		
6.1	Tapume e Andaimes	
7 – DEMOLIÇÕES.		
7.1	Demolições	
8 – APROVAÇÃO DE LOTEAMENTOS:		
8.1	Até 10 Hectares.	**50**
8.2	Acima de 10 à 25 Hectares.	**75**
8.3	Acima de 25 à 50 Hectares.	**90**
8.4	Acima de 50 Hectares.	**120**
9 - TERRAPLANAGEM		
9.1	Terraplanagem.	
10 – ARRUAMENTOS		
10.1	Com área até 20.000 m², excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros Públicos.	
10.2	Com área superior 20. 000 m², excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros Públicos.	
11 – QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:		
11.1	**OBRAS EM METROS LINEARES:**	
11.1.1	De 01 à 10 M.	
11.1.2	De 11 À 30 M.	
11.13	Acima de 31 M.	
11.2	**OBRAS EM METROS QUADRADOS:**	
11.2.1	De 01 à 70 M.	
11.2.2	De 71 à 150 M	
11.2.3	Acima de 150 M	

ANEXO VII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À OCUPAÇÃO DE TERRENOS OU EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UPF POR PERIODO		
1	**VEICULOS**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
1.1	Carros de Passeio, por unidade.	**1**	**10**	**15**
1.2	Utilitário por Unidade.	**1**	**10**	**15**
1.3	Reboques, por unidade.	**1**	**10**	**15**
1.4	Caminhões ou Ônibus, por Unidade.	**1**	**10**	**15**
2	**BARRAQUINHAS, QUIOSQUES, TRAILLES OU ASSEMELHADOS POR UNIDADE.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
2.1	Barraquinhas, Quiosques, Trailers ou Assemelhados Por Unidade.	**1**	**10**	**15**
3	**HOT DOG (CARRINHO), POR UNIDADE.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
3.1	Hot Dog (Carrinho), Por Unidade.	**1**	**10**	**15**
4	**AMBULANTES QUE OCUPEM ÁREA EM LOGRADOUROS PÚBLICOS**			
4.1	Ambulantes que ocupem área em Logradouros Públicos.	**1**	**15**	**30**
5	**BALCÃO, BARRACA, MESA, TABULEIRO, MALA OU SIMILARES.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
5.1	Balcão, barraca, mesa, Tabuleiro, Mala ou Similares.	**1**	**15**	**30**
6	**FEIRA LIVRE, POR BOX – PADRÃO, POR UNIDADE.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
6.1	Feira Livre, por Box – Padrão, por Unidade.	**1**	**15**	**30**
7	**FEIRAS ESPECIAIS, POR BARRACA.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
7.1	Feiras Especiais, por Barraca.	**1**	**15**	**30**
8	**FEIRAS MUNICIPAIS, POR BARRACA.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
8.1	Feiras Municipais, Por Barraca.	**1**	**15**	**30**
9	**CIRCOS.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
9.1	Circos.	**1**	**15**	**30**
10	**PARQUES DE DIVERSÃO E SIMILARES.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
10.1	Parques de Diversão e similares.	**1**	**15**	**30**
11	**RODEIOS E SIMILARES.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
11.1	Rodeios e Similares.	**1**	**15**	**30**
12	**DEMAIS PESSOAS QUE OCUPAREM ÁREA EM TERRENO E OU EM VIA E LOGRADOUROS PÚBLICAS.**	**DIA**	**MÊS**	**ANO**
12.1	Demais Pessoas que ocuparem Área em terreno e Ou em Via e Logradouros Públicas.	**1**	**15**	**30**

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA ÀO ABATE DE ANIMAIS

ORD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UPF
1	**ANIMAIS:**	
1.1	Bovinos, por Unidade Inspecionada.	1
1.2	Ovinos, por Unidade Inspecionada.	0,5
1.3	Caprinos, por Unidade Inspecionada.	0,5
1.4	Suínos, por Unidade Inspecionada.	0,5
1.5	Eqüinos, por Unidade Inspecionada.	1
1.5	Aves, por Dezena Inspecionada.	1
1.6	Outros, por Unidade Inspecionada.	1

ANEXO IX
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA À TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ORD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE EM UPF AO ANO
1	TRANSPORTE URBANO	

1.1	Coletivo Convencional de Passageiros, por Veículo Vistoriado.	**5**
1.2	Coletivo de Passageiros Escolar, Por Veículo Vistoriado.	**5**
2	DE PASSAGEIROS EM VEÍCULO DE ALUGUEL, DA SEGUINTE ESPÉCIE.	
2.1	Vans, Kombi e assemelhados.	**12**
2.2	Carros passeio.	**10**
2.3	Moto táxi	**8**
2.4	Demais Veículos não especificados	**10**
3	**VEICULOS DE CARGA**	
3.1	Caminhão Com Carga Superior a 4.000 Kg.	**15**
3.2	Caminhão Com Carga Igual a 4.000 Kg.	**12**
3.3	Caminhonete Com Carga igual a 1.000 Kg.	**10**
3.4	Vans, Kombi e Assemelhados.	**10**
3.5	Demais Veículos não especificados.	**10**

ANEXO X
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS

ORD	DESRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DA TAXA EM UPF
1	Emissão de Documento de Arrecadação, por Documento.	0,5
2	Atestados, por documento.	1,0
3	Registro de Profissionais Liberais, Anual.	3,0
4	Registro de Outros Profissionais, Anual.	3,0
5	Inscrição de Fornecedores, Anual	3,0
6	Termos e Contratos, por documento.	2,0
7	Atestado de Liberação de Veículos, Por Atestado.	1,0
8	Atestado de Liberação de Quaisquer Bens, Por Atestado.	1,0
9	Atestado de vistoria Administrativa, Por Atestado.	1,0
10	Buscas de qualquer Natureza, Por Busca.	3,0
11	Atualização ou Renovação da Ficha Cadastral, Por Atualização.	1,0
12	Emissão de segunda via, Por Documentos.	0,5
13	Certidão Negativa, Por Certidão.	2,0
14	Baixas de Qualquer Natureza, por baixa.	0,5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 028/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA VISÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA -ME.

Ata do Pregão Eletrônico Nº 028/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa VISÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA –ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.465.263/0001-18, situada na Av. Universitária, nº 109 – Araguaia Center – Pontal do Araguaia/SP – CEP 78.698-000, representado neste ato pelo seu sócio o Sr. DIEGO SILVA ARAÚJO, brasileiro, solteiro, inscrito no RG nº 1.570.883-7 SSP/MT, CPF 730.648.821-04, residente e domiciliado na Avenida Universitária, nº 109, Araguaia Center – Pontal do Araguaia/MT, conforme Pregão Eletrônico nº 028/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
03	**03**	**UND**	**MD**	**DETECTOR FETAL DIGITAL DE MESA C/ BATERIA RECARREGÁVEL - MD - FD300D -** DETECTOR FETAL DIGITAL DE MESA COM TELA EM LCD E BATERIA RECARREGÁVEL. PRODUTO DE ALTA TECNOLOGIA COM ALTO FALANTE DE ÓTIMA PERFORMANCE, TRANSDUTOR DE ALTA SENSIBILIDADE, TELA DE LCD COLORIDA COM MODO DE VISUALIZAÇÃO NUMÉRICA DE CURVA E PARÂMETROS DO BATIMENTO CARDÍACO FETAL, BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL E CARREGADOR INTEGRADO PROPORCIONANDO UM TEMPO MAIOR DE FUNCIONAMENTO DO APARELHO. ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO,USB,CARREGADOR DE BATERIA E CONEXÃO DO TRANSDUTOR, SINAL DO SOM FETAL PODE SER TRANSFERIDO PARA O COMPUTADOR E GRAVADO POR UM GRAVADOR DE SOM. DESIGN COMPACTO E FÁCIL DE OPERAR PODENDO SER USADO EM CLÍNICAS, HOSPITAIS E HOME CARE. FREQUÊNCIA ULTRA-SOM: 2 MHZ +/-10% INTENSIDADE ULTRA-SOM: <10 MW / CM 2; BATERIA RECARREGÁVEL NI-MH DC: AUTONOMIA DE BATERIA POR 4 HORAS E INDICADOR DE CARGA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: AC 220/110V, 50/60HZ; DIMENSÕES: 135 × 100 × 55MM DISPLAY: 65 × 50MM LCD; RESOLUÇÃO FHR: 1BPM PRECISÃO FHR: ± 1BPM CONSUMO DE ENERGIA: GAMA FHR MEDIÇÃO;	847,00	2.541,00

Valor Global R$ 2.541,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

VISÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA –ME

CNPJ nº 13.465.263/0001-18

DIEGO SILVA ARAÚJO

RG nº 1.570.883-7 SSP/MT

CONTRATADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 001/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Ata do Pregão Eletrônico Nº 028/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.426.628/0001-33, situada na Rua Venda da Esperança, nº 162 – São Paulo/SP – CEP 04763-040, representado neste ato pelo seu sócio o Sr. VERA HELENA PENTEADO MULLER, brasileira, casada, inscrito no RG nº 4.598.178-3 SSP/SP, CPF 453.788.434-72, residente e domiciliado na Rua Joaquim Jose Esteves, nº 60, Apto 181 Bairro Santo Amaro – São Paulo/SP, conforme Pregão Eletrônico nº 001/2016, nos termos da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
06	02	UND	SAMTRONIC	**BOMBA DE INFUSÃO** - COM BATERIA, KVO, ALARMES, PROGRAMAÇÃO DE INFUSÃO, BOLUS, EQUIPO DEDICADO.	2.230,00	4.460,00

Valor Global R$ 4.460,00 (quatro mil quatrocentos e sessenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação

de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ nº 58.426.628/0001-33

VERA HELENA PENTEADO MULLER

RG nº 4.598.178-3 SSP/SP

CONTRATADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 001/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA PRO LIFE E EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI.

Ata do Pregão Eletrônico Nº 001/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 001/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa PRO LIFE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 66.783.630/0002-79, situada na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 6800, Pouso Alegre/MG – CEP 37.550-000, representado neste ato pelo seu sócio o Sr. JOZELLITO MARTINS CORDEIRO, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no RG nº 37.197.360-0 SSP/SP, CPF 457.175.245-87, residente e domiciliado na Rua três de maio, nº 260, Apto 111 - Vila Clementino – São Paulo/SP, conforme Pregão na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UID	MARCA	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	01	UND	PROLIFE MOD P10	**MONITOR DE ECG/OXIMETRIA**/PRESSÃ O ARTERIAL/TEMPERATUR A E RESPIRAÇÃO, PARA PACIENTES ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATO. TELA DE NO MINIMO 10 POLEGADAS, DEVE POSSUIR OS SEGUINTES PARÂMETROS: ECG PARA SETE DERIVAÇÕES SELECIONÁVEIS EM TELA. ANÁLISE DE ARRITMIA E SEGMENTO ST. FREQUÊNCIA CARDÍACA NA FAIXA DE 30 E 300 BATIMENTOS POR MINUTOS. SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 1 A 100%. PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 10 A 270 MMHG, PELO MÉTODO OSCILOMÉTRICO PERMITINDO MEDIÇÕES MANUAIS E AUTOMÁTICAS COM INTERVALOS PROGRAMÁVEIS, DETERMINANDO A SISTÓLICA, DIASTÓLICA E A MÉDIA. TEMPERATURA COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 15 A 45 GRAUS CELSIUS. RESPIRAÇÃO POR IMPEDÂNCIA TRANSTORÁCICA.O MONITOR DEVE	7.790,00	7.790,00

				CONTER: ALÇA PARA TRANSPORTE, ACOPLADA PARA MAIOR PORTABILIDADE. PESO DE APROXIMADAMENTE 4KG COM A BATERIA. TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COLORIDA DE MATRIZ ATIVA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS PARÂMETROS EM TODOS OS ÂNGULOS. MÍNIMO DE TRÊS FORMAS DE ONDAS SIMULTÂNEAS EM TELA. IMPRESSORA TÉRMICA ACOPLADA AO EQUIPAMENTO PARA RELATÓRIOS GRÁFICOS OU TABULARES. ALARMES AUDÍVEIS E VISUAIS DE TODOS PARÂMETROS. ALIMENTAÇÃO DE 100ª 240V AUTOMÁTICO. BATERIA DE ALTA PERFORMACE DE ION LÍTIO PARA EVITAR O EFEITO MEMÓRIA COM AUTONOMIA MÍNIMA PARA DUAS HORAS. MEMÓRIA INTERNA PARA ARMAZENAR APROXIMADAMENTE 100 HORAS DE TENDÊNCIAS, INCLUINDO INFORMAÇÕES DO PACIENTE. DETECÇÃO DE PULSO DE MARCA-PASSO E PROTEÇÃO CONTRA DESFIBRILADORES. CONEXÃO COM CENTRAL OU REDES DE INFORMÁRTICA POR CABOS OU WIRELLES. GARANTIA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO POR 2 ANOS. COMPROVADOS CONFORME MANUAL TECNICO DA ANVISA. DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTES ACESSÓRIOS: 1 CABO PACIENTE DE 5 VIAS; 1 CABO EXTENSOR DE 3M PARA PRESSÃO ARTERIAL; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZÁVEL ADULTO;1 BRAÇADEIRA REUTILIZAVEL ADOLESCENTE; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZAVEL PEDIÁTRICA; 1 BRAÇADEIRA REUTILIZAVEL ADULTO GRANDE; 1 CABO EXTENSOR DE 2M PARA O SENSOR DE OXIMETRIA REUTILIZAVEL TIPOY, 1 CABO DE ENERGIA. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.		

Valor Global R$ 7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

CLAUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

CLAUSULA QUARTA - DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

PRO LIFE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI

CNPJ sob o nº 66.783.630/0002-79

JOZELLITO MARTINS CORDEIRO

RG nº 37.197.360-0 SSP/SP

Representante Legal

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 001/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA .

Ata do Pregão Eletrônico Nº 001/2016

Validade: 12 (doze) meses

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/ n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 028/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa **PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.262.327/ 0001-01 situada na Rodovia dos Mineiros, 403, sala 02A e 02B, – Jardim Monterrey, Almirante Tamandaré-PR – CEP 83.507-000, representado neste ato pelo seu procurador o Sr. PATRICIA BACH, brasileira, solteira,analista de Licitaçoes , RG nº 7749724/0 SESP/PR, CPF 031.309.619-84, residente e domiciliado na cidade de Almirante Tamandaré/PR, conforme Pregão Eletrônico nº 001/2016 nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos Hospitalar** para atender o município de Rosário Oeste/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

Item	Quant.	Unid	Marca	Descrição	Val. unit	Val. total
02	02	und	JG MORIYA	**LARINGOSCÓPIO MD CONVENCIONAL USO INFANTIL** FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL; CABOS RECARTILHADOS PARA MELHOR ERGONOMIA E SEGURANÇA, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE 02 (DUAS) PILHAS MÉDIAS, ALCALINAS OU BATERIA RECARREGÁVEL; LÂMINA CONVENCIONAL, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL À PROVA DE FERRUGEM; ACABAMENTO ACETINADO PARA REDUÇÃO DO BRILHO ESTERILIZÁVEL E AUTOLAVÁVEL, ILUMINAÇÃO; LÂMPADA DE LED COM VIDA ÚTIL APROXIMADA DE 40.000 HORAS, ACOMPANHA TRÊS LÂMINAS CÚRVAS NOS SEGUINTES TAMANHOS:0, 1 E 2; ACOMPANHA TRÊS LÂMINAS RETAS NOS SEGUINTES TAMANHOS: 0, 1 E 2;	700,00	1. 400,00
09	02	und	GENERAL MEDITECH	**OXIMETRO DE PULSO** - MONITOR PORTÁTIL OPERADO À BATERIA E/OU REDE ELÉTRICA, CAPAZ DE MEDIR CONTINUAMENTE A SATURAÇÃO PERIFÉRICA DE O2 E A FREQÜÊNCIA CARDÍACA; APRESENTA CURVA PLETISMOGRÁFICA COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO E POSIÇÃO NA TELA, BARRA INDICADORA DA QUALIDADE DO SINAL CAPTADO E MENSAGENS DE ALARME; POSSUI DISPLAY GRÁFICO DE ALTA VISIBILIDADE, RETRO - ILUMINADO POR LÂMPADA CCFL COM CONTROLE DIGITAL DE CONTRASTE; DISPÕE DE ALARME (EM DIFERENTES TONS DE ÁUDIO E CONTROLE DIGITAL DE VOLUME), IDENTIFICADOR DE SATURAÇÃO INSUFICIENTE E DESCONEXÃO DO PACIENTE; A INFORMAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ALARME É FEITA POR MENSAGEM DIRETA, MOSTRANDO QUAL O LIMITE E O VALOR ULTRAPASSADO COM INDICAÇÃO SIMULTÂNEA DE ALARMES DIFERENTES; OS AJUSTES SÃO REALIZADOS POR MEIO DE 5 MENUS QUE, ATRAVÉS DE ÍCONES INTUITIVOS, COMPÕEM UM SISTEMA AMIGÁVEL E DE FÁCIL APRENDIZADO; DURANTE OS AJUSTES, TODOS OS VALORES NUMÉRICOS, A CURVA PLETISMOGRÁFICA, OS ALARMES E OS SEUS INDICADORES PERMANECEM NA TELA EM TAMANHO REDUZIDO; INDICADOR AUDIOVISUAL DO PULSO (BATIMENTO CARDÍACO), COM TOM DE ÁUDIO PRÓPRIO E CONTROLE SEPARADO DE VOLUME; GRÁFICOS DE TENDÊNCIA PARA SATURAÇÃO E PULSO, COM INTERVALOS ENTRE 1, 2, 4, 8, 16, 32 OU 64H; SAÍDA PARA IMPRESSORA MATRICIAL OU JATO DE TINTA, COM RELATÓRIO CONTÍNUO DE MEDIDAS E OCORRÊNCIA, (CONDIÇÕES DE ALARME) PROGRAMÁVEL DE 1 A 30 MINUTOS, COM REGISTRO DA HORA DA OCORRÊNCIA; FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA, AUTOMÁTICA; EQUIPAMENTO TOTALMENTE DE ACORDO COM A NBR IEC–601-1; SENSORES ADULTOS, INFANTIS E PEDIÁTRICOS, DESCARTÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE 8 HORAS E CONTROLADOR INTELIGENTE DE CARGA.	1.749. 99	3. 499,98
13	02	und	ARTMED	**CARRO MACA HOSPITALAR SOBRE RODIZIOS**- ESTRUTURA TUBULAR COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA. LEITO REMOVÍVEL EM CHAPA DE AÇO E CABECEIRA MÓVEL. MONTADO SOBRE RODIZIOS DE 5", SENDO DOIS COM FREIOS. GRADES LATERAIS MÓVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL. PARA CHOQUE DE BORRACHA EM TODA A VOLTA PARA EVITAR COLISÕES. SUPORTE PARA SORO EM AÇO INOXIDÁVEL. ACOMPANHA COLCHONETE REVESTIDA EM NAPA. DIMENSÕES: 1,90 X 0,55 X 0,80 M.	1.378. 00	2. 756,00

15	**02**	**und**	**WELMY**	**BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL:** ESTRUTURA EM PLÁSTICO MOLDADO A VÁCUO COM BASE EM CHAPA DE AÇO CAPACIDADE MÁXIMA 15 KG: DIVISÕES DE 5 G CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO 540 X 300 MM INJETADA ANTI GERMES PÉS REGULÁVEIS FUNÇÃO TARA, POSSIBILIDADE DE TARA DE ATÉ 9.895 KGS DISPLAY COM 05 DÍGITOS CHAVE SELETORA DE TENSÃO DE 110/220.	**778,99**	**1. 557,98**

Valor Global R$ 9.213,96 (nove mil duzentos e treze reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços; **8.1.1** Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLAUSULA DECIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT , 18 de outubro de 2016.

_____

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

PPS PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

CNPJ sob o nº 21.262.327/0001-01

PATRICIA BACH

RG nº 7749724/0 SESP/PR

CPF 031.309.619-84

CONTRATADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 001/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA M.S DIAGNÓSTICA LTDA.

Ata do Pregão Eletrônico Nº 001/2016

Validade: 12 (doze) meses

A prefeitura Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria nº 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Pregão nº 001/2016, na modalidade Eletrônico Nº 001/2016, resolve registrar os preços da empresa M.S DIAGNÓSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.970.175/0003-93, situada na Av. João Eugênio Gonçalves Pinheiro, nº 284, Quinhão 12, 13 e 14 – Areão – Cuiabá/MT – CEP 78.010-308, representado neste ato pelo seu sócio o Sr. VALTER BRUNO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 1.410.556-3 SSP/SP, CPF 068.507.058-14, residente e domiciliado na Rua Antonio Correa, nº 1683, Jardim Paulista – São Paulo/SP, conforme Pregão Nº 028/2016 na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2016, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

ITEM	QUANT	UID	MARCA	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
16	01	UND	SYSMEX/ ROCHE- MOD. XS 800i	CONTADOR HEMATOLÓGICO AUTOMATIZADO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS, NOVO, MÍNIMO DE 26 PARÂMETROS, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 60 TESTES / HORA , POSSUIR MEMÓRIA PARA NO MÍNIMO 10.000 RESULTADOS E GRÁFICOS. POSSIBILIDADE DE UTILIZAR AMOSTRAS DILUÍDAS PARA VALORES ALTOS DE WBC, RBC E PLT. PARA CONTAGEM DIFERENCIAL DE CÉLULAS BRANCAS WBC UTILIZAR PRINCÍPIO DE CITOMETRIA DE FLUXO ATRAVÉS DE FLUORESCÊNCIA OU CITOMETRIA OPTICA HYDROFOCUS FREE OCHF. POSSUIR UM PARÂMETRO PARA CÉLULAS IMATURAS QUE REALIZE A CONTAGEM ESPECIFICA SOMENTE DA LINHAGEM GRANULOCITICA (PRO-MIELÓCITO, MIELÓCITO E METAMIELÓCITO). UTILIZAR IMPEDÂNCIA COM FOCO HIDRODINÂMICO OU UTILIZAR DISPERSÃO DE LUZ PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS E RBC. DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA POR MÉTODO QUE COMPROVE NÃO HAVER INTERFERÊNCIA DE TURBIDEZ COMO: LIPEMIA OU LEUCOCITOSE NA AMOSTRA E O REAGENTE DEVERÁ POSSUIR AUSÊNCIA DE CIANETO. REALIZAR PELO MENOS OS SEGUINTES PARÂMETROS : WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, NEUT%, LINF%, MONO%, EO%, BASO%, IG%, NEUT#, LINF#, MONO#, EO#, BASO#, IG#, RDW-SD, RDW-CV, MPV, PCT, PDW E P-LCR . VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE AMOSTRA MÁXIMO DE 25 UL. POSSUIR FLAGS AJUSTÁVEIS DE ACORDO COM USUÁRIO. CICLO DE INICIALIZAÇÃO AUTOMÁTICA. MÍNIMO DE MANUTENÇÃO COM APENAS UM CICLO DE DESLIGA. ALÉM DE POSSUIR O GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE QUALIDADE INTERNO O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR EM SEU SOFTWARE UM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM REDE (ONLINE) E COM SISTEMA DE REVISÃO COM O FABRICANTE E COM OUTROS USUÁRIOS (INTERLABORATORIAL) DO EQUIPAMENTO, PODENDO ASSIM ATENDER O ITEM 4.12- RDC 302 / 2005 ANVISA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR DIODO SEMICONDUTOR COMO FONTE DE LASER, PARA BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. A PLATAFORMA OPERACIONAL DEVERÁ POSSUIR INTERFACE EM WINDOWS. DEVERÁ ACOMPANHAR NOBREAK COMPATÍVEL E IMPRESSORA SE NECESSÁRIO. OBRIGATÓRIO APRESENTAR CATÁLAGO DESCRITIVO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CERTIFICADO DE COMPROVAÇÃO EMITIDO PELO CREA DE QUE A EMPRESA VENCEDORA POSSUI ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MATO GROSSO.	79.500,00	79.500,00

Valor Global R$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais).

DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela acima.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.13. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior

devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis. **8.7** Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT, 18 de Outubro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

M.S DIAGNÓSTICA LTDA

CNPJ nº 00.970.175/0001-21

VALTER BRUNO

RG nº 1.410.556-3 SSP/SP

Representante Legal

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGAO ELETRONICO Nº 001/2016 - AQUISIÇÃO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT E A EMPRESA L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA – EPP.

Pregão Presencial Nº028/2016

Validade: 12 (doze) meses

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Otavio Costa s/n, Centro, CEP 78.470-000, na Cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 03.180.924/0001-05, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1.068.015-2 SSP/MT e CPF: 823.357.531-34, residente domiciliado na BR 163/364 KM 116 – Bairro Santo Antônio, neste município, assistida pela Pregoeira Sra. Andréia Viviane Souza de Almeida e Equipe de apoio designadas pela Portaria 081/2016 anexa no processo, que conduziram o Eletrônico para Registro de Preços Eletrônico Nº 001/2016, e a empresa L.P COMÉRCIO E PRESETAÇÃO DE SERVIÇO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.832.896/0001-29, situada na Rua Fenelon Muller nº 173, Bairro Dom Aquino, Cuiabá/MT – CEP 78.015-090, representado neste ato pelo Sra. PATRICIA POMPEU RODRIGUES, portador do RG nº 985791 SSP/MT e CPF 782.541.321-00, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço, referente ao Pregão Presencial nº 028/2016, nas condições em que segue:

1. DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, conforme descrito os materiais no **ANEXO I** deste Edital:

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por ITEM conforme segue:

ITEM	QUANT	UNID	MARCA	DESCRIÇÃO	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
10	02	UND		**FOCO CENTRAL** - FOCO DE LUZ AUXILIAR PARA EXAMES CLÍNICOS E GINECOLÓGICOS; COM HASTE SUPERIOR FLEXÍVEL E CROMADA; PEDESTAL COM HASTE INFERIOR PINTADA; ALTURA VARIÁVEL ENTRE 100 A 164 CM; PINTURA EM EPÓXI A 250° C DE ALTA RESISTÊNCIA; BASE DO PEDESTAL COM 04 RODÍZIOS PROPORCIONANDO MAIOR SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA AO EQUIPAMENTO; COM BATERIA.	469,00	938,00

Valor Global R$ 938,00 (novecentos e trinta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração, através da Coordenação de Licitação, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, de acordo com as especificações do edital, no prazo de 10 (dez) dias, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os produtos e/ou materiais deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização) dentro do prazo de garantia;

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso no fornecimento do objeto deste edital, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite serem resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos e/ou materiais;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta ata;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos nesta ata;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão efetuados, em média, até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto e/ou material entregue.

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços; **8.1.1** Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma. **8.2** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilações de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea ``d´´ do inciso II e do § 5° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito, ou fato príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual). **8.3** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo. **8.4** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. **8.5** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação, visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas a data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabela oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10 Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originalmente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de menor preço e, sucessivamente aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. **8.11** Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço Máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade. **8.12** Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas. **8.13** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso. .

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o contratado possuir com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com esta Prefeitura;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial as sanções administrativas previstas no item **10.2**, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLAUSULA DECIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam ainda às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela administração, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 3 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Rosário Oeste/MT , 18 de outubro de 2016.

_____

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de rosário Oeste/MT

CONTRATANTE

_____

L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA – EPP

CNPJ sob o nº 10.832.896/0001-29

PATRICIA POMPEU RODRIGUES

RG nº 985791 SSP/MT

CPF 782.541.321-00

CONTRATADA

_____

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira

_____

Renan Dias Ferreira de Almeida

Equipe Apoio

_____

Francisco A. S. Siaronis Hurtado

Equipe Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/GP/2.016

DE 23 DE NOVEMBRO DE 2.016

" Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no concurso público, Edital 001/2.015".

O Prefeito do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. CRISTIANO GOMES E CUNHA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o resultado final do concurso público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2015.

CONVOCA:

Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos relacionados em anexo a comparecerem a esta Prefeitura, junto ao Departamento de Recursos Humanos de acordo com o estatuto dos servidores Públicos Municipais de Santa Terezinha-MT, pra assumir seu respectivo cargo, no período de 30 (trinta) dias à partir da publicação deste.

Parágrafo Primeiro: O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a posse no prazo de que trata o sub item anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitando a ordem de classificação.

Parágrafo Segundo - Os Candidatos Convocados deverão apresentar no ato da posse os documentos abaixo relacionados, originais ou fotocópia registrada em cartório.

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito)

anos.

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88).

c). Certidão de Casamento ou Nascimento.

d). Certidão de Nascimento dos filhos menores de14 anos (se for o caso).

e). Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso).

f). Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF).

g). Cartão do PIS/PASEP (se for o caso).

h). Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à posse. (se for o caso).

i). Título de Eleitor.

j). Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado).

l). Atestado de Saúde Física e Mental (Pré Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município.

m). 02 (duas) fotos 3x4, colorida e recente.

n). Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.

o). Certidão de Reservista (quando do sexo masculino).

p). Declaração contendo endereço residencial.

q). Comprovante de Escolaridade. Os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

ANEXO I DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/GP/16

NOME DO CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
Marcio Ferreira dos Santos	Motorista Escolar	4º lugar
Aylon Sampaio Moraes	Motorista Escolar	5º lugar
Cristiano Barros da Silva	Operador de Máquinas Pesadas	2º lugar
Patricia Alves Strutz	Auxiliar de Serviços Gerais	3º lugar
Adriana Costa de Sousa	Técnico em Enfermagem	13º lugar

Soelma Silva Luz	**Técnico em Enfermagem**	**14º lugar**
Paulo Wagno Cardoso Santos	**Técnico em Segurança de Trabalho**	**1º lugar**

r). Declaração negativa de acúmulo de cargo público.

s). Declaração de Bens.

t). Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função.

u). Os candidatos convocados farão exames medico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município.

v). Lista de Exames Laboratoriais Pré - Admissionais que deverão ser providenciados e apresentados para análise da junta médica, sob pena de não poder tomar posse, estes exames são de responsabilidade do candidato.

Obs. Para todos os Cargos: Hemograma Completo; Glicose; Uréia; Creatinina; Acido úrico; Colesterol total e frações; Triglicerídios; Transaminases (TGO, TGP); Sorologia para Chagas; Raio X do Torax em PA e perfil.

x). Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital.

z). O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a posse no prazo de que trata o sub item anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitando a ordem de classificação.

Artigo 2º - Os candidatos convocados estão relacionados no **ANEXO I** deste Edital de Convocação.

Artigo 3º - Este **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2.016

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito

PORTARIA 012/2015-GP

DE 02 DE MARÇO DE 2015

CRISTIANO GOMES E CUNHA, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas no artigo nº 53 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Conselho Previdenciário do PREVIST do Município de Santa Terezinha-MT.

Art. 2º - O Conselho Previdenciário terá a seguinte composição.

Representante do Poder Executivo:

Ø Aldinê Beckiman Maciel, Portador do CPF: 788.719.991-34

Rua: 04 de março Q. A Lote 05 – Cidade Nova.

Ø Admilson dos Santos Gomes, Portador do CPF: 956.369.511-91

Av: 08 nº 500– Centro

Representante do Poder Legislativo:

Ø Olivan Ferreira Trindade, Portador do CPF: 352.827.701-72

Rua: 32 s/n°. Centro.

Ø Valdivina Pereira de Souza Silva, Portadora do CPF: 433.086.431-20,

Rua: 24 s/n, Centro.

Representante dos Assegurados:

Titulares:

Ø Magno Antonio Gonçalves, Portador do CPF: 441.703.001-49,

Av. Conceição Lopes Cardoso (antiga Av. 08), Centro.

Ø Carlos Alberto Aléssio, Portador do CPF: 213.356.708-90,

Av. Conceição Lopes Cardoso s/nº Centro (antiga Av. 08).

Ø Jackson Lucena Bonilha CPF: 003.352.521-84,

Rua: 43 s/n Rua: da Palha.

Ø Hernandes Silva de Oliveira, Portador do CPF: 846.102.801-59.

Av. 09 nº 06 Centro.

Suplentes:

Ø Maria do Carmo Santos Moraes, Portadora do CPF: 375.322601-71,

Rua: 25 s/nº, Centro.

Ø Juarez Acácio da Silva, Portador do CPF: 355.433.021-34,

Av. 05 s/nº Centro.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2.015

Publique-se, Cumpre-se

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

DECRETO Nº 1.220/2016

DECRETO N.º 1.220/2016,

DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

Cristiano Gomes e Silva, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº. 651, de 03 de dezembro de 2015.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), assim exposto:

11 - INSTITUTO DE PREV. SERV PUBLICO MUNIN STA TEREZINHA

01 - GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

082 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO RPPS

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.055 – ASSISTÊNCIA AOS SEGURADOS DO PREVIST

3.1.90.03.00.00.00 – PENSÕES.....R$ 10.000,00

TOTAL.....R$ 10.000,00

Art. 2º - A cobertura das despesas de que trata o artigo anterior, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11 - INSTITUTO DE PREV. SERV PUBLICO MUNIN STA TEREZINHA

01 - GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE

009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

082 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO RPPS

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2056 - RESERVA LEGAL DO RPPS

9.9.99.99.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 10.000,00

TOTAL .....R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, 08 de Novembro de 2016.

CRISTIANO GOMES E CUNHA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 048/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 047/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:ENEKELES MENDES DA SILVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 18753930 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **038.944.081-70** e residente a RUA DAS FLORES, S/N, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **047/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 047/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 047/2016**, o prazo de 21 (vinte um) dias, VENCENDO EM **16/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ENEKELES MENDES DA SILVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 050/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 049/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 2386877-5 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **046.675.401-92** e residente a RUA PORTO ALEGRE, S/N, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **049/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 049/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 049/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 051/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 051/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 3049359-5 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **047.225.649-14** e residente a AVENIDA FLORIANOPOLIS, N°335, Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **051/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 051/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 051/2016**, o prazo de 21 (vinte um) dias, VENCENDO EM **16/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 052/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 050/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SLVA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 1751705-2 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **036.154.681-55** e residente a RUA PORTO ALEGRE, N°37, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **050/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 050/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 050/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SLVA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 053/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 052/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:RICARDO BALTAZAR DE JESUS, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 4572626 DGPC/GO,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **006.617.221-71** e residente a RUA PRIMAVERA, S/N, Bairro; NOVO CAMPO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **052/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 052/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 052/2016**, o prazo de 21 (vinte um) dias, VENCENDO EM **16/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

RICARDO BALTAZAR DE JESUS

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 054/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 053/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 1669601-8 SJSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **022.869.731-05** e residente a AVENIDA KULUENE, N°303, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **053/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 053/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 053/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 055/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 054/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:IVO PEREIRA DOS SANTOS, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 0559489-8 SESP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **395.600.741-72** e residente a RUA PORTO ALEGRE, S/N, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **054/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 054/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 054/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

IVO PEREIRA DOS SANTOS

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 056/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 055/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:ADRIANA DAMACENA MOURA, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 953968 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **620.875.331-72** e residente a RUA PROJETADA, S/N, Bairro; CENTRO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **055/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 055/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 055/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

ADRIANA DAMACENA MOURA

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 057/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 045/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 2934792-0 SESP/MT**, e inscrito no CPF/MF sob o nº **964.623.881-53** e residente a AVENIDA KULUENE, N°185, Bairro; NOVO CAMPO, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **045/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 045/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 045/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 058/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 046/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 4999047 DGP/GO,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **020.177.961-74** e residente a RUA PRIMAVERA, S/N, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **046/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 046/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 046/2016**, o prazo de 02 (dois) meses, VENCENDO EM **26/01/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
TERMO ADITIVO 049/2016

TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE Nº. 048/2016

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Estado de Mato Grosso Pessoa Jurídica de Direito Publico Municipal, com sede administrativa à Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, nesta Cidade, devidamente Inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, representada neste ato pelo atual Prefeito Municipal Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA,** portador da Cédula de identidade R.G. nº 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53 e;

CONTRATADO:JAQUELINE HILDA FRANQUIM, portador (a) da cédula de identidade RG sob nº**. 2130875-6 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **039.423.281-00** e residente a RUA PROJETADA, S/N, Bairro; JARDIM BEM VIVER, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n°. **048/2016** sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transcrição, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de prazo de Contrato de **Nº 048/2016**, original à **CLÁUSULA PRIMEIRA**, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA PRIMEIRA do Contrato de **Nº 048/2016**, o prazo de 21 (vinte um) dias, VENCENDO EM **16/12/2016**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Termo Aditivo de Contrato original, justifica-se pela necessidade da continuidade da prestação de serviços por parte do servidor bem como pela necessidade que a mesma desempenhe suas funções por um período maior que estabelecidos no contrato original, observando o limite estabelecido na Lei Municipal nº 135/2005. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 25 de Novembro de 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

JAQUELINE HILDA FRANQUIM

Contratado (a)

T E S T E M U N H A S

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 108/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

Contratado (a): TRINDADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-EPP.

OBJETO – O presente contrato tem por finalidade **"**A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONBSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUIR O CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS EM SÃO JOSÉ DO POVO – MT, REFERENTE A PROPOSTA DO SINCOV Nº 084428/2013 E CONTRATO DE REPASSE Nº 794611/2013 JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Conforme proposta entregue no processo licitatório "TOMADA DE PREÇO" nº 001/2016 e planilha com descrição e quantidade, como segue:

VALOR TOTAL–Para a execução total da obra fica contratado o preço de **R$ 364.506,27 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais e vinte e sete centavos)**, proposta pela CONTRATADA.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 23 de novembro à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PARECER CONCLUSIVO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ANEXO I 1/3

PARECER CONCLUSIVO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

BASE LEGAL: Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em período de estágio probatório nos termos da Portaria nº 240/10/2016, de 10/11/2016, e Lei Complementar 007/2004.

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO	
Nome:	
Cargo/Função:	Unidade Lotação:
Unidade de Exercício:	Município:

2. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		
Nome da Chefia Imediata/Presidente:		
NOME COMPLETO	CARGO/ FUNÇÃO	UNIDADE DE EXERCÍCIO
1.		
2.		
3.		
4.		

5.		

3. RESULTADOS OBTIDOS EM CADA ETAPA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO			
CRITÉRIO	PONTOS OBTIDOS EM CADA CRITÉRIO	SOMATÓRIO DOS PONTOS DAS ETAPAS	
1ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	2ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	3ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	
I – Assiduidade			
II – Disciplina			
III – Capacidade de Iniciativa			
IV – Produtividade			
V – Responsabilidade			
VI – Eficiência			
VI – Idoneidade Moral			
TOTAL DOS PONTOS OBTIDOS NA AVALIAÇÃO DE DE-SEMPENHO			
FREQÜÊNCIA APURADA	_____ dias _____%	_____ dias _____%	_____ dias _____%

4. CONCLUSÃO
Tendo em vista os dados constantes no campo 3 deste formulário e, considerando o disposto no art. 34 ao 39, da Lei Municipal 490/2012 e artigo 31 da Lei Complementar 007/2004, concluímos que o servidor avaliado foi considerado: APTO INAPTO INFREQUENTE

2/3

5. NOTIFICAÇÃO AO SERVIDOR
A Comissão de Avaliação de Desempenho notifica o(a) servidor(a) _____ do conceito obtido no Parecer Conclusivo relativo ao processo de Avaliação de Eficiência.

6. ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
_____	
Presidente	
_____ _____	
Membro Membro	
_____ _____	
Membro Membro	
7. ASSINATURA DO SERVIDOR E DATA DA NOTIFICAÇÃO	
Estou ciente do resultado do Parecer Conclusivo referente à minha Avaliação de Desempenho	
_____	_____/_____/_____
Assinatura do Servidor	Data da Notificação
8. ASSINATURA DAS TESTEMUNHAS	
_____ _____	
Testemunha 1 Testemunha 2	

3/3

COMPROVANTE DE NOTIFICAÇÃO DO SERVIDOR
A Comissão de Coordenação do processo de Avaliação de Desempenho notifica ao servidor _____ do conceito obtido no Parecer Conclusivo relativo à Avaliação de Desempenho.

RESULTADOS OBTIDOS EM CADA ETAPA DA AVALIAÇÃO DE DESEMEPENHO			
CRITÉRIO	PONTOS OB-TIDOS EM CA-DA CRITÉRIO	SOMATÓRIO DOS PONTOS DAS ETAPAS	
1ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	2ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	3ª ETAPA __/___/___ a __/___/___	
I – Assiduidade			
II – Disciplina			
III – Capacidade de Iniciativa			
IV – Produtividade			
V – Responsabilidade			
VI – Eficiência			
VII – Idoneidade Moral			
TOTAL DOS PONTOS OBTIDOS NA AVALIAÇÃO DESEMPENHO			
FREQÜÊNCIA APURADA	_____%	_____%	_____%

CONCLUSÃO
Tendo em vista o resultado obtido em cada etapa de Avaliação de Desempenho, concluímos que o servidor avaliado foi considerado: APTO INAPTO INFREQUENTE
Data da Notificação ____/____/_____.

Assinatura do Responsável pela Notificação

PORTARIA Nº. 244/2016

PORTARIA Nº. 244/2016

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

o **Aloizio Rodrigues da Silva** Contratos Administrativos: § 33/2016 e 34/2016 o **Denílson Antônio Pereira Melo Silva** Contratos Administrativos: § 35/2016

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se a Srª Sandra Moreira de Souza, matrícula funcional nº 10023, Servidora no cargo Comissionado de Dirigente de Setor da Prefeitura Municipal, que deverá atuar em caso de afastamentos por licenças e férias.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 21 de novembro de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PORTARIA Nº. 245 /2016

PORTARIA Nº. 245 /2016 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DO TEMPO DE EFETIVO EXERCICIO PRESTADO POR SERVIDOR PÚBLICO AO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT NOS TERMOS DO ARTIGO 8º - DISPOSIÇÕES TRANSITORIAIS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento do art. 8º - Das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as Certidões de Tempo de Efetivo Exercício dos serviços prestados a Prefeitura do munícipio de São José do Xingu – MT, aferidas e expedidas pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como o relatório e documentos acostados nos autos da ficha funcional do servidor público, nos termos da legislação vigente;

Baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica averbado 14(quatorze) anos e 08 (oito) meses de tempo de efetivo exercício prestado a Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, ao servidor público Sr. PABLO IAZALDI NARDON FERREIRA BARROSO, que exerce o cargo de carreira de provimento efetivo de MOTORISTA para todos os efeitos legais, compostos da seguinte forma:

Cargo/Função/Emprego Público	Ato	Admissão	Demissão	Tempo de Serviço	Certidão		
Ano	Meses	Dias					
Almoxarife	Contrato 042/95	01/06/1995	01/12/1995	0	06	0	00
Agente Sanitário	Contrato 040/99	01/03/1999	31/12/1999	0	09	00	00
Encarregado de Serviços de Saúde	Portaria 047/98	18/09/1998	01/03/1999	00	05	00	00
Agente Sanitário	Contrato 030/2000	03/04/2000	02/01/2001	00	08	00	00
Agente Sanitário	Portaria 005/2002	18/02/2002	31/12/2012	11	10	0	00
TOTAL DE TEMPO DE EFETIVO EXERCICIO	14	08	0				

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em 22 de novembro de 2016

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

PORTARIA Nº. 246/2016

PORTARIA Nº. 246/2016

DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, em cumprimento do art. 8º - Das Disposições Transitórias da Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para Nível "06", ao Sr. PABLO IAZALDI NARDON FERREIRA BARROSO, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Motorista.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 23 de novembro de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

DECRETO Nº 103/2016.

DECRETO Nº 103/2016.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE TRANSMISSÃO DE MANDATO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 74 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de readequar o Decreto 093/2016 aos termos da Resolução Normativa 019/2016 expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como a Lei Municipal 0666/2016 que trata sobre Transmissão de Mandato;

CONSIDERANDO o objetivo administrativo de instituir um processo de transmissão governamental democrático da Administração Pública Municipal, visando a preservação da continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que constituem o interesse maior da população;

CONSIDERANDO que os novos dirigentes precisam obter dados fundamentais, sem os quais dificultar-se-ia a implantação de seus projetos, programas de governo e compromissos de campanha, já a partir do início do exercício do novo mandato;

CONSIDERANDO, finalmente, que os agentes e autoridades administrativas têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia, razoabilidade, precaução e transparência;

DECRETA:

Art.1 - Fica alterada a composição da Comissão Transmissão de Mandato nomeada pelo art.3ª do Decreto Municipal n.º 093/2016 que passa a ser composta pelos seguintes membros: a) Membros indicados pela atual administração: 1. Waldomiro Barroso Garcia - Controlador Interno 2. Amanda de Souza Melo -Procuradora Jurídica 3. Marlene Gomes da Silva- Contadora Financeira 4. Jose Pereira da Costa – Sec. Municipal de Finanças 5. Vilson Pacheco – Sec. Municipal de Administração 6. Roseno Cabral de Melo - Infraestrutura/Obras 7. Ngruko Metuktire - Assuntos Indígenas 8. Monica Rodrigues da Silva – Sec. Municipal de Saúde 9. Daianne Alves de Jesus – Sec. Municipal de Gestão Social 10. Gleiberson Campos Araújo – Sec. Municipal de Agricultura 11. Leodineia Gisete Bocato – Sec. Municipal de Educação b) Membros indicados pelo Prefeito eleito: 1. Ageu Oliveira Braga – Sec. Municipal de Finanças 2. Pedro Silva Santos – Sec. Municipal de Administração 3. Rogerio Mota de Andrade – Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras 4. Antônio Cesar Nascimento Ferreira – Sec. Mun. Educação, Cultura, Esporte e Lazer 5. Tani Kaiabi - Assuntos Indígenas 6. Adenir Vieira Leme- Sec. Municipal de Saúde 7. Flávia Aguiar da Silva – Sec. Municipal de Gestão Social. 8. José Maria Ferreira da Silva – Sec. Municipal de Agricultura Art.2 - A Comissão de Transmissão de Mandato será representada por um coordenador escolhido pelo Prefeito Eleito que terá as seguintes atribuições: a) Coordenar o cumprimento do cronograma de atividades a serem desenvolvidas para a transição do mandato;

b) Presidir as reuniões da Comissão de Transmissão de Mandato;

c) Deliberar sobre procedimentos administrativos relacionados aos fins da Comissão de Transmissão de Mandato.

§ 1º - As atividades dos membros da comissão não serão gratificadas. § 2º - As reuniões da Comissão de Transmissão de Mandato devem ser objeto de agendamento prévio e registro sumário em ata, a qual indicará os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas. § 3º - As informações, relatórios e dossiês relativos aos atos da Administração Pública Municipal serão entregues ao Coordenador da Comissão que formalmente fará o encaminhamento ao Prefeito Eleito para o período 2017-2020. Art.3 - Compete à Comissão de Transmissão de Mandato junto aos setores correspondentes e de acordo com as regras estabelecidas pelas respectivas administrações, a coleta, guarda, análise e apresentação dos documentos relacionados no artigo 5º da Resolução Normativa 019/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Art.4 - Caberá à Comissão de Transição de Mandato cumprir os dispositivos estabelecidos na Lei Municipal 666/2016 e observar no que couber os termos da Resolução Normativa n. 019/2016 exarada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Art. 5 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário ao presente decreto, bem como as que conflitarem com os ditames da Lei Municipal 0666/2016 e Resolução Normativa 019/2016.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 23 de novembro de 2016.

RAQUEL CAMPOS COELHO

Prefeita Municipal.

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 075/2016

Designa servidores abaixo mencionados para integrarem a Comissão de Transmissão de Mandato da Câmara Municipal de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que determina a Resolução Normativa nº 019/2016-TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo mencionados para integrarem a Comissão de Transmissão de Mandato da Câmara Municipal de Sinop, conforme segue:

* José Marcelo Philippsen – Secretário de Controle Interno;

* Fernando José Vieira – Procurador Jurídico;

* Priscilla Vieira Leitske – Contadora;

* Alisson Bragagnolo – Secretário de Administração e Finanças;

* Bruno Jivago Budny – Secretário Legislativo;

* Luiz Antonio Calegari – Secretário Geral.

Art. 2º Feita às anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 23 de novembro de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 493A/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **Jhonatan Fernandes Couto,** servidor comissionado, com matricula no RH nº. 1514, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato 041/2016**, firmado com a Empresa **D. E. MOCELIN - ME,** representada pelo Senhor **Diovani Eloy Mocelin;** O objeto do presente contrato é a aquisição de madeiras serradas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações a seguir:

ITEM	COD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN	QDE	VL. UNIT.	VL TOTAL	MARCA
01	29280	Madeira Serrada 6X30	M³	40	R$: 1.750,00	R$: 70.000,00	Jatobá
02	29277	Madeira Serrada Quadrado 30X30	M³	32	R$: 1.750,00	R$: 56.000,00	Jatobá
03	29276	Madeira Serrada Quadrado 15X15	M³	32	R$: 1.750,00	R$: 56.000,00	Jatobá
04	29278	Madeira Serrada em Viga 06X12	M³	10	R$: 1.750,00	R$: 17.500,00	Jatobá
05	29279	Madeira Serrada em Viga 06X16	M³	10	R$: 1.750,00	R$: 17.500,00	Jatobá

O prazo de vigência deste Contrato será de até 31/12/2016, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último; Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Outubro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
LISTA DE DECISÃO DE RECURSO INTERPOSTO DE INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PUBLICADA NO EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2016 DO DIA 23/11/2016

LISTA DE DECISÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA O INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PUBLICADA NO EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2016 DO DIA 23/11/2016.

1 DECISÃO DE RECURSO

1.1 A prefeitura municipal de Tangará da Serra torna pública a **lista de decisão de recurso interposto contra o Indeferimento da Isenção de Taxa de Inscrição publicada no edital complementar nº. 002/2016 do dia 23/11/2016.**

2 LISTA DE DECISÃO

2.1 Abaixo segue a lista de decisão, contendo nome do candidato, a data de interposição do recurso, número do protocolo, nome do cargo, parecer e motivo do parecer.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30150/2016
Nome	NELCINDA HENRIQUE DOS SANTOS
Cargo	Ajudante de Serviços Gerais SEMEC
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, foi constatado que faltou a apresentação da documentação conforme o item 5.2 C).
Decisão	**Recurso Improcedente:** A comissão do Processo Seletivo mantém Indeferida do pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30148/2016
Nome	FABIANA RIBEIRO DA SILVA
Cargo	Ajudante de Serviços Gerais SEMEC
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, foi constatado que faltou a apresentação da documentação conforme o item 5.2 C).
Decisão	**Recurso Improcedente:** A comissão do Processo Seletivo mantém Indeferida do pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 23/11/2016	Nº. Protocolo: 29955/2016
Nome	JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO
Cargo	Agente do Programa Acessuas - Pronatec
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, foi constatado que o mesmo não atende a exigência do Edital Complementar 001/2016, conforme o item 1.7 o qual altera a redação do Item 11.2 do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Improcedente:** A comissão do Processo Seletivo mantém Indeferida do pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30157/2016
Nome	TAMIRES YARA DA SILVA FRANÇA
Cargo	Agente Administrativo SEMEC
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, foi constatado que o mesmo não atende a exigência do Item 5.3.2 F) do Edital de Processo Seletivo 004/2016, referente a cópia da carteira de trabalho na página da anotação do ultimo contrato de trabalho da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do ultimo contrato de trabalho.
Decisão	**Recurso Improcedente:** A comissão do Processo Seletivo mantém Indeferido o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 23/11/2016	Nº. Protocolo: 29997/2016
Nome	ALDENILSON BARBOSA PEREIRA
Cargo	Motorista – Zona Rural
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, foi constatado que o mesmo não atende a exigência do Edital Complementar 001/2016, conforme o item 1.7 o qual altera a redação do Item 11.2 do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Improcedente:** A comissão do Processo Seletivo mantém Indeferido o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30077/2016
Nome	LEIA DOS SANTOS BULGARELLI
Cargo	Ajudante de Serviços Gerais SEMEC
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30081/2016
Nome	GLAUBIA MENDES BARBOSA RIZZI
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30158/2016
Nome	ANDREIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30113/2016
Nome	MIRIAN SOARES DE SANTANA
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30109/2016
Nome	APARECIDA MARTINS GOMES
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30082/2016
Nome	LUCELIA RODRIGUES DE LIMA
Cargo	Ajudante de Serviços Gerais SEMEC
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30159/2016
Nome	ANA LUCIA MARQUES
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 24/11/2016	Nº. Protocolo: 30139/2016
Nome	VANDA APARECIDA MAZOTTI
Cargo	Professor Anos Iniciais 1º ao 5º - Zona Urbana
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 23/11/2016	Nº. Protocolo: 29950/2016
Nome	JORGE RICARDO SANT ANNA FELIX
Cargo	Instrutor de Oficina Teclado Violão e Coral
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 23/11/2016	Nº. Protocolo: 30018/2016
Nome	REGINA BORGE DA SILVA PEREIRA DE FRANÇA
Cargo	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Data do Recurso: 23/11/2016	Nº. Protocolo: 30040/2016
Nome	SELIA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA
Cargo	Gerente do Programa do Acessuas - Pronatec
Recurso	Revisão do pedido de isenção de taxa de inscrição.
Parecer	Realizada a análise nos documentos, o mesmo atende os requisitos do Edital de Processo Seletivo 004/2016.
Decisão	**Recurso Procedente:** A comissão do Processo Seletivo defere o pedido de taxa de isenção da inscrição.

Tangará da Serra – MT, 25 de novembro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPEMENTAR. 024/2016 - SELETIVO 02/2016 - TANGARÁ DA SERRA-MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 024/2016

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar a candidata aprovada/classificada Processo Seletivo nº. 002/2016, Homologado através do Edital Complementar nº. 009/2016, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR a candidata aprovada/classificada no Processo Seletivo nº. 002/2016, conforme o cargo e candidata abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **28/11/2016 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

	Cargo.:	382 -RECEPCIONISTA - PSF	Pontos	Classificação		
	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão		
18	4657	IASMIM EGLE SILVA DUARTE	18/05/1997	28821343 SSPMT	88	Classificado

Art. 2º. O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 28/11/2016 e 29/11/2016 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Atestado de Vacinação do candidato;

v) Cartão do SUS.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 25 de Novembro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto Itamar Martins Bonfim

Secretária Municipal de Administração Secretário Municipal de Saúde

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº072/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / HEIMDALLR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. O presente contrato tem por objeto, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE APPIANCE DE FIREWALL COM LICENÇA DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração. R$78.500,00 (Setentas oito mil e quinhentos reais). Data da Assinatura: 13/10/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2016

AVISO DE LICITAÇÃO (EDITAL RESUMIDO)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 01551/2016

O Município de Tesouro, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 023/2016 – Registro de Preços**, tipo menor preço por item, tendo como objeto a aquisição de madeira.

A abertura dos envelopes dar-se-á no dia **12 de dezembro de 2016**, **às 10h00minh**, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tesouro – MT, sita à Avenida Humberto Marcílio, nº 173, Bairro Centro, Tesouro – MT, CEP – 78.775-000.

O edital de inteiro teor estará à disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h00minh e das 14h00minh às 17h00minh, no endereço supracitado.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone **(66) 3435-1118**, ramal 29, ou pelo e-mail: **licitacaopmt@outlook.com**.

Tesouro – MT, 24 de novembro de 2016.

BRUNO LOPES SANTANA

PREGOEIRO

ADMINISTRATIVO
EDITAL COMPLEMENTAR 15/2016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

Concurso Público n. 01/2016 – Complementar n. 15/2016

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2016 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 15/2016 - O Prefeito Municipal de Tesouro – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2016, tornam público o Edital Complementar n. 15/2016 que dispõe sobre a divulgação do Resultado Geral para os cargos submetidos as Provas Práticas realizadas no dia 13/11/2016, conforme segue: O Edital Complementar n. 15/2016 e seu Anexo I, encontram-se na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Tesouro – MT e no endereço eletrônico: http://www.pmtesouro.com.br, a partir desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 202/2016

Dispõe sobre conversão em pecúnia de parcela da Licença Prêmio do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado, devidamente justificado e enquadrando-se nos termos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica convertida em pecúnia a parcela de 40 (quarenta) dias da Licença Prêmio por Assiduidade do servidor efetivo CACILDO PAUL – *Professor Graduado 20 hora semanais*, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador do RG nº 12/C-3261178 SSP/SC e do CPF nº 024.433.079-48, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 01 de novembro até 10 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único – A conversão em pecúnia compreende o vencimento do cargo efetivo em que o servidor encontra-se enquadrado.

Art. 2º - A licença prêmio ora convertida em pecúnia refere-se ao período aquisitivo de 02 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2011, em decorrência do enquadramento no novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Municipal, tendo reconhecido o direito à licença prêmio proporcional, nos termos do art. 126 da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de novembro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2016

Concede Licença Prêmio a servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva JUSSARA LUÍZA D'AGOSTINI BULLA - *Professora Graduada 20 horas/semanais,* vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 11/C-1512523 SSP/SC e CPF nº 664.511.759-00, por um período de 40 (quarenta) dias, de 10 de novembro de 2016 até 20 de dezembro de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2011, em decorrência do enquadramento no novo Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação do Município, tendo reconhecido o direito à licença prêmio proporcional.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 10 de novembro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 23 de novembro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 103 /2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar o servidor **Paulo Conceição da Silva,** fiscal, e **Alinor Alves do Nascimento**, suplente, para fiscalizar o contrato n.º 03/2016:

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016;

Objeto: Execução de serviços de reestruturação elétrica de Sistema de Gestão e monitoramento de consumo elétrico no prédio da Câmara Municipal de Várzea Grande.

Contratada: Empresa Selprom Tecnologia LTDA - ME.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 18 de novembro de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 104/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar a servidora **Mabel Mônica Campos Mayer Vicente,** fiscal, e **Alinor Alves do Nascimento**, suplente, para fiscalizar o segundo termo aditivo ao contrato n.º 06/2014:

Vigência: 10/06/2016 a 10/06/2017;

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato n.º 06/2014, de prestação de Serviços de filmagem e transmissão on-line das Sessões.

Contratada: E.B.A Pereira – Me.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – Avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 18 de novembro de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

PORTARIA Nº 1300/2016

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 368202/2016,

RESOLVE:

Conceder à servidora **MARCILENE MORAES VIEIRA**, Matrícula 90851, exercendo o cargo de Profissional de Nível Superior do SUS - Perfil Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **05/12/2016 a 05/12/2018.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de novembro de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - CMEI

A Comissão de Trabalho instituída pelas **Portarias N° 40 e 89/2016/GAB/SMECEL/VG**,no uso de suas atribuições, conferidas pelo **Edital N° 03/2016/GAB/SMECEL/VG/MT**, torna público a relação das inscrições **deferidas** dos candidatos à função de Coordenador Pedagógico das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Várzea Grande – MT.

	RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - CMEI		
N°.	**UNIDADE**	**CANDIDATO (A)**	**SITUAÇÃO**
1	CMEI Albella Curvo de Moraes	Vanda das Neves Macedo da Silva	Deferida
2	CMEI Antonio Norberto		
3	CMEI Aurélia Corrêa	Maria das Graças Moraes Rosa	Deferida
4	CMEI Jonas Pinheiro		
5	CMEI Isabel Antunes de Campos		
6	CMEI José de Mendonça	Creuzeni Borges da Silva	Deferida
7	CMEI Manoel Rosa de Figueiredo		
8	CMEI Mariana Rodrigues		
9	CMEI N. S. da Guia		
10	CMEI Antonio Amorim de Campos	Evania Cristina Silva Duarte	Deferida
11	CMEI Nair Sacre de Campos	Cristiane Saldanha	Deferida
12	CMEI Jair Luiza de Campos Untar	Creodete Alves dos Santos	Deferida
13	CMEI São Domingos Sávio	Ariane de Oliveira Inacio	Deferida

14	CMEI Joanita Benedita Teixeira C. Campos	Antonia Fátima da Guia Almeida	Deferida
15	CMEI Eleuza Maria Souza Santos		
16	CMEI Wilson Sodré	Rosielem Bezerra Ortiz	Deferida
17	CMEI Manoel Antonio	Berenice do Espírito Santo Silva	Deferida
18	CMEI Miguelina de Campos e Silva		
19	CMEI Izabel Pinto de Campos		

	RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – EMEB ZONA RURAL		
N°.	**UNIDADE**	**CANDIDATO (A)**	**SITUAÇÃO**
1	Bianka Lorena		
2	Antonia Felipa Campos		
3	Antonio Lino de Campos		
4	Benedito Abrão		
5	Elias Domingos		
6	Gabriel Muller		
7	João Ponce		
8	Júlio Domingos de Campos	Claudia Barbosa Camargo Fernandes	Deferida
9	Maria de Lourdes Toledo Areias		
10	Euraide de Paula		
11	Maria Barbosa da Silva	Jandira Ferreira da Silva Dias	Deferida
12	Ver. Estevão Ferreira		
13	Ver. Zeno de Oliveira		

	RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – EMEB ZONA URBANA		
N°.	**UNIDADE**	**CANDIDATO (A)**	**SITUAÇÃO**
1	EMEB Air Addor	Claudia Aguiar de Souza	Deferida
2	EMEB Alino Ferreira de Magalhães	Elizandra Souza de Pinho	Deferida
3	EMEB Ana Francisca de Barros		
4	EMEB Ana Rosa da Silva		
5	EMEB Antônio Gomes da Cruz	Sandra Maria dos Santos Borelli	Deferida
6	EMEB Antônio Joaquim de Arruda		
7	EMEB Apolônio Frutuoso da Silva	Rosinete Célia Peixoto	Deferida
8	EMEB Aristides Pompeo de Campos	Silvia de Souza Coelho Martins Gomes	Deferida
9	EMEB Armindo de Arruda de Campos		
10	EMEB Dep. Ary Leite de Campos		
11	EMEB Benedita Bernardina Curvo		
12	EMEB Abdala Jose de Almeida	Jucineide da Silva	Deferida
Nelma de Oliveira Neres	Deferida		
13	EMEB David Mayer	Erica Vanessa dos Santos Brito	Deferida
14	EMEB Eunice Cesar Melo	Zeniy Souza do Nascimento	Deferida
15	EMEB Ednilson Francisco Kolling	Denilza Luiza de Arruida	Deferida
16	EMEB Emanoel Benedito de Arruda	Nazareth Batista de Oliveira Amaral	Deferida
17	EMEB Faustino Antônio da Silva	Edilde Benedita da Silva	Deferida
18	EMEB Gonçalo Domingos de Campos		
19	EMEB Jaime Veríssimo de Campos Junior	Lourdes Bordini	Deferida
		Eliane Aparecida Ferreira da Silva	Deferida
		Suhmaya Untar	Deferida
		Aparecido Cardoso de Oliveira	Deferida
20	EMEB Honorato Pedroso de Barros	Nasare de Maria Dreyer	Deferida
21	EMEB Irenice Godoy		
22	EMEB Joaquim da Cruz Coelho		
23	EMEB José Estejo de Campos	Gilmar Mussa de Moraes	Deferida
24	EMEB Júlio Corrêa	Rosilene Barros Vieira	Deferida
25	EMEB Lenine de Campos Póvoas		
26	EMEB Luiz Reveles Pereira	Adriana Alves Ormond	Deferida
27	EMEB Mamed Untar		
28	EMEB Manoel João de Arruda	Maria Auxiliadora Coelho Silva	Deferida
29	EMEB Maria Pedrosa de Miranda	Terezinha Jesus de Oliveira Souza	Deferida
		Cilene Coelho de Oliveira	Deferida
30	EMEB Mário Antunes de Almeida		
31	EMEB Nair de Oliveira Correa	Eliete Malta dos Santos Almeida	Deferida
32	EMEB Napoleão José da Costa	Kelly Martins Borges	Deferida
		Rosalba Tercia Moraes Curado	Deferida
33	EMEB Pe. Luís Maria Ghisoni	Rita do Carmo Ferreira Siqueira	Deferida
34	EMEB Angela Jardim Botelho	Francislene de Campos Coelho e Oliveira	Deferida
35	EMEB Juvenília Monteiro de Oliveira		
36	EMEB Líbia da Costa Rondon		
37	EMEB Profª Lúcia Leite Rodrigues	Angela Maria Santana	Deferida
38	EMEB Maria das Graças Pinto	Ivone Gonçalves da Mota	Deferida
39	EMEB Maria Joana da Silva Almeida		
40	EMEB Marilce Benedita de Arruda	Kátia Machado da Silva	Deferida
41	EMEB Rita Auxiliadora Campos	Rosemeire Siqueira da Silva	Deferida
42	EMEB Salvelina Ferreira da Silva	Matildes Elias de Souza	Deferida
		Patrícia Silva Pinto	Deferida
43	EMEB Antônio Salústio Areias	Valdenice Lopes da Silva Araújo	Deferida
44	EMEB Paulo Freire	Cicero Batista de Carvalho	Deferida
45	EMEB Ruth Martins Santana	Antonia Augusta Pompeo de Amorim	Deferida
46	EMEB Dirce Leite de Campos	Denize Ketterman	Deferida
47	EMEB Ten Abílio da Silva Moraes	Loracil Cezarino de Campos	Deferida
48	EMEB Ten Waldemiro Delgado Bertúlio		

Várzea Grande – MT, 28 de novembro de 2016.

Catarina Sena Barros de Toledo

Presidente da Comissão

Maria José de Paula Lima

Coordenadora da Comissão

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 1299/2016

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 410072/2016,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **LEONARDO DOTTA**, Matrícula 27303, exercendo o cargo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**,

conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **01/11/2016 a 01/11/2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de novembro de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS

Aos **21 (vinte e um)** dias do mês de novembro de 2016, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa Traço Arquitetura Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 04.553.072/0001-17, com sede na Rua Carlos Castilho, n°. 40, bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, neste ato representado pelos sócios administradores Sr. Iberê Borges Rondon e Sra. Vilma Calça Rondon **a paralisar** a obra de reforma e ampliação nas EMEBs EMEB Tenente Abílio da Silva Moraes, EMEB Prof° Paulo Freire, EMEB Profª Lúcia Leite Rodrigues, EMEB Faustino Antônio da Silva, EMEB Aristides Pompeo de Campos, EMEB Benedita Bernadina Curvo, conforme Contrato n°. 074/2015 - Concorrência Pública n°. 05/2015, conforme o descrito no Edital e seus anexos.

.

Várzea Grande, 25 de novembro de 2016.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

PORTARIA N. 25/2016 – SMVO/MT.

"Dispõe sobre a nomeação do fiscal do contrato 099/2016", empresa Atrativa Engenharia Ltda.

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR o servidor CLOVIS PEREIRA MENDES, como fiscal da obra do contrato 099/2016 em conformidade com a cláusula décima nona – do acompanhamento e da fiscalização.

Art. 2° A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 24 de novembro de 2016.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras.

PORTARIA Nº 1284/2016

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de Março de 2016.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 550/2014,** somente com relação à servidora, **CARMEM LÚCIA GIUNTINI,** matrícula nº **7048,** exercendo o cargo de **Professor V a VIII**,lotada na Secretaria Municipal de Educação, que concedeu a Licença Prêmio, com período de gozo em **04.03.2013** à **04.06.2013.** Onde se lê: 01.03.2002/2007 – **Leia-se: 01.03.2001/2006.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 24 de Novembro de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1298/2016

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016.

RESOLVE:

Retificar Portaria nº 1297/2016 que concedeu a servidora**,** a servidora **CATARINA MARQUES DE ASSIS**, matrícula n° **110163**, Efetiva, exercendo o cargo em Comissão de Superintendente DNS – 03, férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2015/2016**, a vigorar a partir de **12.12.2016 a 16.12.2016,** lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

Onde se lê: Cargo em Comissão de Superintendente DNS – 03.

Leia-se: Cargo em Comissão de Gerente de Gestão de Cemitérios DNS – 6.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de novembro de 2016.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EDITAL PÚBLICO Nº 01/2016 PARA INSCRIÇÃO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE PROJETOS PARA SUBSÍDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FIA VG)

O **Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA VG,** usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.095/2015 **COMUNICA** aos responsáveis das instituições regularmente constituídas no município de Várzea Grande (MT) e com registro no CMDCA VG, que desenvolvem atividades de promoção, defesa e/ou garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, que o processo de inscrição e seleção de projetos para acessarem recursos do **Fundo da Infância e Adolescência** (**FIA VG**), neste final do ano de 2016, estão abertos, conforme descrito abaixo:

1 - Natureza dos Projetos

1.1 - Os projetos apresentados deverão estar alinhados aos preceitos contidos na ***Lei 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente*** e na ***Resolução do CONANDA nº 137/2010,*** que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

1.2 - As propostas e objetivos dos projetos apresentados devem estar alinhadas a pelo menos uma das ações indicadas abaixo:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

IV - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

1.3 - É vedada aos projetos apresentados a utilização de recursos para:

I - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

II - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

2 - Abrangência

2.1 - O desenvolvimento dos objetivos e atividades dos projetos apresentados deverão prever o município de Várzea Grande (MT) e como local de realização o município e/ou entorno da metrópole;

2.2 - Os projetos apresentados deverão, para integralização das metas propostas, ser destinados ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no município de Várzea Grande (MT).

3 - Prazo de Execução

3.1 - As atividades dos projetos apresentados para os fins deste edital devem ter início a partir de dezembro de 2016, imediatamente após o repasse dos recursos arrecadados à instituição proponente;

3.2- ***Projeto***, ***Cronograma Físico Financeiro*** e ***Cronograma de Atividades*** dos projetos apresentados deverão prever um período de execução até o dia 22 de janeiro de 2017 e **Prestação de Contas** até 03 de fevereiro de 2017.

4 - Processo de Seleção

4.1 - Os projetos apresentados serão analisados pela ***Comissão de Políticas Públicas para Infância e Adolescência do CMDCA VG***, com vistas à aprovação para inscrição na seleção de recursos do FIA VG para incentivo a implementação de políticas públicas inovadoras e/ou complementares de defesa, proteção, promoção e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, por meio do fortalecimento das entidades não-governamentais;

4.2 - Poderão ser realizadas, a cargo do CMDCA, visitas técnicas as instituições proponentes com vistas a aferição da viabilidade de execução dos projetos apresentados;

4.3 - O CMDCA – Várzea Grande (MT) destinará a quantia de R$ 30. 000,00 (trinta mil reais), do FIA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande (MT).

4.4 – São considerados passíveis de concorrer, os projetos com valor entre R$1.000,00 (um mil reais) até R$ 3.000,00 (três mil reais), que tiverem cronograma de execução com prazo até o dia 22 de janeiro de 2017 e prestação de contas até 03 de fevereiro de 2017 e com foco em ações que beneficiem crianças e adolescentes do município de Várzea Grande.

4.5 – Os informes sobre este Edital serão divulgados no Facebook do CMDCA (www. Facebook.com/sgd.vg) e no site da Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) (http://www.varzeagrande.mt.gov.br), conforme calendário no item 5.

5 - Calendário

Até 09 de dezembro de 2016 - inscrição de projetos junto ao CMDCA, no horário de 12h00 às 17h00

13 de dezembro de 2016– data avaliação pela Comissão dos projetos inscritos

14 de dezembro de 2016- divulgação dos projetos selecionados

16 de dezembro/2016 a 13 de janeiro/2017 – encaminhamento dos projetos ao aporte do FMDCA

6 - Inscrição e Entrega de Projetos

6.1 – No primeiro momento da inscrição os Projetos devem ser apresentados ao CMDCA para serem submetidos a avaliação da Comissão;

6.1 – Após o aceite do Projeto pela Comissão do CMDCA, para finalizar os encaminhamentos ao aporte do FIA VG, os documentos citados abaixo deverão ser entregues na sala do Conselho CMDCA, em horário das 12h00 às 17h00, de 16 a 23 de dezembro de 2016, impreterivelmente:

I - requerimento, conforme modelo próprio fornecido pelo CMDCA;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) com registro inicial em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, com registro inicial em cartório;

IV - Plano de Ação/Projeto, que deverá conter:

1. Finalidades estatutárias
2. Objetivos
3. Origem dos recursos
4. Infraestrutura
5. Público Alvo
6. Capacidade de Atendimento
7. Cronograma Físico Financeiro e Cronograma de Atividades
8. Recurso Financeiro Utilizado
9. Recursos humanos envolvidos
10. Abrangência de atuação do projeto no município

V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ

7 - Disposições Gerais

7.1 - O **CMDCA** orienta que serão aceitas, inscrições de programas, projetos e ações de instituições com registro no Conselho que possibilitem o exercício da cidadania de crianças e adolescentes, especialmente para aquelas em condição de vulnerabilidade social e que demandem ações afirmativas de seus direitos.

Publique-se no mural do CMDCA, no endereço eletrônico www.facebook.com/cmdca.vg e no site da Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) - www.varzeagrande.mt.gov.br - e no diário Oficial do Município.

Várzea Grande (MT), 23 de novembro de 2016.

Leandro Fabio Momente Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA VG)	***Helenita*** **Maria Dall'Oglio Moccelini** Presidente do Fundo da Infância de Várzea Grande (FIA VG)

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 102 /2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar o servidor **Tania Mara Rezende Matos Silva,** fiscal, e **Mabel Mônica Campos Mayer Vicente**, suplente.

Vigência: Ato de Registro de preço 01/06/2016 a 01/06/2017;

Objeto: Contratação de pessoa Jurídica especializada na prestação de Serviços de Eventos com o apoio logístico e locação de equipamentos com ou sem mão de obra para atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande.

Contratada: Ativa Locação de Serviços e Eventos EIRELI.

Ata de Registro de Preço 01/2016.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – Avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 18 de novembro de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

PORTARIA Nº 1301/2016

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 403814/2016,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 1022/2016 que averbou em favor da servidora **JUCILENE PINTO DA SILVA**, matrícula n° 25081, o Tempo de serviços prestados conforme certidão expedida pelo MTPREV.

Onde se lê: *"no período compreendido entre **03.08.1987 a 31.01.1988, 18.04.1989 a 15.08.1989, 22.12.1990 a 31.08.1991, 03.08.1992 a 15.12.1992, 21.02.1994 a 04.01.1995 e 01.03.1995 a 19.05.1996.05.1980 a 31.12.1980, 09.02.1998 a 08.06.1998, 09.06.1998 a 06.10.1998 e 07.10.1998 a 31.12.1998**"*

Leia-se: no período compreendido entre **03.08.1987 a 31.01.1988, 18.04.1989 a 15.08.1989, 22.12.1990 a 31.08.1991, 03.08.1992 a 15.12.1992, 21.02.1994 a 04.01.1995 e 01.03.1995 a 19.05.1996**,

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de novembro de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 335/2016 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomear**,** para exercer a função de Fiscal de Contrato administrativo celebrados pelo Município de Vila Rica - com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais realizados, os seguintes servidores, conforme segue:

I- Nicanor Soares de Araújo, portador do CPF sob o nº 581.989.201, fiscal do **Contrato nº 005/2015 –** prestação de serviço de manutenção e assistência Técnica dos equipamentos de transmissão de sinal de TV;

II - Soalindamar Pizzatto, inscrita no CPF 902.947.421-15, fiscal do **Contrato n° 040/2016** – Prestação de serviços especializados para realização da Reforma administrativa

III - Thiago Custódio Batista, inscrito no CPF 030.214.771-35, fiscaldo **Contrato nº 018/2015** – prestação de empresa Banco do Brasil, prestação de serviço emissão de holerite.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

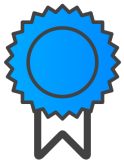
Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Nov 27 21:32:36 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)